

grupoMulti

GRUPO MULTI S.A.

CNPJ nº 59.717.553/0001-02

Relatório da Administração 2026

GRUPO MULTILASER AVANÇA NA RECUPERAÇÃO E APRESENTA LUCRO LÍQUIDO DE R\$ 121,9 MILHÕES EM 2025

São Paulo, 25 de março de 2026 – O Grupo Multi S.A. (B3: MLAS3) anuncia hoje seus resultados do 4º trimestre de 2025 e do ano de 2025. As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), as orientações técnicas e interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e estão em conformidade com o padrão internacional de contabilidade IFRS (International Financial Reporting Standards), bem como o Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As taxas de variação e somatórias constantes das tabelas e gráficos são apuradas antes do procedimento de arredondamento dos números.

Destques do 4T25 e 2025

	4T25	4T24	2025	2024
Receita Líquida	R\$ 1.160,8 MM +8,5% vs. 3T25 e +20,6% vs. 4T24	R\$ 962,9 MM	R\$ 3.923,8 MM +15,8% vs. 2024	R\$ 3.388,5 MM
Lucro Bruto	R\$ 290,1 MM +8,2% vs. 3T25 e +27,4% vs. 4T24	R\$ 227,8 MM	R\$ 970,5 MM +23,4% vs. 2024	R\$ 786,3 MM
Margem Bruta	25,0% +1,3 p.p. vs. 4T24	23,7%	24,7% +1,5 p.p. vs. 2024	23,2%
EBITDA Ajustado*	R\$ 72,6 MM +R\$ 5,0 MM vs. 3T25 e +R\$37,9 MM vs. 4T24	R\$ 34,7 MM	R\$ 176,5 MM +R\$ 135,1 MM vs. 2024	R\$ 41,4 MM
Margem EBITDA Ajustada*	6,3% + 2,6 p.p. vs. 4T24	3,6%	4,5% + 3,3 p.p. vs. 2024	1,2%
Lucro Líquido Ajustado*	R\$ (13,3) MM +R\$188,2 MM vs. 4T24	R\$ (201,5) MM	R\$ 136,7 MM + 457,9 MM vs. 2024	R\$ (321,2) MM

*Ajustado pela baixa da marca e do ágio do negócio Pet no montante de R\$ 14,8 milhões em função da descontinuidade da operação.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Na gestão de grandes negócios, costumamos dizer que não podemos controlar a força dos ventos ou as tempestades do mercado, mas temos controle absoluto sobre como ajustamos as nossas velas. O ano de 2025 foi, para o Grupo Multilaser, um período de profunda **manutenção e fortalecimento** da nossa embarcação. Engajamo-nos em um **rigoroso processo de turnaround**, mantendo o leme sempre voltado para a nossa missão central: **melhorar a vida das pessoas por meio da tecnologia**. A apuração dos resultados deste trimestre e do encerramento de 2025 nos dão a confiança de que o **Grupo Multilaser está na rota certa**. Nossa equipe permanece incansavelmente dedicada à **otimização do portfólio, recuperação das margens brutas, redução de despesas operacionais e geração de caixa**, fatores que sustentam a continuidade da nossa transformação.

No quarto trimestre de 2025 (4T25), a **Receita Líquida atingiu R\$ 1.160,8 milhões**, representando um **expansão de 20,6% em relação ao 4T24**. No acumulado do exercício de 2025, a Receita somou R\$ 3.923,8 milhões, o que configura um **crescimento de 15,8% frente a 2024**. Este desempenho na primeira linha demonstra a **capacidade de retomada das vendas e a resiliência operacional** do negócio diante das dinâmicas de mercado ao longo do ano.

Em relação à rentabilidade, o **Lucro Bruto anual somou R\$ 970,5 milhões**, um **incremento de 23,4%** em comparação aos R\$ 786,3 milhões de 2024. A **Margem Bruta consolidada de 2025 encerrou em 24,7%**, um **ganho de 1,5 p.p.** sobre os 23,2% do ano anterior, sendo que no 4T25 este indicador alcançou 25,0%. Essa evolução reflete a evolução do **novo portfólio de produtos e a disciplina na precificação**. Paralelamente, iniciativas de contenção permitiram uma **diluição de 1,8 p.p. nas Despesas Operacionais** em relação à Receita Líquida anual, evidenciando avanços na **eficiência** da nossa estrutura.

Em termos de performance operacional, o **EBITDA Ajustado do ano atingiu R\$ 176,5 milhões**, com uma Margem EBITDA Ajustada de 4,5%, superando os R\$ 41,4 milhões reportados no exercício anterior. Esse avanço foi fundamental para a entrega de um **Lucro Líquido Ajustado de R\$ 136,7 milhões** em 2025, **revertendo o prejuízo** registrado em 2024. É relevante observar que, no 4T25, o resultado líquido reportado foi negativo em R\$ 28,1 milhões, impactado primordialmente por uma variação cambial adversa de R\$ 55,4 milhões no trimestre. Este efeito contábil, contudo, não altera a **trajetória de recuperação operacional** demonstrada pela Companhia.

A disciplina financeira resultou em uma **forte geração de caixa operacional de R\$ 209,0 milhões** no último trimestre. Encerramos o ano com uma posição de Caixa Líquido de R\$ 166,5 milhões e uma **alavancagem negativa de -1,03x**. Essa **solidez no balanço** permitiu também o anúncio da distribuição de dividendos no início de 2026.

Apesar dos avanços na organização, o ambiente macroeconômico e geopolítico global impõe desafios adicionais em 2026, como o acirramento de conflitos no Oriente Médio, que amplia o risco de disrupções nas rotas e cadeias logísticas e pressiona os custos de frete, tanto internacional quanto doméstico. Soma-se a isso a escassez global de componentes e memórias no setor de tecnologia, um gargalo estrutural que tende a elevar os preços na indústria e demandará elevada habilidade de negociação e repasse.

No cenário doméstico, a nebulosidade fiscal, as taxas de juros em patamar elevado e as dinâmicas próprias de um ano eleitoral adicionam marés de volatilidade à taxa de câmbio e ao consumo das famílias. Continuaremos com **foco em eficiência e na rigorosa gestão do capital de giro**, sem abrir mão de mapear e capturar novas oportunidades de mercado que fazem parte do nosso DNA.

Reforçando nossa estratégia de **expansão em segmentos de maior valor agregado**, anunciamos recentemente **parceria exclusiva** das divisões de **Áudio Profissional e Business Communication** da **Senheiser** no Brasil. Este acordo, que será incorporado ao nosso segmento **Corporativo**, nos coloca à frente da operação local de uma marca premium global, referência absoluta em tecnologia de áudio de alta performance. Essa iniciativa não apenas amplia nossa capilaridade em canais especializados, mas também atesta nossa capacidade de **atrair parceiros estratégicos** de classe mundial para compor um portfólio focado em soluções técnicas de alta confiabilidade. Agradecemos a confiança contínua de todos.

André Poroger - CEO

RESULTADOS CONSOLIDADOS 4T25 E 2025 - Principais Indicadores Financeiros

R\$ Milhões	4T25	3T25	Δ%	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
Receita Líquida	1.160,8	1.069,5	8,5%	962,9	20,6%	3.923,8	3.388,5	15,8%
Lucro Bruto	290,1	268,1	8,2%	227,8	27,4%	970,5	786,3	23,4%
Margem Bruta (%)	25,0%	25,1%	-0,1 p.p.	23,7%	1,3 p.p.	24,7%	23,2%	1,5 p.p.
(-) Baixa Ativos Pet	(14,8)	-	-	-	-	(14,8)	-	-
EBITDA Ajustado	72,6	67,5	7,5%	34,7	109,1%	176,5	41,4	326,5%
Mg. EBITDA Ajustada (%)	6,3%	6,3%	-0,1 p.p.	3,6%	2,6 p.p.	4,5%	1,2%	3,3 p.p.
Lucro Líquido Ajustado	(13,3)	65,6	-	(201,5)	-93,4%	136,7	(321,2)	-7,8%
Margem Líquida Ajustada (%)	-1,1%	6,1%	-7,3 p.p.	-20,9%	19,8 p.p.	3,5%	-9,5%	13,0 p.p.

Receita Líquida

No 4T25, a **Receita Líquida** atingiu R\$ 1.160,8 milhões, apresentando um **crescimento de 8,5% em relação ao 3T25** e um **expressivo aumento de 20,6% em comparação ao 4T24**. O desempenho no trimestre reflete a contínua captura de valor nas **linhas estratégicas**, o bom aproveitamento da **sazonalidade de final de ano** e o fortalecimento das vendas ao governo. No acumulado de 2025, a receita somou R\$ 3.923,8 milhões, o que representa um **avanço de 15,8% em relação a 2024**. Refletindo esforços de consolidação operacional, o avanço da receita mantém a trajetória de retomada do Grupo Multilaser, com uma estrutura baseada em negócios diversos e complementares que reduzem a exposição a riscos e reforçam a resiliência frente aos diversos mercados.

Analisando o desempenho por segmentos operacionais, no 4T25, o segmento **Corporativo** apresentou receita líquida de R\$ 665,2 milhões, registrando avanços de 5,2% vs. 3T25 e 43,4% vs. 4T24. No ano, o segmento atingiu a marca de R\$ 2.069,0 milhões, impulsionado pela tração nas vendas governamentais e por nosso portfólio de soluções corporativas. Nos segmentos de consumo, a Companhia manteve sua disciplina estratégica, **priorizando a rentabilidade e a qualidade das vendas**. **Consumer Tech** (anteriormente **Varejo Tech**) registrou R\$ 395,6 milhões no trimestre, com expansão sequencial de 18,0%, ancorada nas campanhas de Black Friday e Natal, e praticamente estável na comparação com o 4T24. No acumulado de 2025, o faturamento deste segmento ficou em R\$ 1.465,57 milhões (4,2% vs. 2024). De forma semelhante, refletindo a busca por rentabilidade, o **Consumer Especializado** (anteriormente **Varejo Especializado**) reportou receita de R\$ 100,0 milhões no 4T25, apresentando leves quedas de 1,9% vs. 3T25 e de 1,3% vs. 4T24. No acumulado do ano, o segmento entregou R\$ 390,1 milhões em receita, com ganhos em rentabilidade que demonstram a estratégia de otimização do portfólio e foco em linhas com maior lucratividade.

Lucro Bruto

R\$ Milhões	4T25	3T25	Δ%	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
Receita Líquida	1.160,8	1.069,5	8,5%	962,9	20,6%	3.923,8	3.388,5	15,8%
Custo da Mercadoria Vendida	(870,7)	(801,3)	8,7%	(735,1)	18,4%	(2.953,2)	(2.602,2)	13,5%
CMV % da RL	-75,0%	-74,9%	-0,1 p.p.	-76,3%	1,3 p.p.	-75,3%	-76,8%	1,5 p.p.
Lucro Bruto	290,1	268,1	8,2%	227,8	27,4%	970,5	786,3	23,4%
Margem Bruta (%)	25,0%	25,1%	-0,1 p.p.	23,7%	1,3 p.p.	24,7%	23,2%	1,5 p.p.

O **Custo da Mercadoria Vendida (CMV)** totalizou R\$ 870,7 milhões no 4T25 e R\$ 2.953,2 em 2025. Como reflexo da nossa disciplina de precificação e foco em produtos mais rentáveis, o CMV como percentual da Receita Líquida representou 75,0% no 4T25 e 75,3% em 2025, o que configura um **ganho de eficiência de 1,3 p.p. frente ao 4T24** e de **1,5 p.p. frente ao ano de 2024**. Consequentemente, o Lucro Bruto no trimestre alcançou R\$ 290,1 milhões, **avancando 8,2% frente ao 3T25 e saltando 27,4% sobre o mesmo período do ano passado**. A Margem Bruta atingiu 25,0%, mantendo-se estável frente ao 3T25 e entregando uma **expansão de 1,3 p.p. na comparação anual**.

No acumulado de 2025, o **Lucro Bruto Consolidado** atingiu a marca de R\$ 970,5 milhões, representando um forte crescimento de **23,4% em relação aos R\$ 786,3 milhões reportados em 2024**. A Margem Bruta anualizada encerrou o exercício em 24,7%, um **ganho estrutural de 1,5 p.p. frente aos 23,2% do ano anterior**. Esse avanço reflete o resultado da nossa estratégia de racionalização de portfólio, a limpeza das linhas deficitárias e a retomada da rentabilidade sustentável da Companhia.

Analisando a rentabilidade por segmentos, a evolução favorável das margens ocorreu de forma generalizada no 4T25 na comparação com o ano anterior. O segmento **Corporativo** acompanhou sua expansão de receita e entregou um Lucro Bruto de R\$ 140,9 milhões (+58,6% vs. 4T24), com Margem Bruta de 21,0% (+2,0 p.p. vs. 4T24). Corroborando a estratégia, **Consumer Tech** registrou Lucro Bruto de R\$ 108,7 milhões (+6,3% vs. 4T24) e Margem Bruta de 27,5% (+1,8 p.p. vs. 4T24). Por fim, o segmento de **Consumer Especializado** demonstrou capacidade de geração de valor ao reportar Lucro Bruto de R\$ 40,4 milhões (+10,5% vs. 4T24), alavancando sua Margem Bruta para o patamar de 40,4%, uma **expansão de 4,3 p.p. frente ao mesmo período do ano anterior**.

Despesas Operacionais

R\$ Milhões	4T25	3T25	Δ%	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
Despesas com Vendas	(251,1)	(214,1)	17,3%	(224,0)	12,1%	(835,3)	(836,0)	-0,1%
% da Receita Líquida	-21,6%	-20,0%	1,6 p.p.	-23,3%	-1,6 p.p.	-21,3%	-24,7%	-3,4 p.p.
Despesas Gerais e Administrativas	(32,7)	(34,0)	-3,6%	(37,0)	-11,6%	(136,1)	(131,3)	3,7%
% da Receita Líquida	-2,8%	-3,2%	-0,4 p.p.	-3,8%	-1,0 p.p.	-3,5%	-3,9%	-0,4 p.p.
Outras Receitas/Despesas Operacionais	37,1	33,9	9,4%	51,3	-27,6%	107,3	160,5	-33,1%
% da Receita Líquida	3,2%	3,2%	0,0 p.p.	5,3%	-2,1 p.p.	2,7%	4,7%	-2,0 p.p.
Despesas Operacionais	(246,7)	(214,2)	15,2%	(209,7)	17,6%	(864,1)	(806,8)	7,1%
% da Receita Líquida	-21,3%	-20,0%	1,2 p.p.	-21,8%	-0,5 p.p.	-22,0%	-23,8%	-1,8 p.p.
Resultado Operacional	43,4	54,0	-19,6%	18,1	140,4%	106,5	(20,5)	-

Refletindo a **trajetória de diluição de custos**, as **Despesas Operacionais** representaram 21,3% da Receita Líquida no 4T25, uma melhora de 0,5 p.p. frente ao 4T24. No ano de 2025, as despesas somaram R\$ 864,1 milhões, evidenciando **alavancagem operacional** com ganho de eficiência de 1,8 p.p. na relação com a Receita Líquida anual. Enquanto houve um aumento de 15,8% na Receita Líquida vs. 2024, as Despesas cresceram apenas 7,1% durante o mesmo período, refletindo nosso compromisso com o **controle das Despesas Operacionais da Companhia** em sua trajetória de recuperação.

Como reflexo direto da **expansão da margem bruta e da agenda de otimização de despesas**, o **Resultado Operacional** do 4T25 alcançou R\$ 43,4 milhões, um **crescimento de 140,4% sobre o reportado no 4T24**. No acumulado do ano, o **Resultado Operacional atingiu R\$ 106,5 milhões positivos** e reverte o resultado negativo de R\$ 20,5 milhões registrado em 2024 com um **ganho de R\$ 127,0 milhões na eficiência** da operação da Companhia.

No 4T25, as **Despesas com Vendas**, em percentual da Receita Líquida, representaram 21,6%, o que demonstra uma **melhora na eficiência de 1,6 p.p.** na comparação com o 4T24. No acumulado de 2025, a **otimização da estrutura comercial** resultou em uma queda de 0,1% nestas despesas (R\$ 835,3 milhões), entregando **diluição de 3,4 p.p.** sobre a receita anual (21,3% vs. 24,7% em 2024). As **Despesas Gerais e Administrativas** seguiram trajetória de controle, atingindo R\$ 32,7 milhões no trimestre, o que representa **quedas de 3,6% vs. 3T25 e de 11,6% vs. 4T24**. A rubrica representou apenas 2,8% da Receita Líquida no 4T25, uma **melhora de 1,0 p.p. vs. 4T24 e 0,4 p.p. vs. 3T25**, consolidando os **savings** capturados com a readequação de estrutura e processos que estão sendo realizados pela Companhia.

A linha de **Outras Receitas e Despesas Operacionais** registrou um **resultado líquido positivo de R\$ 37,1 milhões**, composto principalmente pelo reconhecimento de R\$ 126,3 milhões em Créditos Financeiros (líquidos das despesas com Pesquisa & Desenvolvimento) relativos à produção nacional (Lei da Informática). O resultado do trimestre contempla, ainda, o impacto não recorrente de R\$ 14,8 milhões em despesas, refletido com um ajuste no mesmo montante no EBITDA e no lucro, referente à baixa contábil integral dos ativos intangíveis "marcas" e "ágio" em função da descontinuidade da operação de fabricação de tapetes higiênicos para pets.

No 4T25, o **Resultado Operacional** alcançou R\$ 43,4 milhões, um avanço de 140,4% frente ao 4T24, indicando que a **estratégia focada na otimização do portfólio, no ganho de eficiência comercial e na redução de despesas estruturais** está no caminho certo. Para o ano de 2025, o **Resultado Operacional** do Grupo Multilaser demonstra a melhora estrutural da Companhia, atingindo **R\$ 106,5 milhões positivos e revertendo o resultado negativo de R\$ 20,5 milhões** registrado em 2024. Esse desempenho reflete a **alavancagem operacional** do período, impulsionada pela combinação da **expansão sustentável da margem bruta com disciplina de despesas**, o que permitiu uma **diluição de 1,8 p.p. das despesas operacionais sobre a receita anual**.

EBITDA

R\$ Milhões	4T25	3T25	Δ%	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
Lucro Líquido	(28,1)	65,6	-	(201,5)	-86,0%	121,9	(321,2)	-
Resultado Financeiro Líquido	68,3	(19,5)	-	187,0	-63,5%	(36,2)	233,6	-
IR e CS Corrente e Diferido	3,3	7,8	-58,1%	32,5	-89,9%	20,8	67,1	-69,0%
Depreciação e Amortização	14,4	13,6	6,1%	16,7	-13,7%	55,2	61,9	-10,8%
EBITDA	57,8	67,5	-14,4%	34,7	66,5%	161,7	41,4	290,8%
Margem EBITDA (%)	5,0%	6,3%	-1,3 p.p.	3,6%	1,4 p.p.	4,1%	1,2%	2,9 p.p.
(-) Baixa Ativos Pet	(14,8)	-	-	-	-	(14,8)	-	-
EBITDA Ajustado	72,6	67,5	7,5%	34,7	109,1%	176,5	41,4	326,5%
Margem EBITDA Ajustada (%)	6,3%	6,3%	-0,1 p.p.	3,6%	2,6 p.p.	4,5%	1,2%	3,3 p.p.

No 4T25, o EBITDA reportado da Companhia atingiu R\$ 57,8 milhões, com Margem EBITDA de 5,0%. Durante o trimestre, o resultado foi impactado pontualmente por uma despesa não recorrente de R\$ 14,8 milhões, referente à baixa contábil integral dos ativos intangíveis **Marcas e Ágio** em função da descontinuidade da operação de fabricação de tapetes higiênicos. Excluindo este efeito, o **EBITDA Ajustado do trimestre alcançou R\$ 72,6 milhões**, impulsionando a **Margem EBITDA Ajustada para o patamar de 6,3%**. Essa margem ajustada representa a **manutenção da rentabilidade operacional** em relação ao 3T25 e um **avanço de 2,6 p.p.** em comparação com os 3,6% registrados no 4T24.

No acumulado de 2025, o EBITDA reportado reflete a trajetória de recuperação da Companhia, somando R\$ 161,7 milhões. Ao expurgar o impacto da descontinuidade do Negócio Pet, o **EBITDA Ajustado anual totalizou R\$ 176,5 milhões**. Esse montante evidencia a virada operacional frente aos R\$ 41,4 milhões reportados em 2024. A Margem EBITDA Ajustada anualizada atingiu 4,5%, o que configura **melhora estrutural com um ganho de 3,3 p.p. frente ao exercício anterior** (1,2%).

O desempenho significativamente superior do EBITDA Ajustado no ano reflete o êxito da nossa reestruturação e a resiliência do negócio, sendo consequência da disciplina aplicada em diversas frentes, como retomada rentável do crescimento da receita, otimização do portfólio, alavancagem operacional e redução de despesas.

Resultado Financeiro

R\$ Milhões	4T25	3T25	Δ%	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
Receitas Financeiras	21,6	26,7	-19,2%	35,0	-38,5%	100,0	152,4	-34,4%
Despesas Financeiras	(34,5)	(43,3)	-20,4%	(63,1)	-45,4%	(159,3)	(133,9)	19,0%
Variação Cambial	(55,4)	36,0	-	(159,0)	-65,2%	95,5	(252,1)	-
Resultado Financeiro Líquido	(68,3)	19,5	-	(187,0)	-63,5%	36,2	(233,6)	-

Pressionado pela variação cambial líquida (efeito da variação cambial incluindo derivativos), o **Resultado Financeiro Líquido** foi negativo em R\$ 68,3 milhões no 4T25. Esse desempenho reverte o resultado positivo de R\$ 19,5 milhões registrado no 3T25, mas representa uma **melhora expressiva de 63,5% frente ao impacto negativo de R**

continuação

GRUPO MULTI S.A. | CNPJ nº 59.717.553/0001-02

No acumulado do ano, o **Lucro Líquido Reportado atingiu R\$ 121,9 milhões**, com Margem Líquida de 3,1%. O **desempenho de 2025 reverte em R\$ 443,1 milhões o resultado negativo** de R\$ 321,2 milhões registrado no exercício de 2024, refletindo um ganho de 12,6 p.p. na margem líquida da Companhia.
Já o Lucro Líquido Ajustado foi de R\$ 136,7 milhões, ou seja, uma Margem Líquida de 3,5%.
 A performance da Companhia em 2025 é resultado do nosso **ciclo de recuperação**, sendo diretamente impulsionada pela retomada do **crescimento da receita**, pela **expansão sustentável da margem bruta**, pela **diluição das despesas operacionais** e por uma estrutura de capital mais saudável construída ao longo do exercício.

No acumulado de 2025, a eficiência comercial, a melhoria do mix de produtos traduziu-se em **Lucro Bruto de R\$ 410,3 milhões** no ano, um aumento de 2,2% frente aos R\$ 401,4 milhões de 2024. A **Margem Bruta** anualizada encerrou o exercício em um patamar de 28,0%, configurando um **ganho de 1,8 p.p. sobre os 26,2% do ano anterior**. Esse desempenho consolidado evidencia de forma clara o acerto na execução da limpeza de linhas deficitárias e a priorização disciplinada de famílias com maior margem de contribuição, garantindo um **sell-out** mais rentável e sustentável para a Companhia.

Fluxo de Caixa

R\$ Milhões	4T25	3T25	Δ%	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	470,3	498,9	-5,7%	739,9	-36,4%	744,6	1.046,0	-28,8%
Lucro antes do IR e Contribuição Social	(24,9)	73,4	-	(169,0)	-85,3%	142,7	(254,1)	-
Caixa gerado nas atividades operacionais	209,0	131,7	58,7%	(0,4)	-	75,3	65,8	14,4%
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	4,5	(14,4)	-	(17,0)	-	(37,0)	(47,9)	-22,8%
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(28,3)	(145,0)	-80,5%	18,3	-	(121,5)	(326,1)	-62,7%
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	1,0	(0,8)	-	3,7	-73,0%	(4,8)	6,7	-
Caixa e Equivalentes de Caixa ao Final do Período	656,5	470,3	39,6%	744,6	-11,8%	656,5	744,6	-11,8%

Outro destaque do 4T25 foi a **forte geração de Caixa Operacional, que atingiu R\$ 209,0 milhões**. Este volume representa um salto de 58,7% frente ao trimestre imediatamente anterior e uma reversão do consumo de caixa registrado no 4T24. O forte desempenho ao final do ano garantiu o resultado positivo consolidado de 2025, compensando o consumo de R\$ 330,3 milhões no 1T25. A queima de caixa no início do ano foi pressionada pelo aumento de estoques para mitigar o risco de seca em Manaus na 2ª metade do ano, e suportar o **ramp-up** dos projetos de fabricação, além de liquidações a fornecedores e acúmulo de créditos tributários.
 Essa tração do último trimestre foi determinante para consolidar os resultados positivos do balanço anual. No acumulado de 2025, o **Caixa Gerado nas Atividades Operacionais totalizou R\$ 75,3 milhões** (avanço de 14,4% vs. 2024). Essa dinâmica sustentável de caixa é o reflexo das melhorias financeiras e operacionais conquistadas ao longo do ano, contribuindo também para a redução do endividamento da Companhia.

Evolução Trimestral do Fluxo de Caixa 2025

R\$ Milhões	1T25	2T25	3T25	4T25
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	744,6	472,9	498,9	470,3
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	66,6	27,5	73,4	(24,9)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	(330,3)	64,9	131,7	209,0
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(15,2)	(11,9)	(14,4)	4,5
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	76,8	(25,0)	(145,0)	(28,3)
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	(3,0)	(2,0)	(0,8)	1,0
Caixa e Equivalentes de Caixa ao Final do Período	472,9	498,9	470,3	656,5
Variação em Caixa e Equivalentes de Caixa	(271,7)	26,0	(28,5)	186,2

Dívida Líquida

R\$ Milhões	4T25	3T25	Δ%	4T24	Δ%
Dívida Bruta	490,0	501,2	-2,2%	647,8	-24,4%
Empréstimos e Financiamentos (CP)	342,9	342,6	0,1%	225,8	51,8%
% sobre Dívida Bruta	70,0%	68,4%		34,9%	
Empréstimos e Financiamentos (LP)	147,1	158,6	-7,2%	422,0	-65,1%
% sobre Dívida Bruta	30,0%	31,6%		65,1%	
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(656,5)	(470,3)	39,6%	(744,6)	-11,8%
Dívida(Caixa) Líquida(o)¹	(166,5)	30,8	-	(96,8)	72,1%
Alavancagem (Dívida líquida / EBITDA LTM)	(1,03x)	0,22x	-	(1,56x)	-

A Companhia encerrou o 4T25 com uma posição de **Caixa Líquido de R\$ 166,5 milhões**. Este resultado representa uma **reversão frente à Dívida Líquida** de R\$ 30,8 milhões reportada no 3T25 e um fortalecimento de 72,1% em relação ao caixa líquido de R\$ 96,8 milhões registrado no 4T24. Essa evolução evidencia a capacidade de **geração de caixa da operação** e o foco na **gestão do capital de giro** alcançados ao longo do ano.

A **Dívida Bruta** manteve sua trajetória de **redução**, totalizando R\$ 490,0 milhões no encerramento do trimestre, o que configura uma queda de 2,2% vs. 3T25 e uma diminuição de 24,4% na comparação com o 4T24 (R\$ 647,8 milhões), refletindo a disciplina na alocação de capital e as amortizações ao longo do exercício.

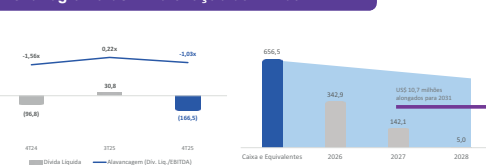
Em relação ao perfil de endividamento, 70,0% da **Dívida Bruta** (R\$ 342,9 milhões) concentra-se no curto prazo e 30,0% (R\$ 147,1 milhões) no longo prazo. Contudo, a posição de **Caixa e Equivalentes de Caixa**, que saltou 39,6% frente ao 3T25 para R\$ 656,5 milhões, é superior e suficiente para cobrir as obrigações de curto prazo em 1,9x, garantindo **liquidez** para a Companhia.

Como resultado do aumento da posição de caixa e do avanço do **EBITDA**, o índice de Alavancagem (Dívida Líquida / EBITDA) encerrou o exercício em **-1,03x**. Respalda por essa estrutura de capital, a Companhia realizou a distribuição de R\$ 40,75 milhões em dividendos aos seus acionistas em janeiro de 2026, alinhada à sua estratégia de alocação de recursos e retorno de valor.

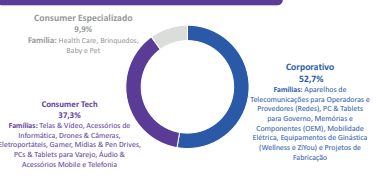
Em 26 de fevereiro de 2026, a Companhia **otimizou sua estrutura de capital** ao alongar US\$ 10,7 milhões em dívidas, substituindo obrigações passadas por uma nova linha de longo prazo. A operação estendeu o vencimento final de agosto de 2027 para fevereiro de 2031, elevando a **duration** de 266 para 986 dias, com custo semelhante. A iniciativa **fortalece o fluxo de caixa** e alinha o perfil de liquidez à **geração de valor de longo prazo** da Companhia.

* **Maiores detalhes podem ser consultados na Nota Explicativa Nº 37 – Eventos Subsequentes das Demonstrações Financeiras da Companhia.**

Endividamento, Alavancagem e Cronograma de Amortização da Dívida



Participação na Receita Líquida 2025



R\$ Milhões	4T25	3T25	Δ%	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
Receita Líquida	665,2	632,2	5,2%	464,0	43,4%	2.069,0	1.422,0	45,5%
Lucro Bruto	140,9	126,2	11,7%	88,9	58,6%	394,8	233,1	69,4%
	21,2%	20,0%	1,2 p.p.	19,2%	2,0 p.p.	19,1%	16,4%	2,7 p.p.

O segmento **Corporativo** apresentou Receita Líquida de R\$ 665,2 milhões no 4T25, registrando um **crescimento de 5,2% em relação ao trimestre anterior** e um **avanço de 43,4% na comparação com o 4T24**. O **Lucro Bruto** do segmento acompanhou o crescimento da receita e totalizou R\$ 140,9 milhões no trimestre, o que representa um **aumento de 11,7% em relação ao 3T25** e de **58,6% em comparação ao 4T24**. A Margem Bruta atingiu 21,0%, com **ganhos de 1,2 p.p. vs. 3T25** e de **2,0 p.p. vs. 4T24**. Essa evolução reflete ganhos de eficiência e melhor adequação do mix de produtos.

No acumulado de 2025, o segmento atingiu uma Receita Líquida de R\$ 2.069,0 milhões, um aumento de 45,5% em relação aos R\$ 1.422,0 milhões reportados em 2024. O **Lucro Bruto** no ano totalizou R\$ 394,8 milhões, um crescimento de 69,4% em comparação aos R\$ 233,1 milhões de 2024. A Margem Bruta encerrou o exercício em 19,1%, configurando um ganho estrutural de 2,7 p.p. frente aos 16,4% do ano anterior.

Os avanços na receita no período foram impulsionados pela relevância da família de Redes no atendimento a provedores de internet (ISP), maiores vendas na linha de memórias, refletindo o aumento de preço em razão da demanda global por componentes, projetos de fabricação e vendas aos órgãos governamentais. Já a captura de margem foi impulsionada pelo aumento da participação das vendas ao Governo no mix do segmento Corporativo.

Consumer Tech

R\$ Milhões	4T25	3T25	Δ%	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
Receita Líquida	395,6	335,4	18,0%	397,6	-0,5%	1.464,7	1.529,2	-4,2%
Lucro Bruto	108,7	98,1	10,9%	102,3	6,3%	410,3	401,4	2,2%
Margem Bruta (%)	27,5%	29,2%	-1,8 p.p.	25,7%	1,8 p.p.	28,0%	26,2%	1,8 p.p.

Já o segmento **Consumer Tech** (anterior **Varejo Tech**) apresentou Receita Líquida de R\$ 395,6 milhões no 4T25, registrando **crescimento de 18,0% em relação ao 3T25**. Na comparação anual, a receita se manteve estável frente ao 4T24. No acumulado de 2025, o segmento atingiu R\$ 1.464,7 milhões em receita, uma leve redução de 4,2% em relação a 2024. Essa variação anual reflete a continuidade da nossa estratégia de racionalização de portfólio, mantendo a decisão disciplinada de priorizar a rentabilidade em detrimento de volumes de venda e categorias de menor retorno.

O **Lucro Bruto** do segmento atesta a assertividade dessa estratégia de geração de valor, alcançando R\$ 108,7 milhões no trimestre, o que representa um avanço de 10,9% vs. 3T25 e de 6,3% em relação ao 4T24, mesmo com a manutenção do mesmo volume de receita. A Margem Bruta atingiu o patamar de 27,5%, entregando uma expansão estrutural de 1,8 p.p. na comparação com o 4T24, embora tenha apresentado leve retração frente ao 3T25, influenciada pela sazonalidade das vendas de final de ano.

Consumer Especializado

R\$ Milhões	4T25	3T25	Δ%	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
Receita Líquida	100,0	101,9	-1,9%	101,3	-1,3%	390,1	437,3	-10,8%
Lucro Bruto	40,4	43,9	-7,8%	36,6	10,5%	165,5	151,8	9,0%
Margem Bruta (%)	40,4%	43,0%	-2,6 p.p.	36,1%	4,3 p.p.	42,4%	34,7%	7,7 p.p.

No 4T25, o segmento **Consumer Especializado** (anterior **Varejo Especializado**) apresentou Receita Líquida de R\$ 100,0 milhões, registrando uma leve retração de 1,9% em relação ao 3T25 e uma redução de 1,3% na comparação com o 4T24. No acumulado de 2025, o segmento somou R\$ 390,1 milhões em receita, uma redução de 10,8% frente a 2024. Esse comportamento reflete a continuidade da nossa estratégia de focar em rentabilidade, renunciando a volumes com margens espremidas. A resiliência do trimestre foi sustentada pela categoria **Baby**, que assumiu a liderança em representatividade no segmento e entregou um robusto crescimento tanto em relação ao trimestre como ao ano anterior.

O **Lucro Bruto** do segmento corrobora a assertividade dessa estratégia de geração de valor, atingindo R\$ 40,4 milhões no trimestre. O resultado representa um **avanço de 10,5% em relação ao 4T24**. A Margem Bruta alcançou o patamar de 40,4%, entregando uma **expansão estrutural de 4,3 p.p. na comparação anual**. O ganho de rentabilidade ano contra ano foi ancorado diretamente pelas famílias **Baby** e **Brinquedos**, que operam com margens superiores no período.

No acumulado de 2025, a eficiência comercial e a otimização do portfólio traduziram-se em um **Lucro Bruto** de R\$ 165,5 milhões, um **avanço de 9,0% frente aos R\$ 151,8 milhões de 2024, mesmo com uma base de receita menor**. A Margem Bruta anualizada encerrou o exercício em 42,4%, configurando um **ganho estrutural de 7,7 p.p. sobre os 34,7% do ano anterior**. Esse desempenho consolidado evidencia o sucesso da limpeza de portfólio, que incluiu a racionalização e o reposicionamento de categorias complementares, como **Pet**, garantindo que **Consumer Especializado** atue como uma **alavanca de rentabilidade sustentável** para a Companhia.

Balanco Patrimonial (R\$ milhões)

Ativo	4T25	3T25	Δ%	4T24	Δ%
Ativo Circulante					
Caixa e Equivalentes de Caixa	656,5	470,3	39,6%	744,6	-11,8%
Contas a Receber	1.355,7	1.258,6	7,7%	1.127,1	20,3%
Estoques	1.339,5	1.620,8	-17,4%	1.497,3	-10,5%
Derivativos	3,4	1,5	118,7%	30,8	-89,0%
Impostos a Recuperar	257,8	294,5	-12,5%	226,7	13,7%
Despesas Antecipadas	19,8	13,5	46,8%	20,2	-2,0%
Outros Ativos	21,2	19,3	9,4%	4,8	338,5%
Total do Ativo Circulante	3.653,9	3.678,6	-0,7%	3.651,4	0,1%
Ativo Não Circulante					
Impostos Diferidos	125,7	132,8	-5,3%	132,8	-5,3%
Impostos a Recuperar	635,0	612,2	3,7%	650,3	-2,3%
Contas a Receber	106,9	104,7	2,2%	104,6	2,2%
Depósitos Judiciais	24,9	24,9	0,4%	30,2	-17,3%
Partes Relacionadas	82,4	29,5	179,4%	29,5	179,4%
Outros Ativos	53,5	15,9	235,5%	26,7	100,3%
Propriedades para Investimentos	3,4	5,0	-31,9%	5,0	-31,9%
Investimentos	-	74,5	-	68,3	-
Derivativos	1,8	1,2	46,4%	24,5	-92,8%
Imobilizado	370,0	369,2	0,2%	371,1	-0,3%
Intangível	33,9	50,4	-32,6%	52,3	-35,1%
Fundos de investimentos	120,2	144,6	-16,8%	134,6	-10,7%
Ativos de Direito de Uso	41,7	41,5	0,5%	27,4	52,3%
Total do Ativo Não Circulante	1.599,6	1.606,4	-0,4%	1.657,3	-3,5%
Total do Ativo	5.253,5	5.284,9	-0,6%	5.308,7	-1,0%
Passivo	4T25	3T25	Δ%	4T24	Δ%
Passivo Circulante					
Empréstimos e Financiamentos	342,9	342,6	0,1%	225,8	51,8%
Fornecedores	1.222,1	1.207,6	1,2%	1.116,1	9,5%
Obrigações Trabalhistas e Sociais	55,2	63,7	-13,4%	40,5	36,3%
Parcelamentos Fiscais	68,3	66,8	2,3%	61,8	10,5%
Obrigações Tributárias	26,0	27,3	-4,8%	19,5	33,2%
Derivativos	19,3	31,7	-39,2%	-	-
Obrigações com Garantia	38,9	32,9	18,2%	34,4	13,0%
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	40,8	-	-	-	-
Passivos de Arrendamento	15,4	13,1	17,8%	11,1	38,9%
Outros Passivos	61,4	39,2	56,6%	42,7	43,9%
Passivo de contrato com clientes	9,9	24,8	-60,2%	30,2960	-67,4%
Total do Passivo Circulante	1.900,2	1.849,8	2,7%	1.582,3	20,1%
Passivo Não Circulante					
Empréstimos e Financiamentos	147,1	158,6	-7,2%	422,0	-65,1%
Obrigações Fiscais	13,4	13,2	1,6%	214,5	-93,8%
Parcelamentos Fiscais	91,9	105,7	-13,1%	142,3	-35,4%
Obrigações Trabalhistas e Sociais	24,3	23,7	2,6%	21,9	10,7%
Provisão para Riscos Processuais, Cíveis e Fiscais	79,7	67,3	18,4%	15,8	403,6%
Passivos de Arrendamento	28,8	30,7	-6,1%	18,2	58,4%
Total do Passivo Não-Circulante	385,2	399,1	-3,5%	834,7	-53,9%
Patrimônio Líquido					
Capital Social	1.713,4	1.713,4	0,0%	1.713,4	0,0%
Ajuste Acumulado de Conversão	1,5	0,6	168,3%	6,3	-75,6%
Gastos com Emissão de Ações	(58,3)	(58,3)	0,0%	(58,3)	0,0%
Reservas de Capital	975,4	975,4	0,0%	975,4	0,0%
Reserva Legal	94,8	88,7	6,9%	88,7	6,9%
Reserva de Incentivos Fiscais	163,5	163,5	0,0%	163,5	0,0%

GRUPO MULTI S.A. CNPJ nº 59.717.553/0001-02																		
	4T25	3T25	Δ%	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%	R\$ Milhões	4T25	3T25	Δ%	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%	
Tecnologia e Comunicação	(8,2)	(8,6)	-4,0%	(9,4)	-12,3%	(38,3)	(41,9)	-8,7%										
Aluguéis, Seguros, Viagens, Outras	(5,8)	(6,5)	-10,9%	(9,9)	-41,8%	(26,4)	(27,9)	-5,4%										
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	37,1	33,9	9,4%	51,3	-27,6%	107,3	160,5	-33,1%										
Crédito Financeiro (Lei 13.969)	86,7	48,1	80,1%	46,9	84,8%	218,2	153,5	42,2%										
Pesquisa & Desenvolvimento	(25,9)	(16,9)	53,5%	(29,2)	-11,4%	(91,9)	(77,3)	18,9%										
Créditos Extemporâneos	0,5	71,7	-99,4%	19,9	-97,7%	74,3	66,6	11,6%										
Indenizações, intermediações, vendas de imob. e demais receitas	0,5	0,7	-29,0%	16,5	-97,0%	9,3	28,9	-67,7%										
Autos de infração tributária	(3,7)	(7,2)	-49,0%	-	-	(16,6)	(15,1)	9,5%										
Provisões tributárias, trabalhistas e outras	(2,3)	(51,9)	-95,5%	(0,3)	816,0%	(53,5)	10,9	-										
Indenizações e multas contratuais, perdas de imob. e demais despesas	(18,6)	(10,5)	76,5%	(2,5)	631,8%	(32,6)	(6,9)	370,3%										
Resultado Operacional	43,4	54,0	-19,6%	18,1	140,4%	106,5	(20,5)											
Receitas Financeiras	21,6	26,7	-19,2%	35,0	-38,5%	100,0	152,4	-34,4%										
Despesas Financeiras	(34,5)	(43,3)	-20,4%	(63,1)	-45,4%	(159,3)	(133,9)	19,0%										
Variação Cambial Líquida	(55,4)	36,0		(159,0)	-65,2%	95,5	(252,1)											
Lucro antes do IR e CS	(24,9)	73,4		(169,0)	-85,3%	142,7	(254,1)											
IR e CS Corrente	3,8	-7,8				(13,0)	(10,3)	25,8%										
IR e CS Diferidos	-7,1	0,0		-22,9	-69,1%	(7,9)	(56,8)	-86,2%										
Lucro Líquido	(28,1)	65,6		(191,9)	-85,3%	121,9	(321,2)											

Demonstração de Fluxo de Caixa (R\$ Milhões)								
R\$ Milhões	4T25	3T25	Δ%	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
Fluxo de caixa das atividades operacionais								
Lucro antes do IRPJ e CSLL	(24,9)	73,4	-	(169,0)	-85,3%	142,7	(254,1)	-
Ajustes por:								
Variação cambial não realizada	75,2	8,8	751,3%	181,6	-58,6%	(34,1)	289,2	-
Despesas de juros líquidos	10,3	18,7	-44,7%	10,6	-2,6%	55,4	54,2	2,2%
Depreciação e amortização	14,4	13,6	6,1%	16,7	-13,7%	55,2	61,9	-10,8%
(Lucro) prejuízo da alienação de imobilizado e intangíveis	22,8	1,9	1120,8%	13,4	70,5%	29,4	17,9	63,8%
Baixa (reversão) de impairment	2,4	0,9	166,6%	1,0	137,6%	3,2	1,1	182,6%
Ajuste ao valor presente de contas a receber	12,5	2,4	411,8%	(11,5)	-	20,9	(14,3)	-
Ajuste ao valor presente de estoque	-	(10,7)	-	(23,6)	-	(33,4)	(23,6)	41,2%
Ajuste ao valor presente de fornecedor	0,1	7,8	-98,1%	34,1	-99,6%	25,1	34,1	-26,3%
Estimativa para perdas com crédito de liquidação duvidosa	3,9	4,4	-12,7%	(0,2)	-	22,6	23,1	-1,8%
Perda estimativa para ajuste ao valor realizável do estoque	(29,9)	6,2	-	(14,2)	110,6%	(11,7)	(134,9)	-91,3%
Provisão para riscos processuais, cíveis e tributários	9,7	51,6	-81,3%	(29,1)	-	57,8	(14,4)	-
Provisões para garantias	6,0	-	-	0,5	1049,4%	4,5	(8,3)	-
Crédito Financeiro	(86,7)	(48,1)	80,1%	(46,9)	84,8%	(218,2)	(153,5)	42,2%
Baixa líquida de mandato de segurança aquisições nacionais	-	(71,9)	-	-	-	(71,9)	-	-
Resultado financeiro com Precatórios	1,1	0,6	73,6%	(3,2)	-	(3,9)	(6,8)	-41,6%
Valor Justo Fundos de Investimento e Contrato de mútuo	(0,9)	(3,2)	-72,9%	8,6	-	(9,9)	(1,3)	636,6%
Resultado com instrumentos financeiros derivativos sem efeito caixa	(5,3)	17,6	-	(76,0)	-93,1%	111,4	(125,9)	-
Lucro Ajustado ao Caixa	10,7	74,1	-85,5%	(107,4)		145,1	(255,6)	

Demonstração de Fluxo de Caixa (R\$ Milhões)														
R\$ Milhões	4T25	3T25	Δ%	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%						
Fluxo de caixa das atividades de investimentos														
Aquisição de ativo imobilizado	(18,2)	(8,8)	106,1%	(12,1)	50,7%	(51,6)	(34,4)	50,1%						
Aquisição de intangível	-	(0,1)	-	(1,3)	-	(0,9)	(2,0)	-54,4%						
Alienação de Investimento Luby - Inova V	20,2	-	-	9,0	124,8%	20,2	9,0	124,8%						
Alienação de Investimento Watch - Inova V	23,7	-	-	-	-	23,7	-	-						
Desinvestimento FIP - Inova VII	15,0	-	-	-	-	15,0	-	-						
Desinvestimento FIP - Inova V (Ziyu)	9,0	-	-	-	-	9,0	-	-						
Contrato de Mútu conversível em participação societária Ziyu - Inova XI	(10,1)	-	-	-	-	(10,1)	-	-						
Contrato de Mútu conversível em participação societária Cashin - Inova XI	(9,2)	-	-	-	-	(9,2)	-	-						
Contrato de Mútu conversível em participação societária Intelipromo - Inova XV	(25,0)	-	-	-	-	(25,0)	-	-						
Combinação de negócios Expet	-	-	-	-	-	-	(1,6)	-						
Aportes em FIP - Indicador 2	(0,9)	(5,4)	-83,3%	(3,6)	-75,0%	(8,1)	(9,9)	-18,2%						
Investimentos em mútu conversível em participação societária - Inova V	-	-	-	(9,0)	-	0,0	(9,0)	-						
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	4,5	(14,4)		(17,0)		(37,0)	(47,9)	-22,7%						
Fluxo de caixa das atividades de financiamento														
Atuando em tesouraria	-	-	-	-	-	-	(10,8)	-						
Recursos provenientes de empréstimos e financiamentos	-	-	-	105,1	-	271,7	105,1	158,4%						
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(23,1)	(140,7)	-83,6%	(80,9)	-71,4%	(375,7)	(402,6)	-6,7%						
Pagamentos de passivos de arrendamento	(5,1)	(4,3)	17,9%	(5,9)	-13,9%	(17,5)	(17,9)	-2,6%						
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(28,2)	(145,0)	-80,5%	18,3		(121,5)	(326,1)	-62,8%						
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	1,0	(0,8)		3,7	-73,7%	(4,8)	6,7							
Aumento líquido/(diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	186,2	(28,5)		4,7	3900,9%	(88,0)	(301,4)	-70,8%						
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	470,3	498,9	-5,7%	739,9	-36,4%	744,6	1.406,0	-28,8%						
Caixa e Equivalentes de Caixa ao Final do Período	656,5	470,3	39,6%	744,6	-11,8%	656,5	744,6	-11,8%						

DISCLAIMER

As declarações contidas neste relatório relativas às perspectivas dos negócios do Grupo Multilaser, projeções e ao seu potencial de crescimento constituem-se em meras previsões e foram baseadas em nossas expectativas, crenças e suposições em relação ao futuro da Companhia. Tais expectativas estão sujeitas a riscos e incertezas, já que são dependentes de mudanças no mercado e no desempenho econômico geral do país, do setor e do mercado internacional, de preço e competitividade dos produtos, da aceitação de produtos pelo mercado, de flutuações cambiais, de dificuldades de fornecimento e produção, entre outros riscos, estando, portanto, sujeitas a mudanças significativas, não se constituindo garantias de desempenho.

Balancos Patrimoniais individuais e consolidados em 31/12/2025 e 2024 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024			2025	2024		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	532.944	607.474	656.538	744.553	Empréstimos e financiamentos	19	342.896	225.820	342.896	225.820
Contas a receber de clientes	7	1.305.886	1.026.961	1.355.728	1.127.058	Fornecedores	18	1.305.808	1.513.879	1.222.141	1.116.083
Partes Relacionadas	33	15.890	-	-	-	Obrigações trabalhistas e sociais	20	52.893	31.608	55.201	40.489
Estoques	8	1.266.253	1.138.543	1.339.478	1.497.297	Obrigações tributárias	21	21.400	6.936	26.030	19.538
Instrumentos financeiros derivativos	30.4(b)	3.374	30.765	3.374	30.765	Parcelamentos fiscais	22	68.315	61.847	68.315	61.847
Tributos a recuperar	9	239.450	198.673	257.844	226.727	Partes relacionadas	33	3.487	18.858	-	-
Despesas antecipadas		19.494	15.646	19.777	20.175	Instrumentos financeiros derivativos	30.4(b)	19.273	-	19.273	-
Outros ativos circulantes	12	10.982	-	21.151	4.824	Obrigações com garantia		38.885	34.122	38.885	34.122
		3.394.273	3.018.062	3.653.890	3.651.399	Juros sobre capital próprio e dividendos		40.750	-	40.750	-
Não circulante						Passivos de arrendamento	16	13.533	3.342	15.416	11.097
Realizável a longo Prazo						Outros passivos circulantes		58.316	36.279	61.431	42.695
Tributos diferidos	31	122.206	87.669	125.735	132.831	Passivo de contrato com clientes	17	9.849	29.309	9.890	30.296
Tributos a recuperar	9	603.101	617.111	635.012	650.267			1.975.405	1.962.000	1.900.228	1.582.283
Contas a receber de clientes	7	106.955	104.174	106.947	104.632	Não circulante					
Depósitos judiciais	23	24.949	30.152	24.949	30.152	Empréstimos e financiamentos	19	147.138	421.983	147.138	421.983
Partes relacionadas	33	-	-	82.423	29.500	Obrigações tributárias	21	13.371	12.526	13.370	214.485
Outros ativos não circulantes	12	12.815	20.802	53.491	26.699	Parcelamentos fiscais	22	91.889	142.254	91.890	142.254
Instrumentos financeiros derivativos	30.4(b)	1.772	24.531	1.772	24.531	Obrigações trabalhistas e sociais	20	24.281	18.628	24.281	21.942
Fundos de investimentos	11	120.244	106.940	120.244	134.597	Provisão para riscos processuais	23	79.671	12.611	79.671	15.819
		992.042	991.379	1.150.573	1.133.209	Passivos de arrendamento	16	27.235	8.735	28.814	18.189
Investimentos em coligadas e controladas	10	564.993	1.179.482	-	68.281	Provisão para perda de investimentos	10	9.436	9.230	-	-
Propriedades para investimentos	13	3.420	5.020	3.420	5.020			393.021	625.967	385.164	834.672
Imobilizado	14	319.821	238.047	369.964	371.087	Patrimônio líquido	24				
Intangível	15	23.125	36.225	33.938	52.318	Capital social	24.1	1.713.377	1.713.377	1.713.377	1.713.377
Ativos de direito de uso	16	38.850	11.497	41.705	27.386	Ajuste acumulado de Conversão		1.548	6.348	1.548	6.348
		950.209	1.470.271	449.027	524.092	Gastos com emissão de ações	24.1	(58.291)	(58.291)	(58.291)	(58.291)
Total do não circulante		1.942.251	2.461.650	1.599.600	1.657.301	Reservas de capital	24.2.(c.1)	975.378	975.378	975.378	975.378

continuação

GRUPO MULTI S.A. | CNPJ nº 59.717.553/0001-02

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido										
Exercícios findos em 31/12/2025 e 2024 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)										
	Nota	Capital social	Gastos com emissão de ações	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva para compra de ações em Tesouraria	Reserva para investimento	Ações em tesouraria	Lucros/Prejuízos acumulados
Saldos em 31/12/2023		1.713.377	(58.291)	975.378	88.735	951.163	22.711	369.717	(9.216)	3.217.030
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	(321.233)
Ajuste acumulado de conversão		-	-	-	-	-	-	-	-	6.714
Destinações:										
Aquisição de ações da própria companhia		-	-	-	-	-	-	(10.766)	-	(10.766)
Absorção de prejuízos acumulados		-	-	-	-	(787.694)	(369.717)	-	-	1.157.411
Saldos em 31/12/2024		1.713.377	(58.291)	975.378	88.735	163.469	22.711	(19.982)	6.348	2.891.745
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	121.899
Ajuste acumulado de conversão		-	-	-	-	-	-	-	-	(4.800)
Destinações:										
Reserva legal	24.2(a)	-	-	-	6.095	-	-	-	-	(6.095)
Baixa de ações da própria companhia		-	-	-	-	-	-	-	4	4
Dividendos mínimo obrigatório	24.2(c.3)	-	-	-	-	-	-	-	-	(28.951)
Dividendos proposto	24.2(c.3)	-	-	-	-	-	-	-	-	(11.799)
Reserva para investimento	24.2(c.3)	-	-	-	-	-	-	75.054	-	(75.054)
Saldos em 31/12/2025		1.713.377	(58.291)	975.378	94.830	163.469	22.711	75.054	1.548	2.968.098

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31/12/2025 e 2024 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: a) **A Companhia:** O Grupo Multi S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto com ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão) sob o código MLAS3, domiciliada no Brasil com sede na cidade de São Paulo. Possui dois complexos industriais, sendo um em Extrema - MG e outro em Manaus - AM, com mais de 128.000 m2, detentora de um portfólio abrangente e diversificado de produtos. A emissão das Demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 25 de março de 2026. Tem como atividades preponderantes a importação, fabricação, venda, distribuição e pós-venda de diversos produtos, dentre eles tablets, smartphones, notebooks, pen drives, chips de memória, acessórios de informática, eletroportáteis, instrumentos de saúde, redes de telecomunicações, áudio e vídeo, brinquedos, pets e puericultura, oferecidos sob marcas próprias e marcas licenciadas, inclusive via terceirização de fabricação de produtos distribuídos a milhares de clientes varejistas e no comércio eletrônico. Em 31/12/2025, a Companhia possuía seis empresas controladas diretas e três fundos exclusivos indiretos: • **Multilaser Indústria de Equipamentos de Informática, Eletrônicos e Ópticos Ltda. ("BRC"):** é uma sociedade empresarial limitada, fundada em 2013, também localizada no município de Extrema - MG, cujo objeto social consiste na produção de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos. • **Giga Indústria e Comércio de Produtos de Segurança Eletrônica S.A. ("GIGA"):** é uma sociedade anônima de capital fechado, adquirida em março de 2017, localizada em Manaus-AM, cujo objeto social consiste na comercialização, industrialização e desenvolvimento de equipamentos eletrônicos, informática, segurança eletrônica, áudio e vídeo e fabricação de motocicletas elétricas e a combustão. Em 02/06/2025, foi feita a cisão parcial da Giga, com versão do ativo líquido cindido para a incorporação de sua controladora, com sucesso de todos os bens, direitos e obrigações. Permaneceu na controlada a fabricação de motocicletas elétricas e a combustão. • **Lojas Multilaser - Comércio Varejista Ltda. ("Loja"):** Loja física própria, localizada na cidade de São Paulo - SP, cuja operação está temporariamente paralisada. • **Watts Comércio de Patinetes Elétricos e de Veículos Recreativos EIRELI. ("Watts"):** é uma sociedade empresarial, adquirida em 18/03/2022, com sede em Londrina, Estado do Paraná, cujo objeto social é a fabricação e comercialização de patinetes, longboards, motonetas e outros veículos elétricos. • **Multilaser Global Limited. ("Global"):** é uma sociedade limitada, fundada em 21/03/2022, localizada em Hong Kong, conforme o Artigo 622 da "Lei das Sociedades" de Hong Kong, cuja operação se iniciou no dia 15/08/2023. • **Laser Brasil Distribuição Ltda. ("Laser"):** é uma sociedade limitada, fundada em 12/11/2025, ainda em fase pré-operacional, localizada na cidade de Serra, Estado do Espírito Santo, cujo objeto social é, principalmente, o comércio atacadista de equipamentos eletrônicos de uso pessoal e doméstico. • **Inova V Fundo de Investimento em Participações - Empresas Emergentes ("FIP Inova V") e Inova XV Fundo de Investimento em Participações - Empresas Emergentes ("FIP Inova XV"):** Fundo de investimento exclusivo, sob a forma de condomínio fechado, regido pelo disposto nas instruções CVM 175/22 e 579/16, pelo Código ABV/CAP/ANBIMA, além das Regulamentações MCTI (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação) e SUFRAMA envolvidas, bem como pelas demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis. No recorte da Zona Franca de Manaus, a Portaria Conjunta MDIC/SUFRAMA nº 1/2024 estabelece que os recursos da Lei nº 8.387/1991 podem ser aplicados em FIPs (ou fundos com classe de cotas FIP) fechados e exclusivos, dedicados à capitalização de EBTs e com referência expressa à observância da Portaria, além de exigir que a EBT investida possua estabelecimento formal na Amazônia Ocidental (ou Amapá) e utilize os recursos para o desenvolvimento do negócio (incluindo despesas de PD&I, entre outras categorias). • **Inova XI Fundo de Investimento em Participações - Inova IA Tech Multiestratégia ("FIP Inova XI"):** Fundo de investimento exclusivo, sob a forma de condomínio fechado, regido pela regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") aplicável a fundos (incluindo a Resolução CVM nº 175/2022, referida nos normativos setoriais) e, quando utilizado como veículo de cumprimento de obrigações de PD&I com recursos incentivados, pelas regras específicas do MCTI (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação). No âmbito nacional, a Lei nº 8.248/1991 (Lei de Informática) prevê a aplicação de parcela das obrigações de PD&I via FIPs destinados à capitalização de empresas de base tecnológica EBTs (Entidade de Investimento), com a especificidade da tese de investimentos voltada às soluções em Inteligência Artificial. A Portaria MCTI nº 8.780/2024 regulamenta esses critérios para FIPs autorizados pela CVM, definindo conceitos (como EBT) e condições mínimas de estrutura e política de investimento do fundo/classe voltada exclusivamente à capitalização de EBTs, como norma complementar à CVM. **1.1 Eventos Relevantes no exercício: Cisão parcial Giga:** Em assembleia geral extraordinária (AGE) realizada em 02/06/2025 foi aprovada a cisão parcial da controlada Giga, com versão do ativo líquido cindido para a Controladora, trazendo assim sinergia e ganhos econômicos e operacionais para a Companhia. Vide nota explicativa nº 5. **Captação de Recursos junto ao BNDES:** Em 07/10/2025, a Companhia celebrou um Contrato de Financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no âmbito do programa "BNDES Mais Inovação". O financiamento destina-se a apoiar o Plano Estratégico de Inovação e Indústria 4.0 da Companhia ("Projeto"), focado na digitalização e na integração de processos e sistemas das unidades localizadas em Manaus/AM e Extrema/MG. O valor total da operação foi de R\$ 294.100 (duzentos e noventa e quatro milhões e cem mil reais) e esteve estruturado em 2 (dois) subcréditos, cada um no montante de até R\$ 147.050.

Subcrédito	Custo Financeiro
1º Subcrédito	Taxa Referencial (TR) acrescida de 2,70% ao ano.
2º Subcrédito	Varição do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), acrescida de uma taxa prefixada de 7,70% ao ano e de um spread de 1,10% ao ano.

Em 25/03/2026, a Companhia recebeu a 1ª parcela de financiamento junto ao contrato de financiamento firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no montante de R\$ 50.000. **Resultado Desfavorável do CARF e Próximas Medidas da Companhia:** A Companhia informou ao mercado em 16/10/2025 sobre o resultado do julgamento de Processos Administrativos Fiscais (PAFs) pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF). Os processos julgados (nº 15165.720019/2022-84, 15165.720020/2022-17 e 15165.720021/2022-53) somaram R\$ 1.158.302.062,72 — maiores detalhes constam na Nota Explicativa nº 23.b (Provisões para riscos processuais, itens I e II). Houve um empate na votação (três votos favoráveis e três desfavoráveis). Pela Lei nº 14.689/2023 (voto de qualidade), o desempate foi dado pelo Presidente da Turma, resultando em uma decisão desfavorável à Companhia. A Companhia discordou da decisão e, após analisar o teor completo do julgamento com seus advogados, decidiu tomar todas as medidas judiciais cabíveis para defender seus direitos e interesses. Enfatiza-se que tanto o escritório de advocacia patrono da ação quanto o segundo escritório de renome continuaram a manter o prognóstico de perda possível, com convergência de opiniões quanto à solidez dos argumentos de defesa que a Companhia possui. **Distribuição de dividendos:** Em 29/12/2025, a Companhia aprovou a distribuição de dividendos no montante total de R\$ 40.750, sendo R\$ 28.951 dos 25% obrigatório e R\$ 11.799 adicional. Os dividendos ora declarados tiveram como lastro o lucro líquido do exercício social de 2025, conforme apurado no 3º (terceiro) trimestre de 2025 por meio das informações financeiras trimestrais na data-base de 30/09/2025 (3º ITR 2025). Os dividendos foram pagos em 13/01/2026, à vista, mediante crédito em conta corrente. Na data do pagamento dos Dividendos, a Companhia creditou o Dividendo devido a cada acionista, segundo o número de ações ordinárias de sua titularidade na data-base de 05/01/2026. **2. Apresentação e elaboração das Demonstrações financeiras individuais e consolidadas: 2.1 Declaração de conformidade:** As Demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM/CFE e conforme as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards (IFRS)* emitidas pelo *IFRS Accounting Standards*. As políticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs) e resoluções e instruções emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As Demonstrações financeiras indi-

Controladas	Principal Atividade	País	UF	Participação	
				2025	2024
BRC	Produção de memórias	Brasil	MG	100%	99,99%
GIGA	Fabricação das motocicletas elétricas e a combustão.	Brasil	AM	100%	100%
Loja	Comércio varejista	Brasil	SP	99,99%	99,99%
Watts	Fabricação e comercialização de patinetes, longboards, motonetas e outros veículos elétricos.	Brasil	SP	100%	100%
Global	Realização compra e venda de produtos acabados com clientes e fornecedores no exterior.	Hong Kong	-	100%	100%
Laser	Comércio atacadista de equipamentos eletrônicos de uso pessoal e doméstico.	Brasil	ES	100%	-
Fundo de Investimento exclusivo	Principal Atividade	País	UF	2025	2024
FIP Inova V	Investimento em start-ups de base tecnológica	Brasil	AM	100%	100%
FIP Inova XI	Investimento em start-ups de base tecnológica	Brasil	SP	100%	-
FIP Inova XV	Investimento em start-ups de base tecnológica	Brasil	AM	100%	-

As controladas e os FIP's Inova V, Inova XI e Inova XV são consolidados integralmente a partir da data da sua fundação, ou a partir da data em que a Companhia obteve o seu controle efetivo. As Demonstrações financeiras individuais e consolidadas são elaboradas com base nas informações contábeis das controladas e dos FIP's Inova V, Inova XI e Inova XV, que utilizam as mesmas políticas contábeis em sua elaboração. O exercício social das controladas

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31/12/2025 e 2024 (Em milhares de Reais exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		121.349	(260.893)	142.717	(254.087)
Resultado antes do IRPJ e CSLL		-	-	-	-
Ajustes por:					
Equivalência patrimonial	10	(70.077)	(77.114)	-	-
Variação cambial não realizada		(37.090)	231.196	(34.129)	289.211
Despesas de juros líquidos		60.135	52.051	55.393	54.212
Depreciação e amortização	14, 15 e 16	38.772	33.081	55.183	61.880
(Lucro) prejuízo da alienação de imobilizado ativos		-	-	-	-
imobilizados e intangíveis	14 e 15	49.430	6.344	30.145	17.941
Ajuste ao valor presente de					
Baixa/(reversão) de impairment		2.484	1.147	2.484	1.147
contas a receber	7	20.891	(14.258)	20.891	(14.258)
Ajuste ao valor presente de estoque	8	(24.680)	(14.806)	(33.378)	(23.647)
Ajuste ao valor presente de fornecedor	18	21.036	20.377	25.118	34.070
Estimativa para perdas com crédito de liquidação duvidosa	7	25.946	20.908	22.647	23.059
Perda estimativa para ajuste ao valor realizável do estoque	8	(16.518)	(139.331)	(11.747)	(134.880)
Provisão para riscos processuais	23	60.260	(16.129)	57.783	(14.366)
Provisões para garantias		4.467	(8.608)	4.467	(8.312)
Crédito Financeiro	9	(207.665)	(147.989)	(218.233)	(153.504)
Reversão líquida do saldo a pagar de Pis/cofins relacionado aos créditos de Pis/cofins	9, 21 e 28	(71.911)	-	(71.911)	-
Resultado Financeiro com precatórios		(3.945)	(6.760)	(3.945)	(6.759)
Equivalência patrimonial dos Fundos de Investimento		8.448	(4.808)	(9.863)	(1.339)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos sem efeito caixa		111.431	(96.834)	111.431	(125.930)
92.763		(422.426)	145.053	(255.562)	
Variáveis patrimoniais					
Contas a receber de clientes	7	(144.433)	(190.396)	(294.758)	(115.999)
Estoques	8	384.841	352.920	202.944	182.667
Créditos tributários		107.986	74.702	77.344	86.364
Outros ativos		40.829	45.692	17.270	(7.272)
Fornecedores	18	(216.603)	(361.673)	(71.360)	(346.149)
Obrigações tributárias		(39.699)	(75.093)	(35.812)	(51.063)
Contas a pagar		(2.587)	(16.498)	15.381	(36.302)
Derivativos pagos/recebidos		(42.008)	(30.854)	(42.008)	(30.854)
Juros pagos por empréstimos e financiamentos	19	(62.011)	(52.212)	(62.011)	(52.283)
IRPJ e CSLL pagos		-	-	(19.491)	-
26.315		469.934	(69.781)	321.407	
Caixa líquido gerado / (aplicado) nas atividades operacionais		119.078	47.508	75.272	65.845
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Alienação de Investimento Luby - Inova V		-	-	-	9.000
Alienação de Investimento Luby - Inova V		-	-	20.235	-
Alienação de Investimento Watch - Inova V		-	-	23.675	-
Aporte em FIP - Inova V (Ziyou)		-	-	-	(9.000)
Aporte em FIP - Inova XI	(22.557)	-	-	-	-
Aporte em FIP - Inova XV	(30.000)	-	-	-	-
Aporte em FIP - Indicador 2 IOT	(8.100)	(9.900)	(8.100)	(9.900)	-
Desinvestimento em FIP - Inova V (Ziyou)	-	-	9.000	-	-
Desinvestimento em FIP - Inova V (Watch)	61.405	-	-	-	-
Desinvestimento em FIP - Inova VII	14.956	-	14.956	-	-
Contrato de Mútuo conversível em participação societária Ziyou - Inova XI	-	-	(10.065)	-	-
Contrato de Mútuo conversível em participação societária Cashin - Inova XI	-	-	(9.224)	-	-
Contrato de Mútuo conversível em participação societária Intelponor - Inova XV	-	-	(25.000)	-	-
Redução de capital social - Controlada BRC	-	-	70.862	-	-
Aquisição de ativo imobilizado	14	(62.743)	(25.526)	(51.592)	(34.378)
Aquisição de intangível	15	(901)	(1.282)	(901)	(1.976)
Efeito de incorporação da Giga	5	761	-	-	-
Combinação de negócios Expet	-	-	-	(1.618)	-
(47.179)		34.154	(37.016)	(47.872)	
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Ações em tesouraria		4	(10.766)	4	(10.766)
Recursos provenientes de empréstimos e financiamentos	19	241.244	105.141	271.726	105.141
Pagamento de empréstimos e financiamentos	19	(375.731)	(402.588)	(375.731)	(402.552)
Pagamentos de passivos de arrendamento	16	(11.946)	(9.262)	(17.470)	(17.944)
Caixa líquido gerado / (aplicado) nas atividades de financiamento		(146.429)	(317.475)	(121.471)	(326.121)
Varição cambial sobre caixa e equivalência de caixa		-	-	(4.800)	6.714
Redução líquida do caixa e equivalentes de caixa		(74.530)	(235.813)	(88.015)	(301.434)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		607.474	843.287	744.553	1.045.987
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		532.944	607.474	656.538	744.553
Redução líquida do caixa e equivalentes de caixa		(74.530)	(235.813)	(88.015)	(301.434)

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

coincide com o da controladora, enquanto os dos FIP's Inova V, Inova XI e Inova XV tem o exercício social com início em 1º de março e encerramento no último dia de fevereiro de cada ano e, neste contexto, a Companhia fez as adequações necessárias na consolidação. Os principais procedimentos de consolidação estão descritos no item 4.1. **Informações por segmento (Nota Explicativa nº 35):** Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações contábeis separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na definição sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. A Companhia utiliza os segmentos abaixo e avalia o desempenho a nível de lucro bruto operacional de cada segmento, o que propicia um melhor gerenciamento das suas operações: • Consumer Tech; • Corporativo; • Consumer Especializado. **2.5 Reclasseificação para melhor comparabilidade:** A Administração da Companhia, com objetivo de aprimorar a apresentação das Demonstrações financeiras individuais e consolidadas, realizou a reclasseificação dos valores referentes a "Verbas e abatimentos gerados para cliente", que anteriormente eram divulgados como ajuste do lucro líquido, nas Demonstrações dos fluxos de caixa. Esse valor passou a figurar como componente das variações patrimoniais do "Contas a receber", considerando sua classificação de acordo com o CPC 47 (Receita de Contrato com Cliente). A reclasseificação ocorre dentro das atividades operacionais, não havendo, portanto, alteração do caixa líquido gerado / (aplicado) nas atividades operacionais. A Companhia também fez reclasseificação dos valores referentes a "Ganhos com derivativos e Perdas com derivativos", que anteriormente eram divulgados como Receitas financeiras e Despesas financeiras, no Resultado Financeiro. Essa alteração foi efetuada estritamente entre itens da nota explicativa de Resultado Financeiro, não gerando, portanto, impacto no resultado líquido ou nas demais demonstrações contábeis. Apresentamos abaixo os efeitos dessas reclasseificações nos dados comparativos para o exercício findo em 31/12/2024:

continuação

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 26/03/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



continuação

GRUPO MULTI S.A. | CNPJ nº 59.717.553/0001-02

Demonstrações dos fluxos de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	Originalmente apresentado 2024	Reclassificação	Originalmente apresentado 2024	Reclassificação
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes do IRPJ e CSLL	(260.893)	(260.893)	(254.087)	(254.087)
Ajustes por:				
Equivalência patrimonial	(77.114)	– (77.114)	–	–
Varição cambial não realizada	231.196	– 231.196	289.211	– 289.211
Despesas de juros líquidos	52.051	– 52.051	54.212	– 54.212
Depreciação e amortização	33.081	– 33.081	61.880	– 61.880
(Lucro) prejuízo da alienação de imobilizado ativos imobilizados e intangíveis	6.344	– 6.344	17.941	– 17.941
Baixas de impairment	1.147	– 1.147	1.147	– 1.147
Ajuste ao valor presente de contas a receber	(14.258)	– (14.258)	(14.258)	– (14.258)
Ajuste ao valor presente de estoque	(14.806)	– (14.806)	(23.647)	– (23.647)
Ajuste ao valor presente de fornecedor	20.377	– 20.377	34.070	– 34.070
Estimativa para perdas com crédito de liquidação duvidosa	20.908	– 20.908	23.059	– 23.059
Verbas e abatimentos gerada para clientes	100.487	(100.487)	– 136.897	(136.897)
Perda estimativa para ajuste ao valor realizável do estoque	(139.331)	– (139.331)	(134.880)	– (134.880)
Provisão para riscos processuais	(16.129)	– (16.129)	(14.366)	– (14.366)
Provisões para garantias	(8.608)	– (8.608)	(8.312)	– (8.312)
Crédito Financeiro	(147.989)	– (147.989)	(153.504)	– (153.504)
Resultado Financeiro com precatórios	(6.760)	– (6.760)	(6.759)	– (6.759)
Equivalência patrimonial dos Fundos de Investimento	(4.808)	– (4.808)	(1.339)	– (1.339)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos sem efeito caixa	(96.834)	– (96.834)	(125.930)	– (125.930)
(321.939) (100.487) (422.426) (118.665) (136.897) (255.562)				
Variações patrimoniais				
Contas a receber de clientes	(290.883)	100.487 (190.396)	(252.896)	136.897 (115.999)
Estoque	352.920	– 352.920	182.667	– 182.667
Créditos tributários	74.702	– 74.702	86.364	– 86.364
Outros ativos	45.692	– 45.692	(7.272)	– (7.272)
Fornecedores	361.673	– 361.673	346.149	– 346.149
Obrigações tributárias	(75.093)	– (75.093)	(51.063)	– (51.063)
Contas a pagar	(16.498)	– (16.498)	(36.302)	– (36.302)
Derivativos pagos/recebidos	(30.854)	– (30.854)	(30.854)	– (30.854)
Juros pagos por empréstimos e financiamentos	(52.212)	– (52.212)	(52.283)	– (52.283)
369.447 100.487 469.934 184.510 136.897 321.407				
Caixa líquido gerado / (aplicado) nas atividades operacionais	47.508	– 47.508	65.845	– 65.845
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	34.154	– 34.154	(47.872)	– (47.872)
Caixa líquido gerado / (aplicado) nas atividades de financiamento	(317.475)	– (317.475)	(326.121)	– (326.121)
Varição cambial sobre caixa e equivalência de caixa	–	–	6.714	– 6.714
Redução líquida do caixa e equivalentes de caixa	(235.813)	– (235.813)	(301.434)	– (301.434)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	843.287	– 843.287	1.045.987	– 1.045.987
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	607.474	– 607.474	744.553	– 744.553
Redução líquida do caixa e equivalentes de caixa	(235.813)	– (235.813)	(301.434)	– (301.434)

	Controladora		Consolidado	
	Originalmente apresentado 2024	Reclassificação	Originalmente apresentado 2024	Reclassificação
Resultados financeiros:				
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicação financeira	66.807	– 66.807	81.568	– 81.568
Juros ativos	7.896	– 7.896	8.717	– 8.717
Atualizações monetárias ativas	5.637	– 5.637	7.625	– 7.625
Ajustes a valor presente	45.829	– 45.829	45.829	– 45.829
Ganhos com derivativos	169.472	(169.472)	169.472	(169.472)
Outras	8.480	– 8.480	8.633	– 8.633
304.121 (169.472) 134.649 321.844 (169.472) 152.372				
Despesas financeiras				
Juros passivos	(50.608)	– (50.608)	(53.173)	– (53.173)
Atualizações monetárias passivas	(33.990)	– (33.990)	(17.854)	– (17.854)
Perdas com derivativos	(67.960)	67.960	(67.960)	67.960
Despesas bancárias	(11.328)	– (11.328)	(13.351)	– (13.351)
Ajustes a valor presente	(20.377)	– (20.377)	(34.070)	– (34.070)
Outras despesas	(14.943)	– (14.943)	(15.430)	– (15.430)
(199.206) 67.960 (131.246) (201.838) 67.960 (133.878)				
Variações cambiais líquida				
Variações cambiais ativas	57.043	– 57.043	73.208	– 73.208
Variações cambiais passivas	(337.626)	– (337.626)	(426.795)	– (426.795)
Ganhos com derivativos	– 169.472	169.472	– 169.472	169.472
Perdas com derivativos	– (67.960)	(67.960)	– (67.960)	(67.960)
(280.583) 101.512 (179.071) (353.587) 101.512 (252.075)				
(175.668) – (175.668) (233.581) – (233.581)				

3. Novas normas, revisões e interpretações emitidas: 3.1 Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações: a) Normas emitidas pelo IASB e pelo Comitê de pronunciamentos contábeis (CPC). O IASB trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entraram em vigência a partir de 01/01/2026.

Pronunciamento	Alteração	Vigência
IFRS S1 – (Resolução CVM 217/2024) IFRS S2 – (Resolução CVM 218/2024)	Em 26/12/2023, a CVM aprovou a Resolução 193/23, que estabelece a opção voluntária da divulgação de relatórios de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, de acordo com as normas emitidas pelo International Sustainability Standard Board (“ISSB”), que fornecem novos requerimentos de divulgação sobre, respectivamente, riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade e divulgações específicas relacionadas ao clima. Dessa forma as companhias abertas, fundos de investimentos e companhias securitizadas poderão adotar tais padrões de forma antecipada para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024..	01/01/2026
Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7	Esclarece a classificação de ativos financeiros com características ESG, regras para desreconhecimento de passivos liquidados eletronicamente e descrições de instrumentos ‘non-recourse’.	01/01/2026
Melhorias Anuais (Vol. 11)	Promove correções e esclarecimentos em cinco normas (IFRS 1, 7, 9, 10 e IAS 7), incluindo a definição de “agente de fato” e mensuração de recebíveis.	01/01/2026
Contratos de Eletricidade (Condições Naturais)	Altera requisitos de “uso próprio” (own-use) e contabilidade de hedge para contratos de energia renovável dependentes de fatores naturais.	01/01/2026

A Administração da Companhia está avaliando os impactos práticos que tais alterações possam ter em suas Demonstrações financeiras consolidadas, especificamente no que tange à classificação de instrumentos financeiros e divulgações de ativos vinculados a metas de sustentabilidade. As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2026: Para as seguintes normas ou alterações, a Administração da Companhia espera que a aplicação da IFRS 18 tenha um impacto significativo na apresentação de suas Demonstrações financeiras futuras, especialmente na reclassificação de rubricas na demonstração do resultado. Em relação à IFRS 19, a Companhia não prevê sua aplicação para as demonstrações consolidadas do Grupo.

Pronunciamento	Alteração / Impacto Esperado	Início da Vigência
IFRS 18 – Apresentação e Divulgação	Substituirá a IAS 1 (CPC 26). Introduz categorias e subtópicos obrigatórios na demonstração do resultado, exige a divulgação de Medidas de Desempenho Definidas pela Administração (MPMs) em notas explicativas e aprimora os requisitos de agregação e desagregação de dados.	01/01/2027
IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública	Permite que subsidiárias elegíveis (sem responsabilidade pública e com controladora que publique demonstrações IFRS) utilizem registros reduzidos de divulgação ao aplicar as normas IFRS.	01/01/2027

A Reforma Tributária sobre o consumo, implementada a partir da Emenda Constitucional nº 132/2023 e regulamentada pelas Leis Complementares nº 214/2025 e nº 227/2026, introduziu mudanças estruturais relevantes no sistema tributário brasileiro. O novo modelo substitui o ICMS, o ISS, o PIS, o COFINS e o IPI por um sistema baseado na Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), no Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e no Imposto Seletivo (IS), com o objetivo de simplificar a tributação e aumentar a transparência na incidência sobre o consumo. A legislação complementar aprovada até o momento disciplinou aspectos centrais do novo regime, incluindo diretrizes para a administração do IBS e a criação do Comitê Gestor responsável por sua gestão, cuja implementação ocorrerá de forma gradual. A Reforma prevê um período de transição entre 2026 e 2032, durante o qual os modelos atual e novo coexistirão, de modo que os impactos definitivos sobre a apuração dos tributos dependerão da edição de normas infralegais e regulamentações adicionais ainda pendentes. A Administração acompanha de forma contínua a evolução legislativa e regulatória relacionada à Reforma Tributária, adotando as medidas necessárias para o atendimento das obrigações acessórias atualmente exigidas. Os ajustes finais em processos, sistemas e controles internos serão implementados à medida que o arcabouço regulatório seja integralmente concluído. Até o momento, não foram identificados efeitos relevantes nas informações contábeis, considerando que a aplicação plena do novo modelo ocorrerá ao longo do período de transição. Nesse contexto, a Companhia já promoveu as adequações necessárias para o destaque dos tributos nos documentos fiscais, em conformidade com as diretrizes legais aplicáveis, em linha com o princípio da transparência na tributação sobre o consumo e com as exigências previstas para o novo sistema. **4. Políticas contábeis materiais:** As principais políticas contábeis, julgamentos e premissas, adotadas de maneira consistente para a elaboração das informações contábeis, individuais e consolidadas são as seguintes: **a. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** A elaboração das informações contábeis individuais (Controladora) e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das informações contábeis. Estes julgamentos e estimativas se baseiam em premissas originadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo projeções de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. A seguir, destacam-se as principais transações que envolvem o uso de julgamentos e premissas que

dadas as fontes de incerteza nas estimativas futuras, outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço e a complexidade da essência de certas transações, podem gerar risco significativo de causar eventuais ajustes significativos no valor contábil dos ativos e passivos no exercício social seguinte: **Contas a receber (Nota Explicativa nº7):** • **Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD):** A Companhia estabeleceu uma matriz de perda esperada com base na média de perdas de crédito histórica, e a perda prevista ajustada a fatores prospectivos específicos do ambiente econômico na qual atua e por qualquer garantia financeira relacionada aos recebíveis para todo o saldo de contas a receber, como os seguros contratados. Com base na análise individual de cada um dos clientes, se necessário, a perda estimada para créditos de liquidação duvidosa é complementada, como por exemplo, quando há entrada do cliente em processo de recuperação judicial. No caso dos clientes inadimplentes, são realizadas cobranças através de contato direto e por meio de terceiros, tanto administrativa quanto judicialmente, se necessário. **Estoque (Nota Explicativa nº8):** • **Perda estimada no valor recuperável dos estoques:** As perdas estimadas ao valor recuperável de estoques são constituídas principalmente para: (i) cobrir perdas históricas de estoques da Companhia; (ii) estoques sem giro ou com giro lento e alta cobertura com previsão de realização incerta; (iii) a redução ao valor de mercado, para cobrir queda no preço de venda de alguns produtos adquiridos pela Companhia. Na redução ao valor de mercado, estão deduzidos do preço de venda, além dos custos dos estoques, as demais despesas de vendas atreladas à concretização da operação. **Tributos: Impostos a recuperar:** Ativos e passivos de tributos correntes referentes ao exercício corrente e exercício anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado. A Companhia efetua análises periódicas sobre os saldos dos créditos relativos a impostos a recuperar, para a tomada de medidas preventivas que visam a realização destes créditos e evitar que os saldos excedam sua capacidade de realização. • **IRPJ e CSLL diferidos:** O IRPJ e a CSLL diferidos são mensurados sobre as diferenças temporárias de cada exercício, usadas na apuração do lucro tributável, incluindo os saldos de prejuízo fiscal e a base negativa de CSLL, quando aplicável. O IRPJ e CSLL correntes e diferidos são reconhecidos no resultado da Companhia. A recuperabilidade dos impostos diferidos ativos é revisada anualmente, tendo seu reconhecimento contábil quando provável a disponibilidade de lucros tributáveis futuros para essa recuperação, baseada nas estimativas de lucro tributável futuro, para o período de 10 anos. A projeção de realização do saldo considera a utilização de prejuízos fiscais e bases negativas à limitação de compensação de 30% do lucro real do exercício. A projeção pode não se concretizar caso as estimativas utilizadas sejam divergentes das efetivamente realizadas, as quais foram analisadas considerando as projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros, avaliadas dentro do processo orçamentário aprovado pela Administração da Companhia. • **Subvenções governamentais:** As subvenções governamentais cedidas para a Companhia são reconhecidas à medida que as condições relacionadas à obtenção da subvenção são cumpridas. A Companhia é detentora da subvenção governamental junto aos Estados de Minas Gerais e Amazonas, o qual autoriza o diferimento do pagamento de ICMS nas entradas das mercadorias que especifica, em decorrência de importação direta do exterior, e assegura crédito presumido (estímulo no Amazonas) parcial para o ICMS nas saídas das mercadorias comercializadas pela Companhia. No Estado do Amazonas há também a subvenção em função da redução de 75% do valor do IRPJ sobre o lucro da exploração. Para todas as subvenções acima há a obrigatoriedade de não distribuição aos sócios dos benefícios recebidos na forma de subvenção governamental, portanto, os respectivos valores são reclassificados a partir da destinação do resultado do exercício para conta específica de “Reserva de lucros – incentivos fiscais” no patrimônio líquido. • **Incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro:** A interpretação Técnica CPC 22 – Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre o Lucro (IFRIC 23 – Uncertainty Over Income Tax Treatments), requer que as incertezas sobre o tratamento de tributos sobre o lucro sejam avaliadas quando do reconhecimento e mensuração desses tributos. Uma incerteza surge quando o tratamento aplicável a uma transação em particular não está claro na legislação tributária ou quando não está claro se a autoridade fiscal aceitará o tratamento adotado pela Companhia. Nessas circunstâncias, a entidade deve reconhecer e mensurar o seu ativo ou passivo fiscal, corrente ou diferido, aplicando os requisitos do CPC 32 / IAS 12 com base no lucro tributável (prejuízo fiscal), nas bases fiscais, nas perdas fiscais não utilizadas, nos créditos fiscais não utilizados e nas alíquotas fiscais, determinados com base nessa interpretação. **Valor de realização de precatórios (Nota Explicativa nº12):** A Companhia possui títulos precatórios junto ao Governo do Estado de São Paulo e do Rio de Janeiro. Desde 04/12/2017, por autorização dada pela Emenda Constitucional nº 94/2016, é facultado ao credor do precatório pleitear a antecipação do pagamento de seus créditos, mediante proposta de acordo de deságio máximo de 38% do valor do seu crédito atualizado. Em São Paulo, a Procuradoria Geral do Estado publicou em 26/04/2017, a Resolução PGE nº 13 disciplinando os procedimentos para celebração de acordos com os credores de precatórios. Os deságios aplicados pelas empresas privadas e instituições bancárias a precatórios do Estado de São Paulo é de no máximo 60% do valor do seu crédito atualizado. No Rio de Janeiro, devido ao fato de o Estado se encontrar adimplente com suas obrigações no regime atual vigente de pagamento de precatórios, pelo qual deve quitar seu estoque de precatórios até dezembro de 2029, os deságios aplicados pelas empresas privadas e instituições bancárias variam em média de 38% a 70%. A Companhia mantém esses montantes a valor justo em suas informações contábeis conforme percentuais de deságio a seguir: • **Estado de São Paulo:** 60%; • **Estado do Rio de Janeiro:** 70%. **Provisão para riscos processuais (Nota Explicativa nº23):** As provisões para contingências são reconhecidas quando há uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas Controladas revisam as estimativas e premissas trimestralmente, junto aos seus Assessores Jurídicos. **Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros (Nota Explicativa nº30):** O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. A Companhia utilizou a análise do fluxo de caixa descontado para cálculo de valor justo de diversos ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ativos estes não negociados em mercados ativos. **Taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário (Nota Explicativa nº 16):** A Companhia não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante. A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo. **b. Políticas contábeis materiais:** As principais políticas contábeis adotadas de maneira consistente para elaboração de todos os exercícios apresentados nessas Demonstrações financeiras individuais e consolidadas, são as seguintes: **4.1 Consolidação:** As Demonstrações financeiras individuais e consolidadas são elaboradas com base nas informações contábeis das controladas e do IPI Inova V, que utilizam as mesmas políticas contábeis em sua elaboração. O exercício social das controladas coincide com o da controladora. O processo de consolidação inclui os seguintes principais procedimentos: • Eliminação dos saldos das contas a receber e contas a pagar mantidos entre as empresas consolidadas; • Eliminação dos investimentos, proporcionalmente à participação da controladora nos patrimônios líquidos das controladas; • Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas; • Eliminação de lucros não realizados decorrentes de transações entre as empresas consolidadas, quando relevantes. **4.2 Moeda estrangeira: Moeda funcional e de apresentação:** A moeda funcional da controladora e a moeda de apresentação das Demonstrações financeiras individuais e consolidadas é o real, moeda principal do ambiente econômico no qual a Companhia atua. As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. **Empresas do Grupo com moeda funcional diferente:** Os resultados e a posição financeira da única entidade do Grupo cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue: i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço; ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações); iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”. Ágio e ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior, são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento. A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional, bem como das suas controladas no Brasil, é o Real. A Multiaser Global Limited, situada em Hong Kong, tem como moeda funcional o dólar americano. Desta forma, as transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação realizada. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações e nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários e não monetários são reconhecidos na demonstração do resultado. **4.3 Instrumentos financeiros:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. A Companhia tem instrumentos financeiros informados nas Demonstrações financeiras individuais e consolidadas, mas não adota a contabilidade de hedge. Os detalhes dos instrumentos financeiros e derivativos estão descritos na Nota Explicativa nº 30.4. **Ativos financeiros:** A Companhia reconhece um instrumento financeiro na data da negociação que se torna parte das disposições contratuais desses instrumentos. Inicialmente, o reconhecimento é efetuado pelo seu valor justo, e subsequentemente, a Companhia os classifica de acordo com sua designação e mensurados ao: • **Custo amortizado:** quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto; • **Valor justo por meio do resultado (VJR):** quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gere e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem como os resultados de suas flutuações no valor justo. A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas suas características de fluxos de caixa. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Passivos financeiros:** A Companhia reconhece os passivos financeiros na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como (i) passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, (ii) passivos financeiros ao custo amortizado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo. Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros estão classificados na categoria descrita a seguir: • **Passivos financeiros ao custo amortizado (substancialmente empréstimos e financiamentos):** após o reconhecimento inicial de empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa efetiva de juros. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio, ágio ou deságio na aquisição e taxas e custos que são integrantes do método de taxa efetiva. Outros passivos financeiros da Companhia nessa categoria incluem, principalmente, fornecedores e outras contas a pagar. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais liquidadas, retiradas ou pagas. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo montante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado. A Companhia não possui derivativos designados como hedge accounting para nenhum dos exercícios apresentados nessas Demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **4.4 Ativo circulante e não circulante:** Um ativo é classificado no circulante quando sua realização, ou pretensão de consumo ou venda ocorra em até um ano, ou seja, no decurso normal do ciclo operacional da entidade, ou o item está disponível para venda. Os ativos não incluídos nas situações abaixo são classificados como não circulantes. A seguir as principais políticas contábeis adotadas para os itens do ativo circulante e não circulante. • **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de

continuação

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 26/03/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



continuação

GRUPO MULTI S.A. | CNPJ nº 59.717.553/0001-02

valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. • **Contas a receber:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das perdas estimadas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. A Administração estabelece políticas de créditos para garantir um adequado gerenciamento de risco e limitar exposições que prejudicam o capital de giro da Companhia. Dentre as políticas adotadas, cabe destacar as seguintes: (i) avaliação prévia de liberação de crédito; (ii) estabelecimento de limites de exposição da carteira; (iii) seguro de crédito junto a instituições de primeira linha, quando necessário e dentro de limites pré-estabelecidos; (iv) venda de recebíveis sem direito a regresso para gerenciar o risco de exposição da carteira, quando necessário; (v) critério de atribuição de risco da carteira de clientes para fins de constituição de perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) a cada data de fechamento contábil; (vi) análise de sensibilidade das condições econômicas de mercado. A perda estimada para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização desses ativos. • **Ajuste a valor presente das contas a receber:** A Companhia ajusta a valor presente as contas a receber, quando nelas há um componente financeiro significativo incluso. As taxas de descontos utilizadas são as taxas implícitas nas respectivas transações. O ajuste a valor presente do ativo é registrado na rubrica "Contas a receber" com contrapartida na conta de "Receita de vendas". Sua reversão é registrada na rubrica "Receitas Financeiras" de acordo com a fruição de prazo. • **Estoque:** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projeto, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. • **Ajuste a valor presente de estoques e fornecedores:** A Companhia ajusta a valor presente os fornecedores estrangeiros de matéria-prima, quando nelas há um componente financeiro incluso. As taxas de descontos utilizadas são as taxas implícitas nas respectivas transações em dólar. O ajuste a valor presente do passivo é registrado na rubrica "Fornecedores" com contrapartida na conta de "Estoque". Sua reversão é registrada na rubrica "Custo do produto vendido" de acordo com o consumo do estoque, e em "Despesas Financeiras" pela fruição de prazo. • **Fundos de investimentos:** A Companhia investe em pesquisa e desenvolvimento através de aportes em fundos de investimentos por conta da Lei 13.969/2019 (Nova Lei da Informática), que instituiu um benefício fiscal, que é aproveitado por meio de um Crédito financeiro disponibilizado aos beneficiários da lei, que pode ser compensado com qualquer tributo federal (exceto IRPJ e CSLL sobre o lucro líquido calculado pela estimativa mensal). O valor deste benefício leva em conta o montante investido em pesquisa, desenvolvimento e inovação realizado pelas empresas beneficiárias baseado no total do faturamento de produtos que cumpram as regras do processo produtivo básico (PPB). Os fundos onde há influência significativa, mas não há controle são considerados ligados da Companhia e são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas informações contábeis. • **Investimentos:** Os investimentos da controladora em empresas controladas e nos fundos de investimentos exclusivos Nova V, Nova XI e Nova XV são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas informações contábeis individuais. • **Propriedades para investimento:** As propriedades para investimento são inicialmente reconhecidas pelos custos de aquisição, incluídos os custos da transação e subsequentemente ao valor justo, para refletir o seu valor de mercado na data do balanço. Sendo que quaisquer alterações no valor justo são reconhecidas no resultado. • **Ativos de direitos de uso (arrendamentos):** A Companhia aluga andares de prédios comerciais para sua área administrativa, galpões, armazéns e equipamentos para sua área produtiva e logística. Em geral, os contratos de aluguel são realizados por períodos fixos de dois a oito anos, porém eles podem incluir opções de prorrogação. Os contratos podem conter componentes de arrendamento e outros não relacionados aos arrendamentos. A Companhia aloca a contraprestação no contrato aos componentes de arrendamentos e de outros não relacionados aos arrendamentos com base nos preços isolados relativos. Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente. Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber; Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes. A Companhia não está exposta a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos variáveis com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso. Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir: o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento; o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos; o valor de custos diretos iniciais; e o custo de restauração (se houver). Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se a Companhia estiver razoavelmente certo de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente. Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo de equipamentos e veículos e todos os arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de 12 meses ou menos. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de T.I. e pequenos itens de mobiliário de escritório. • **Intangível:** Os ativos intangíveis compreendem os ativos sem substância física adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios, e os gerados internamente pela Companhia. São registrados pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização calculada pelo método linear e com base nos prazos estimados de recuperação. Os intangíveis da Companhia estão descritos na Nota Explicativa nº 15. **Ativo:** O ativo resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da: (i) contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na aquisição; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na aquisição em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado. Possuem vida útil indefinida. **Marcas registradas e licenças:** As marcas registradas foram adquiridas nas combinações de negócio realizadas pela Companhia, são reconhecidas pelo seu valor justo, e possuem vida útil indefinida. Os intangíveis com vida útil indefinida são objeto de avaliação anual, ou quando houver evidência, quanto ao seu valor recuperável (Impairment). **Carteira de Clientes:** As Carteiras de clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante o período no qual se espera o benefício de uso da carteira adquirida na combinação de negócios. **Know-how:** O know-how, registrado foi adquirido na combinação de negócios da Obabox Comércio de Tecnologia Ltda, foi reconhecido pelo valor justo na data da aquisição. Têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante o período no qual se espera o benefício de uso do know-how adquirido na combinação de negócios. **Softwares:** As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. • **Imobilizado:** O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada. Vida útil é o período de tempo durante o qual a entidade espera utilizar o ativo; ou o número de unidades de produção ou de unidades semelhantes que a entidade espera obter pela utilização do ativo. A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, determinada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica e/ou forma e frequência de uso de cada unidade. As taxas de depreciação dos bens do imobilizado, para o período findo de 31/12/2025 são as seguintes:

Descrição	Taxas anuais médias de depreciação
Edificações	1,97%
Máquinas, equipamentos e instrumentos	10,07%
Móveis, Equipamentos de informática, outros	17,15%

Os gastos com manutenção dos ativos da Companhia são alocados diretamente ao resultado do exercício, conforme são efetivamente realizados. Encargos financeiros são capitalizados ao ativo imobilizado, quando incorridos sobre imobilizações em andamento, se aplicáveis. A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada de cada grupo do imobilizado. Terrenos não são depreciados. **4.5 Redução do valor recuperável (Impairment):** Os ativos não financeiros, tais como ativo imobilizado, intangível e ativos de direito de uso, são submetidos a testes de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que seu valor contábil pode não ser recuperável ou no mínimo anualmente para os ágios e intangíveis sem vida útil definida. Quando o valor contábil desse ativo ao seu valor recuperável (isto é, o maior entre o valor em uso e o valor justo menos os custos da venda), uma perda é reconhecida para trazer o valor contábil desse ativo ao seu valor recuperável. Quando não é possível estimar o valor recuperável de um ativo individual, o teste de impairment é realizado em sua unidade geradora de caixa (UGC); o menor grupo de ativos ao qual o ativo pertence e para o qual existem fluxos de caixa separadamente identificáveis. **4.6 Passivos circulantes e não circulantes:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Um passivo é classificado no circulante quando sua liquidação ocorra em até doze meses, sendo todos os outros passivos, classificados como não circulante. **Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são desreconhecidos quando a obrigação contratual é extinta, cancelada ou expirada. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha o direito, na data do balanço, de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a referida data. As cláusulas contratuais restritivas ("covenants") que a Companhia é obrigada a cumprir, até a data do balanço, são consideradas na classificação dos empréstimos como circulante ou não circulante. Contudo, aquelas que a Companhia é obrigada a cumprir após a data do balanço não afetam a classificação na data do balanço, mas são objeto de divulgação nas informações contábeis. **Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal da operação da Companhia, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros, bem como para o caso de fornecedores estrangeiros, são atualizados pela variação cambial. **Parcelamentos fiscais:** Referem-se aos tributos parcelados derivados de autos de infração, ou mesmo denúncia espontânea junto a Secretaria da Fazenda dos Estados, no caso de Parcelamento de ICMS (Impostos sobre circulação de mercadorias e serviços) e parcelamentos realizados anteriormente pelas empresas incorporadas Proinox e Expet junto à Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Os pagamentos a serem realizados nos próximos doze meses são classificados como passivos circulantes, e o restante como passivo não circulante. O reconhecimento inicial incorpora o valor do tributo, multas e outros encargos. Subsequentemente, são mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **Passivos de contratos com clientes:** Referem-se aos pagamentos recebidos dos clientes antes de satisfazer a obrigação de desempenho nos termos do contrato, ou verbais comerciais e outros abatimentos que o cliente terá direito a descontar nas próximas compras. **Provisões:** As provisões são reconhecidas sempre que houver uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado; quando for provável que será necessária uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e a Companhia possa estimar confiavelmente o valor da obrigação. **4.7 IRPJ e CSLL (Nota Explicativa nº 31):** IRPJ e CSLL corrente: O IRPJ e a CSLL são calculados com base nas alíquotas de 15% para IRPJ, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente anual de R\$ 240 mil na Controladora e em todas as Controladas, exceto na GIGA Indústria e Comércio e na Multilaser Indústria de Equipamentos de Informática, onde há a redução de 75% do IRPJ do lucro da exploração, fazendo com que a alíquota de cálculo seja de aproximadamente 6,25% para IRPJ e seu adicional. Essa redução é detalhada na Nota Explicativa nº 31.(b) - IRPJ e CSLL. Para todas as empresas, a alíquota da CSLL sobre o lucro líquido é de 9%. A despesa de imposto corrente corresponde ao imposto a pagar calculado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste relacionado aos exercícios anteriores. O IRPJ e a CSLL corrente, são reconhecidos no balanço patrimonial como um passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos, que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ativos e passivos fiscais correntes não são compensados, exceto se pertencerem a um mesmo ano fiscal, e são apresentados de forma que reflitam um direito ou uma obrigação fiscal. **IRPJ e CSLL diferidos:** O IRPJ e a CSLL diferidos são reconhecidos sobre os prejuízos fiscais e as diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de informações contábeis e os valores utilizados para fins de tributação, sempre que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. O IRPJ e a CSLL diferidos são reconhecidos como despesa ou receita de IRPJ e CSLL diferidos. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão das diferenças temporárias tributáveis. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente. A Companhia revisa os ativos fiscais diferidos a cada data de balanço e se houver evidências de que sua realização não seja mais provável, os ativos fiscais diferidos são reduzidos. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são apresentados de forma líquida no balanço patrimonial como no grupo de não circulantes. **Dividendos e juros sobre capital próprio:** A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio efetuada pela Administração da Companhia é registrada como passivo circulante, por ser considerada uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia. **4.8 Resultado por ação: Básico:** O lucro/prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais durante o exercício. **Diluído:** O resultado diluído por ação é calculado por meio da divisão do resultado líquido atribuído aos detentores de ações da Controladora pela quantidade média ponderada de ações que seriam emitidas na conversão de todas as ações potenciais, diluídas em ações ordinárias. Não existem agentes diluidores no resultado por ação. O percentual de diluição está demonstrado na Nota Explicativa nº 29. **4.9 Ações em tesouraria:** Quando a Companhia adquire ações do seu próprio patrimônio líquido, tais ações são colocadas em tesouraria. O valor da contraprestação paga, o qual inclui os custos diretamente atribuíveis é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas, classificadas como ações em tesouraria, são apresentadas como dedução da reserva de lucro, cujo saldo foi utilizado. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reserva de capital. **4.10 Demonstração de valor adicionado:** A Companhia está apresentando a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, como requerimento da legislação societária brasileira e pelas políticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Companhias abertas. As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Desta forma, para fins das normas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação adicional. **4.11 Reconhecimento de receita:** • **Receita de vendas:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo. A receita é reconhecida quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando há a satisfação de obrigação de desempenho perante seus clientes, conforme determinado no contrato. A principal medida de desempenho é a entrega dos produtos ao cliente, no local designado por ele, efetivando assim a transferência de controle dos bens. • **Obrigações com garantia:** A Companhia, dentro do seu programa de pós-venda, estabelece determinadas políticas de trocas e reembolso a seus clientes. Visando a cobertura com esses gastos, são realizadas estimativas para cobertura de custos com garantia em função da expectativa de acionamento da garantia pelo consumidor. Tais estimativas são efetuadas com base nos custos efetivos e visam a cobertura do período de garantia a que o consumidor tem direito, após a aquisição do produto, e são lançadas na rubrica de Despesas com Vendas em contrapartida da rubrica Obrigações com garantia no passivo circulante. • **Receita e despesa financeira:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, ajuste a valor presente, atualizações monetárias ativas, rendimentos de aplicações financeiras, ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos derivativos que são reconhecidos no resultado, bem como outras receitas operacionais. A receita de juros é reconhecida no resultado do exercício, por meio do método dos juros efetivos e na competência de sua incidência. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, atualizações monetárias passivas, taxas e despesas bancárias e perdas nos instrumentos derivativos que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimo que

não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são registrados no resultado por meio do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida. **5. Reorganização societária (Cisão parcial de controlada e incorporação pela controladora):** 5.1 Descrição da Operação: Em 02/06/2025, o Grupo Multi S.A. ("Companhia" ou "Multi"), uma companhia aberta e controladora integral da GIGA Indústria e Comércio de Produtos de Segurança Eletrônica S.A. ("Giga" ou "Cindida"), aprovou a cisão parcial de sua subsidiária Giga, com a versão do acervo líquido cindido para a própria Multi. A operação foi devidamente registrada em 06/06/2025. A cisão parcial foi motivada pela busca de simplificação operacional, obtenção de sinergias e redução de custos operacionais e administrativos dentro do Grupo. Adicionalmente, a operação atende a fins regulatórios específicos relacionados à fabricação de motocicletas elétricas e a combustão. O acervo cindido compreende os bens, direitos e obrigações referentes à matriz da Giga (CNPJ nº 17.122.802/0001-77) e suas filiais de depósito fechado (CNPJ nº 17.122.802/0005-09 e CNPJ nº 17.122.802/0004-10). Como consequência da cisão parcial, esses estabelecimentos foram declarados extintos. A filial de mobilidade (CNPJ: 17.122.802/0003-39) foi excluída do acervo cindido e, a partir da reorganização, passou a ser identificada como a nova matriz da Giga. Em decorrência da operação, o capital social da Giga foi reduzido de R\$ 26.346.290,00 para R\$ 500.000,00, com o cancelamento de 25.846.290 ações. **5.2 Mensuração Contábil:** Por se tratar de uma transação entre entidades sob controle comum (Giga é uma subsidiária integral da Multi), a incorporação da parcela cindida foi contabilizada pelo valor contábil (valor de livros) dos ativos e passivos da Giga na data da cisão. Um laudo de avaliação patrimonial contábil foi elaborado com data-base em 31/12/2024. Considerando que a operação é uma reorganização entre entidades sob controle comum, não houve reconhecimento de ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) ou ganho proveniente de compra vantajosa. **5.3 Impactos Financeiros:** A operação de reorganização societária resultou na transferência dos seguintes valores de ativos e passivos da Giga para o Grupo Multi S.A., conforme os valores verificados (parcela cindida) registrados na data da cisão: A operação resultou na mera substituição contábil do valor da participação societária detida pela Companhia na Giga. Assim, embora a Multi tenha absorvido os ativos e passivos da parcela cindida, não houve alteração no capital social da Companhia (Multi) nem no seu patrimônio líquido total como resultado direto da transação, tratando-se de uma reorganização interna de controle. Segue abaixo os valores da Controlada Giga que foram incorporados a Companhia:

Descrição	Contas	R\$
Caixa e Equivalentes de Caixa		761
Contas a Receber de clientes		184.127
Partes Relacionadas		999.052
Estoques		471.353
Tributos a recuperar		91.870
Despesas Antecipadas		5.330
Outros ativos não circulantes		2.979
Fundos de Investimento		162.201
Imobilizado		100.967
Intangível		4.339
Ativos de direito de uso		10.149
ATIVO		2.033.128
Empréstimos e financiamentos		33.322
Fornecedores		685.687
Obrigações trabalhistas e sociais		11.725
Obrigações tributárias		213.819
Partes Relacionadas		282.054
Passivos de Arrendamento		10.956
Outros passivos circulantes		5.318
Provisão para riscos processuais		886
PASSIVO		1.243.767
Baixa Investimentos		789.361

6. Caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora	Consolidado
	2025	2024
Bancos	4.120	18.117
Aplicações financeiras	528.824	589.357
	532.944	607.474

As aplicações financeiras são compostas por investimentos de curto prazo com liquidez imediata, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, sujeitos a um risco remoto de mudança de valor. São representadas por papéis com lastro em Certificado de Depósito Interbancário (CDI) contratados com instituições com rating AAA ou AA+, e renderem em média 101,05% do CDI em 31/12/2025 (101,5% em 31/12/2024). A receita gerada por esses investimentos é registrada como receita financeira no resultado do período. **7. Contas a receber:** Composição das contas a receber de clientes:

	Controladora	Consolidado
	2025	2024
Duplicatas a vencer	1.274.932	1.078.582
Duplicatas vencidas (**):		
De 1 a 30 dias (**)	106.360	24.584
De 31 a 60 dias	25.145	10.570
De 61 a 90 dias	22.404	10.487
De 91 a 180 dias	6.571	14.906
Acima de 180 dias	185.921	153.661
	346.401	214.208

	2025	2024
Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa - PECLD	(169.231)	(143.285)
Ajuste a valor presente - AVP	(39.261)	(18.370)
	1.412.841	1.131.135

	2025	2024
Desmembramento:		
Ativo circulante	1.305.886	1.026.961
Ativo não circulante	106.955	104.174
	1.412.841	1.131.135

Movimentação da perda esperada no contas a receber

	Controladora	Consolidado
	2025	2024
Saldo inicial	(143.285)	(122.377)
Adições / Reversões	(25.640)	(21.182)
Baixas	4.829	274
Incorporações das subsidiárias (**)	(5.135)	-
Saldo final	(169.231)	(143.285)

(*) Referente à faixa de aging: "Acima de 180 dias", existem valores a receber junto ao canal "Governo", no montante de R\$ 24.005 no exercício findo em 31/12/2025 e de R\$ 24.815 no exercício findo em 31/12/2024. O risco de inadimplência deste canal é baixo, embora os pagamentos sejam realizados em atraso, os compromissos são cumpridos pelos entes governamentais. (**) Dos valores apresentados como vencidos no exercício findo em 31/12/2025, referentes a vendas realizadas, a Companhia já recebeu o montante de R\$ 166.104, até a emissão destas Demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As vendas a prazo foram trazidas ao valor presente à data das transações com base na taxa estimada pelo prazo de recebimento, quando nelas há um componente financeiro incluso. As taxas de descontos utilizadas são as taxas implícitas nas respectivas transações baseadas na taxa livre de risco (CDI) Certificado de Depósito Interbancário e variaram entre 13,15% e 14,90% a.a. no exercício findo em 31/12/2025 (entre 10,40% e 12,15% a.a. em 2024). O ajuste a valor presente é reconhecido no resultado na conta de receitas, e tem como contrapartida o Contas a receber. A sua reconspicção é registrada como receita financeira no resultado financeiro. Os empréstimos bancários descritos na Nota Explicativa nº 19 - Empréstimos e financiamentos, estão em parte garantidos por R\$ 209.323 de duplicatas a receber. (***) O valor de R\$ 5.135 refere-se à parcela de perda estimada de crédito de liquidação duvidosa atribuída ao montante de contas a receber que foi incorporada pela Controladora, e já tinha sido considerado no cálculo da provisão da parte incorporada originária da Giga. **8. Estoques:** Composição dos estoques:

	Controladora	Consolidado
	2025	2024
Produtos acabados	719.578	687.010
Matérias-primas	439.826	335.265
Importações em andamento	187.326	158.359
Adiantamento de importação em andamento	35.930	35.729
Material de embalagem	14.585	12.497
Perda estimada para ajuste de valor realizável líquido dos estoques	(109.418)	(81.375)
Ajuste a valor presente - AVP	(21.574)	(8.942)
	1.266.253	1.138.543

Perda estimada na realização dos estoques:

	Controladora	Consolidado
	2025	2024
Saldo inicial	(81.375)	(220.706)
Adições	(34.287)	(35.645)
Baixas	50.805	174.976
Incorporações das subsidiárias (*)	(44.561)	-
Saldo final	(109.418)	(81.375)

• **Saldo final** (109.418) (81.375) (110.742) (122.489) No cenário consolidado, a reversão das perdas estimadas para redução ao valor realizável líquido dos estoques deve-se a dois fatores principais: o giro (venda) dos produtos baixados em períodos anteriores e os reajustes nos preços de venda, que elevaram o valor recuperável do estoque. (*) O valor de R\$ 44.561 refere-se à parcela de perda estimada para

continuação

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 26/03/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



continuação

GRUPO MULTI S.A. | CNPJ nº 59.717.553/0001-02

realização dos estoques com origem na Giga, que foram incorporados pela Controladora. Esse montante já havia sido provisionado na empresa de origem. 9. Tributos a recuperar: Os saldos de tributos a recuperar:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2025, 2024, 2025, 2024. Rows include IPI a recuperar, ICMS a recuperar, Pis e Cofins a recuperar, etc.

(1) PIS e COFINS. A. Consumo de Crédito Fiscal para liquidação de PIS e COFINS a recolher. A Companhia devidamente amparada por seus assessores jurídicos, possui um Mandado de Segurança (MS) que discute o direito de apropriação de créditos de PIS e COFINS sobre aquisições realizadas na Zona Franca de Manaus (ZFM), equiparada à área de exportação para fins tributários. Em função da utilização deste mandado a Companhia mantém em seu passivo o montante de R\$ 202.706, saldo esse que se divide conforme classificação abaixo, e está detalhado na Nota Explicativa nº 21 - Obrigações tributárias. a) Créditos sobre as Importações (R\$ 105.752): Parcela, referente ao principal e atualização dos tributos sobre as aquisições via importação (cuja probabilidade de êxito para a apropriação do crédito é possível). A Companhia decidiu diminuir sua exposição realizando a liquidação deste montante mediante a compensação com tributos a recuperar, especificamente com o Crédito Financeiro. Assim, reduz o impacto em suas despesas financeiras (Atualizações monetárias passivas), porém, ainda mantém o MS ativo, cujo direito ao benefício, em caso de lograr êxito, permanece inalterado; b) Reversão de Provisão de Créditos Nacionais (R\$ 96.954): Esta parcela, referente ao principal e juros dos tributos sobre aquisições nacionais e locais, foi integralmente revertida do passivo para o resultado. Essa reversão se justifica pela probabilidade de êxito provável no reconhecimento do direito ao crédito de Pis e Cofins para insumos de origem nacional e local. A jurisprudência do STJ e do TRF-1 tem se consolidado favoravelmente à tese de equiparação da ZFM a área de exportação, principalmente no último ano, permitindo a manutenção dos créditos pelos contribuintes. Assim, o saldo de Tributos a Recuperar foi reduzido em R\$ 120.725, sendo R\$ 105.752 do passivo registrado em Obrigações Tributárias oriundas da utilização de créditos sobre as importações, e outros R\$ 14.973 referente ao reconhecimento de despesas com multas de mora referente a essa parcela que não haviam sido previamente provisionadas. B. A Companhia realizou pedidos de ressarcimento junto à Receita Federal do Brasil no montante de R\$ 141.778 na Controladora e Consolidado, referente aos períodos de créditos de 2023 e 2024, porém os pedidos foram realizados em 2024 e 2025. Esses créditos tributários estão relacionados às aquisições de mercadorias pela Companhia. (2) Crédito Financeiro: Com a aprovação da lei 13.969 de dezembro de 2019, em abril de 2020, passaram a vigorar novas disposições para as Leis da Informática e PADIS. Dentre as mudanças, trazidas pela nova legislação, estão a alteração do incentivo de redução do IPI. A nova lei que retirou o incentivo, implementou um novo benefício fiscal, que será aproveitado por meio de crédito financeiro que leva em conta o valor do investimento em pesquisa, desenvolvimento e inovação das empresas (PD&I), e o valor do faturamento de produtos que cumpram as regras do processo produtivo básico (PPB) - Lei 8.248/91. No expediente da lei, o referido crédito financeiro deve ser utilizado na compensação com tributos administrados pela Receita Federal do Brasil. A Companhia utiliza do crédito financeiro para a compensação de suas obrigações fiscais federais, com exceção do IRPJ e CSLL pagos através do cálculo por estimativa mensal, cuja compensação é vetada. A receita oriunda deste benefício fiscal é reconhecida na Nota Explicativa nº 28 - Outras receitas/(despesas) operacionais, na rubrica "Crédito Financeiro Lei 13.969". Em 31/12/2025 os montantes foram de R\$ 207.665 na Controladora e R\$ 218.233 no Consolidado (R\$ 147.989 na Controladora e R\$ 153.504 no Consolidado em 31/12/2024). 10. Investimentos em coligadas e controladas e Provisão para perda de investimentos:

Table with columns: Saldo em 2024, Aquisições e Aportes, Equivalência Patrimonial, Juros sobre Capital Próprio, Redução do capital / Desinvestimento, Distribuição de dividendos, Ajuste acumulado de conversão, Incorporações das subsidiárias, Saldo em 2025. Rows include (1) BRC, (2) GIGA, (3) Loja, (4) Watts, (5) Global, (6) FIP Inova V, (7) FIP Inova XI, (8) FIP Inova XV, (9) Laser.

(*) No exercício findo em 31/12/2024 a Companhia reduziu o capital social da sua controlada Multilaser Indústria de Equipamentos de Informática, Eletrônicos e Ópticos Ltda, por entender que o valor era excessivo em relação ao seu objeto social. (**) Em 31/12/2025, a Companhia efetuou aportes de capital em dois novos fundos de investimento exclusivos: FIP Inova XI e FIP Inova XV (***) No quadro de movimentação dos investimentos, o valor R\$ 655.768, se refere à incorporação parcial da controlada GIGA pela Companhia, conforme descrito na nota explicativa nº5. Informações relevantes sobre os investimentos em participações societárias e no FIP Inova V em 31/12/2025 e 31/12/2024:

Table with columns: 2025, (1) BRC, (2) GIGA, (3) Loja, (4) Watts, (5) Global, (6) FIP Inova V, (7) FIP Inova XI, (8) FIP Inova XV, (9) Laser. Rows include Percentual de participação, Total de ativos, Total de passivos, Capital Social, Patrimônio Líquido, Receita Líquida, Resultado Líquido do Exercício, Patrimônio Líquido conforme % participação, Participação do grupo nos lucros/prejuízos.

Table with columns: 2024, (1) BRC, (2) GIGA, (3) Loja, (4) Watts, (5) Global, (6) FIP Inova V, (7) FIP Inova XI, (8) FIP Inova XV, (9) Laser. Rows include Percentual de participação, Total de ativos, Total de passivos, Capital Social, Patrimônio Líquido, Receita Líquida, Resultado Líquido do Exercício, Patrimônio Líquido conforme % participação, Participação do grupo nos lucros/prejuízos.

11. Fundos de investimentos: A Companhia realiza aportes nos fundos privados de investimentos em função de seu objetivo de investimento em startups de base tecnológica que se enquadram nos benefícios trazidos pela Lei 8.248/91, alterada pela Lei 13.969/2019 ("Nova Lei da Informática"), conforme mencionado na Nota Explicativa nº 9 - Tributos a recuperar. O valor deste benefício leva em conta o montante investido em pesquisa, desenvolvimento e inovação realizado pelas empresas beneficiárias. Uma das modalidades de investimento permitido pela Lei é o aporte em fundos privados. Estes fundos são mensurados pela equivalência patrimonial. Os saldos e movimentações nesses fundos estão demonstrados a seguir:

Table with columns: Participação - %, Controladora, Consolidado, 2025, 2024, 2025, 2024. Rows include Inova We Empreendedorismo Feminino, Indicador 2 IOT Fundo Investimentos, Inova IV Fundo de Investimento, Inova VII Fundo de Investimento, Inova X Fundo de Investimento, Inova IX Fundo de Investimento.

A Companhia avaliou a existência de controle sobre os fundos nos quais atinge participação acima de 50% nas demonstrações consolidadas. Em função do estatuto de cada fundo, o comitê de investimentos é formado por 5 (cinco) membros, dos quais a Companhia tem o direito de indicação de apenas 1 (um), tendo, portanto, um peso nas deliberações de investimento, principal atividade dos fundos, de 20% apenas, logo, não exercendo controle sobre essas entidades. Abaixo a movimentação dos investimentos nos fundos em 31/12/2025 e exercício findo em 31/12/2024:

Table with columns: Controladora, Saldo em 2024, Incorporações das subsidiárias, Aportes de Capital, Equivalência Patrimonial, Resgate, Saldo em 2025. Rows include Inova We Empreendedorismo Feminino, Indicador 2 IOT Fundo Investimentos, Inova IV Fundo de Investimento (*), Inova VII Fundo de Investimento, Inova X Fundo de Investimento, Inova IX Fundo de Investimento.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2025, 2024, 2025, 2024. Rows include Investimentos em Controladas, Investimento indireto via Fundo Inova V - Watch, Agência aquisição de coligada via Fundo Inova V - Watch (*), Provisão para perda de investimento em controladas.

(*) Agência gerado na aquisição da Watch via conversão do contrato de mútuo em participação no capital da investida, líquida do investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial no montante de R\$ 82.434. Conforme Nota Explicativa nº 11 - Fundos de investimentos era composto por R\$ 1.917 de Marca, R\$ 59.217 de Software e R\$ 21.300 de Goodwill. Em 22/07/2025, foi celebrado o Contrato de Compra e Venda de Ações a totalidade da participação de 9.482.400 ações preferenciais classe A, representando 49% do capital social na data da assinatura do Inova V Fundo de Investimento em Participações - Empresas Emergentes da WatchTV no valor de R\$ 75.000, sendo que R\$ 23.000 vista do fechamento e R\$ 7.000 parcela a vista diferida, com prazo de 36 meses, sendo a primeira em 30/09/2025 e R\$ 45.000, a ser pago em 60 parcelas mensais e sucessivas a partir de 31/01/2026. As parcelas a prazo estarão sujeitas à incidência de juros remuneratórios calculados pro rata die, com base na variação acumulada da Taxa DI acrescida de um spread de 3% (três por cento) ao ano (os "Juros Remuneratórios"). Investimentos em controladas: As informações sobre as controladas da Companhia no final do período do relatório estão apresentadas a seguir:

Table with columns: Controladas, Participação, 2025, 2024. Rows include (1) BRC, (2) GIGA, (4) Watts, (5) Global, (6) FIP Inova V, (7) FIP Inova XI, (8) FIP Inova XV, (9) Laser.

Investimentos com patrimônio líquido da investida positivo

Investimentos com patrimônio líquido da investida negativo

Total líquido de investimentos em Controladas

As informações sobre as empresas da Companhia, incluindo controladas e coligadas, tanto diretas quanto indiretas estão descritas na Nota Explicativa nº 2.4. Movimentação dos investimentos em participações societárias nas Demonstrações financeiras individuais da controladora em 31/12/2025 e 31/12/2024:

Table with columns: Saldo em 2023, Equivalência Patrimonial, Juros sobre Capital Próprio, Ajuste acumulado de conversão, Redução do capital social (*), Saldo em 2024. Rows include (1) BRC, (2) GIGA, (3) Loja, (4) Watts, (5) Global, Subtotal.

Saldo em 2024, Aquisições e Aportes, Equivalência Patrimonial, Juros sobre Capital Próprio, Redução do capital / Desinvestimento, Distribuição de dividendos, Ajuste acumulado de conversão, Incorporações das subsidiárias, Saldo em 2025. Rows include (1) BRC, (2) GIGA, (3) Loja, (4) Watts, (5) Global, (6) FIP Inova V, (7) FIP Inova XI, (8) FIP Inova XV, (9) Laser.

Table with columns: Saldo em 2024, Aquisições e Aportes, Equivalência Patrimonial, Juros sobre Capital Próprio, Redução do capital / Desinvestimento, Distribuição de dividendos, Ajuste acumulado de conversão, Incorporações das subsidiárias, Saldo em 2025. Rows include (1) BRC, (2) GIGA, (3) Loja, (4) Watts, (5) Global, (6) FIP Inova V, (7) FIP Inova XI, (8) FIP Inova XV, (9) Laser.

Table with columns: Saldo em 2024, Apor- tes de Capital, Equivalên- cia patri- monial, Resgate, Saldo em 2025. Rows include Inova We Empreendedorismo Feminino, Indicador 2 IOT Fundo Investimentos, Inova IV Fundo de Investimento, Inova VII Fundo de Investimento, Inova X Fundo de Investimento, Inova IX Fundo de Investimento.

(*) No quadro de movimentação dos fundos de investimentos, o valor R\$ 28.608 referente à incorporação se refere à transferência dos fundos de investimentos da controlada Giga para a Companhia em decorrência da incorporação parcial. Inova V Fundo de Investimento em participações - Empresas emergentes: Conforme descrito na Nota Explicativa nº2.4, a Companhia controla este fundo exclusivo e consolida sua operação. O Inova V Fundo de Investimento em Participações - Empresas Emergentes ("Fundo"), iniciou suas atividades em 16/12/2020, sob a forma de condomínio fechado e regido pelo presente Regulamento, pelo disposto nas instruções CVM 175/22, 579/16, pelo Código ABVCAP/ANBIMA, além das Regulamentações ME e SUFRAMA envolvidas, bem como pelas demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis. O Fundo terá o Prazo de Duração de 10 (dez) anos contados da primeira integralização de Cotas, podendo ser prorrogado por mais 2 (dois) anos, mediante proposta da Gestora e aprovação pela Assembleia Geral. A Assembleia Geral poderá encerrar antecipadamente ou prorrogar o Prazo de Duração. Em 12/01/2024, o FIP Inova V exerceu a opção e realizou a conversão do contrato de mútuo em participação acionária, passando a Watch a ser uma coligada, com investimento mensurado por equivalência patrimonial. Na operação, em função do patrimônio líquido da Watch, foi mensurado o valor de R\$ 21.300 de ágio por expectativa de rentabilidade futura, através de laudo elaborado por especialista, conforme abaixo:

Table with columns: Saldo em 2024, Apor- tes de Capital, Equivalên- cia patri- monial, Resgate, Saldo em 2025. Rows include Inova We Empreendedorismo Feminino, Indicador 2 IOT Fundo Investimentos, Inova IV Fundo de Investimento, Inova VII Fundo de Investimento, Inova X Fundo de Investimento, Inova IX Fundo de Investimento.

Saldo do patrimônio líquido da Watch Participação de 49% - Inova V Valor justo do Contrato de Mútuo na data da conversão Ativos identificados Marca Software

Ágio por expectativa de rentabilidade futura Em 22/07/2025, a Companhia alienou a totalidade de sua participação no Inova V Fundo de Investimento em Participações (detida na WatchTV), correspondente a 9.482.400 ações preferenciais classe A (49% do capital social). O valor total da transação foi de R\$ 75.000, estruturado da seguinte forma: R\$ 23.000 pagos à vista no fechamento; R\$ 7.000 parcela diferida em 36 meses (início em 30/09/2025); e R\$ 45.000 pagos em 60 parcelas mensais (início em 31/01/2026). As parcelas a prazo são acrescidas de juros remuneratórios de 100% do DI + 3,0% a.a., calculados pro rata die. Como resultado da operação, a Controladora realizou o desinvestimento total no Fundo Inova V (via participação na WatchTV), totalizando

o montante de R\$ 61.405.

Table with columns: Consolidado, Saldo em 2024, Equivalência Patrimonial, Redução de capital / Desinvestimento, Saldo em 2025. Rows include Inova V Fundo de Investimento, Investimento via Inova V, Watch TV Entretenimentos S.A.

Em 22/07/2025, foi celebrado o Contrato de Compra e venda de 49% da participação do capital social do Inova V Fundo de Investimento em Participações - Empresas Emergentes da WatchTV no valor de R\$ 75.000. Em decorrência da operação, a Companhia reconheceu um desinvestimento no valor de R\$ 61.405. Inova XI Fundo de Investimento em Participações - Empresas emergentes: Conforme descrito na Nota Explicativa nº2.4, a Companhia controla este fundo exclusivo e consolida sua operação. O Inova XI Fundo de Investimento em Participações - Empresas Emergentes ("Fundo"), iniciou suas atividades em dezembro de 2025, sob a forma de condomínio fechado e regido pelo presente Regulamento, pelo disposto nas instruções CVM 175/22, 579/16, referida nos normativos setoriais) e, quando utilizado como veículo de cumprimento de obrigações de PD&I com recursos incentivados, pelas regras específicas do MCTI (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação). No âmbito nacional, a Lei nº 8.248/1991 (Lei de Informática) prevê a aplicação de parcela das obrigações de PD&I via FIPs destinados à capitalização de empresas de base tecnológica EBTs (Entidade de Investimento), com a especificidade da tese de investimentos voltada às soluções em Inteligência Artificial. A Portaria MCTI nº 8.780/2024 regulamenta esses critérios para FIPs autorizados pela CVM, definindo conceitos (como EBT) e condições mínimas de estrutura e política de investimento do fundo/classe voltada exclusivamente à capitalização de EBTs, como norma complementar à CVM. O Fundo terá o Prazo de Duração de 10 (dez) anos contados da primeira integralização de Cotas, podendo ser prorrogado por mais 2 (dois) anos, mediante proposta da Gestora e aprovação pela Assembleia Geral. A Assembleia Geral poderá encerrar antecipadamente ou prorrogar o Prazo de Duração. As principais partes são a Ziyu Intermediação, Locação e Serviços S.A. e o Inova XI Fundo de Investimento em participações - Inova IA Tech Multiestratégia, representado pela Bertha Capital com valor do Investimento inicial R\$ 11.000, aportados em tranche única. Em 31/12/2025, houve uma reestruturação entre os fundos, onde ocorreu um desinvestimento no Fundo Inova VII de R\$ 14.956, desse valor foi destinado um aporte de R\$ 11.557 para o Inova XI totalizando R\$ 22.557.

Table with columns: Consolidado, Saldo em 2024, Aporte, Equivalência Patrimonial, Saldo em 2025. Rows include Inova XI Fundo de Investimento.

O valor registrado pelo Fundo Inova XI no encerramento do exercício, em 31 de dezembro, foi de R\$ 22.610. Inova XV Fundo de Investimento em participações - Empresas emergentes: Conforme descrito na Nota Explicativa nº2.4, a Companhia controla este fundo exclusivo e consolida sua operação. O Inova XV Fundo de Investimento em Participações - Empresas Emergentes ("Fundo"), iniciou suas atividades em 16/12/2020, sob a forma de condomínio fechado e regido pelo presente Regulamento, pelo disposto nas instruções CVM 175/22, 579/16, pelo Código ABVCAP/ANBIMA, além das Regulamentações ME e SUFRAMA envolvidas, bem como pelas demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis. O Fundo terá o Prazo de Duração de 10 (dez) anos contados da primeira integralização de Cotas, podendo ser prorrogado por mais 2 (dois) anos, mediante proposta da Gestora e aprovação pela Assembleia Geral. A Assembleia Geral poderá encerrar antecipadamente ou prorrogar o Prazo de Duração. Em 08/12/2025, foi feito um aporte no Fundo Inova XV no valor de R\$ 30.000. Em 19/12/2025, o Fundo realizou um aporte na Intelimprom Tecnologia Ltda, sob a forma de Mútuo Conversível no valor R\$ 25.000 com prazo 60 meses, com juros de 100% da Taxa DI acrescida de 2,5% ao ano. O valor registrado pelo Fundo Inova XV no encerramento do exercício, em 31/12/2025, foi de R\$ 29.803.

Table with columns: Consolidado, Saldo em 2024, Aporte, Equivalência Patrimonial, Saldo em 2025. Rows include Inova XV Fundo de Investimento.

12. Outros ativos circulantes e não circulantes: A seguir detalhamento dos outros ativos circulantes e não circulantes da Companhia:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2025, 2024, 2025, 2024. Rows include Títulos precatórios, Títulos a Receber (*), Venda Watch (**), Desinvestimento em FIP - Inova WE, Outros ativos.

Ativo Circulante Ativo não circulante

(*) Estão incluídos na rubrica de Títulos a Receber os valores referentes aos rebates a receber junto aos principais fornecedores estrangeiros da Companhia. Esses valores referem-se a verbas de incentivos referente às vendas realizadas dos produtos industrializados pela Companhia que consumiram materiais adquiridos junto a estes fornecedores. (**) Em 22/07/2025, foi celebrado o Contrato de Compra e venda de 49% da participação do capital social do Inova V Fundo de Investimento em Participações - Empresas Emergentes da WatchTV no valor de R\$ 75.000, sendo que R\$ 23.000 vista do fechamento e R\$ 7.000 parcela a vista diferida, com prazo de 36 meses, sendo a primeira em 30/09/2025 e R\$ 45.000, a ser pago em 60 parcelas mensais e sucessivas a partir de 31/01/2026. 13. Propriedades para investimentos: Propriedades para investimento incluem dois imóveis comerciais que foram adquiridos no ano de 2018, e que estão arrendados à terceiros. As renovações subsequentes são negociadas com os locatários com período médio de seis meses antecedentes ao final do contrato. Não há cobranças contingenciais em nenhum dos contratos.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2025, 2024, 2025, 2024. Rows include Imóveis comerciais.

As propriedades para investimentos foram reconhecidas inicialmente pelo custo de aquisição. Em 31/12/2025, a Companhia realizou a revisão anual do valor recuperável de seus ativos. Com base em laudo de avaliação técnica emitido por especialistas independentes, foi registrada uma redução no valor de R\$ 1.600. Movimentação de propriedade para investimentos em 31/12/2025.

Table with columns: Controladora/Consolidado, 2024, Redução ao valor recuperável, 2025. Rows include Imóveis comerciais.

14. Imobilizado

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2025, 2024, 2025, 2024. Rows include Terrenos, Edificações, Máquinas e instalações, Móveis, Equip. informática, outros, Obras em andamento.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2024, 2025, 2024, 2025. Rows include Terrenos, Edificações, Máquinas e instalações, Móveis, Equip. informática, outros, Obras em andamento.

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 26/03/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



continuação

GRUPO MULTI S.A. | CNPJ nº 59.717.553/0001-02

Consolidado	2024	Adições líquidas de		Depreciação	Baixas	Impairment (**)	2025
		transfêrencia	Amortização				
Terrenos	61.044	-	-	-	-	-	61.044
Edificações	62.617	5.051	(2.333)	-	-	-	65.335
Máquinas e instalações	227.943	26.345	(28.927)	(14.258)	(884)	(14.258)	210.219
Móveis, Equip. informática, outros	15.606	6.993	(5.939)	(177)	-	-	16.483
Obras em andamento	3.877	13.203	-	(197)	-	-	16.883
371.087	51.592	(37.199)	(14.632)	(884)	(884)	(884)	369.964

Redução ao valor recuperável - Impairment: (*) O valor R\$ 100.967 no quadro de movimentação do imobilizado é referente à transferência do imobilizado da controlada Giga para a Companhia em decorrência da incorporação parcial. (**) Valor de R\$ 884 reconhecido como impairment no exercício findo em 31/12/2025 em alguns moldes de ventiladores que a Companhia não fabrica mais. Em 31/12/2025, e até a data da emissão destas demonstrações financeiras, não foram identificados outros indícios de que seus outros ativos tenham sofrido deterioração, ou que estejam registrados por valores maiores do que esperam obter de benefícios econômicos futuros pelo uso do ativo. **15. Intangível:**

Controladora	2024	Taxas anuais médias de depreciação		Custo de aquisição	Amortização acumulada	2025	2024
		depreciação	amortização				
Software	20,27%	15.151	(8.791)	6.360	3.221	-	-
Marcas e patentes	N/A	5.775	(4.472)	1.303	5.775	-	-
Carteira de Clientes know How	19,05%	1.327	(1.043)	284	552	-	-
Ágio aquisição de controlada	N/A	15.178	-	15.178	25.725	-	-
37.431	37.431	(14.306)	(14.306)	23.125	36.225	23.125	36.225

Consolidado	2024	Taxas anuais médias de depreciação		Custo de aquisição	Amortização acumulada	2025	2024
		depreciação	amortização				
Software	20,26%	16.276	(9.334)	6.942	9.083	-	-
Marcas e patentes	N/A	8.392	(4.472)	3.920	8.392	-	-
Carteira de Clientes know How	19,05%	1.327	(1.043)	284	552	-	-
Ágio aquisição de controlada	N/A	22.792	-	22.792	33.339	-	-
48.787	48.787	(14.849)	(14.849)	33.938	52.318	33.938	52.318

Movimentação do intangível:

Controladora	2024	Adições líquidas de		Efeitos de incorporação de subsidiária (*)	Baixas	Impairment (**)	2025
		transfêrencia	Amortização				
Software	3.221	901	(2.101)	4.339	-	-	6.360
Marcas e patentes	5.775	-	-	-	(4.472)	-	1.303
Carteira de Clientes know How	952	-	(428)	-	(524)	-	284
Ágio aquisição de controlada	552	-	(268)	-	-	-	284
36.225	901	(2.797)	(2.797)	4.339	(4.786)	(757)	23.125

Consolidado	2024	Adições líquidas de		Amortização	Baixas	Impairment (**)	2025
		transfêrencia	Amortização				
Software	9.083	901	(3.042)	-	-	-	6.942
Marcas e patentes	8.392	-	-	(4.472)	-	-	3.920
Carteira de Clientes know How	952	-	(428)	(524)	-	-	284
Ágio aquisição de controlada	552	-	(268)	-	-	-	284
52.318	901	(3.738)	(3.738)	(4.786)	(757)	(757)	33.938

(*) No quadro de movimentação do intangível, o valor R\$ 4.339 referente à incorporação se refere à transferência do intangível da controlada Giga para a Companhia em decorrência da incorporação parcial. (**) Em dezembro de 2025, foi registrada a baixa de ativos intangíveis no montante total de R\$ 14.786 relativos à venda da Blue. (***) Valor de R\$ 757 reconhecido como impairment no exercício findo em 31/12/2025 referente à marca da Giga. A amortização de marcas e patentes, carteira de cliente, software, know-how quando aplicável, é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas são baseadas em laudo preparado por especialistas externos contratados pela Companhia e contabilizado prospectivamente. A Companhia realiza o teste de Impairment sobre ativos intangíveis, com vida útil indefinida com marcas e patentes, e ágios originados das combinações de negócio anualmente, ou, especificamente para as marcas, sempre que existirem indícios de perda. No exercício findo em 31/12/2025, e até a data da emissão destas demonstrações financeiras, não foram identificados outros indícios de que marcas e patentes, e ágios originados das combinações de negócio tenham sofrido deterioração, ou que estejam registrados por valores maiores do que esperam obter de benefícios econômicos futuros. **16. Arrendamentos:** A Companhia e suas controladas detêm contratos de arrendamento de ativos das edificações onde se localizam, sua sede e as fábricas e armazéns de algumas empresas da Companhia. O prazo médio de arrendamento é de cinco anos. **Movimentação de ativos de direito de uso:**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo inicial líquido	11.497	35.205	27.386	48.049
Adições/remensurações	27.119	2.401	28.701	12.690
(-) Depreciação	(9.779)	(7.567)	(14.246)	(14.812)
Baixas	(136)	(18.542)	(136)	(18.541)
Efeitos de incorporação de subsidiária (*)	10.149	-	-	-
Saldo final líquido	38.850	11.497	41.705	27.386

(*) No quadro de movimentação do direito de uso, o valor R\$ 10.149 referente à incorporação se refere à transferência do ativo de direito de uso da controlada Giga para a Companhia em decorrência da incorporação parcial. **Movimentação de passivo de arrendamento:**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo inicial líquido	12.077	37.274	29.286	50.612
Adições/remensurações (*)	27.119	2.481	28.701	12.543
Juros do período	2.728	2.448	3.879	4.711
(-) Contraprestação paga	(11.946)	(9.343)	(17.470)	(17.796)
Baixas	(166)	(20.783)	(166)	(20.784)
Efeitos de incorporação de subsidiária	10.956	-	-	-
Saldo final líquido	40.768	12.077	44.230	29.286

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo inicial líquido	13.533	3.342	15.416	11.097
Adições/remensurações (*)	27.119	2.481	28.701	12.543
Juros do período	2.728	2.448	3.879	4.711
(-) Contraprestação paga	(11.946)	(9.343)	(17.470)	(17.796)
Baixas	(166)	(20.783)	(166)	(20.784)
Efeitos de incorporação de subsidiária	10.956	-	-	-
Saldo final líquido	40.768	12.077	44.230	29.286

Programa de pagamento:

	2025	2024	2025	2024
Em até 1 ano	13.534	3.341	15.416	11.096
De 2 a 3 anos	15.851	4.206	17.431	7.067
De 3 a 4 anos	10.720	2.289	10.720	3.362
De 4 a 5 anos	663	2.241	663	7.761
40.768	12.077	44.230	29.286	

Taxa de desconto vigente

	Controladora	Consolidado
Taxa mínima	11,46%	11,46%
Taxa máxima	14,32%	14,32%

No quadro de movimentação dos passivos por arrendamentos, o valor R\$ 10.956 referente à incorporação se refere à transferência dos passivos por arrendamentos da controlada Giga para a Companhia em decorrência da incorporação parcial. (*) O relevante aumento no Ativo de Direito de Uso reflete a reestruturação logística estratégica da Companhia. O valor corresponde, majoritariamente, aos contratos de locação de dois novos galpões na área de Manaus, essenciais para a expansão e otimização de nossa cadeia de suprimentos. Este aumento de infraestrutura visa diretamente garantir o atendimento à demanda de expansão e gerar economias de custo. **17. Passivo de contratos com clientes:**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Passivo de contrato com clientes	9.849	29.309	9.890	30.296
9.849	29.309	9.890	30.296	

Referem-se aos pagamentos recebidos dos clientes antes de satisfazer a obrigação de desempenho nos termos do contrato, ou verbas comerciais e outros abatimentos que o cliente terá direito a descontar nas próximas compras que superam o saldo que a Companhia tem a receber destes parceiros. **18. Fornecedores:**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fornecedores de matéria-prima - Internacionais	1.027.196	602.532	1.029.772	1.025.321
Fornecedores de matéria-prima - Nacionais	84.893	34.661	211.779	95.942
Fornecedores partes relacionadas (*)	213.129	880.059	-	-
Ajuste a valor presente - AVP	(19.410)	(3.373)	(19.410)	(5.180)
1.305.808	1.513.879	1.222.141	1.116.083	

(*) Em decorrência a reorganização societária, os valores a pagar da controladora foram compensados com os valores a receber da parte cindida da controlada incorporada, gerando

a redução do saldo desta rubrica em relação ao período comparativo. **Fornecedores de matéria-prima - internacionais:** O aumento na Controladora deve-se à incorporação das atividades de fabricação de televisores e placas, antes alocadas na controlada Giga. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 30, as transações comerciais realizadas com fornecedores internacionais de materiais e serviços são estabelecidas em dólar americano. A Companhia não contrata instrumentos financeiros derivativos, para proteção da exposição cambial, exceto para certos contratos firmados com clientes, onde o preço de venda é pré-definido. A Companhia utiliza como garantia/meio de pagamento a alguns fornecedores internacionais a contratação de cartas de créditos junto a instituições financeiras de primeira linha. A Companhia não mantém nenhum tipo de operações de riscos sacados ou similares, inclusive as que envolvem custos financeiros. **Ajuste a valor presente - AVP:** O ajuste a valor presente (AVP) é realizado pela Companhia em fornecedores nacionais e estrangeiros, onde há um componente de financiamento, sendo: Fornecedores estrangeiros: AVP calculado baseado na Secured Overnight Financing Rate (SOFR), taxa referencial para transações realizadas em dólar americano, adicionada do componente de risco cobrado pelo fornecedor. Em 31/12/2025, as taxas de descontos utilizadas variaram entre 6,65% e 11,17% ao ano. Fornecedores nacionais: AVP calculado baseado na taxa livre de risco (CDI) Certificado de Depósito Interbancário e variaram entre 13,15% e 14,90% a.a. no exercício findo em 31/12/2025 (entre 10,40% e 12,15% a.a. em 2024). **19. Empréstimos e financiamentos:**

Modalidade	Encargos	Taxa média ponderada de juros (% a.a.)		Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024		
Em moeda nacional							
Capital de giro	Taxa média	16,54%	52.290	78.622	52.290	78.622	
FINIMP	Taxa fixa	5,01%	25.343	35.169	25.343	35.169	
Nota comercial	Taxa média	1,50%	99.957	-	99.957	-	
177.590	113.791	177.590	113.791	177.590	113.791	177.590	

Em moeda estrangeira

	Taxa média	2025	2024	
Capital de giro	+ VC	5,93%	312.444	534.012
312.444	534.012	312.444	534.012	
490.034	647.803	490.034	647.803	
Passivo circulante		342.896	225.820	
Passivo não circulante		147.138	421.983	
490.034	647.803	490.034	647.803	

Legenda: VC - Variação cambial. FINIMP - Financiadora de Estudos e Projetos. FINIMP - Financiamento à Importação. A seguir, está apresentado o cronograma consolidado de vencimentos dos empréstimos e financiamentos de longo prazo:

Vencimento curto prazo	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
2025	-	225.820	-	225.820
2026	342.896	-	342.896	-
342.896	225.820	342.896	225.820	
Vencimento longo prazo	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
2026	-	261.943	-	261.943
2027	142.149	155.996	142.149	155.996
2028	4.989	4.044	4.989	4.044
147.138	421.983	147.138	421.983	
490.034	647.803	490.034	647.803	

FINIMP - Financiadora de Estudos e Projetos: A Companhia possui programas de inovação que buscam o desenvolvimento e a aquisição de novas tecnologias, tais programas de inovação têm o apoio de programas de fomento à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico com a FINIMP. **FINIMP - Financiamento à Importação:** A Companhia captou linhas de crédito de financiamento à importação (FINIMP). Nessa modalidade, o financiamento é obtido junto a instituição financeira, onde os recursos são repassados diretamente ao fornecedor no exterior. **Garantias e restrições contratuais:** A estrutura de garantias da Companhia está concentrada em ativos operacionais principalmente recebíveis, preservando a autonomia financeira de seus acionistas. Em 31/12/2025, o endividamento bancário apresentava garantia média de 42,5% em recebíveis comerciais (duplicatas mercantis). A operação vinculada à FINIMP conta com o suporte de fianças bancárias específicas. **Cláusulas Restritivas (Covenants):** Nos exercícios findos em 31/12/2025 e 2024, bem como até a data de emissão destas demonstrações financeiras, a Companhia manteve estrita observância a todos os índices financeiros e cláusulas contratuais. Não ocorreram eventos de inadimplência, quebras de covenants ou alterações que resultassem na modificação dos termos originais de pagamento. **Movimentação dos empréstimos e financiamentos:** A movimentação do saldo de empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir.

	Controladora e Consolidado	
	Circulante	Não circulante
Saldo no final de 31.12.2023	357.645	462.587

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Novos empréstimos	105.141	-	105.141	-
Encargos financeiros	46.867	-	46.867	-
Variação cambial	130.189	-	130.189	-
Pagamento principal	(402.588)	-	(402.588)	-
Pagamento juros	(52.212)	-	(52.212)	-
Custo da transação	174	-	174	-
Transferência	40.604	(40.604)	-	-
Saldo no final de 2024	225.820	421.983	647.803	647.803

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo no final de 2024	225.820	421.983	647.803	647.803
Novos empréstimos	241.244	-	241.244	-
Efeitos de incorporação de subsidiária (*)	33.322	-	33.322	-
Encargos financeiros	49.505	-	49.505	-
Variação cambial	(46.086)	-	(46.086)	-
Pagamento principal	(375.731)	-	(375.731)	-
Pagamento juros	(62.011)	-	(62.011)	-
Custo da transação	1.988	-	1.988	-
Transferência	274.845	(274.845)	-	-
Saldo no final de 2025	342.896	147.138	490.034	490.034

(*) No quadro de movimentação dos empréstimos e financiamentos, o valor R\$ 33.322 referente à incorporação se refere à transferência dos empréstimos e financiamentos da controlada Giga para a Companhia em decorrência da incorporação parcial.

20. Obrigações trabalhistas e sociais:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Salários e encargos sociais	51.235	29.874	52.532	36.998
Férias, 13º salário e encargos sociais				

continuação

GRUPO MULTI S.A. | CNPJ nº 59.717.553/0001-02

transparente e com base em contratos válidos e hígidos, não havendo qualquer simulação ou prejuízo aos controles aduaneiros, bem como danos ao erário público, tanto que o Auto de Infração foi baseado no valor aduaneiro das importações e não no valor dos tributos, que foram devidamente recolhidos. (iii) Cobrança de Imposto sobre produtos industrializados (IPI), devido à discussão sobre a validade da redução da alíquota deste tributo em função do Processo produtivo básico ("PPB"). No trimestre findo em 30/06/2024 esfera judicial. Segue com prognóstico possível de perda. O valor total dessa ação em 31/12/2025 era de R\$ 254.603. (iv) Auto de Infração referente a cobrança de supostos créditos tributários relativos ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) dos períodos de julho de 2018 a dezembro de 2019. O valor total dessa ação em 31/12/2025 era de R\$ 110.300. (v) Auto de infração lavrado através da revisão aduaneira devido a discussão sobre a classificação fiscal de placas de circuitos adquiridas pela Companhia. O valor total dessa ação em 31/12/2025 era de R\$ 120.372. (vi) Três autos de infração relativos ao ICMS recebidos em maio e junho de 2023, decorrentes de recálculo feito pela Secretaria da Fazenda de Minas Gerais referentes a denúncias espontâneas realizadas em 30/06/2022. Os valores considerados devidos pela Companhia foram parcelados, e o restante, foi impugnado visto que o lançamento não considerou o benefício do crédito presumido na apuração do valor lançado. O valor total dessa ação em 31/12/2025 era de R\$ 181.795. (vii) Auto de infração referente ao ICMS no estado de Minas Gerais em função de discussões sobre o período de início do benefício do regime especial, se no protocolo ou na data de atualização do regime. O valor total dessas ações em 31/12/2025 era de R\$ 55.557. (viii) Auto de Infração lavrado para exigência de IRPJ e CSLL supostamente gerados por conta de apropriação de créditos presumidos de ICMS, apurados no ano-calendário de 2016. O valor total dessa ação em 31/12/2025 era de R\$ 40.922. (ix) Cobrança de ICMS das vendas realizadas para a Zona Franca de Manaus, com alegação de não internalização das notas fiscais pelos clientes. O valor total dessa ação em 31/12/2025 era de R\$ 122.454. (x) Auto de Infração lavrado pela Receita Federal do Brasil para a cobrança de supostos créditos tributários relativos ao Imposto sobre Produtos Industrializados ("IPI"), sendo os principais valores relacionados a classificações fiscais incorretas na comercialização de telas, caixas de som, DVR, HVR e NVR, referente aos períodos de janeiro a dezembro de 2020. O valor total dessa ação em 31/12/2025 era de R\$ 41.936. (xi) Auto de Infração lavrado pelo Estado de Minas Gerais que exige o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS") além de multa de revalidação sob fundamento de suposto descumprimento de metas previstas no Regime Especial instituído em 2023 do qual a Companhia é beneficiária. O valor total possui um prognóstico de perda possível de R\$ 162.801, para o qual não há previsão, e um valor de R\$ 17.291 classificado como perda provável, para o qual a Companhia constituiu a respectiva provisão. O valor total dessa ação em 31/12/2025 era de R\$ 178.492. (xii) Trata-se de Auto de Infração lavrado pela Receita Federal do Brasil objetivando a cobrança de supostos créditos tributários relativos ao Imposto sobre Produtos Industrializados ("IPI"), referentes aos períodos de janeiro de 2021 a dezembro de 2022, no valor de R\$ 72.373. O valor total dessa ação em 31/12/2025 era de R\$ 86.822. **Depósitos judiciais:**

Controladora e Consolidado	
2025	2024
Depósitos Judiciais	24.949
	30.152
	24.949
	30.152

Controladora/Consolidado	2023	Adições	Reversões	Baixas	Atualizações	2024
						2024
Depósitos Judiciais Tributários	23.773	-	(2.509)	-	1.330	22.594
Depósitos Judiciais Trabalhistas	188	25	-	(23)	80	270
Depósitos Judiciais Cíveis	5.436	2.239	-	(720)	333	7.288
Total	29.397	2.264	(2.509)	(743)	1.743	30.152

Controladora/Consolidado	2024	Adições	Reversões	Baixas	Atualizações	2025
						2025
Depósitos Judiciais Tributários	22.594	-	(7.351)	-	1.220	16.463
Depósitos Judiciais Trabalhistas	270	2.024	-	(1.329)	168	1.133
Depósitos Judiciais Cíveis	7.288	1.094	-	(1.306)	277	7.353
Total	30.152	3.118	(7.351)	(2.635)	1.665	24.949

(*) A Companhia efetuou o resgate de depósitos judiciais vinculados a processos tributários de ICMS. O valor total resgatado é proveniente de ações relativas ao Diferencial de Alíquota sobre vendas a contribuintes pessoa física, nas quais a Companhia obteve decisão favorável transitada em julgado. Os valores resgatados totalizam R\$ 7.070 do Estado de São Paulo e R\$ 281 do Estado do Ceará. **24. Patrimônio Líquido: 24.1 Capital social:** Em 31/12/2025, o capital social autorizado era de R\$ 2.228.068. O capital subscrito e integralizado era R\$ 1.713.377. O número de ações é 820.539.225, sendo todas elas ações ordinárias (R\$ 1.713.377, dividido em 820.539.225 ações ordinárias, sem valor nominal, em 31/12/2024) distribuídas como segue:

Acionistas	2025	2024
	Controladores e partes relacionadas	339.630.000
Não controladores, partes relacionadas e diretores	467.785.730	470.593.988
Ações em tesouraria	13.123.495	13.126.485
	820.539.225	820.539.225

O estatuto social da Companhia prevê o máximo de 1.067.025.987 ações ordinárias pela eventual emissão de novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **24.2 Reservas de lucros:** a) **Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital. b) **Reserva de incentivos fiscais:** As reservas de incentivos fiscais são decorrentes de subvenções e assistências governamentais, reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que foram cumpridas as condições estabelecidas pelos governos concedentes. São apuradas e regidas de acordo com os contratos, termos de acordo e legislação aplicáveis a cada benefício. Segundo a legislação do IRPJ, a Reserva de Incentivos Fiscais pode ser utilizada para aumento de capital e absorção de prejuízos, não podendo ser distribuída como dividendos, por tratar-se de um benefício do Estado à Companhia para uma atividade específica. A Reserva de incentivos fiscais absorveu o montante de R\$ 787.694 referente aos Prejuízos acumulados em 31/12/2024, passando de R\$ 951.163 para R\$ 163.469. Em 31/12/2025 não houve alteração no saldo da Reserva de incentivos fiscais. O montante acima foi adicionado na apuração do IRPJ e da CSLL no exercício. c) **Reserva de capital, estatutária e ações em tesouraria:** c.1) **Reserva de capital:** Em 31/12/2025 o saldo de reserva de capital da Companhia, é de R\$ 975.378, composto pelo montante de ação na subscrição de ações por ocasião da abertura de capital em 2021, além do resultado com ações em tesouraria, destinado à respectiva reserva em dezembro de 2021. c.2) **Reserva estatutária: Reserva para compra de ações em tesouraria:** Em 2020, a Companhia efetuou a destinação de parte do seu resultado à criação de reserva estatutária, destinada para recompra de ações em tesouraria no montante de R\$ 22.711. O objetivo da recompra é obter ações para: (i) futuro plano de incentivo baseado em ações; (ii) revendê-las no futuro; e (iii) prover a intermediação e transferência de ações entre sócios. Não houve movimentação dessa reserva em 2025, mantendo-se o valor de R\$ 22.711. c.3) **Ações em tesouraria:** Em 31 de dezembro houve alteração do montante de ações em tesouraria de R\$ 19.978, composto por 13.123.495, sendo que no exercício em 31/12/2024 era de R\$ 19.982, composto por 13.126.485 ações. **Recompra de ações:** Em 14/05/2024, a Companhia aprovou um programa de recompra de ações com validade de até 18 meses, encerrado em 13/11/2025. Nos termos do programa, a Companhia pôde adquirir até 15.952.915 ações ordinárias, correspondentes a aproximadamente 4,08% do total de ações em circulação e 1,94% do total de ações emitidas pela Companhia na data de início do plano. A recompra foi realizada exclusivamente por meio de recursos disponíveis nas contas de reservas de capital e de lucros, observadas as restrições previstas no artigo 8º, §1º, da Resolução CVM nº 77. Com o encerramento do programa em 13/11/2025, a Companhia adquiriu 5.234.600 ações, o que representa aproximadamente 32,81% do total autorizado no programa. **Reserva para investimentos:** A finalidade da reserva de investimentos é de custear investimentos para crescimento e expansão, bem como financiar o capital de giro da Companhia, podendo ainda, de acordo com a decisão dos acionistas, ser utilizada para distribuição de dividendos. O montante total desta reserva, somada às outras reservas de lucro, não pode ultrapassar o valor do capital social. O saldo da Reserva para investimentos absorveu em sua totalidade o montante de R\$ 369.717 referente aos Prejuízos acumulados em 31/12/2024 e em 31/12/2025, houve constituição de Reserva para investimentos com valor R\$ 75.054. **Movimentação Reserva para investimentos:**

Saldo inicial 2023	Consumo Prejuízo acumulado	Saldo final 2024	Constituição Reserva para investimentos	2025
				2025
364.717	(364.717)	-	75.054	75.054

Dividendos: O estatuto social da Companhia estabelece que a partir de junho de 2021, a distribuição de dividendo mínimo obrigatório será de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei. No exercício de 31/12/2025, a Companhia efetuou distribuição de dividendos relativos ao resultado do período findo de 30/09/2025 no valor de R\$ 40.750. **Distribuição de dividendos:**

	2025
Lucro líquido do exercício	121.899
(-) Reserva Legal	(6.095)
Lucro disponível para distribuição	115.804
Dividendos obrigatórios (25%)	28.951
Dividendos propostos	11.799
Total de Dividendos	40.750

25. Receita líquida de vendas: A receita líquida da Companhia está composta conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita bruta de vendas	5.467.437	4.502.353	5.303.397	4.631.943
Venda de produtos	5.467.437	4.502.353	5.303.397	4.631.943

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Deduções de vendas				
Devoluções e abatimentos	(396.297)	(366.430)	(424.128)	(419.199)
Impostos sobre vendas	(881.502)	(706.587)	(955.507)	(824.246)
	(1.277.799)	(1.073.017)	(1.379.635)	(1.243.445)
Receita líquida (*)	4.189.638	3.429.336	3.923.762	3.388.498

(*) O aumento da receita líquida consolidada no exercício de 2025 em comparação a 2024 é fundamentado, pela expansão dos negócios do segmento Corporativo (vide Nota Explicativa Nº 35), impulsionada pelo fornecimento de equipamentos ao governo, memórias OEM, produtos para provedores e pelo avanço dos projetos de fabricação.

26. Custos e despesas por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Custo das mercadorias e produtos vendidos				
Custos materiais	(3.151.973)	(2.959.936)	(2.661.404)	(2.478.026)
Com pessoal	(131.236)	(91.793)	(180.181)	(147.527)
Depreciação/Amortização	(16.075)	(7.722)	(28.082)	(26.804)
Outros (*)	(62.756)	80.811	(83.551)	50.139
	(3.362.040)	(2.978.640)	(2.953.218)	(2.602.218)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Despesas com vendas				
Comerciais	(366.329)	(321.112)	(378.745)	(351.864)
Distribuição	(197.302)	(193.073)	(224.984)	(243.620)
Promoções e marketing	(109.776)	(113.499)	(111.388)	(116.585)
Pos-venda	(95.925)	(94.803)	(96.606)	(96.518)
Créditos de liquidação duvidosa	(22.301)	(21.182)	(23.539)	(27.379)
	(791.633)	(743.669)	(835.262)	(835.966)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Despesas gerais e administrativas				
Com pessoal	(49.782)	(31.388)	(49.874)	(35.881)
Serviços profissionais	(20.509)	(20.635)	(21.519)	(25.543)
Tecnologia e comunicação	(35.056)	(35.895)	(38.286)	(41.938)
Aluguéis, seguros, viagens, outras	(21.768)	(15.209)	(26.442)	(27.949)
	(127.115)	(103.127)	(136.121)	(131.311)

(*) Nesta rubrica estão reconhecidos os valores da reversão líquida da perda estimada para realização dos estoques no montante de R\$ 16.518 na Controladora e R\$ 11.747 no Consolidado (Reversão de provisão de R\$ 139.331 para Controladora e R\$ 134.880 no Consolidado em 31/12/2024) relacionados às vendas de produtos. **27. Resultado financeiro:**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicação financeira	40.706	66.807	51.239	81.568
Juros ativos	8.092	7.896	11.353	8.717
Atualizações monetárias ativas	10.528	5.637	12.090	7.625
Ajustes a valor presente	18.415	45.829	18.415	45.829
Outras	4.715	8.480	6.933	8.633
	82.456	134.649	100.030	152.372

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Despesas financeiras				
Juros passivos	(54.179)	(50.608)	(56.348)	(53.173)
Atualizações monetárias passivas	(44.375)	(33.990)	(53.509)	(17.854)
Despesas bancárias	(19.044)	(11.328)	(21.527)	(13.351)
Ajustes a valor presente	(21.036)	(20.377)	(25.118)	(34.070)
Outras despesas	(9.304)	(14.943)	(2.777)	(15.430)
	(147.938)	(131.246)	(159.279)	(133.878)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Varições cambiais líquidas (*)				
Varições cambiais ativas	555.036	57.043	773.286	73.208
Varições cambiais passivas	(385.414)	(337.626)	(567.933)	(426.795)
Perdas com derivativos	39.240	169.472	39.240	169.472
Ganhos com derivativos	(149.115)	(67.960)	(149.115)	(67.960)
	59.747	(179.071)	95.478	(252.075)
	(5.735)	(175.668)	36.229	(233.581)

Resultado financeiro líquido (*) A Companhia utilizou contratos de swap para se proteger da variação cambial, trocando o passivo de seus empréstimos em moeda estrangeira (dólar) pela variação do CDI. No exercício findo de 31/12/2025, essa estratégia resultou em um ganho líquido de R\$ 95.478 (revertendo o prejuízo de R\$ 252.075 em 2024). Este resultado reflete a variação dos indicadores conforme abaixo:

	01.01.2024	2024
Dólar	4,8413	6,1923
CDI	11,15%	12,15%
	01.01.2025	2025
Dólar	6,1923	5,5024
CDI	12,15%	14,90%

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Acumulado				
Outras receitas				
Créditos fiscais extemporâneos (1)	72.052	48.019	74.268	66.562
Indenizações, intermediações, venda imobilizado, demais receitas	38.635	88.659	9.335	28.878
Crédito Financeiro Lei 13.969 (2)	207.665	147.989	218.233	153.504
	318.352	284.667	301.836	248.944

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Outras despesas				
Autos de infração tributária e Débitos extemporâneos (3)	(15.192)	(13.161)	(16.552)	(15.118)
Provisões tributárias, trabalhistas e outras (4)	(55.855)	10.944	(53.459)	10.900
Indenizações e multas contratuais, perdas imobilizado, demais despesas (5)	(25.423)	(2.767)	(32.603)	(6.932)
Pesquisa e desenvolvimento	(73.725)	(45.922)	(91.895)	(77.303)
	(170.195)	(50.906)	(194.509)	(88.453)
	148.157	233.761	107.327	160.491

Outras receitas e despesas líquidas No exercício findo em 31/12/2025 a Companhia realizou alguns lançamentos conforme abaixo: (1) Reconhecimento de Ganho por Reversão de provisão (Créditos Nacionais) O Resultado do Exercício foi beneficiado pelo reconhecimento de receita extemporânea no valor

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Forneecedores estrangeiros				
Dólar em 30/09/2025	5,5024	5,5000	(1,027,196)	443
			(1,027,196)	443

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Forneecedores estrangeiros				
Varição USD em 30/09/2025	5,5024	5,5000	(1,029,772)	444
			(1,029,772)	444

Os saldos de empréstimos de capital de giro de 2024, em moeda estrangeira, não foram incluídos na análise acima, pois a Companhia contratou, junto a instituições financeiras, operação de swap observando as mesmas datas, vencimentos e valores das referidas exposições passivas contratadas em moeda estrangeira, substituindo-o pela variação percentual do CDI aplicada em montante em reais. **(d) Risco de taxa de juros:** Com o objetivo de avaliar a sensibilidade aos indexadores financeiros vinculados às aplicações e aos empréstimos aos quais a Companhia e suas controladas estavam expostas no exercício de 31/12/2025, foram definidos cinco cenários distintos para análise. Foram calculadas variações positivas e negativas de 10% e 20% em relação ao cenário provável, correspondentes aos percentuais utilizados pela Companhia em suas práticas de gestão de riscos, a taxa de 12,25%, que tem como referência as expectativas de mercado para os principais indicadores financeiros relacionados aos direitos e obrigações avaliados, conforme publicadas no Boletim Focus do Banco Central do Brasil. Em cada cenário, a Companhia calculou os efeitos estimados no resultado financeiro para um período de 12 meses, tomando como base os saldos do balanço em 31/12/2025, sem considerar a incidência de tributos nem os fluxos de vencimentos programados de cada contrato. Os valores apurados estão demonstrados no quadro a seguir:

|--|

continuação

GRUPO MULTI S.A. | CNPJ nº 59.717.553/0001-02

Taxa	Cenário (II) 20%		
	Efeito no resultado	Controladora	Consolidado
Em moeda nacional			
Aplicações financeiras	75.185	87.794	14,85%
Capital de giro	(8.269)	(8.269)	16,32%
FINEP	(1.097)	(1.097)	4,95%
Em moeda estrangeira			
Capital de giro pontua passiva do SWAP	(51.057)	(51.057)	16,33%
Total Exposição à taxa de juros	14.762	27.371	

Taxa	Cenário (II) -20%		
	Efeito no resultado	Controladora	Consolidado
Em moeda nacional			
Aplicações financeiras	71.944	84.009	9,90%
Capital de giro	(7.882)	(7.882)	10,88%
FINEP	(1.079)	(1.079)	3,30%
Em moeda estrangeira			
Capital de giro pontua passiva do SWAP	(48.668)	(48.668)	10,88%
Total Exposição à taxa de juros	14.315	26.380	

(e) Risco de crédito: O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos em instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e instituições financeiras são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores, conforme descrito na Nota Explicativa nº 4. Estimativas contábeis e julgamentos contábeis críticos. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. A seguir, demonstramos os valores do ativo financeiro sujeitos a risco de crédito:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e equivalente de caixa	532.944	607.474	656.538	744.553
Contas a receber	1.412.841	1.131.135	1.462.675	1.231.690
Total	1.945.785	1.738.609	2.119.213	1.976.243

A Companhia tem como política contratar seguro para proteger seus recebíveis, de acordo com o risco envolvido de cada venda. **(f) Risco de liquidez:** A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas dos quotientes do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda. O excesso de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para Administração do capital circulante, é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. A tabela a seguir, analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	2025				
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Mais de cinco anos	Saldo contábil
Controladora					
Empréstimos e financiamentos	342.896	142.149	4.989	-	490.034
Fornecedores	1.305.808	-	-	-	1.305.808
Parcelamentos Fiscais	68.248	83.255	8.685	16	160.204
Partes relacionadas	3.487	-	-	-	3.487
Instrumentos financeiros derivativos	19.273	-	-	-	19.273
Passivos de arrendamentos	40.768	-	-	-	40.768
Outras contas a pagar	58.316	-	-	-	58.316
Passivo de contrato com clientes	9.849	-	-	-	9.849
Total	1.848.645	225.404	13.674	16	2.087.739

	2025				
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Mais de cinco anos	Saldo contábil
Consolidado					
Empréstimos e financiamentos	342.896	142.149	4.989	-	490.034
Fornecedores	1.222.141	-	-	-	1.222.141
Parcelamentos Fiscais	68.248	83.255	8.685	17	160.205
Instrumentos financeiros derivativos	19.273	-	-	-	19.273
Passivos de arrendamentos	44.230	-	-	-	44.230
Outras contas a pagar	61.431	-	-	-	61.431
Passivo de contrato com clientes	9.890	-	-	-	9.890
Total	1.768.109	225.404	13.674	17	2.007.204

	2024				
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Mais de cinco anos	Saldo contábil
Controladora					
Empréstimos e financiamentos	88.279	294.283	265.241	-	647.803
Fornecedores	1.513.879	-	-	-	1.513.879
Parcelamentos Fiscais	61.381	61.312	74.128	7.280	204.101
Partes relacionadas	18.858	-	-	-	18.858
Passivos de arrendamentos	12.077	-	-	-	12.077
Outras contas a pagar	36.279	-	-	-	36.279
Passivo de contrato com clientes	29.309	-	-	-	29.309
Total	1.368.020	355.595	339.369	7.280	2.070.264

30.3 Gestão do Capital: Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. A seguir, os índices de alavancagem financeira em 31/12/2025 e 31/12/2024:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Empréstimos e financiamentos	490.034	647.803	490.034	647.803
Caixa e equivalente de caixa	(532.944)	(607.474)	(656.538)	(744.553)
(Caixa) dívida líquida	(42.910)	40.329	(166.504)	(96.750)
Patrimônio líquido	2.968.098	2.891.745	2.968.098	2.891.745
Índice de alavancagem financeira	-1,4%	1,4%	-5,6%	-3,3%

30.4 Instrumentos Financeiros: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e proteção. A política relativa à contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é aprovada pelos acionistas e pela Administração, sendo posteriormente analisada de forma periódica em relação à exposição ao risco que a Administração pretende proteger. A empresa não realiza qualquer transação e aplicação de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas e aprovadas pela Administração. Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Empresa foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas dos valores de realização mais adequada. Assim, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As políticas de administração de risco da Companhia foram

estabelecidas pelos acionistas e pela Administração, a fim de identificar e analisar riscos enfrentados pela Companhia, para estabelecer apropriados limites de riscos e controles necessários para monitorar a aderência aos limites. Políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. **Classificação dos instrumentos financeiros:** A Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros, conforme as seguintes considerações gerais: Em 31/12/2025, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir: **• Caixa e equivalentes de caixa:** são classificados como valor justo por meio de resultado ou custo amortizado. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais; **• Contas a receber de clientes e outros créditos:** decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como contas a receber e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a perdas estimadas e ajustes a valor presente e abatimentos concedidos a clientes, quando aplicável; **• Partes relacionadas:** decorrem de operações realizadas com as controladas da Companhia, sendo eliminadas no processo de consolidação. Os valores de mercado destes instrumentos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis; **• Contratos de mútuo conversível em participação societária:** decorrem de contratos realizados entre o fundo de investimento Inova V, Inova XI e XV e startups de base tecnológica, onde há opção de conversão do mútuo em participação no capital dessas empresas. Esse instrumento financeiro é avaliado pelo valor justo por meio do resultado e custo amortizado; **• Fornecedores e outras contas a pagar:** decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros, mensurados ao custo amortizado; **• Empréstimos e financiamentos:** Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos aproximam-se dos seus valores justos, pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI. Os valores contábeis dos financiamentos atrelados à TJLP aproximam-se dos seus valores justos em virtude de a TJLP ter correlação com o CDI e ser uma taxa pós-fixada. Os valores justos dos empréstimos e financiamentos contratados com juros prefixados correspondem a valores próximos aos saldos contábeis divulgados na Nota Explicativa nº 19; **• Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado. A Companhia não possui derivativos designados como hedge accounting para nenhum dos exercícios apresentados nessas informações contábeis individuais e consolidadas. A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir e não existem outros instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas abaixo em 31/12/2025 e 31/12/2024: **• CA** - Custo amortizado; **• VJR** - Valor justo por meio de resultado.

	Controladora				Classificação
	Valor Contábil	Valor justo	Valor Contábil	Valor justo	
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	532.944	532.944	607.474	607.474	C.A
Contas a receber de clientes	1.412.841	1.412.841	1.131.135	1.131.135	C.A
Partes Relacionadas	15.890	15.890	-	-	C.A
Instrumentos financeiros e derivativos	5.146	5.146	55.296	55.296	VJR

	Controladora				Classificação
	Valor Contábil	Valor justo	Valor Contábil	Valor justo	
Passivos					
Fornecedores	1.305.808	1.305.808	1.513.879	1.513.879	C.A
Empréstimos e financiamentos	490.034	491.327	647.803	646.100	C.A
Partes relacionadas	3.487	3.487	18.858	18.858	C.A
Instrumentos financeiros derivativos	19.273	19.273	-	-	VJR
Passivos de arrendamento	40.768	40.768	12.077	12.077	C.A
Outros passivos circulantes	58.316	58.316	36.279	36.279	C.A
Passivo de contrato com clientes	9.849	9.849	29.309	29.309	C.A
Total	1.927.535	1.928.828	2.258.205	2.256.502	

Ativos
Caixa e equivalentes de caixa
Contas a receber de clientes
Partes relacionadas (*)
Partes relacionadas (*)
Instrumentos financeiros derivativos
Outros ativos

	Controladora				Classificação
	Valor Contábil	Valor justo	Valor Contábil	Valor justo	
Caixa e equivalentes de caixa	656.538	656.538	744.553	744.553	C.A
Contas a receber de clientes	1.462.675	1.462.675	1.231.690	1.231.690	C.A
Partes relacionadas (*)	48.199	48.199	29.500	29.500	VJR
Partes relacionadas (*)	34.224	34.224	-	-	C.A
Instrumentos financeiros derivativos	5.146	5.146	55.296	55.296	VJR
Outros ativos	74.642	74.642	31.523	31.523	C.A
Total	2.281.424	2.281.424	2.092.562	2.092.562	

Passivos
Fornecedores
Empréstimos e financiamentos
Instrumentos financeiros derivativos
Passivos de arrendamento
Outros passivos circulantes
Passivo de contrato com clientes

	Controladora				Classificação
	Valor Contábil	Valor justo	Valor Contábil	Valor justo	
Fornecedores	1.222.141	1.222.141	1.116.083	1.116.083	C.A
Empréstimos e financiamentos	490.034	491.327	647.803	646.100	C.A
Instrumentos financeiros derivativos	19.273	19.273	-	-	VJR
Passivos de arrendamento	44.230	44.230	29.286	29.286	C.A
Outros passivos circulantes	61.431	61.431	42.695	42.695	C.A
Passivo de contrato com clientes	9.890	9.890	30.296	30.296	C.A
Total	1.846.999	1.848.292	1.866.163	1.864.460	

Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia contratou swaps para minimizar os efeitos cambiais dos contratos de "Empréstimos e financiamentos". O efeito da mensuração ao valor justo destes instrumentos derivativos está contabilizado no resultado do exercício, no resultado financeiro. **Hedge de risco cambial a) Swap:** Contratado para proteger a Companhia da variação cambial dos contratos de empréstimos de capital de giro em moeda estrangeira. A ponta passiva do swap é indexada pelo CDI, enquanto a ponta ativa pela variação da moeda estrangeira.

	2025		2024	
	Valor justo em R\$	Saldo em R\$	Valor justo em R\$	Saldo em R\$
Controladora				
Empréstimos e financiamentos	58.381	1.221	99.165	(86.982)
Outros ativos	-	-	22.673	(19.669)
Outros passivos	-	-	15.385	(14.541)
Partes relacionadas (*)	-	-	263.650	(235.456)
Partes relacionadas (*)	-	-	21.583	(19.400)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	106.090	(107.337)
Outros passivos	-	-	322.615	(7.057)
Outros passivos	-	-	528.546	(483.385)
Total	58.381	1.221	528.546	(483.385)

(*) O Swap acima contratado junto ao Banco Santander (Brasil) S.A. para proteção do empréstimo de mesmo valor do nominal, tomado com o agente financiador Banco Santander (Brasil) S.A., Luxembourg Branch, possui um limitador de USD/BRL 7,50 b) NDF: A Companhia contratou esses derivativos para fazer frente ao montante de USD 38.441. Esse montante refere-se à exposição que possui junto aos fornecedores estrangeiros, cujo preço de venda do produto adquirido já está fixado em contrato (Vendas para o Governo, principalmente). Em virtude da oscilação das moedas, e a taxa previamente fixada na NDF, há um valor de mercado a pagar de R\$ 7.070 no período findo em 31/12/2025.

	2025		2024	
	Valor justo em R\$	Saldo em R\$	Valor justo em R\$	Saldo em R\$
Controladora				
Empréstimos e financiamentos	58.381	1.221	99.165	(86.982)
Outros ativos	-	-	22.673	(19.669)
Outros passivos	-	-	15.385	(14.541)
Partes relacionadas (*)	-	-	263.650	(235.456)
Partes relacionadas (*)	-	-	21.583	(19.400)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	106.090	(107.337)
Outros passivos	-	-	322.615	(7.057)
Outros passivos	-	-	528.546	(483.385)
Total	58.381	1.221	528.546	(483.385)

Saldos apresentados no balanço patrimonial em Instrumentos financeiros derivativos nos ativos e passivos. Os ativos e passivos financeiros derivativos (NDF e SWAP), apresentados no balanço patrimonial, cujo objetivo de proteção está relacionado a fornecedores e empréstimos e financiamentos respectivamente, estão resumidos a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Valores a receber				
NDF	75	10.135	75	10.135
SWAP	5.071	45.161	5.071	45.161
Total USD	5.146	55.296	5.146	55.296

Valores a pagar
NDF
SWAP

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Valores a pagar				
NDF	(7.145)	-	(7.145)	-
SWAP	(12.128)	-	(12.128)	-
Total USD	(19.273)	-	(19.273)	-

Efeito líquido
Valor justo de instrumentos financeiros e não financeiros: O método de apuração do valor de mercado utilizado pela Companhia consiste em calcular o valor futuro com base nas condições contratadas e determinar o valor presente com base em curvas de mercado, exceto os derivativos de mercado futuro que têm os valores justos calculados com base nos ajustes diários das variações das cotações de mercado das bolsas de mercadorias e futuros que atuam como contraparte. A Companhia classifica a mensuração do valor justo de acordo com os níveis hierárquicos que refletem a significância dos índices utilizados nesta mensuração, conforme os seguintes níveis: **• Nível 1:** Preços cotados em mercados ativos (não ajustados) para ativos e passivos idênticos; **• Nível 2:** Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, em que os preços cotados são para ativos e passivos similares, seja diretamente por obtenção de preços em mercados ativos ou indiretamente, como técnicas de avaliação que utilizam dados dos mercados ativos; **• Nível 3:** Os índices utilizados para cálculo não derivam de um mercado ativo. Atualmente todos os instrumentos financeiros e não financeiros da Companhia têm o seu valor justo mensurado confiavelmente, dessa forma classificados e demonstrados abaixo seguindo a hierarquia do valor justo: **Em 31/12/2025:**

	Nível 1			Nível 2			Nível 3		
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	
Controladora									
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	532.944	-	-	(14.127)	-	-	
Instrumento financeiro derivativo									

continuação

GRUPO MULTI S.A. | CNPJ nº 59.717.553/0001-02

	Receita(d)		Compras/Despesas(e)	
	2025	2024	2025	2024
(1) BRC	52.659	53.975	116.221	42.477
(2) GIGA	455.147	632.105	719.338	943.702
(3) Loja	-	367	-	-
(4) Watts	-	907	-	-
	507.806	687.354	835.559	986.178

(f) Assistência Técnica

	2025	2024
(1) BRC	7.554	2.622
(2) GIGA	42.091	74.171
	49.645	76.793

Parte relacionada	Contratos de Mútuo		Vencimento	Taxa após vencimento	Classificação
	2025	2024			
ISP	9.445	5.000	Alteração vencimento para 10.05.2028	CDI + 6% pós a primeira data do envio da notificação informando sobre a não conversão	Custo amortizado
Ziyou	32.688	20.500	mar-26 e dez-27	100% DI + acrescida de 1% a.a.	Custo amortizado
Map	6.066	4.000	Vigência a partir de junho/2025 com caráter perpétuo até a liquidação das obrigações. Principal marco temporal: verificação de metas de receita em 2026 para fins de conversão societária. Prazos e vencimento originalmente estabelecido para 3 anos, o prazo foi prorrogado por meio do segundo termo aditivo para 19/04/2028. O contrato estabelece um prazo regular de 60 meses a contar da Data do Aporte. A data de vencimento pode ser prorrogada por até 2 anos adicionais, por decisão exclusiva do Investidor.	CDI + 6% pós a primeira data do envio da notificação informando sobre a não conversão	Custo amortizado
Cash IN	9.224	-	Prorrogação para 19/04/2028. O contrato estabelece um prazo regular de 60 meses a contar da Data do Aporte. A data de vencimento pode ser prorrogada por até 2 anos adicionais, por decisão exclusiva do Investidor.	100% CDI + 6% apropriados pro rata die (base 252 dias úteis).	Valor justo
Intelpromo	25.000	-		Remunerado pela variação acumulada de 100% da Taxa DI, acrescida de um spread de 2,5% ao ano.	Valor justo

82.423 29.500

Movimentação dos contratos de Mútuos:

Saldo inicial	Classificação	2024 Inclusão	Juros	Desinvestimento	Saldo final
ISP	Custo amortizado	5.000	-	4.445	9.445
Ziyou	Custo amortizado	20.500	11.122	10.066 (9.000)	32.688
Map	Custo amortizado	4.000	-	2.066	6.066
Cash IN	Valor justo	-	9.224	-	9.224
Intelpromo	Valor justo	-	25.000	-	25.000
		29.500	45.346	16.577 (9.000)	82.423

Juros sobre capital próprio: A controladora reconheceu no período findo em 31/12/2025 juros sobre capital próprio a receber no montante de R\$ 3.506, sendo a parcela de R\$ 2.980 e R\$ 526 de IRPJ retido na fonte da sua controlada BRC. Os valores divulgados nas transações com partes relacionadas são compostos da seguinte forma: **a) Clientes:** Valores a receber relacionados a vendas de produtos e matérias-primas, devoluções de clientes entre empresas do grupo, incluindo os efeitos do não reconhecimento de receita nos valores a receber, em virtude dos produtos ainda não entregues (cut off). **b) Outras Contas:** Referem-se a despesas de uma das empresas pagas por outra parte relacionada. **c) Fornecedores:** Compras de Produtos, mercadorias e matérias primas realizadas junto a outras empresas do grupo. **d) Receitas:** Vendas realizadas pela Companhia para empresas do grupo. **e) Compras:** Este item abrange todos os valores associados à aquisição de produtos, mercadorias e matérias-primas adquiridos pela Companhia, junto a empresa do grupo. **f) Assistência técnica:** valores referentes a cobrança de percentual de assistência técnica por venda de componentes adquiridos pela controladora junto a suas controladas. **g) Mútuos conversíveis a receber mensurados a valor justo:** A seguir, segue o detalhamento de cada um dos mútuos conversíveis em participações societárias detidos pelo Fundo Inova V, realizados em atendimento a Lei da informática (13.969/2019), conforme descrito nas Notas Explicativas nº 1 "Contexto Operacional" e nº 11 "Fundos de Investimentos"; **g.1) ISP CredTech Tecnologia S.A. ("ISP CredTech"):** A ISP CredTech é uma intermediadora de negócios, fundada em 2022, com o propósito de fomentar acesso a crédito para pequenas e médias empresas de telecomunicação. Os serviços de antecipação de recebíveis e empréstimos via Fundo de investimento em direitos creditórios ("FIDC") possibilitam a organização impactar positiva e ativamente a eficiência alocativa dos recursos disponíveis ao longo da cadeia que envolve o serviço de provimento de internet. Em setembro de 2022, foi estabelecido um contrato de mútuo conversível em participação societária de 3,33% do capital social total e votante da Sociedade. Em 31/12/2025 o valor a receber referente a este contrato, valorizado ao custo amortizado é de R\$ 9.445. O contrato do mútuo venceu em 10/06/2025, porém houve prorrogação do vencimento para 36 meses, onde o mesmo se encerra em 10.05.2028. **g.2) Map Inteligência Inovação em tecnologia educacionais e assistivas Ltda. ("Map"):** com sede na Cidade de Manaus no Estado do Amazonas. A Map é uma empresa de inovação tecnológica com forte atuação nos campos de tecnologias assistivas, automação industrial e aplicação de inteligência artificial. Em fevereiro de 2023, foi estabelecido um contrato de mútuo conversível em participação societária de 30% do capital social total e votante da Sociedade, no montante de R\$ 4.000, cujo aporte financeiro ocorreu da seguinte forma: (i) R\$ 1.000 em 20/01/2023; (ii) R\$ 3.000 em 27/02/2023. Em 31/12/2025 o valor a receber referente a este contrato, valorizado ao custo amortizado é de R\$ 6.066. **g.3) Ziyou Intermediação, Locação e Serviços S.A. ("Ziyou"):** com sede na Cidade de São Paulo - SP. A Ziyou atua no modelo de negócio de Equipment as a Service, oferecendo venda e locação de equipamentos, como esteiras, bikes spinning, elípticos, remos, estações de musculação e outros, de forma totalmente on-line, sem burocracia e conectados a uma tecnologia própria. Em março de 2023, foi estabelecido um

contrato de mútuo conversível em participação societária de 18,7% do capital social total e votante da Sociedade, no montante de R\$ 11.500, cujo aporte financeiro ocorreu em 09/03/2023. Em dezembro de 2024, houve um aporte adicional ao primeiro contrato de mútuo no valor de R\$ 9.000, agora com o percentual de 31,76%. Em dezembro de 2025, a Ziyou realizou a quitação integral do aporte adicional de R\$ 9.000. O contrato de mútuo conversível inicial, no valor de R\$ 11.500, (firmado em março de 2023), permanece ativo e em vigor. As condições originais foram preservadas, mantendo a remuneração de 100% da Taxa DI + 1% ao ano. Em caso de conversão, este contrato garante ao fundo uma participação de 18,70% no capital social da companhia. Esse valor quitado foi feito um novo aporte no fundo Inova XI, de R\$10.065 em 15/12/2025, totalizando a participação da Companhia em R\$ 32.688. Os saldos com partes relacionadas se referem a transações com condições específicas pactuadas entre as partes. Tanto os valores a pagar, como valores a receber, não sofrem atualização monetária. Para uma compreensão detalhada das empresas da companhia, incluindo controladas e coligadas, tanto diretas quanto indiretas, consultar a Nota Explicativa de Contexto Operacional nº 2.4 e Investimentos nº 10. **g.4) Cash In Intermediação e Agenciamento de Serviços S.A. (Cash in):** Em 19/04/2022, a Sociedade firmou um instrumento Particular de Mútuo Conversível com os fundos de investimento Inova VII e Inova IV (Investidores) e a empresa CASH IN. O valor total do aporte é de R\$ 4.000, distribuídos da seguinte Inova VII R\$ 3.000 e Inova IV R\$ 1.000. Em 23/09/2022 foi feito um aporte adicional de R\$ 2.500 ao contrato inicial da Inova VII firmado em 19/04/2022. Em 27/11/2023, o investidor INOVA VII comprometeu-se a realizar um novo investimento de R\$ 2.000 via mútuo conversível e com o prazo de vencimento em 19/04/2028. **g.5) Intelpromo Tecnologia Ltda. (Intelpromo):** Em 19/12/2025, a Sociedade firmou um instrumento Particular de Mútuo Conversível com o Inova XV Fundo de Investimento em Participações no valor do aporte total é de R\$ 25.000. Os recursos estão destinados para o desenvolvimento das atividades de marketing, tecnologia, infraestrutura e capital de giro, conforme o plano de Negócios. O saldo devedor é remunerado pela variação acumulada de 100% da taxa DI, acrescida de um spread de 2,5% ao ano, calculados pro rata die sobre o valor principal desde a data do aporte até o efetivo pagamento ou conversão. O contrato estabelece um prazo regular de 60 meses a contar da data do aporte. A data de vencimento pode ser prorrogada por até 2 anos adicionais, por decisão exclusiva do Investidor. Trata-se de um instrumento financeiro híbrido onde o Investidor detém a opção exclusiva de converter o saldo devedor (principal e juros) em participação societária na Sociedade. Caso exercida a conversão, o Investidor passará a deter 47,2% do capital social, mediante a emissão de ações preferenciais Classe A (PIA). **34. Remuneração diretores e executivos:** A remuneração do pessoal-chave da administração corresponde a benefícios de curto prazo de R\$ 4.283 no exercício findo de 31/12/2025 e (R\$ 4.585 findo em 31/12/2024). **35. Informações por segmento:** A Companhia gerencia o desempenho operacional dos seus negócios baseada em informações por segmento. As informações por segmento do negócio são utilizadas pela Administração para tomar decisões sobre como alocar recursos, tomando como base o lucro bruto de cada segmento operacional. As atividades e resultados do negócio são acompanhados pelos principais gestores de cada negócio e reportadas ao principal gestor das operações, para tomar decisões sobre a melhor forma de alocação dos recursos em cada segmento. **Corporativo:** este segmento opera com equipe de vendas dedicada, engloba Aparelhos de Telecomunicações para Operadoras e Provedores (Redes), PC & Tablets para Governo, Memórias e Componentes (OEM) para indústrias de eletroeletrônicos, soluções de Mobilidade incluindo o início da fabricação para a marca Royal Enfield, Equipamentos de Ginástica para Academias (Wellness e Ziyou) e Projetos de Fabricação (Hisense e Oppo). **Consumer Tech:** este segmento reúne os produtos de tecnologia destinados ao varejo em geral. Com uma vasta gama de famílias de produtos, como por exemplo telas, áudio, computadores, eletroportáteis, drones e acessórios de informática, atende a diversas modalidades de varejo, incluindo grandes redes nacionais, varejistas regionais e canais online, como e-commerce próprio e marketplaces. **Consumer Especializado:** neste segmento estão as operações de venda de produtos para mercados específicos, como lojas de artigos para bebês, pet shops, lojas de brinquedos e redes de farmácias. Este segmento se destaca por possuir equipes de vendas dedicadas e especializadas para atender as particularidades de cada um desses canais varejistas, consolidando assim a operação da companhia nesses mercados específicos.

Segmentos Operacionais

	Receita líquida	Lucro bruto	Receita líquida	Lucro bruto
Consumer Tech	1.464.655	410.313	1.529.184	401.354
Corporativo	2.069.009	394.753	1.422.009	233.082
Consumer Especializado	390.098	165.478	437.305	151.844
Total	3.923.762	970.544	3.388.498	786.280

A seguir as informações dos ativos e passivos que são analisadas pelos principais gestores de cada negócio e reportadas ao principal gestor das operações, para tomar decisões.

	Ativos	Passivos
Consumer Tech	546.704	327.534
Corporativo	736.414	686.965
Consumer Especializado	56.360	15.273
Total	1.339.478	1.029.772

36. Informações adicionais às demonstrações dos fluxos de caixa: O quadro a seguir demonstra as alterações dos passivos provenientes das atividades de financiamento, decorrentes dos fluxos de caixa e de não caixa.

	Controladora	
	Saldo em 2024	Saldo em 2025
Empréstimos e financiamentos	647.803	490.034
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	40.750
Passivos de arrendamento	12.077	40.768
Reservas de capital e ações em tesouraria	6.348	1.548
	666.228	573.100

Transações não-caixa sobre efeitos de incorporação de subsidiária

	Movimento não caixa	
Contas a Receber de clientes	184.127	
Partes Relacionadas	999.052	
Estoques	471.353	
Tributos a recuperar	91.870	
Despesas Antecipadas	5.330	
Outros ativos não circulantes	3.740	
Fundos de Investimento	162.201	
Imobilizado	100.967	
Intangível	4.339	
Ativos de direito de uso	10.149	
ATIVO	2.033.128	
Empréstimos e financiamentos	33.322	
Fornecedores	685.687	
Obrigações trabalhistas e sociais	11.725	
Obrigações tributárias	213.819	
Partes Relacionadas	282.054	
Passivos de Arrendamento	10.956	
Outros passivos circulantes	5.318	
Provisão para riscos processuais	886	
PASSIVO	3.276.895	
Baixa Investimentos	789.361	

Consolidado

	Saldo em 2024	Movimento não caixa	Efeito de financiamento	Saldo em 2025
Empréstimos e financiamentos	647.803	8.247	(166.016)	490.034
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	40.750	-	40.750
Passivos de arrendamento	29.286	32.414	(17.470)	44.230
Reservas de capital e ações em tesouraria	6.348	(4.800)	-	1.548
	683.437	76.611	(183.486)	576.562

Controladora

	Saldo em 2023	Movimento não caixa	Efeito de financiamento	Saldo em 2024
Empréstimos e financiamentos	820.232	177.230	(349.659)	647.803
Passivos de arrendamento	37.274	(15.935)	(9.262)	12.077
Reservas de capital e ações em tesouraria	(366)	6.714	-	6.348
	857.140	168.009	(358.921)	666.228

Consolidado

	Saldo em 2023	Movimento não caixa	Efeito de financiamento	Saldo em 2024
Empréstimos e financiamentos	820.232	177.265	(349.694)	647.803
Passivos de arrendamento	50.612	(3.382)	(17.944)	29.286
Reservas de capital e ações em tesouraria	(366)	6.714	-	6.348
	870.478	180.597	(367.638)	683.437

37. Eventos Subsequentes: Impactos do Conflito no Oriente Médio: A Companhia vem monitorando de perto a escalada das tensões no Oriente Médio, especificamente na região do Estreito de Ormuz. A instabilidade atual tem gerado impactos significativos na logística global, incluindo o redirecionamento de frota para a rota do Cabo da Boa Esperança, o que resulta em aumento do transit time e dos custos operacionais (combustível e seguros). Embora as rotas principais da Companhia (notadamente China-Brasil) não transitem diretamente pela zona de conflito, o mercado global sofre efeitos sistêmicos. A Companhia estima que o redirecionamento global de frota possa gerar um acréscimo médio de 7 a 20 dias no transit time das importações. Até o momento, a Administração entende que as medidas tomadas (negociação de longo prazo com fornecedores estratégicos com preços fixos) são suficientes para mitigar o impacto na cadeia de suprimentos. No entanto, segue monitorando os efeitos da guerra em seu mercado de atuação para antecipar as ações para resguardar suas operações em caso necessário. **Gestão do Passivo e Alongamento:** Em 26/02/2026, em linha com sua estratégia de otimização da estrutura de capital e fortalecimento do fluxo de caixa, a Companhia concluiu o alongamento de uma dívida no montante de US\$ 10.667.000,00 (dez milhões, seiscentos e sessenta e sete mil dólares), da modalidade de Capital de Giro em moeda estrangeira. A operação consistiu na liquidação da obrigação anterior e na contratação de uma nova linha de crédito de longo prazo; a iniciativa visa adequar o perfil de liquidez da Companhia ao seu ciclo de geração de caixa de longo prazo. As principais alterações nas condições financeiras estão detalhadas abaixo:

Características	Condições anteriores	Novas condições
Valor do Principal	US\$ 10.666.666,68	US\$ 10.667.000,00
Data de Vencimento	26/08/2027	26 de fevereiro de 2031
Duration	266 dias	986 dias
Custo Estimado	R\$ / DI + 1,53% a.a.	R\$ 105% DI (até 6ª parcela) - 66,7% do total Dólar 5,1% a.a. (7ª à 9ª parcela) - 33,3% do total

Diretoria

André Poroger	Diretor Presidente
Eduardo Ferreira Belesas dos Santos	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Alex Ferreira de Melo	Diretor

Conselho de Administração

Alexandre Ostrowiecki	Presidente do Conselho de Administração
Tomas Henrique Fuchs	Vice Presidente (Independente)
Carlos Eduardo Altona	Membro independente
Edward James Feder	Membro independente
André Poroger	Membro

Comitê de Auditoria

Eder da Silva Grande	Membro Qualificado/Coordenador
Olavo Fortes Campos Rodrigues Junior	Membro Efetivo
Edward James Feder	Membro (Conselheiro Independente)

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores do Grupo Multi S.A., São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo Multi S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Grupo Multi S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade aplicáveis às auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria (PAA):** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que o assunto a seguir é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório. **1. Reconhecimento de receitas de vendas - Notas Explicativas nos 4.11 e 25: Motivo pelo qual o assunto**

foi considerado um principal assunto de auditoria: A Companhia reconhece receitas de vendas por meio de distintos canais (vendas diretas ao consumidor em ambiente digital, plataformas de marketplace e contratos com entes governamentais), com alto volume de transações e diferentes termos comerciais. O reconhecimento das receitas requer julgamentos relevantes quanto à identificação das obrigações de performance, no momento do atendimento às citadas obrigações de performance e quanto à mensuração da contrapartida variável (quando aplicável). Esse assunto foi considerado relevante e, portanto, um principal assunto de auditoria, devido à relevância das receitas de vendas registradas, assim como devido ao elevado volume de registros (pulverização) e integrações sistêmicas requeridas para o reconhecimento das receitas, quando do atendimento da obrigação de performance, considerando os respectivos termos comerciais mantidos junto aos clientes. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: - Avaliação do desenho da estrutura de controles internos implementados pela administração da Companhia relacionados à identificação, processamento e registro das receitas de vendas; - Confronto das informações contidas no relatório analítico de receitas, extraído do sistema de faturamento, com a receita reconhecida no sistema contábil, incluindo o cruzamento dessas informações com as obrigações acessórias (SPEED), com objetivo de avaliar sobre a razoabilidade da integridade e completude dos dados reportados; - Realização de procedimentos analíticos de auditoria quanto à receita de vendas utilizando ferramenta automatizada (Audit Data Analytics (ADA)); - Realização de testes substantivos, em base amostral, das vendas abrangendo todo o exercício de 2025 e confirmação de sua adequação às condições comerciais contratadas, incluindo obrigações de performance e subsequente liquidação financeira, além da execução de procedimentos de confirmação externa de saldos com clientes para validar a existência dos valores registrados pela Companhia; - Realização de testes de transações de vendas ocorridas imediatamente antes e após a data de encerramento do exercício, atentando para o seu adequado reconhecimento no exercício de competência; e - Avaliação da adequação das divulgações apresentadas pela Companhia relacionadas a esse assunto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia para o reconhecimento, processamento e divulgação das receitas de vendas, estando as informações apresentadas nas demonstrações financeiras


individuais e consolidadas consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto daquelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstrações do Valor Adicionado:** As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Auditoria dos valores correspondentes:** A auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, cujos valores correspondentes estão apresentados para fins de comparação, foi conduzida sobre a responsabilidade de outro auditor independente, cujo relatório de auditoria, emitido em 26 de março de 2025, não continha modificação. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações**

continuação

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 26/03/2026

ICP Brasil

Acesse a página de Publicações Legais no site do www.datamercantil.com.br/publicidade_legal ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



continuação

GRUPO MULTI S.A. | CNPJ nº 59.717.553/0001-02

financeiras individuais e consolidadas: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Standards Accounting Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao

longo da auditoria. Além disso: · Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta à tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; · Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; · Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; · Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; · Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; · Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para

expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de março de 2026

Grant Thornton
An instinct for growth

Grant Thornton
Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/0-1

Jefferson Coelho Diniz
Contador
CRC 1SP-277.007/0-8

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br

☎ **Contato: (11) 3361-8833**

✉ **Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br**

DATA MERCANTIL São Paulo



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 26/03/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal





Allied Tecnologia S.A.

CNPJ/MF nº 20.247.322/0001-47

alliedbrasil.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 4T25

DESTAQUES DO 4T25

- Receita Líquida: R\$ 1.501,7 milhões (+8,3% a/a), sustentada pelo desempenho do Brasil e pela normalização da operação Internacional.
- Lucro Bruto: R\$ 184,1 milhões (+3,9% a/a), com margem de 12,3%.
- Despesas Operacionais Recorrentes: queda de 6,0% a/a, refletindo maior eficiência e alavancas de redução estrutural de despesas.
- EBITDA Recorrente: R\$ 63,6 milhões (+17,6% a/a), margem de 4,2% (+0,3 p.p.).
- Lucro Líquido Recorrente: R\$ 44,7 milhões.
- Geração de caixa operacional: R\$ 514,7 milhões no ano, impulsionada pelo resultado operacional do ano e habilitação de créditos tributários.
- Dívida Líquida: R\$ 48,1 milhões (0,2x EBITDA LTM), reforçando baixa alavancagem.
- Caixa Final: R\$ 375,9 milhões.
- Retorno ao acionista (2025): distribuição de R\$ 109,7 milhões em JCP, equivalentes a R\$ 1,16 por ação, o que representa um dividend yield¹ de 14,2% em 2025. Ao considerar o efeito da redução de capital realizada na 3T25 sobre a base de capital investido, o retorno total em 2025 alcança 37,5%.

R\$ milhões	4T25	4T24	Δ%	FY2025	FY2024	Δ%
Receita Líquida de Vendas	1.501,7	1.386,6	8,3%	5.504,6	5.521,4	-0,3%
Brasil	1.302,1	1.248,2	4,3%	4.436,4	4.232,2	4,8%
Varejo Físico	126,6	138,3	-8,4%	524,5	558,5	-6,1%
Online	321,9	315,1	2,2%	1.005,9	891,4	12,8%
Distribuição	853,5	794,8	7,4%	2.905,9	2.782,3	4,4%
Internacional	199,7	138,4	44,3%	1.068,3	1.289,2	-17,1%
Lucro Bruto	184,1	177,2	3,9%	630,5	657,5	-4,1%
Brasil	180,3	174,8	3,2%	608,9	631,3	-3,5%
Varejo Físico	34,0	35,5	-4,2%	141,6	152,6	-7,2%
Online	72,6	74,7	-2,9%	226,6	246,8	-8,2%
Distribuição	73,8	64,6	14,2%	240,7	231,9	3,8%
Internacional	3,8	2,5	51,7%	21,6	26,2	-17,8%
Despesas Operacionais Recorrentes	-131,6	-136,0	-3,2%	-459,7	-489,6	-6,1%
EBITDA Recorrente	63,6	54,1	17,6%	218,9	220,8	-0,9%
Margem Ebitda Recorrente	4,2%	3,9%	0,3 p.p.	4,0%	4,0%	0,0 p.p.
Lucro Líquido Recorrente	44,7	59,7	-25,2%	113,0	128,9	-12,4%
EBITDA Contábil	55,3	54,1	2,3%	551,9	241,7	128,3%
Margem Ebitda Contábil	3,7%	3,9%	-0,2 p.p.	10,0%	4,4%	5,6 p.p.
Lucro Líquido Contábil	39,2	59,7	-34,3%	332,7	145,5	128,6%

¹ Considerando o preço da ação em 31/12/2025

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Encerramos 2025 com um conjunto de resultados que reafirma, de forma clara, o modelo Allied e nossa capacidade de entregar resultado mesmo em um ambiente desafiador. A disciplina na execução das nossas cinco alavancas — crédito, logística, eficiência fiscal, gestão de estoques e multiplicidade de canais — sustentou um ano de consistência operacional e avanço financeiro.

Fortalecemos nossa função como gestor de crédito e parceiro logístico para o varejo, ampliando liquidez para parceiros e reduzindo a dívida líquida para R\$ 48 milhões, enquanto geramos R\$ 514,7 milhões de caixa operacional recorrente no ano. Mantivemos consistência operacional, avançamos em eficiência e fortalecemos nossa posição competitiva para capturar crescimento em 2026.

Nossa logística continuou sendo um diferencial estrutural: reduzimos o aging dos estoques em cerca de 30%, aceleramos fluxos de entrega e sustentamos o crescimento de 7,5% na Distribuição Brasil, contribuindo para a melhora operacional e financeira do trimestre. Do ponto de vista contábil, o lucro do ano refletiu também a captura eficiente de efeitos não recorrentes, com destaque para os créditos tributários da Lei do Bem, além da repercussão do DIFAL. Esses elementos contribuíram para elevar o lucro líquido contábil para R\$ 332,7 milhões e reforçar um *dividend yield* de 14,2%, indicadores que evidenciam a qualidade do ciclo operacional e nossa disciplina na alocação de capital.

Mantivemos um compromisso firme com transparência financeira, contábil e fiscal. Em 2025, apresentamos demonstrações financeiras sem ressalvas, refletindo a qualidade dos controles internos, a robustez dos processos de reporte e o rigor técnico na contabilização dos efeitos tributários extraordinários. Todos os reconhecimentos e reversões fiscais foram conduzidos com aderência plena às normas, garantindo clareza, rastreabilidade e segurança jurídica. A combinação remuneração responsável ao acionista e transparência reforça nosso compromisso de longo prazo com governança, previsibilidade e criação de valor, ao mesmo tempo em que fortalece e reafirma a credibilidade da Allied perante investidores, parceiros e demais stakeholders.

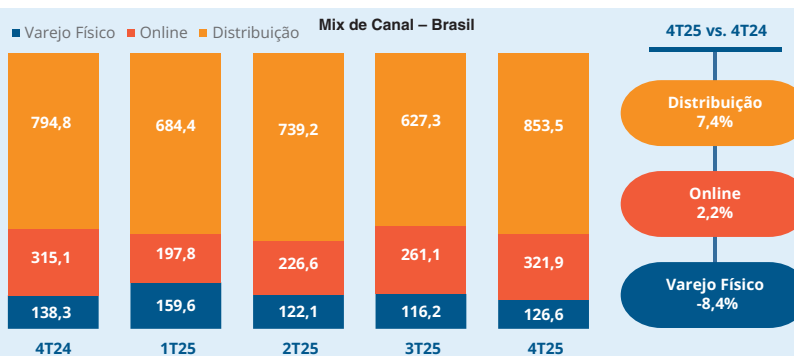
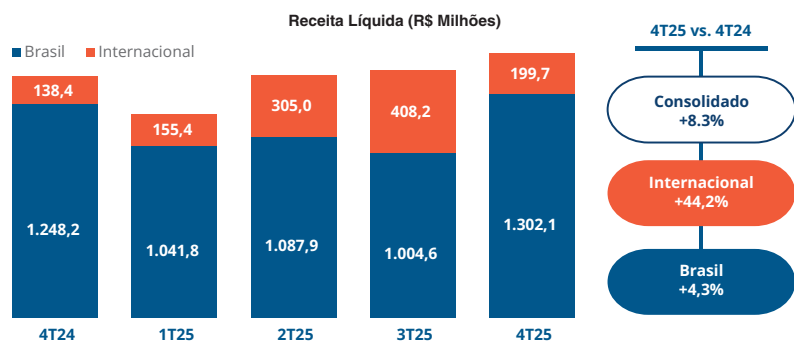
Entramos em 2026 com confiança e posicionamento estratégico reforçado. A combinação de estrutura operacional eficiente, execução disciplinada e portfólio complementar nos coloca em uma posição privilegiada para acelerar crescimento, ampliar rentabilidade e fortalecer ainda mais nosso papel como plataforma essencial para a cadeia de tecnologia no Brasil.

Agradeço aos nossos colaboradores, fornecedores, clientes e acionistas pelo engajamento e confiança que nos permitiram atravessar 2025 com solidez e iniciar 2026 preparados para um novo ciclo de expansão sustentável.

Silvio Stagni — CEO

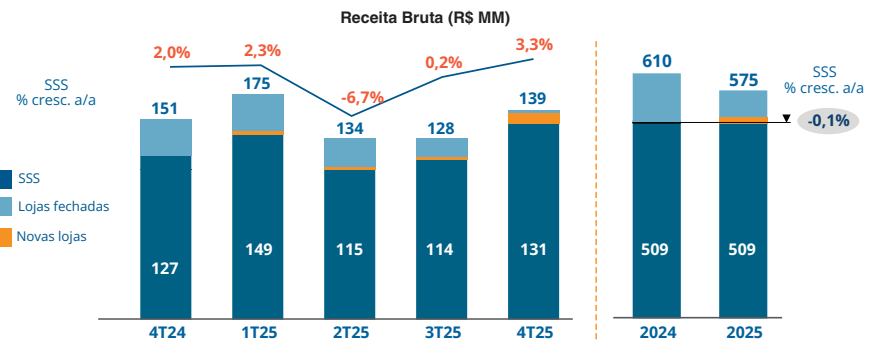
RECEITA LÍQUIDA

R\$ milhões	4T24	1T25	2T25	3T25	4T25
Receita Líquida de Vendas	1.386,6	1.197,1	1.392,9	1.412,9	1.501,7
Brasil	1.248,2	1.041,8	1.087,9	1.004,6	1.302,1
Varejo Físico	138,3	159,6	122,1	116,2	126,6
Online	315,1	197,8	226,6	261,1	321,9
Distribuição	794,8	684,4	740,2	627,8	853,5
Internacional	138,4	155,4	305,0	408,2	199,7



O 4T25 registrou uma retomada consistente com a sazonalidade da categoria, com receita líquida de R\$ 1.501,7 milhões, avanço de 8,3% versus o mesmo período do ano anterior e 6,3% versus 3T25, consolidando o melhor trimestre do ano. O desempenho foi sustentado pelo Brasil, que cresceu 4,3% a/a e 29,6% t/t, impulsionado pela Distribuição (+7,5% a/a; +36,2% t/t). O canal Online também apresentou aceleração (+1,8% a/a; +22,9% t/t). O varejo físico apresentou venda anual estável considerando SSS.

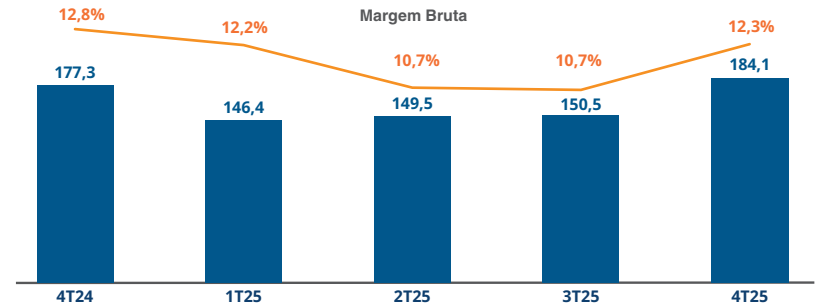
Varejo Físico



A operação Internacional avançou 44,3% 4T25 versus 4T24, revertendo a base reprimida do 4T24, ainda que abaixo do pico do 3T25 devido sazonalidade do negócio por restrição da cadeia da janela de lançamento do iPhone.

LUCRO BRUTO

R\$ milhões	4T25	4T24	Δ%	FY2025	FY2024	Δ%
Lucro Bruto	184,1	177,2	3,9%	630,5	657,5	-4,1%
Margem Bruta [%]	12,3%	12,8%	-0,5 p.p.	11,5%	11,9%	-0,5 p.p.
Brasil	180,3	174,8	3,2%	608,9	631,3	-3,5%
Margem Bruta [%]	13,9%	14,0%	-0,2 p.p.	13,7%	14,9%	-1,2 p.p.
Varejo	106,6	110,2	-3,3%	368,2	399,4	-7,8%
Margem Bruta [%]	23,8%	24,3%	-0,5 p.p.	24,1%	27,5%	-3,5 p.p.
Distribuição	73,8	64,6	14,2%	240,7	231,9	3,8%
Margem Bruta [%]	8,6%	8,1%	0,5 p.p.	8,3%	8,3%	0,0 p.p.
Internacional	3,8	2,5	51,7%	21,6	26,2	-17,8%
Margem Bruta [%]	1,9%	0,8%	1,1 p.p.	2,0%	2,0%	0,0 p.p.



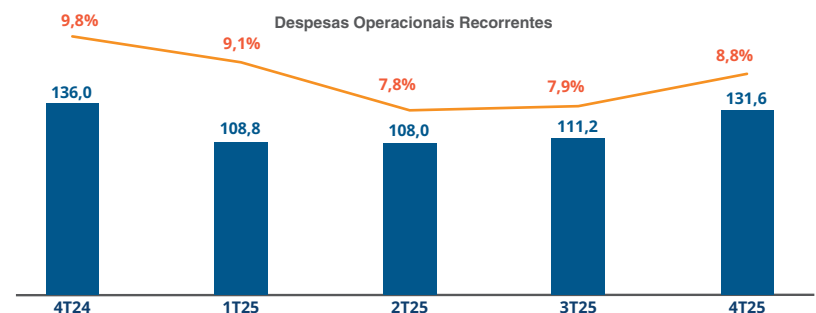
Margem Bruta (%)	4T24	1T25	2T25	3T25	4T25
Margem Bruta	12,8%	12,2%	10,7%	10,7%	12,3%
Brasil	14,0%	13,8%	13,2%	14,1%	13,9%
Internacional	1,8%	1,9%	2,1%	2,1%	1,9%

No 4T25, a Allied apresentou evolução consistente em rentabilidade, refletida no aumento do lucro bruto consolidado para R\$ 184,1 milhões, avanço de 3,9% em relação ao 4T24. O resultado reflete maior disciplina comercial, ajustes no mix de vendas e ganhos operacionais ao longo do trimestre, sustentando a capacidade da companhia de preservar margens em um ambiente ainda competitivo.

A margem bruta consolidada encerrou o período em 12,3%, praticamente estável frente ao ano anterior (-0,5 p.p.). A leve variação reflete maior participação da distribuição internacional no período, operação que apresenta dinâmica de margens distinta da operação no Brasil, mas que segue contribuindo positivamente para a rentabilidade consolidada da Companhia.

DESPESAS OPERACIONAIS

Despesas Operacionais (R\$ milhões)	4T25	4T24	Δ%	FY25	FY24	Δ%
Vendas	-91,4	-102,0	-10,4%	-333,7	-365,8	-8,8%
Gerais e Administrativas Recorrentes	-38,7	-32,6	18,5%	-127,3	-125,7	1,3%
Outras receitas operacionais	-1,6	-1,4	10,8%	1,3	1,9	-31,7%
Despesas Operacionais Recorrentes	-131,6	-136,0	-3,2%	-459,7	-489,6	-6,1%
Ajuste Não Recorrente	-8,3	0,0	-	333,0	20,9	1491,7%
Despesas operacionais	-139,9	-136,0	2,9%	-126,7	-468,6	-73,0%



O 4T25 marca um trimestre de eficiência operacional para a Allied, refletindo a maturidade das iniciativas implementadas ao longo do ano e a forte disciplina na gestão de despesas. A performance revela uma estrutura mais enxuta, eficiente e alinhada ao novo ritmo de crescimento da companhia, consolidando a capacidade da Allied de gerar valor.

As Despesas Operacionais Recorrentes totalizaram R\$ 131,6 milhões, uma melhora de 3,2% frente ao 4T24. A evolução demonstra ganho real de eficiência, principalmente pela forte redução nas despesas com vendas, que recuaram 10%.

DO EBITDA AO LUCRO LÍQUIDO

EBITDA recorrente cresce 17,6% no 4T25

O EBITDA recorrente atingiu R\$ 63,6 milhões no 4T25 (+17,6% a/a), com margem de 4,2% (+0,3 p.p. a/a). A evolução reflete ganhos operacionais, melhor diluição da estrutura e controle das despesas. Em 2025, a Allied consolidou um novo patamar de rentabilidade, encerrando o ano com o maior nível de EBITDA recorrente, reforçando a evolução operacional registrada ao longo do período.

O resultado financeiro apresentou melhora significativa, com redução de 33,3% a/a, influenciada pela menor alavancagem, queda no custo médio da dívida e iniciativas de gestão de capital.

O lucro líquido recorrente totalizou R\$ 44,7 milhões no trimestre. A variação a/a decorre de base de comparação forte em 2024, da normalização do resultado financeiro e de efeitos pontuais em impostos correntes.

O lucro líquido contábil encerrou o trimestre em R\$ 39,2 milhões, refletindo o impacto dos ajustes não recorrentes detalhados no Relatório da Administração.

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 26/03/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



... continuação

Allied Tecnologia S.A.

R\$ milhões	4T25	4T24	Δ%	FY25	FY24	Δ%
EBITDA Recorrente	63,6	54,1	17,6%	218,9	220,8	-0,9%
Margem EBITDA Recorrente (%RL)	4,2%	3,9%	0,3 pp	4,0%	4,0%	0,0 pp
Depreciação e Amortização	-11,2	-12,9	-13,4%	-48,1	-52,9	-9,1%
Resultado Financeiro	-19,2	-28,8	-33,3%	-95,9	-95,4	0,5%
Lucro antes do IR e CSLL	33,3	12,4	167,6%	75,0	72,6	3,3%
Imposto de Renda e Contribuição Social	11,4	47,3	-75,9%	38,0	56,3	-32,5%
Lucro Líquido Recorrente	44,7	59,7	-25,2%	113,0	128,9	-12,4%
Margem Líquida (% RL)	3,0%	4,3%	-1,3 pp	2,1%	2,3%	-0,3 pp
Despesas operacionais não recorrentes	-8,3	0,0	-	333,0	20,9	1491,7%
Receitas Financeiras não recorrentes	0,0	0,0	-	0,0	7,5	-100,0%
IR e CSLL não recorrentes	2,8	0,0	-	-113,2	-11,8	858,0%
Lucro Líquido Contábil	39,2	59,7	-34,3%	332,7	145,5	128,6%

ALAVANCAS DE CRESCIMENTO

Em linha com o nosso planejamento estratégico, as iniciativas abaixo estão sendo priorizadas. O objetivo é que essas ações contribuam para o crescimento e rentabilidade da companhia no médio e longo prazo, suportando a diversificação dos negócios.

Recondicionados
A Allied avançou na vertical de recondicionados, fortalecendo a marca Trocafy como pilar estratégico. A operação segue ganhando eficiência em toda a cadeia — captação, recondicionamento e venda — e tem se beneficiado do aumento estrutural da demanda por economia circular. Em um mercado ainda pouco padronizado, a Trocafy diferencia-se por escala, credibilidade e confiabilidade, elementos que reduzem assimetria de informações, aumentam conversão e estimulam a formalização do setor. Com demanda crescente e competências operacionais consolidadas, a companhia identifica espaço relevante para expansão.

Parcerias Estratégicas – B2C
A Allied vem ampliando sua atuação como plataforma integrada de soluções, evoluindo do papel tradicional de principal parceira de integração entre fornecedores e varejistas para também atuar como elo estratégico entre fornecedores e consumidores finais. Nesse contexto, destacam-se as iniciativas B2C, incluindo o programa iPhone Pra Sempre, desenvolvido em parceria com o Banco Itaú. A companhia seguirá expandindo esse modelo, priorizando iniciativas de maior retorno, aumento de escala e fortalecimento da recorrência, em linha com a estratégia de crescimento sustentável.

B2B
Novos produtos e serviços, alinhados às demandas dos clientes corporativos: Temos trazido gradualmente ao portfólio desta unidade de negócio alguns produtos e serviços especializados para o uso corporativo. Como exemplo, podemos citar tablets e computadores com capacidade de processamento mais robusto, buscando assertividade no atendimento da demanda corporativa.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO – CONSOLIDADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

R\$ milhões	4T25 Recorrente	Ajuste	4T25	4T24 Recorrente	Ajuste	4T24
Receita Líquida de Vendas	1.501,7	0,0	1.501,7	1.386,6	0,0	1.386,6
Custo dos produtos vendidos	-1.317,6	0,0	-1.317,6	-1.209,4	0,0	-1.209,4
Lucro Bruto	184,1	0,0	184,1	177,3	0,0	177,3
Receita (Despesas) Operacionais						
Com vendas	-91,4	-29,4	-120,8	-102,0	0,0	-102,0
Gerais e Administrativas	-38,7	-0,1	-38,8	-32,6	0,0	-32,6
Outras receitas Operacionais	-1,6	21,3	19,7	-1,4	0,0	-1,4
Lucro Op. antes Res. Financeiro	52,5	-8,3	44,2	41,2	0,0	41,2
Resultado Financeiro						
Receitas Financeiras	16,5	0,0	16,5	11,2	0,0	11,2
Despesas Financeiras	-35,6	0,0	-35,6	-40,0	0,0	-40,0
Lucro antes de IR e CSLL	33,3	-8,3	25,0	12,4	0,0	12,4
IR e CSLL						
Corrente	0,0	-8,9	-8,9	-7,0	0,0	-7,0
Diferido	11,4	11,7	23,1	54,3	0,0	54,3
Lucro Líquido do Período	44,7	-5,5	39,2	59,7	0,0	59,7

R\$ milhões	2025 Recorrente	Ajuste	2025	2024 Recorrente	Ajuste	2024
Receita Líquida de Vendas	5.504,6	0,0	5.504,6	5.521,4	0,0	5.521,4
Custo dos produtos vendidos	-4.874,1	0,0	-4.874,1	-4.863,9	0,0	-4.863,9
Lucro Bruto	630,5	0,0	630,5	657,5	0,0	657,5
Receita (Despesas) Operacionais						
Com vendas	-333,7	-33,4	-367,1	-365,8	-26,3	-392,1
Gerais e Administrativas	-127,3	-1,4	-128,7	-125,7	-8,1	-133,8
Outras receitas Operacionais	1,3	367,8	369,1	1,9	55,3	57,2
Lucro Op. antes Res. Financeiro	170,8	333,0	503,8	167,9	20,9	188,8
Resultado Financeiro						
Receitas Financeiras	39,7	0,0	39,7	44,6	7,5	52,1
Despesas Financeiras	-135,5	0,0	-135,5	-139,9	0,0	-139,9
Lucro antes de IR e CSLL	75,0	333,0	407,9	72,6	28,5	101,0
IR e CSLL						
Corrente	-0,1	-75,5	-75,6	0,0	0,0	0,0
Diferido	38,1	-37,7	0,4	56,3	-11,8	44,5
Lucro Líquido do Período	113,0	219,8	332,7	128,9	16,6	145,5

BALANÇO PATRIMONIAL – CONSOLIDADO

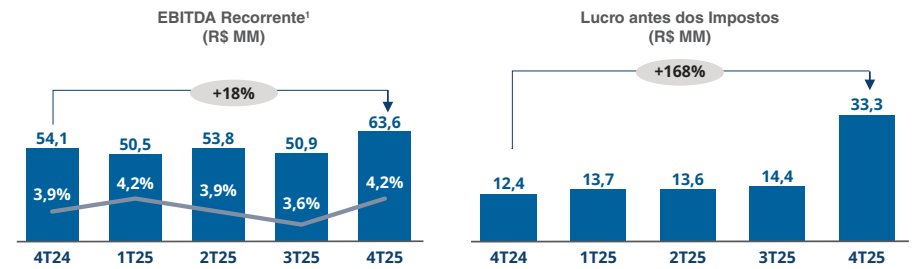
Ativo (R\$ mil)	31/12/2025	31/12/2024	%Δ
Caixa e equivalentes de caixa	375.871	427.961	-12%
Contas a receber	1.007.298	944.469	7%
Estoques	624.847	684.089	-9%
Tributos a recuperar	260.975	301.831	-14%
Partes relacionadas	154	-	-
Despesas antecipadas	69.600	83.902	-14%
Outros ativos	8.687	10.282	-42%
Ativo Circulante	2.347.432	2.452.534	-4%
Contas a receber	67.804	4.968	1265%
Estoque	12.646	12.284	3%
Tributos a recuperar	147	82.672	-100%
IR e CSLL	20.767	20.333	2%
Depósito judicial	171.965	111.321	54%
Direito de uso	57.998	74.993	-23%
Imobilizado	10.942	12.196	-10%
Intangível	664.820	683.887	-3%
Outros ativos	14.814	25.051	-41%
Ativo Não Circulante	1.021.903	1.027.705	-1%
Total do Ativo	3.369.335	3.480.239	-3%
Passivo (R\$ mil)	31/12/2025	31/12/2024	%Δ
Fornecedores	1.106.432	856.852	29%
Fornecedores (convênios)	374	240.072	-100%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	62.785	123.214	-49%
Obrigações contratuais com clientes	21.749	23.024	-6%
Arrendamento mercantil	25.241	25.741	-2%
Obrigações trabalhistas	38.997	31.957	22%
Obrigações tributárias	15.692	20.277	-23%
Adiantamento de clientes	21.977	13.395	64%
Dividendos a pagar	178	25	612%
Outros passivos	12.398	7.480	66%
Passivo Circulante	1.305.823	1.342.037	-3%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	353.667	382.514	-8%
Obrigações contratuais com clientes	21.085	21.561	-2%
Arrendamento mercantil	43.211	62.361	-31%
Provisão para demandas judiciais	87.534	79.081	11%
Obrigações tributárias	6.247	3.434	82%
Outros passivos	-	265	-100%
Passivo não circulante	511.744	549.216	-7%
Capital social	849.923	1.026.429	-17%
Gastos com emissão de ações	(30.054)	(30.054)	0%
Reserva de capital	8.377	6.999	20%
Reservas de lucros	720.204	575.569	25%
Ajuste de avaliação patrimonial	3.318	10.043	-67%
Patrimônio Líquido	1.551.768	1.588.986	-2%
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	3.369.335	3.480.239	-3%

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA – CONSOLIDADO

A Demonstração de Fluxo de Caixa indicada abaixo é ajustada e difere da Demonstração de Fluxo de Caixa de acordo com as normas contábeis, que pode ser consultada nas Demonstrações Financeiras apresentadas nessa mesma data pela Companhia. Como parte das operações de risco sacado não tem custo financeiro, a Companhia entende que uma análise gerencial do fluxo de caixa deve ser realizada fazendo a reclassificação dessas operações para o fluxo de caixa operacional. Destaca-se que as operações de risco sacado que envolvem custo financeiro são tratadas no fluxo de caixa de financiamento.

continua ...



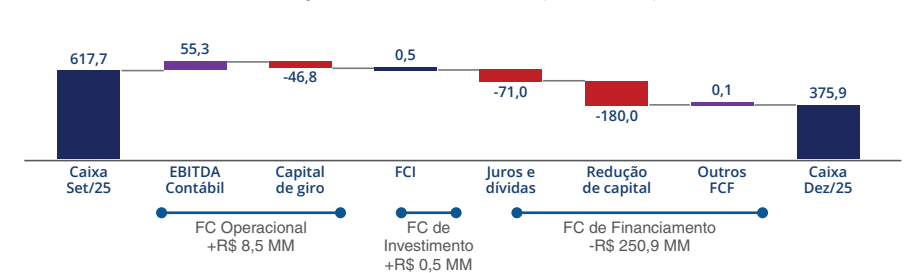
Notas: (1) Resultado recorrente desconsidera contingências e provisões de 2024 relacionadas a operações descontinuadas.

FLUXO DE CAIXA

O caixa final ao término de 2025 foi de R\$ 375,9 milhões, reforçando a solidez financeira e a capacidade de geração de recursos da Companhia.

Fluxo de Caixa 4T25

Variação do Fluxo de Caixa | 4T25 (em R\$ milhões)



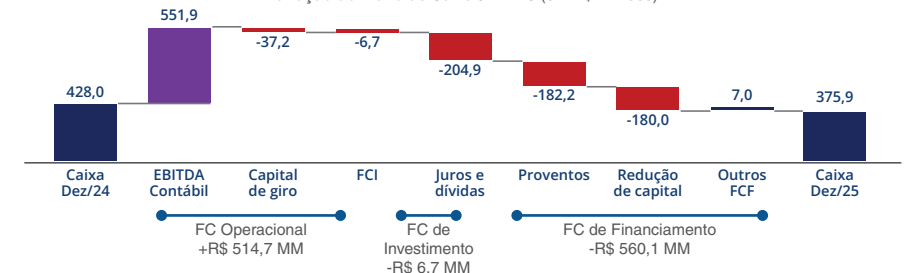
FLUXO DE CAIXA – AJUSTE GERENCIAL

- Fluxo de Caixa Operacional de R\$ 8,5 milhões refletindo:
 - (1) movimentos de capital de giro com redução dos estoques, com maior eficiência logística e normalização dos níveis de inventário
 - (2) variações em fornecedores e contas a receber compatíveis com a sazonalidade e com o maior volume de vendas no trimestre
 - (3) aumento do contas a receber, com menor antecipação de recebíveis, em linha com a estratégia de otimização do custo financeiro e maior participação do programa iPhone para Sempre
- Fluxo de Caixa de Financiamento negativo de R\$ 250,9 milhões, em função de:
 - (1) redução de capital no montante de R\$ 180,0 milhões
 - (2) amortização do principal e juros da dívida estruturada, totalizando R\$ 61,2 milhões, em linha com a estratégia de desalavancagem.

Fluxo de Caixa 12M25

No acumulado do ano, a geração de caixa contribuiu para reforçar a posição de liquidez e apoiar a estratégia de gestão de capital, conforme detalhado na seção de Estrutura de Capital.

Variação do Fluxo de Caixa | 12M25 (em R\$ milhões)



FLUXO DE CAIXA – AJUSTE GERENCIAL

- Fluxo de Caixa Operacional de R\$ 514,7 milhões; em base comparável, considerando a antecipação de recebíveis adotada em anos anteriores, o FCO atingiria R\$ 750 milhões, refletindo:
 - (1) Geração recorrente de resultados, refletida no forte EBITDA contábil do ano;
 - (2) Redução de estoques, com normalização dos níveis de inventário e maior eficiência logística;
 - (3) Aumento líquido de fornecedores, alinhado ao maior volume de vendas e à captura de oportunidades comerciais;
 - (4) Liquidação e habilitação de créditos tributários, incluindo efeitos gerenciais relacionados à Lei do Bem e ao DIFAL.
- Fluxo de Caixa de Financiamento negativo de R\$ 560,1 milhões:
 - (1) Pagamentos de juros e amortizações de dívidas, em linha com a estratégia de desalavancagem;
 - (2) Proventos distribuídos aos acionistas ao longo do ano;
 - (3) Outros movimentos de FCF, incluindo efeitos não recorrentes registrados no período.

ESTRUTURA DE CAPITAL

Endividamento

A Allied encerrou o 4T25 com posição financeira fortalecida, refletindo a combinação de geração de caixa operacional ao longo do ano e disciplina na estrutura de capital. A dívida líquida totalizou R\$ 48,1 milhões, redução de 41,1% vs. 4T24, sustentada por um saldo de caixa de R\$ 375,9 milhões frente a uma dívida bruta total de R\$ 423,9 milhões.

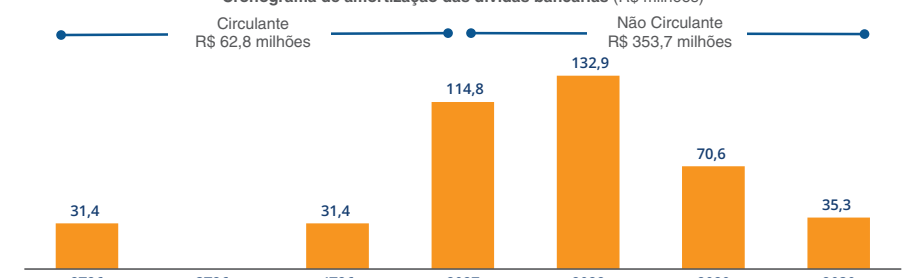
Em R\$ (milhões)	4T25	4T24	Δ%
Dívida bruta bancária	416,5	505,7	-17,7%
Dívida fiscais – parcelamento tributário	7,5	3,9	92,3%
Dívida Bruta	423,9	509,6	-16,8%
(-) Caixa/equivalentes e aplicações financeiras	-375,9	-428,0	-12,2%
Dívida Líquida	48,1	81,7	-41,1%
EBITDA LTM	218,9	220,8	-0,9%
Dívida Líquida/EBITDA	0,2x	0,4x	-0,2x

O índice Dívida Líquida/EBITDA LTM permaneceu em 0,2x, nível significativamente inferior ao covenant máximo de 2,5x, reforçando a baixa alavancagem e ampla capacidade de cumprimento das obrigações financeiras.

O gráfico abaixo apresenta o cronograma de amortização da dívida, com 85% do saldo concentrado no longo prazo, refletindo um perfil de vencimentos alongado.

Em julho de 2025, a Allied renegociou a 5ª série de debêntures, alongando seu prazo em dois anos e transferindo R\$ 57 milhões do curto para o longo prazo. A operação contribuiu para reduzir a pressão de amortizações em 2026, reforçando o perfil de vencimentos da dívida e a flexibilidade financeira da Companhia.

Cronograma de amortização das dívidas bancárias (R\$ milhões)



... continuação					Allied Tecnologia S.A.				
R\$ milhões		4T25	4T24	2025	2024				
Lucro antes do IR e CSLL		25,0	12,4	407,9	101,0				
Depreciação e amortização		11,2	12,9	48,1	52,9				
Outros ajustes ao lucro		48,3	25,1	105,3	43,9				
Contas a receber		-140,1	-43,0	-145,8	-4,6				
Estoques		222,6	131,9	52,7	-85,8				
Fornecedores		-159,8	22,6	260,6	244,9				
Fornecedores Convenio sem custo financeiro		-14,1	102,2	-239,7	-57,7				
Tributos a recuperar		93,9	27,1	126,6	-5,5				
Outros ajustes ao capital de giro		-78,4	-27,1	-101,1	-53,4				
Fluxos de caixa das atividades operacionais		8,5	264,1	514,7	235,7				
Capex		-2,8	-2,5	1,2	-8,8				
Outras atividades de investimento		3,2	8,5	-7,9	18,0				
Fluxos de caixa das atividades de investimento		0,5	6,0	-6,7	9,1				
Pagamento de juros		-9,6	-25,6	-62,0	-77,9				
Entradas e saídas de empr. e financiamentos		-61,4	-133,0	-143,0	-88,9				
Aumento de capital		-179,3	1,3	-176,4	4,9				
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio		0,0	0,0	-182,2	-190,0				
Outras atividades de financiamento		-0,5	-0,7	3,4	-0,7				
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		-250,9	-158,0	-560,1	-352,5				
Varição do caixa		-241,9	112,1	-52,1	-107,7				

Indicador	DEZ/25	DEZ/24	Δ%
Base total de colaboradores*	1.006	1.098	
Mulheres na base total	488	505	
% de mulheres na companhia	49%	46%	+ 3 p.p.
Mulheres em posições de liderança	162	181	
% de mulheres na liderança	47%	47%	--
Mulheres na Alta Liderança	15	12	
% de mulheres na Alta Liderança	32%	28%	+4 p.p.

Classificação de cargos	Relação salarial mulheres vs. homens (%)	
Diretoria/Executivo		100,4%
Gerente		81,1%
Coordenador		106,4%
Supervisor		113,2%
Especialista		71,5%
Técnico		131,1%
Trainee		100,0%

Balancos Patrimoniais – 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais – R\$)					
Ativo	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	329.578	399.378	375.871	427.961
Contas a receber	5	997.558	924.502	1.007.298	944.469
Estoques	6	593.356	652.061	624.847	684.089
Tributos a recuperar	7	254.188	292.791	260.975	301.831
Partes relacionadas	15	1.401	1.247	154	-
Despesas antecipadas	-	67.767	81.161	69.600	83.902
Outros ativos	-	5.936	10.282	8.687	10.282
Total do ativo circulante		2.249.784	2.361.422	2.347.432	2.452.534
Não circulante					
Contas a receber	5	67.804	4.968	67.804	4.968
Estoques	6	12.646	12.284	12.646	12.284
Tributos a recuperar	7	147	82.672	147	82.672
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.a	20.767	20.333	20.767	20.333
Investimentos	9	67.315	59.369	-	-
Depósitos judiciais	16.1	171.965	111.321	171.965	111.321
Direito de uso	10	57.998	74.993	57.998	74.993
Imobilizado	-	10.942	12.196	10.942	12.196
Intangível	11	664.448	683.331	664.820	683.887
Despesas antecipadas	-	14.814	25.051	14.814	25.051
Total do ativo não circulante		1.088.846	1.086.518	1.021.903	1.027.705
Total do ativo		3.338.630	3.447.940	3.369.335	3.480.239

Demonstrações dos Resultados – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais – R\$)					
Ativo	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida de vendas	20	4.436.364	4.213.894	5.504.620	5.521.381
Custo dos produtos vendidos	21	(3.827.431)	(3.600.924)	(4.874.128)	(4.863.900)
Lucro bruto		608.933	612.970	630.492	657.481
Receitas/(despesas) operacionais					
Com vendas	22	(362.525)	(365.771)	(367.113)	(392.091)
Gerais e administrativas	23	(124.738)	(127.147)	(128.710)	(133.794)
Equivalência patrimonial	9	14.672	8.888	-	-
Outras despesas e receitas operacionais, líquidas	24	368.059	59.883	369.113	57.243
Lucro operacional antes do resultado financeiro		504.401	188.823	503.782	188.839
Resultado financeiro					

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais – R\$)					
Fluxos de caixa das atividades operacionais	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		407.927	101.029	407.927	101.021
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa e equivalentes de caixa gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização		48.048	51.154	48.088	52.894
Obrigações contratuais com clientes		(1.751)	(437)	(1.751)	(437)
Provisão para perdas esperadas de crédito	5	14.445	20.531	14.445	15.270
Provisão (reversão) para perdas dos estoques	6	2.765	(858)	2.765	(858)
Provisão para demandas judiciais	16	8.453	4.556	8.453	4.556
Encargos financeiros (empréstimos, financiamentos e debêntures)		77.821	65.235	77.920	82.596
Encargos financeiros (arrendamento mercantil)	10	9.229	10.660	9.229	10.660
Resultado de equivalência patrimonial	9	(14.672)	(8.887)	-	-
Crédito com impostos não monetizados	7	(2.036)	(71.938)	(2.036)	(71.938)
Resultado pela baixa de ativos		(8.315)	(776)	(8.315)	(776)
Custos incorridos na transação com debêntures		3.195	2.941	3.195	3.679
Plano de opção de compra de ação (Acréscimo) e decréscimo de ativos:		1.378	1.129	1.378	1.129
Contas a receber		(150.336)	(33.103)	(145.758)	(4.604)
Estoques		55.577	(114.324)	52.743	(85.788)
Tributos a recuperar		125.343	1.652	126.558	(5.493)
Partes relacionadas		(154)	(15.197)	(154)	(47.157)
Outros ativos		(30.237)	(37.939)	(32.237)	(37.892)
Depósitos Judiciais (Acréscimo) e decréscimo de passivos:		(2.232)	1.564	(2.232)	1.564
Fornecedores		1.676.308	1.320.684	1.685.658	1.250.611
Obrigações trabalhistas		6.921	1.886	7.041	1.886
Obrigações tributárias		(79.179)	(6.594)	(79.179)	242
Adiantamento de clientes		8.606	5.427	8.591	(9.795)

no EBITDA e R\$ 1,7 milhões no lucro líquido.
v. PDD adicional de Operação Encerrada (Soudi): A Companhia optou em reconhecer uma provisão para perda adicional em seus recebíveis do saldo remanescente incorporado da Soudi no valor de R\$ 4 milhões, com impacto de R\$ 2,6 milhões no lucro líquido.
vi. Devido a decisão do Tema 1.266 no STF ocorrida dia 21 de outubro de 2025 de repercussão geral, sobre a não tributação do DIFAL para a competência de 2022, a Companhia reverteu parcialmente sua provisão em Q3, com impacto de R\$ 31,5MM em EBITDA e R\$ 20,8MM no lucro líquido.
i) Após o acórdão do Tema 1.266 no STF, após análise de seus assessores jurídicos, a Companhia reverteu um complemento de sua provisão, com impacto de R\$ 22,8MM em EBITDA e R\$ 15,0MM no lucro líquido.
ii) PDD adicional de clientes: A Companhia reconheceu uma provisão para perda adicional em seus recebíveis com um cliente específico no valor de R\$ 29,4MM, com impacto de R\$ 19,4 MM no lucro líquido.
iii) Write-off intangível: A Companhia optou por efetuar baixa de alguns ativos intangíveis desenvolvidos pela Companhia, mas que o negócio foi descontinuado, impactando R\$ 1,6MM no EBITDA e R\$ 1,1MM no lucro líquido.

■ EQUIDADE DE GÊNERO

A Allied mantém o compromisso com a promoção da equidade e igualdade de gênero, acompanhando seus indicadores de diversidade em linha com referências nacionais e globais, incluindo os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS 5 – Igualdade de Gênero).

Indicador	DEZ/25	DEZ/24	Δ%
Base total de colaboradores*	1.006	1.098	
Mulheres na base total	488	505	
% de mulheres na companhia	49%	46%	+ 3 p.p.
Mulheres em posições de liderança	162	181	
% de mulheres na liderança	47%	47%	--
Mulheres na Alta Liderança	15	12	
% de mulheres na Alta Liderança	32%	28%	+4 p.p.

*Não considera presidência e conselheiros

Entre dezembro de 2024 e dezembro de 2025, a participação feminina na companhia evoluiu de 46% para 49% do total de colaboradores. Na liderança, a representatividade feminina manteve-se estável em 47%, refletindo um cenário próximo à paridade. Já na Alta Liderança (Gerentes e Diretoria) houve avanço de 28% para 32%, indicando progresso na ampliação da diversidade em posições estratégicas. Como parte dessa agenda, a companhia promove iniciativas de Diversidade, Equidade e Inclusão (DE&I), incluindo o Grupo de Aliadas Mulheres, formado por colaboradores que atuam no incentivo e fortalecimento da diversidade feminina na organização. Os indicadores e iniciativas também são acompanhados mensalmente no Comitê de Diversidade, com participação da Presidência, que avalia avanços e oportunidades de evolução.

A Allied segue comprometida com o fortalecimento de um ambiente cada vez mais diversos, inclusivo e alinhado às melhores práticas de governança e sustentabilidade.

Equidade Salarial

Classificação de cargos	Relação salarial mulheres vs. homens (%)	
Diretoria/Executivo		100,4%
Gerente		81,1%
Coordenador		106,4%
Supervisor		113,2%
Especialista		71,5%
Técnico		131,1%
Trainee		100,0%

A Allied monitora continuamente a equidade salarial entre homens e mulheres, considerando diferentes classificações de cargos e níveis hierárquicos. Em 2025, a análise demonstra um cenário equilibrado em diversas posições, com paridade ou remuneração média feminina superior em alguns níveis, como Diretoria/Executivo, Coordenação, Supervisão, Técnico e Operação.

Os indicadores são acompanhados de forma contínua pela companhia, reforçando o compromisso com equidade, transparência e meritocracia nas práticas de remuneração, governança e diversidade.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 26/03/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



... continuação

Allied Tecnologia S.A.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais – R\$)

	Notas	Reservas de lucros							Outros resultados abrangentes	Total do patrimônio líquido
		Capital Social	Gastos com emissão de ações	Reserva de capital	Legal	Incentivos fiscais	Lucros retidos a distribuir	Lucro líquido do exercício		
Em 31 de dezembro de 2023		1.021.575	(30.054)	5.870	45.786	490.228	67.500	–	(1.739)	1.599.166
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	145.532	–	145.532
Aumento de capital	4.854	–	–	–	–	–	–	–	–	4.854
Juros sobre capital próprio	–	–	–	–	–	–	–	(105.977)	–	(105.977)
Juros sobre capital próprio propostos a serem distribuídos após aprovação em AGO	–	–	–	–	–	–	–	(116.023)	–	(116.023)
Constituição da Reserva Legal	–	–	–	–	7.277	–	–	(7.277)	–	–
Utilização de reserva de incentivos fiscais (Lei 14.789 art. 16)	–	–	–	–	–	(83.745)	–	83.745	–	–
Opções Outorgadas Reconhecidas	–	–	–	1.129	–	–	–	–	–	1.129
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–	–	–	–	–	11.782	11.782
Em 31 de dezembro de 2024		1.026.429	(30.054)	6.999	53.063	406.483	116.023	–	10.043	1.588.986
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	332.712	–	332.712
Aumento de capital	18.a	3.494	–	–	–	–	–	–	–	3.494
Redução de capital com restituição aos acionistas	18.a	(180.000)	–	–	–	–	–	–	–	(180.000)
Constituição da Reserva Legal	–	–	–	–	16.636	–	–	(16.636)	–	–
Juros sobre capital próprio	18.c	–	–	–	–	–	–	(116.023)	–	(116.023)
Juros sobre capital próprio 2025 propostos a serem distribuídos em AGO	18.c	–	–	–	–	–	–	37.659	–	37.659
Recomposição de reserva de incentivos fiscais	–	–	–	–	–	206.363	–	(206.363)	–	–
Plano de opções de ações	–	–	–	1.378	–	–	–	–	–	1.378
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–	–	–	–	–	(6.725)	(6.725)
Em 31 de dezembro de 2025		849.923	(30.054)	8.377	69.699	612.846	37.659	–	3.318	1.551.768

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	332.712	145.532	332.712	145.532
Conversão das demonstrações financeiras de controlada no exterior	(6.725)	11.782	(6.725)	11.782
Resultado abrangente do exercício	325.987	157.314	325.987	157.314

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas, líquidas das devoluções, descontos e abatimentos	20	5.295.129	5.068.889	6.363.385
Provisão/reversão para créditos de liquidação duvidosa, líquida	22	(14.445)	(20.531)	(14.445)
Outras receitas	24	368.059	59.883	369.113
Receitas		5.648.743	5.108.241	6.718.053
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		(4.297.101)	(4.021.917)	(5.343.799)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(266.608)	(270.718)	(272.343)
Insumos adquiridos de terceiros		(4.563.709)	(4.292.635)	(5.616.142)
Valor adicionado bruto		1.085.035	815.606	1.101.912
Depreciação, amortização e exaustão	21,22/23	(48.047)	(51.156)	(48.087)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		1.036.988	764.450	1.053.825
Resultado de equivalência patrimonial	9	14.672	8.888	–
Receitas financeiras	25	38.407	48.531	39.659
Valor adicionado recebido em transferências		53.080	57.419	39.660
Valor adicionado total a distribuir		1.090.067	821.869	1.093.484
Remuneração direta e tributos sobre a folha de pagamento	–	(150.417)	(148.905)	(153.202)
Remuneração direta		(124.742)	(123.021)	(127.527)
Benefícios		(15.770)	(16.305)	(15.770)
FGTS		(9.905)	(9.579)	(9.905)
Federais (diretos e indiretos)	–	(286.151)	(219.032)	(286.151)
Estaduais	–	(182.209)	(206.561)	(182.209)
Municipais	–	(1.750)	(1.910)	(1.750)
Outros	–	434	37.485	434
Tributos, taxas e contribuições		(469.676)	(390.018)	(469.676)
Despesas financeiras	25	(134.881)	(136.325)	(135.514)
Aluguéis	22	(2.380)	(1.089)	(2.380)
Remuneração de capitais de terceiros		(137.262)	(137.414)	(137.894)
Valor adicionado distribuído		332.712	145.532	332.712
Remuneração de capitais de próprios		332.712	145.532	332.712
Lucros retidos		332.712	145.532	332.712

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

1 CONTEXTO OPERACIONAL

Allied Tecnologia S.A. ("Companhia" ou "Controladora"), com sede em São Paulo-SP, é uma sociedade anônima de capital aberto, listada no Novo Mercado da B3 S.A. ("B3"), sob o código ALLD3, desde abril de 2021. A Companhia tem como acionistas controladores os FIPs Brasil Investimentos 2015 I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e Brasil Investimentos 2015 II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, tendo como cotistas empresas de investimento geridas pela Advent International Corporation. Fundada em 2001, a Companhia tem em suas atividades atuais, exercidas por si ou por sua controlada, o comércio atacadista e varejista em geral de aparelhos de telefonia, informática, eletroeletrônicos, seus acessórios e periféricos, assim como a prestação de serviços de logística de distribuição, desenvolvimento de programas e seu licenciamento, tratamento de imagens e serviços relacionados à habilitação de plano de dados, voz e recarga aos usuários na área de telecomunicação. A Companhia possui, no estado da Flórida (EUA), a controlada Allied Miami LLC, com objetivos comerciais de compra, venda, exportação e distribuição de produtos eletrônicos para atender a América Latina. A Companhia também controlava, até outubro de 2024, a Soudi Pagamentos Ltda. ("Soudi"), cujo objeto principal era prestação de serviços de pagamento, aporte, transferência e/ou saque de recursos, gerenciamento de contas de pagamento, emissão de instrumentos de pagamento, entre outros. Em 24 de outubro de 2024, foi aprovada, em Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação da Soudi, com sua consequente extinção e versão de seu acervo líquido para a Allied. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui 96 estabelecimentos comerciais (113 em 31 de dezembro de 2024) localizados em diversos estados brasileiros, concentrados em sua maioria na região Sul e Sudeste. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 23 de março de 2026.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB). **2.2. Declaração de relevância:** A Administração aplicou, na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a orientação técnica OCPC 7 e a Deliberação CVM nº 727/14, com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma que todas as informações relevantes estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão do negócio. **2.3. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo ou considerando a marcação a mercado, quando tais avaliações são exigidas pelas normas contábeis. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pelo pagamento de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente desse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Administração considera suas características de precificação na data de mensuração. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia possui recursos adequados e suficientes para cumprir suas obrigações de pagamentos. **2.4. Demonstrações financeiras consolidadas:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia de 31 de dezembro de 2025 e 2024, incluem as operações da controlada Allied Miami LLC, a partir das datas de suas aquisições e/ou de constituição. Estas informações foram preparadas de acordo com os seguintes critérios: (a) eliminação dos saldos entre a empresa consolidada; (b) eliminação dos investimentos da controladora contra o respectivo patrimônio líquido, conforme o caso, da empresa controlada; (c) eliminação das receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas; e (d) eliminação do lucro nos estoques, quando aplicável, oriundo de vendas entre a empresa consolidada. **Procedimentos de consolidação**

Controladora	País	Participação Direta (%)	
		31/12/2025	31/12/2024
Allied Miami LLC	EUA	100%	100%

3 SUMÁRIO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As práticas contábeis materiais adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir: a) **Caixa e equivalentes de caixa:** Correspondem ao caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas de contratação e com risco insignificante de mudança no rendimento pactuado, e prontamente conversíveis em caixa. b) **Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são registradas pelo montante nominal e realizável dos títulos decorrentes das vendas de produtos e serviços. A Companhia apresenta a rubrica de contas a receber, no ativo circulante líquida das verbas a repassar de clientes. c) **Perdas estimadas de créditos de clientes:** A perda esperada de crédito de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de recuperar todos os recebíveis de acordo com os prazos de vencimentos das contas a receber e não houver seguro de crédito correspondente contratado. A Companhia e sua controlada utilizam uma matriz para calcular a perda estimada de crédito para contas a receber de clientes. As taxas de perda estimada são aplicadas baseadas em dias de atraso, agrupando clientes que apresentam padrões de perda semelhantes. A matriz baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia. A Companhia revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito e expectativa de deterioração de crédito. d) **Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição, não excedendo o seu valor de mercado. As provisões de caixa rotatividade e obsolescência são constituídas quando não há expectativa de realização destes estoques. Além disso, a provisão para ajuste ao valor de realização é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de recuperar os custos incorridos nos produtos revendidos. e) **Imposto de renda e contribuição social – correntes:** As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço patrimonial. No Brasil, a tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda, sob forma de tributação pelo lucro real, é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no exercício de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. As adições ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. f) **Imposto de renda e contribuição social – diferidos:** Tributos diferidos são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto quando o tributo diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ativo ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e sobre as diferenças temporárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão pode ser controlado e é provável que estas diferenças não sejam revertidas no futuro próximo. Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que estas diferenças possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto quando o tributo diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal. Tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos no ativo e passivo não circulante e são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço patrimonial. g) **Subvenções Governamentais:** As subvenções governamentais são reconhecidas quando existe segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas. Essas subvenções são reconhecidas sistematicamente na rubrica "receita operacional líquida" durante os exercícios nos quais a Companhia reconhece como despesa os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar, cujo valor consta agregado ao resultado do exercício. h) **Depósitos judiciais:** Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Tais depósitos são atualizados mensalmente e o valor da atualização é reconhecido no resultado financeiro. i) **Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras:** A moeda funcional da Companhia é o Real (BRL), mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As demonstrações financeiras da controlada incluída na consolidação e utilizadas como base para a avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial, são preparadas com base na moeda funcional da respectiva entidade. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda de apresentação (BRL) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. Já as atualizações dos ativos e passivos monetários da controlada que tem moeda funcional diferente da moeda de apresentação (BRL) tem seus movimentos registrados no patrimônio líquido, na rubrica ajuste de avaliação patrimonial. j) **Intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada

Ativos financeiros mensurados a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente utilizando o método dos juros efetivos e estão sujeitos a análise de redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração de resultado, quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.
Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando os direitos contratuais de receber aos fluxos de caixa do ativo financeiro se exprimam ou são transferidos, ou quando a Companhia assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos a um terceiro, nos termos de um acordo de repasse e quando: (i) a Companhia transferir substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo ou (ii) a Companhia não transferir, nem reter substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o seu controle. Os passivos financeiros, segundo o CPC 48/IFRS 9, são classificados em duas categorias: (i) passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ("VJR"); ou (ii) passivos financeiros ao custo amortizado e o reconhecimento inicial é efetuado no Balanço Patrimonial quando a entidade assume obrigações contratuais para liquidação em caixa ou na assunção de obrigações de terceiros por meio de um contrato no qual faz parte. A mensuração dos passivos financeiros se dá inicialmente ao seu valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures, líquidos dos custos de transação diretamente atribuíveis. Os passivos financeiros da Companhia são classificados como custo amortizado e as seguintes políticas contábeis são aplicadas à sua mensuração subsequente:	
Passivos financeiros mensurados a custo amortizado	Estes passivos são mensurados de forma subsequente utilizando o método dos juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração de resultado, quando o passivo é baixado.

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 26/03/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



... continuação

Allied Tecnologia S.A.

Um passivo financeiro (ou parte do passivo financeiro) é baixado quando: i) a obrigação sob o passivo é liquidada, cancelada ou expirada ou ii) quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. A Companhia não operou com Hedge Accounting durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. q) **Arrendamento mercantil:** Ativos de direito de uso: A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início da locação (ou seja, a data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados pelo custo, deduzido de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução do valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos feitos antes ou na data de início menos os incentivos de arrendamento recebidos. A menos que seja razoavelmente certo que a Companhia obtenha a propriedade do ativo arrendado ao final do prazo do arrendamento, os ativos de direito de uso reconhecidos são depreciados pelo método linear durante o período de sua vida útil estimada e do prazo do arrendamento. Passivos de arrendamento: Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos da locação incluem pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na substância) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos de arrendamento variáveis que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos da locação também incluem o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certo de ser exercido pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão de uma locação, se o prazo da locação refletir a Companhia que exerce a opção de rescisão. Os pagamentos variáveis do arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesa no período em que o evento ou condição que determina o pagamento ocorre. Ao calcular o valor presente dos pagamentos da locação, a Companhia usa a taxa de captação de empréstimo incremental na data de início da locação se a taxa de juros implícita na locação não for facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido pelos pagamentos de arrendamento feitos. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento mercantil, uma mudança nos pagamentos fixos de arrendamento de substância ou uma mudança na avaliação para comprar o ativo subjacente. **Arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativo de baixo valor:** A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos que têm um prazo de arrendamento de 12 meses ou menos a partir da data de início e não contém opção de compra). Também aplica a locação de isenção de reconhecimento de ativos de arrendamentos de equipamentos de escritório que são considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamentos de curto prazo e de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **Arrendamentos sem o controle do bem:** A Companhia também aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento para os bens que ela não possui o controle total do bem, podendo ter que devolver o espaço arrendado a qualquer momento pela solicitação do arrendador. Os pagamentos desse tipo de arrendamento são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do contrato. r) **Informações por segmento:** O segmento operacional é apresentado de modo consistente com relatórios internos fornecidos para os principais tomadores de decisões (Diretoria e Conselho de Administração) da Companhia, responsáveis pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho do segmento operacional. A Companhia possui apenas operação de varejo com distribuição em três canais de vendas como seu segmento operacional e única unidade de negócios para fins comerciais e gerenciais. A Administração avalia o desempenho total da entidade, o resultado comercial, gerencial e administrativo, considerando que toda a estrutura de custos e despesas é compartilhada por todas as categorias de produtos. s) **Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: • Seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e sua recuperabilidade nas operações, e para os estudos de recuperação para ativos intangíveis sem vida útil definida, realizados através das operações da Companhia. • Recuperabilidade de tributos diferidos (nota explicativa 8). • Avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo (nota explicativa 26). • Análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos (nota explicativa 5). • Obrigação contratual de clientes (nota explicativa 5.1) • Análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências (nota explicativa 16). A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. Estimativas e premissas são revistas pelo menos anualmente pela Companhia. **3.1. Normas e interpretações revisadas e vigentes:**

Normas	Descrição	Vigência a partir de:
Alterações no CPC 02/IAS 21	Determinar se uma moeda é conversível e como deve ser determinada uma taxa de câmbio a vista quando da falta de conversibilidade.	01/01/2025
OCPC 10 – Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBO)	Esta orientação técnica visa direcionar o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBO) das entidades atuantes no mercado brasileiro.	01/01/2025

3.2. Normas revisada e não vigentes

Normas	Descrição	Vigência a partir de:
Alterações ao CPC 40 (R1)/IFRS 7 e CPC 48/IFRS 9	Melhora nos critérios de reconhecimento, desreconhecimento e divulgação nos Instrumentos Financeiros.	01/01/2026
Alterações ao CPC 40 (R1)/IFRS 7 e CPC 48/IFRS 9	Contratos que referenciem a eletricidade dependente da natureza	01/01/2026
Adoção ao IFRS 18	Apresentação das Demonstrações Financeiras	01/01/2027
Adoção ao IFRS 19	Divulgação de Subsidiárias sem responsabilidade pública.	01/01/2027
Adoção ao IFRS S2	Divulgações relacionadas ao clima.	01/01/2027
Alterações ao CPC 18 (R2)/IAS 28	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	A data de vigência ainda não foi definida pelo IASB

A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos destacados acima.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	604	604	604	604
Bancos	14.735	58.150	44.334	67.899
Aplicações financeiras (a)	314.843	340.624	331.537	359.458
	329.578	399.378	375.871	427.961

(a) As aplicações financeiras da Controladora estão representadas substancialmente por aplicações em CDB-DI e Operações Compromissadas, com rendimentos médios equivalentes às taxas de 0,91% a.m. (0,74% a.m. em 2024), para a Controladora no exterior estão representadas por aplicações em *Time Deposit*, com rendimentos médios equivalentes às taxas de 0,46% a.m. (0,46% a.m. em 2024), podendo ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo significativo da remuneração pactuada e valores aplicados.

5 CONTAS A RECEBER E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS COM CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber	682.986	750.532	692.726	770.499
Cartões de crédito (a)	433.003	215.120	433.003	215.120
(-) Perdas esperadas de créditos	(50.627)	(36.182)	(50.627)	(36.182)
	1.065.362	929.470	1.075.102	949.437
Circulante	997.558	924.502	1.007.298	944.469
Não circulante	67.804	4.968	67.804	4.968

(a) A Companhia realizou antecipações de créditos com os adquirentes de cartões de créditos, sem direito de regresso, no montante de R\$84.209 em 31 de dezembro de 2025 (R\$535.438 em 31 de dezembro de 2024), sobre os quais é aplicado um desconto médio de CDI + 1,68% a.a. (desconto médio de CDI + 1,68% a.a. em 2024). Abertura por vencimento das contas a receber:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	1.078.780	(35.564)	1.088.520	(35.564)
Títulos vencidos	37.209	(15.063)	37.209	(15.063)
De 1 a 30 dias	19.287	(726)	19.287	(726)
De 31 a 60 dias	1.272	(579)	1.272	(579)
De 61 a 90 dias	1.384	(553)	1.384	(553)
De 91 a 180 dias	4.180	(2.376)	4.180	(2.376)
De 181 a 365 dias	2.302	(2.260)	2.302	(2.260)
Vencidos acima de 365 dias	8.784	(8.569)	8.784	(8.569)
Total	1.115.989	(50.627)	1.125.729	(50.627)

A movimentação da estimativa para perdas de crédito está demonstrada a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	(36.182)	(15.652)	(36.182)	(20.912)
Adições	(51.331)	(34.214)	(67.235)	(48.669)
Reversões	36.886	13.684	52.790	33.399
Saldo final	(50.627)	(36.182)	(50.627)	(36.182)

5.1. Obrigações contratuais com clientes: Em decorrência da operacionalidade de algumas transações comerciais de venda de celulares e outros eletrônicos, a Companhia, no momento da venda, reconhece um passivo sobre a provável obrigação de recompra de parte destes produtos ou estornos de serviços decorrentes de futuros cancelamentos ou retorno de vendas efetuados por seus clientes, conforme quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Programa de recompra	42.834	43.354	42.834	43.354
Serviços prestados a operadoras	-	1.231	-	1.231
	42.834	44.585	42.834	44.585
Circulante	21.749	23.024	21.749	23.024
Não circulante	21.085	21.561	21.085	21.561

6 ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Mercadorias para revenda	612.617	668.195	644.108	700.223
Perda estimada em estoque	(6.615)	(3.850)	(6.615)	(3.850)
	606.002	664.345	637.493	696.373
Circulante	593.356	652.061	624.847	684.089
Não circulante	12.646	12.284	12.646	12.284

A movimentação da estimativa para perdas está demonstrada a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	(3.850)	(4.708)	(3.850)	(4.708)
Adições	(20.293)	(16.527)	(20.293)	(16.527)
Reversões	17.528	17.385	17.528	17.385
Saldo final	(6.615)	(3.850)	(6.615)	(3.850)

7 TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
PIS e COFINS (a)	173.578	215.468	173.578	215.468
ICMS (b)	60.969	62.134	60.969	62.134
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	162	3.407	162	3.407
IRRF a recuperar	3.457	5.494	3.457	5.494
IPI a recuperar	508	481	508	481
Crédito com indêbitos federais	10.990	82.526	10.990	82.526
Outros impostos	4.671	5.953	11.458	14.993
	254.335	375.463	261.122	384.503
Circulante	254.188	292.791	260.975	301.831
Não circulante	147	82.672	147	82.672

(a) A Companhia opera no regime de não cumulatividade para apuração do PIS e da COFINS, conforme Leis nº 10.637/02 e nº 10.833/03, o que permite o aproveitamento dos créditos de PIS e COFINS em relação aos custos e despesas caracterizadas como (insusos), bem como a exclusão do ICMS e ICMS ST na base de cálculo dessas contribuições, observadas as hipóteses expressamente previstas nos incisos I ao IX do artigo 3º das referidas leis. Em dezembro de 2025, a Companhia reconheceu uma despesa de R\$ 23.611 com baixas de créditos glosados, conforme nota explicativa nº 16. **Exclusão do ICMS e ICMS-ST na base de cálculo de PIS e COFINS** Em 14 de março de 2017, a Companhia ingressou com uma ação judicial para exclusão do ICMS e ICMS ST na base de cálculo do PIS e da COFINS. Ao longo dos últimos anos, a Companhia obteve decisões favoráveis em 1ª e 2ª instância e, em 12 de julho de 2024, obteve o trânsito em julgado do processo, colocando fim aos dois temas que estavam sendo discutidos no mesmo processo. Em 20 de setembro de 2024, a Companhia protocolou junto à Receita Federal do Brasil o pedido de habilitação de créditos, para utilização na liquidação de tributos devidos a autarquias federais, por meio do PER/DCOMP, que gerou o reconhecimento no ativo não circulante do montante de R\$ 82.526. (b) A Companhia reconheceu uma despesa de R\$ 1.829 pela expectativa de deságio na venda de créditos oriundos de ICMS-ST. **Reforma Tributária** As Leis Complementares nº 214/2025 e nº 227/2026 marcaram o início da Reforma Tributária do consumo, cujo objetivo é simplificar o sistema tributário brasileiro na cadeia de circulação de bens e serviços. A Companhia ressalta que os efeitos financeiros e operacionais só poderão ser medidos com precisão após a publicação de todas as normas complementares e infralegais, e permanece acompanhando os desdobramentos regulatórios e operacionais, incluindo análises de cenários, simulações e avaliação de potenciais impactos futuros em sua operação, margens, formação de preços, cadeia de suprimentos e créditos tributários. Nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 2025, não há impacto da Reforma Tributária, já que os tributos foram calculados conforme a legislação vigente.

8 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Ativo diferido		Passivo diferido	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo fiscal de imposto de renda	111.322	129.104	111.322	129.104
Base negativa da CSLL	40.076	46.478	40.076	46.478
Contencioso judicial	30.750	27.585	30.750	27.585
Perdas esperadas de créditos	17.213	12.302	17.213	12.302
Obrigações com fornecedores (i)	6.050	4.514	6.050	4.514
Efeito CPC (06) IFRS 16	3.554	5.269	3.554	5.269
Amortização dos ativos das controladas	1.409	2.107	1.409	2.107
Efeito CPC (47) IFRS 15	1.529	1.510	1.529	1.510
Perda estimada em estoque	2.249	1.309	2.249	1.309
Ajuste a valor presente	8.281	80	8.281	80
Outros	8.651	392	8.652	392
Amortização fiscal do ágio (ii)	-	-	210.317	210.317
	231.084	230.650	231.085	230.650
	-	-	210.317	210.317
	-	-	20.767	20.767
	-	-	20.767	20.333

Ativo líquido total
Receita (despesa) de impostos reconhecidos a resultado

(i) As obrigações com fornecedores de serviços são reconhecidas conforme o princípio da competência, enquanto não houver o recebimento dos documentos de cobrança emitidos para registro na rubrica de "Fornecedores". (ii) O IRPJ e a CSLL diferidos resultam do benefício fiscal decorrente do ágio de rentabilidade futura, das incorporadas Allied S.A., Arte Telecom e Woza Representações. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos em decorrência substancial do prejuízo fiscal e base negativa acumulados, principalmente por efeito do benefício da dedutibilidade de ágio, juros sobre capital próprio e incentivos fiscais. Conforme estudo técnico sobre a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros elaborado pela Administração, fundamentado em premissas factíveis e verificáveis, alinhadas às informações contábeis, gerenciais e orçamentárias da Companhia, a previsão para a realização dos tributos diferidos ativos se dará em um prazo máximo de dez anos. b) **Conciliação do imposto de renda e contribuição social:** A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota nominal nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	407.927	101.029	407.927	101.029
Alíquota nominal (25% de IR e 9% de CSLL)	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social, nominais	(138.695)	(34.350)	(138.695)	(34.350)
Benefício Compete (i)	29.134	7.454	29.134	7.454
Juros sobre capital próprio	37.303	75.480	37.303	75.480
"Stock Options"	(469)	(384)	(469)	(384)
Equivalência patrimonial	4.988	3.022	4.988	3.022
Lucro auferido com controlada no exterior	(4.877)	(7.135)	-	-
ICMS na base – Selic	-	3.412	-	3.412
Prejuízo fiscal diferido não constituído na controlada	(2.599)	(2.996)	(2.488)	(4.154)
Outros	(75.215)	(44.503)	(75.215)	(44.512)
Despesa de imposto de renda e contribuição social no exercício	(75.649)	(122)	(75.649)	(114)
Imposto corrente	434	44.625	434	44.625
Imposto diferido	(18%)	(44%)	(18%)	(44%)

(i) Benefícios com subvenções não são mais passíveis de exclusão no cálculo do imposto de renda e contribuição social, conforme decreto lei Nº14.789, de 29 de dezembro de 2023. A partir de setembro de 2024, o benefício "Compete Atacado" passou a ser classificado como uma subvenção vinculada ao programa compete, devendo ser excluído da base de cálculo do IR e CSLL, conforme Item 11 da deferida em 29 de outubro de 2025.

Pilar 2: Em 2021, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico ("OCDE") publicou as Regras Globais Contra a Erosão da Base Tributária ("Regras GloBE"), conhecidas como Pilar 2, que estabelecem uma alíquota mínima efetiva de 15% sobre o lucro de grupos multinacionais com faturamento consolidado anual igual ou superior a 750 milhões de euros, em pelo menos dois dos últimos quatro exercícios fiscais anteriores. No Brasil, foi sancionada a Lei 15.079/2024, regulamentada pela Instrução Normativa RFB nº 2.228/2024, instituindo o Tributo Complementar Mínimo Doméstico Qualificado ("QDMTT"), na forma de adicional a CSLL, como parte do processo de adaptação da legislação brasileira às regras GloBE. Com base nas análises realizadas para o exercício de 2025, o Grupo se qualificou no *Transaction Safe Harbour* (Regra Simplificadora de Transição GloBE), por meio do teste de "Routine Profit". Dessa forma, a Companhia não teve impacto da aplicação das regras do Pilar 2 nas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2025.

9 INVESTIMENTOS

	31/12/2025		31/12/2024	
	% Participação	Patrimônio Líquido da controladora	% Participação	Patrimônio Líquido da controladora
Allied Miami	100%	67.315	100%	59.369
		67.315		59.369

Movimentação dos investimentos

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	59.369	(9.202)
Equivalência patrimonial	14.671	8.888
Incorporação Soudi (a)	-	47.901
Ajustes na conversão do investimento da controlada no exterior	(6.725)	11.782
Saldo líquido no fim do exercício	67.315	59.369
Investimentos – ativo	67.315	59.369

(a) Em 2

... continuação

Allied Tecnologia S.A.

	Allied Miami		Soudi	
	31/12/2025	31/12/2024	24/10/2024	31/12/2024
Lucro bruto	21.559	26.220	18.291	18.291
Despesas operacionais	(7.506)	(6.990)	(28.617)	(28.617)
Resultados financeiros	618	(1.653)	1.629	1.629
Imposto do exercício	-	-	8	8
Lucro líquido do período/exercício	14.671	17.577	(8.689)	(8.689)

10 ARRENDAMENTO MERCANTIL E DIREITO DE USO

A Companhia detém, principalmente, arrendamento de imóveis, como lojas físicas, centros de distribuição e escritórios corporativos, e os efeitos trazidos pelo IFRS16/CPC 06 estão demonstrados na rubrica "arrendamento mercantil" no passivo circulante e não circulante, e sua contrapartida no ativo não circulante, na rubrica "direito de uso". Para os contratos adicionados em 2025, a Companhia fez cotações de empréstimos junto às instituições financeiras e utilizou o custo de captação de CDI vigente à época, acrescidos de 2,0% a.a. (2,6% a.a. em 31 de dezembro de 2024), compondo a taxa incremental, considerando cada vencimento contratual. O valor justo dos ativos e passivos de arrendamento estavam assim compostos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativos				
Saldo inicial	74.993	93.785	74.993	93.785
Adições	6.114	1.163	6.114	1.163
Reavaliação (a)	8.757	11.026	8.757	11.026
Baixas	(7.414)	(5.565)	(7.414)	(5.565)
Depreciação	(24.452)	(25.416)	(24.452)	(25.416)
	57.998	74.993	57.998	74.993
Passivo				
Saldo inicial	88.102	107.532	88.102	107.532
Adições	6.114	1.163	6.114	1.163
Reavaliação (a)	8.757	11.027	8.757	11.027
Baixas	(8.971)	(6.348)	(8.971)	(6.348)
Pagamentos	(34.779)	(35.932)	(34.779)	(35.932)
Juros incorridos	9.229	10.660	9.229	10.660
	68.452	88.102	68.452	88.102
Passivo circulante	25.241	25.741	25.241	25.741
Passivo não circulante	43.211	62.361	43.211	62.361

(a) Reavaliação dos valores de arrendamento na data do reajuste dos contratos. Cronograma de vencimento do passivo de arrendamento reconhecido no passivo não circulante:

Ano	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
2026	-	25.195	-	25.195
2027	21.606	20.762	21.606	20.762
2028	12.179	10.788	12.179	10.788
2029	6.374	4.081	6.374	4.081
2030	2.801	1.081	2.801	1.081
2031	251	454	251	454
	43.211	62.361	43.211	62.361

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui 87 contratos de aluguel (94 em 31 de dezembro de 2024) reconhecidos como operações de arrendamento mercantil. A Companhia aplicou o expediente prático da Deliberação CVM nº 859/20, segundo a qual o arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício concedido em um contrato de arrendamento é uma modificação contratual e, assim, contabilizar as mudanças resultantes nos pagamentos como resultado do exercício, destacado na nota explicativa nº 22. A Companhia reconheceu despesas relacionadas aos pagamentos de aluguéis variáveis, ativos de baixo valor e de curto prazo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Para os contratos de aluguel de lojas e quiosques que estabelecem valores de aluguel variável, com base em percentual sobre a venda líquida, de acordo com as formas contratuais, foram registradas despesas no montante de R\$758 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (R\$640 em 31 de dezembro de 2024). Em atendimento ao Ofício Circular CVM nº 02/2019, a Companhia apresenta os saldos de passivo com arrendamento mercantil considerando os fluxos futuros estimados de pagamento corrigidos pela inflação.

Ano	Controladora e Consolidado		Controladora e Consolidado	
	Saldo remanescente	Inflação projetada	Valor das prestações descontadas	
2025	25.241	1.035	26.276	
2026	21.606	886	22.492	
2027	12.179	463	12.642	
2028	6.374	223	6.597	
2029	2.800	98	2.898	
A partir de 2030	252	8	260	
	68.452	2.713	71.165	

As fontes de informações para a expectativa de mercado referente ao IPCA utilizadas acima foram obtidas no site do Banco Central do Brasil - BCB, no boletim Focus, no fechamento de 09 de janeiro de 2026.

11 INTANGÍVEL

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Intangível				
Softwares	20	18.288	1.424	(20)
Fundo de comércio	20	3.208	177	(63)
Marcas e patentes	12,5	1.378	-	(216)
Ágio em aquisições	-	618.580	-	-
Carteira de clientes	10	19.901	-	(6.633)
Pontos de venda Varejo Físico	10	5.494	-	(1.534)
Direito de exclusividade (a)	10	16.482	-	(1.832)
Outros	20	-	3.309	-
Total		683.331	4.910	(299)
Consolidado				
Intangível				
Softwares	20	17.700	1.424	(178)
Fundo de comércio	20	3.208	178	(63)
Marcas e patentes	12,5	2.461	-	(216)
Ágio em aquisições	-	618.580	-	-
Carteira de clientes	10	19.901	-	(6.633)
Pontos de venda Varejo Físico	10	5.494	-	(1.534)
Direito de exclusividade (a)	10	16.482	-	(1.832)
Outros	20	61	3.309	-
Total		683.887	4.911	(457)

(a) Contrato de exclusividade adquirido com parceiro comercial para utilização de nossa ferramenta digital para vendas de planos de operadoras. **Testes de recuperabilidade do ágio e intangíveis:** O ágio e outros ativos intangíveis de vida útil indefinidas foram submetidos a teste de recuperabilidade a luz do CPC 01 R1. O teste de recuperabilidade para o ágio e outros intangíveis compreendeu o cálculo do valor recuperável da UGC. A Administração elaborou uma estimativa do valor recuperável da UGC com base no critério do valor em uso. A UGC corresponde à entidade Allied Tecnologia S.A. ("Allied"), controladora, contendo os resultados de suas controladas. As premissas de fluxos de caixa futuros e perspectivas de crescimento para a UGC baseiam-se no orçamento anual da Companhia e nos planos de negócios de longo prazo aprovados pela Administração, bem como em dados de mercado comparáveis, representando a melhor estimativa da Administração quanto às condições econômicas vigentes durante a vida econômica útil da Companhia de ativos geradores de fluxos de caixa. As principais premissas adotadas pela Administração para o teste de impairment foram: • Taxa de desconto dos fluxos de caixa (WACC) de 14,21% ao ano, que reflete o custo médio ponderado de capital para 5 anos, e 13,71% para sua perpetuidade; • Projeção de fluxo de caixa para 5 anos e na perpetuidade; • Crescimento médio nominal da receita em torno de 4% para o período que compreende os anos de 2026 e 2030, e 3,3% para a perpetuidade, sustentado pelo investimento médio anual em CAPEX de R\$9,4 milhões. A Administração revisou as projeções futuras das suas unidades geradoras de caixa (UGC), utilizando como taxa de desconto a WACC para um prazo de dez anos e não identificou fatores que indiquem perdas relevantes na constituição de impairment, bem como não possui ocorrência de reavaliação ou existência de ociosidade de ativos imobilizados e intangíveis.

12 FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Forneecedores no país	1.060.457	815.869	1.060.457	815.869
Forneecedores estrangeiros	15.401	8.721	45.975	40.983
	1.075.858	824.590	1.106.432	856.852

13 FORNECEDORES CONVÊNIO

A Companhia mantém convênios firmados com bancos parceiros para estruturar com os seus principais fornecedores a operação de antecipação de seus recebíveis. Nesta operação, os fornecedores prorrogam os vencimentos dos títulos e transferem o direito de recebimento das vendas de produtos a prazo para as instituições financeiras parceiras da Companhia. Em troca, recebem esses recursos do banco, sem necessidade de os referidos fornecedores possuírem linha de crédito contratada. Para essas operações, a taxa de juros é de 1,01% a.a. de juros (0,91% a.a. em 2024) e o prazo médio foi de 27 dias (25 dias em 2024).

	Controladora e consolidado		Controladora e consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Sem custo financeiro	374	240.072	374	240.072
A movimentação dos fornecedores convênio da Companhia se deu como segue:				
Saldo inicial	240.072	297.778	240.072	297.778
Novos compromissos	1.425.040	1.005.675	1.425.040	1.005.675
Pagamentos de principal	(1.666.251)	(1.065.492)	(1.666.251)	(1.065.492)
Juros incorridos	1.513	2.111	1.513	2.111
	374	240.072	374	240.072

A Administração avaliou que a substância econômica da transação é de natureza financeira, considerando que a realização da antecipação para o fornecedor inclui alteração de vencimentos e juros cobrados pela instituição financeira. Em sua maioria, os juros incorridos são reembolsados pelo fornecedor.

14 EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Modalidade				
5ª Emissão de debêntures (a)	228.577	248.025	228.577	248.025
6ª Emissão de debêntures (b)	187.875	217.699	187.875	217.699
Empréstimo estruturado (K giro)	-	40.004	-	40.004
Total	416.452	505.728	416.452	505.728
Circulante	62.785	123.214	62.785	123.214
Não circulante	353.667	382.514	353.667	382.514

A movimentação dos empréstimos da Companhia se deu como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	505.728	463.535	505.728	543.713
Saldo incorporado (*)	-	80.739	-	-
Novos empréstimos	-	-	40.818	129.869
Pagamento de custos com emissão de dívida	(3.646)	(786)	(3.646)	(1.671)
Pagamentos de principal	(108.418)	(40.000)	(149.009)	(176.254)
Pagamentos de juros	(56.716)	(63.825)	(56.815)	(74.093)
Juros incorridos	79.504	66.065	79.603	77.696
Efeito de conversão de balanço	-	-	228	6.468
	416.452	505.728	416.452	505.728

(*) Dívida incorporada pela Allied em 24/10/2024, conforme nota explicativa 1. (a) Em 26 de maio de 2022, foi aprovada a quinta emissão de debêntures simples no valor de R\$296.000, não conversíveis em ações, emitindo-se 296.000 debêntures de valor nominal unitário de R\$1, com remuneração a ser paga trimestralmente, a partir de 26 de agosto de 2022. O vencimento final das debêntures ocorrerá no prazo de 60 meses, com liquidações trimestrais com carência de 24 meses, conforme tabela de amortização prevista na escritura de emissão, com início da amortização do valor principal em 26 de maio de 2024 e com vencimento final em 26 de maio de 2027. Para assegurar o fiel cumprimento de todas as obrigações junto aos Credores, a Companhia assumiu o compromisso de manter no mínimo 30% do saldo devedor das debêntures, em boletins bancários a vencer nas contas vinculadas abertas no Banco do Brasil (Garantias). O contrato das debêntures requer a manutenção do índice Dívida Líquida/EBTIDA inferior ou igual a 2,5 vezes para cada exercício social. Em 26 de dezembro de 2023, a Companhia realizou a amortização extraordinária facultativa de 15,5405% do saldo nominal unitário da debênture. Adicionalmente, optou pela postergação do saldo remanescente da dívida de R\$250.000, que resultou na modificação da taxa de juros, que passou de 2,00% a.a. para 2,22% a.a. Como parte desse ajuste, houve também alteração do vencimento final das debêntures, que ocorrerá no prazo de 60 meses, com liquidações trimestrais com carência de 18 meses, conforme tabela de amortização prevista na escritura de emissão, com início da amortização do valor principal em 26 de setembro de 2025, a postergação não altera as demais cláusulas contratuais. Em 13 de agosto de 2025, a Companhia optou pela postergação do saldo remanescente da dívida de R\$233.333, que resultou na modificação da taxa de juros, que passou de 2,22% a.a. para 2,00% a.a. Como parte desse ajuste, houve também alteração do vencimento final das debêntures, passando de 26 de dezembro de 2028 para 26 de junho de 2030. A alteração do período de carência para realização do Resgate Antecipado Total Facultativo e da Amortização Extraordinária Facultativa, de forma a Emissora possa realizá-los a partir do 61º (sexagésimo primeiro) mês. (b) Em 6 de dezembro de 2023, foi aprovada a sexta emissão de debêntures simples no valor de R\$225.000, não conversíveis em ações, emitindo-se 225.000 debêntures de valor nominal unitário de R\$1, com remuneração a ser paga semestrais, a partir de 15 de setembro de 2024. O vencimento final das debêntures ocorrerá no prazo de 60 meses, com liquidações semestrais com carência de 24 meses, conforme tabela de amortização prevista na escritura de emissão, com início da amortização do valor principal em 15 de dezembro de 2025 e com vencimento final em 15 de dezembro de 2028. Para assegurar o fiel cumprimento de todas as obrigações junto aos Credores, a Companhia assumiu o compromisso de manter no mínimo 30% do saldo devedor das debêntures, em boletins bancários a vencer nas contas vinculadas abertas no Bradesco (Garantias). O contrato das debêntures requer a manutenção do índice Dívida Líquida/EBTIDA inferior ou igual a 2,5 vezes para cada exercício social, desde 31 de dezembro de 2023 até a data do vencimento. Para as debêntures, o agente fiduciário tem a responsabilidade de verificar o cálculo submetido pela administração da Companhia após o envio das Demonstrações Financeiras anuais auditadas. A verificação do cálculo dos covenants sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 ocorreu em abril de 2025, sem ressalvas, tendo a Companhia cumprido com todas as cláusulas restritivas desses contratos. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia entende que cumpriu com todas as cláusulas restritivas desse contrato. O cronograma de pagamento de longo prazo das parcelas dos empréstimos e financiamentos está demonstrado abaixo:

Ano de vencimento	Controladora e consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
2026	-	128.172
2027	114.792	128.172
2028	132.922	126.170
2029	70.640	-
2030	35.313	-
Total não circulante	353.667	382.514

15 PARTES RELACIONADAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo com partes relacionadas				
Miami LLC (i)	1.247	1.247	-	-
Valores a receber com acionistas (ii)	154	-	154	-
Total circulante	1.401	1.247	154	-

(i) Prestação de serviços compartilhados. (ii) Valores a receber relacionados a compras de opções de ações. A movimentação de partes relacionadas da Companhia se deu como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	1.247	40.867	-	7.738
Adições	3.177	4.829	3.177	1.946
Recebimentos	(3.023)	(44.449)	(3.023)	(9.684)
	1.401	1.247	154	-

Remuneração do pessoal-chave da Administração: O valor agregado da remuneração e benefícios concedidos aos administradores, conselheiros e membros de comitês estatutários por serviços prestados nas respectivas áreas de competência, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$23.052 (R\$10.278 em 31 de dezembro de 2024). Em 2024 o Conselho de Administração aprovou o pacote de retenção de determinados executivos, alinhado ao planejamento estratégico a longo prazo da Companhia. Desta forma, o valor de retenção reconhecido em 2025 foi de R\$2.838, já incluso no total informado acima (R\$1.824 em 31 de dezembro de 2024).

16 PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

Durante o curso normal de seus negócios, a Companhia fica exposta a certas contingências e riscos, que incluem processos tributários, trabalhistas e cíveis. A Administração da Companhia mantém o registro de provisão para cobrir riscos quando considerados prováveis, sendo essa a melhor estimativa de desembolso de caixa futuro com base na avaliação de seus assessores jurídicos. A composição das provisões para demandas judiciais é como segue:

	31/12/2025		31/12/2024	
Demandas prováveis de perda				
Tributárias (a)	118.297	171.279	118.297	171.279
ICMS-DIFAL - 2021	71.110	71.829	71.110	71.829
ICMS-DIFAL - 2022	11.449	62.123	11.449	62.123
ICMS-DIFAL - 2023	35.738	37.327	35.738	37.327
Trabalhistas	15.022	8.569	15.022	8.569
Cíveis	4.310	734	4.310	734
Leniência	-	10.321	-	10.321
Total	137.629	190.903	137.629	190.903
(f) Pagamentos via depósitos judiciais - ICMS DIFAL 2022	(11.449)	(62.123)	(11.449)	(62.123)
(g) Pagamentos via depósitos judiciais - ICMS DIFAL 2023	(35.738)	(37.327)	(35.738)	(37.327)
(h) Pagamentos via depósitos judiciais - Leniência	-	(10.321)	-	(10.321)
(i) Depósitos judiciais trabalhistas	(2.908)	(2.051)	(2.908)	(2.051)
Demandas judiciais líquidas dos depósitos judiciais	87.534	79.081	87.534	79.081

a) Demandas tributárias: ICMS-DIFAL (exercício 2021): Em 24 de fevereiro de 2021 o STF decidiu pelo reconhecimento da não obrigatória de recolhimento de determinados valores a título do diferencial de alíquotas do ICMS entre Estados ("ICMS-DIFAL"). Em decorrência da decisão, em 26 de fevereiro de 2021, a Companhia ingressou com um mandado de segurança, considerando, à época, o prognóstico como perda possível, depositando judicialmente os valores, e conseguiu liminares para deixar de fazer tais depósitos. A Companhia decidiu não reconhecer os custos tributários referentes ao ICMS-DIFAL em suas demonstrações financeiras a partir de fevereiro de 2021. Em dezembro de 2021, o STF decidiu que seriam beneficiadas apenas as companhias que tivessem ajuizado ações até 24 de fevereiro de 2021. Considerando a decisão do STF, a Companhia registrou provisão para perda provável no valor de R\$71.11

... continuação

Allied Tecnologia S.A.

(R\$ 12.376 em 31 de dezembro de 2024). Trabalhistas: Os processos trabalhistas representam reclamações trabalhistas de diversas naturezas (pagamento de horas extras e verbas rescisórias) e que se encontram em fases processuais distintas. A principal contingência possível trabalhista é uma ação para afastamento de contribuições previdenciárias, imposto de renda e sua suposta multa por ausência de retenção sobre suposto rendimento decorrente do trabalho quando do exercício das opções de compra de ações de R\$18.149 (R\$15.287 em 31 de dezembro de 2024). Outras contingências possíveis trabalhistas e previdenciárias que versam sobre diversos temas trabalhistas e previdenciários, são pulverizadas no valor de R\$ 24.450 (R\$ 19.745 em 31 de dezembro de 2024).

16.1. Depósitos judiciais

	Controladora/Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Tributário – DIFAL 2021 (i)	71.110	71.829
Tributário – DIFAL 2022 (ii)	79.777	23.004
Previdenciário (iii)	18.149	15.287
Outros	2.929	1.201
	171.965	111.321

A Companhia e sua controlada possuem depósitos judiciais como segue: (i) Depósitos com provisões correspondentes ação judicial do ICMS-DIFAL – 2021. (ii) Depósitos sem provisões correspondentes ao ano de 2022 de todos os estados em que a Companhia ingressou com mandados de segurança. (iii) Depósitos sem provisões, correspondentes a ação que discute exigibilidade de impostos no âmbito do exercício de opção relacionados ao plano de opção de compra de ações.

17. OUTROS PASSIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Credor				
Custos com vendas	11.325	5.605	11.325	5.605
Vendas antecipadas	103	1.326	103	1.326
Outros	970	814	970	814
Total de outros passivos	12.398	7.745	12.398	7.745
Circulante	12.398	7.480	12.398	7.480
Não circulante	-	265	-	265

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital social:** Durante o ano de 2025, o Conselho de Administração aprovou aumentos do capital social, com a consequente emissão de novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, em virtude do exercício de opções de compra de ações. Em 12 de setembro de 2025, a Companhia aprovou em Assembleia Geral Extraordinária uma redução de capital social no valor de R\$ 180.000, sem cancelamento de ações, e em 14 de novembro de 2025, essa redução foi efetivada. Segue abaixo as movimentações acionárias de 2025:

	Ações	Capital Social
Saldo inicial	94.058.972	1.026.429
27/03/2025	355.137	1.634
09/06/2025	93.134	379
21/08/2025	30.000	123
26/08/2025	197.767	817
13/10/2025	93.334	329
14/11/2025	-	(180.000)
03/12/2025	102.581	212
Saldo em 31 de dezembro de 2025	94.930.925	849.923

O capital social em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 849.923 (R\$ 1.026.429 em 2024), totalmente integralizado, divididos em 94.930.925 ações, sendo todas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, estando dentro do limite de capital autorizado no estatuto da Companhia. Em 6 e 18 de janeiro e em 26 de fevereiro de 2026 o Conselho de Administração aprovou aumentos de Capital Social que totalizaram R\$ 1.920, com a consequente emissão de 909.564 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, em virtude do exercício de opções de compra de ações. O capital social atual da Companhia é de R\$ 851.843, divididos em 95.840.489 ações, sendo todas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, estando dentro do limite de capital autorizado no estatuto da Companhia. A Companhia está autorizada a aumentar o capital social em até 100.000.000 de novas ações ordinárias, onde 16.218.854 ações já foram emitidas, ficando 83.781.146 ações autorizadas a serem emitidas. O limite total de ações ordinárias é de 179.621.635, independentemente de reforma estatutária, na forma do artigo 168 da Lei das Sociedades por Ações.

b) **Reserva de lucros:** A reserva de lucros está devidamente suportada pelo artigo 47 do Estatuto Social da Companhia. De acordo com o artigo 199 da Lei nº 6.404/76, o saldo da reserva de lucros está limitado ao capital social, devendo o excesso ser aplicado no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos. A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício ajustada na forma da lei, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Na forma da Lei, são consideradas subvenções para investimentos os incentivos fiscais de ICMS concedidos pelos estados do Espírito Santo (Compete) e Minas Gerais (Tratamento Tributário Setorial – TTS/E-commerce) que beneficiam as operações da Companhia nesses Estados. Antes da Lei 14.789 de dezembro de 2023, no fim do exercício social, o montante desse incentivo que não era oferecido a tributação de imposto de renda e contribuição social era registrado em conta de reserva específica, cujo saldo somente poderia ser utilizado para aumento de capital ou compensação de prejuízos, não podendo ser distribuídos ou repassados aos sócios ou acionistas. Em 31 de dezembro de 2025, a reserva de lucros somava R\$720.204 (R\$575.569 em 31 de dezembro de 2024). c) **Dividendos e juros sobre capital próprio:** O Estatuto da Companhia determina que do lucro líquido do exercício, após as deduções legais e constituição de reserva legal, terá a destinação que lhe for determinada pela Assembleia Geral, assegurando aos acionistas o direito ao recebimento de um dividendo mínimo obrigatório de 25% referente ao exercício social. Os dividendos intermediários e juros sobre capital próprio são imputados ao dividendo mínimo obrigatório, conforme previsto no artigo 46 do Estatuto Social da Companhia. Os movimentos de dividendos e juros sobre capital próprio é como segue:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	116.048	90.024
Juros sobre capital próprio	109.713	222.000
Pagamento de JCP	(182.270)	(189.960)
Pagamentos IRRF com créditos tributários	(5.862)	(6.005)
Dividendos prescritos	(9)	(11)
Outros	99	-
Dividendos e JCP a pagar	37.658	116.048

Em 21 de março de 2024 e 07 de novembro de 2024, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a proposta de pagamento de proventos, respectivamente, de R\$100.000 e R\$122.000, distribuídos como juros sobre capital próprio. O valor proposto corresponde a remuneração do patrimônio de anos anteriores, ainda não pagos, e será imputado ao montante total de dividendos que vier a ser declarado pela Companhia para o exercício social de 2024, que dependerá da aprovação em Assembleia Geral Ordinária. Em 12 de agosto de 2025, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a proposta de pagamento de juros sobre o capital próprio referente ao patrimônio de 2024, no valor bruto de R\$69.713. Em 15 de dezembro de 2025, o Conselho da Administração da Companhia aprovou a proposta de pagamento de juros sobre o capital próprio referente ao patrimônio de 2025 ("Novo JCP"), no valor bruto de R\$40.000.

19. PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

A Companhia possui um Plano de Opção de Compra de Ações com programas vigentes, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 05/03/2021 ("SOP 2021"), onde os administradores, executivos e prestadores de serviço tem a opção de comprar ações da Companhia após um determinado período. No âmbito do Plano, cada opção dá ao participante o direito de adquirir 1 (uma) ação ordinária, nominativa e sem valor nominal da Companhia, sendo que o preço de exercício deve ser pago à vista pelo participante simultaneamente à formalização da subscrição ou aquisição, conforme o caso, da ação objeto da opção pelo participante. No Plano as opções tornam-se "vested" (aquisição de direito) de acordo com os prazos de carência contratuais de cada programa resumidamente abaixo: • 1º, 2º, 3º e 4º Programas: Estão cancelados. • 5º e 6º Programas: 33,33% por ano, até o atingimento de 100%, sendo o 1º em 12 meses contados da data de outorga. • 7º Programa: 33,33% por ano, até o atingimento de 100% ao final de 03 anos, sendo o 1º em 24 meses contados da data de outorga. • 8º Programa: 50% por ano, até o atingimento de 100% ao final de 02 anos, sendo o 1º em 24 meses contados da data de outorga. Por fim, em todos os Planos, o preço de exercício deve ser pago à vista pelo participante simultaneamente à formalização da subscrição ou aquisição, conforme o caso, da ação objeto da opção pelo participante. Movimentação de quantidade dos planos de opções de compra ações:

Plano SOP 2021	Quantidade de opções (em milhares)				
	Inicial	Outorgadas	Aquisição de direitos	Realizadas	Canceladas
2021	-	3.593	(3.474)	-	(119)
2022	-	766	(3.396)	-	(4.162)
2023	-	3.519	(3.226)	-	(293)
2024	-	477	721	(788)	(410)
2025	-	1.160	(151)	(449)	(93)

As seguintes premissas foram utilizadas para o cálculo com base no modelo Black & Scholes para estimar o valor justo das opções outorgadas nas datas de outorgas:

SOP 2021	Outorga	# opções	Prazo máximo de exercício	Taxa de juros livre de risco	Preço de exercício	Volatilidade	Valor justo 1
Programa 5	17/02/2023	3.099.027	17/02/2027	12,60%	R\$ 9,52	13,36%	R\$ 0,86
Programa 6	03/10/2023	420.000	03/10/2027	10,81%	R\$ 6,49	8,11%	R\$ 1,14
Programa 7	01/03/2024	477.221	26/02/2029	10,98%	R\$ 9,98	11,53%	R\$ 2,39
Programa 8	12/09/2025	1.160.000	12/09/2028	13,19%	R\$11,73	7,92%	R\$ 0,75

1 Média ponderada para cada vesting.

20. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Venda de mercadorias	5.425.894	5.150.654	6.499.386	6.448.959
Receita de serviço	57.543	44.558	57.543	65.246
Devoluções e cancelamentos de vendas	(72.221)	(54.190)	(75.328)	(60.384)
Desconto e abatimentos sobre vendas	(117.838)	(72.571)	(119.967)	(75.486)
Vendas não realizadas	1.751	438	1.751	438
Impostos sobre vendas	(858.765)	(854.995)	(858.765)	(857.392)
Receita líquida das vendas	4.436.364	4.213.894	5.504.620	5.521.381

A receita líquida por operação é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Operação brasileira	4.436.364	4.213.894	4.436.364	4.232.185
Operação internacional	-	-	1.068.256	1.289.196
Receita líquida das vendas	4.436.364	4.213.894	5.504.620	5.521.381

21. CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Custo das mercadorias vendidas	(4.360.542)	(4.099.626)	(5.593.333)	(5.613.282)
Descontos obtidos de fornecedores	555.569	520.136	745.646	773.887
Despesa com pessoal	(7.859)	(7.326)	(7.859)	(7.326)
Depreciação e amortização	(6.852)	(7.285)	(6.852)	(7.285)
Armazenagens	(5.089)	(4.697)	(9.072)	(7.768)
Outros custos	(2.658)	(2.126)	(2.658)	(2.126)
	(3.827.431)	(3.600.924)	(4.874.128)	(4.863.900)

22. DESPESAS COM VENDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Despesa com pessoal	(108.054)	(104.702)	(110.718)	(106.866)
Comissões e representações	(79.534)	(92.823)	(79.534)	(92.823)
Perdas com créditos concedidos	(29.723)	(13.059)	(29.723)	(37.679)
Depreciação	(27.068)	(29.959)	(27.068)	(29.959)
Frete e carretos	(32.041)	(36.910)	(32.041)	(37.068)
Taxa administrativa de cartão	(26.475)	(27.334)	(26.475)	(27.334)
Despesas com ocupação	(18.430)	(18.824)	(18.430)	(18.824)
Despesas com aluguel	(3.838)	(4.097)	(3.838)	(4.097)
Despesas com marketing	(9.678)	(9.693)	(9.678)	(9.693)
Despesas com cobrança	(7.928)	(5.049)	(7.928)	(6.651)
Perda estimada com créditos em liquidação duvidosa	(14.445)	(20.531)	(14.445)	(15.270)
Desconto com aluguéis (NE 10)	1.458	3.008	1.458	3.008
Outras despesas com vendas	(6.769)	(5.798)	(6.946)	(8.835)
	(362.525)	(365.771)	(367.113)	(392.091)

23. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Despesa com pessoal	(60.346)	(62.702)	(60.467)	(62.739)
Despesa com serviços de terceiros (a)	(22.504)	(28.295)	(22.504)	(29.693)
Despesa com depreciação e amortização	(14.127)	(13.912)	(14.167)	(15.655)
Gastos com ocupação	(1.357)	(1.360)	(1.357)	(1.360)
Despesas com seguros patrimoniais	(2.737)	(4.967)	(4.684)	(5.139)
Despesas processuais e contingências	(16.779)	(10.427)	(16.779)	(10.832)
Outras despesas gerais e administrativas	(6.888)	(7.484)	(8.752)	(8.376)
	(124.738)	(127.147)	(128.710)	(133.794)

(a) As principais despesas reconhecidas com serviços de terceiros estão relacionadas diretamente com o tema mencionado na nota explicativa nº 24.

24. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Crédito cedido (a)	334.241	-	334.241	-
Recuperação de PIS e COFINS (NE nº7)	-	57.078	-	57.078
Recuperação de PIS e COFINS – Difal na base	-	3.311	-	3.311
Recuperação de ICMS	-	3.485	-	3.485
Recuperação diferencial de alíquota (e)	55.469	-	55.469	-
Baixa de créditos tributários (c)	(25.441)	-	(25.441)	-
Resultado de venda/baixa de imobilizado (b)	6.295	301	6.295	301
Multas e infrações (d)	(3.159)	(3.739)	(3.159)	(3.739)
Resultado de seguros sinistro	234	90	234	90
Serviços compartilhados – partes relacionadas	420	(2.893)	420	(3.283)
Outras receitas (despesas) operacionais	368.059	59.883	369.113	57.243

(a) **Crédito cedido – Lei do Bem:** A Companhia obteve decisão judicial favorável, com trânsito em julgado, reconhecendo que os débitos de PIS/COFINS cobrados pela revogação da exoneração aplicada sobre produtos eletrônicos concedida pela Lei nº 11.196/05 (Lei do Bem). O montante levantado em decorrência da decisão judicial foi de R\$873 milhões. Em 1º de agosto de 2025, a Companhia formalizou contrato de cessão dos direitos creditórios decorrentes dessa decisão judicial a IA Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – Responsabilidade Limitada. Após o deságio negociado e a dedução de despesas incorridas com honorários advocatícios, pericia, corretagem, resultou em um ganho líquido de R\$334.241. (b) **Vendas pontos de venda no Paraná:** A Companhia vendeu 12 pontos de vendas localizados no estado do Paraná pelo valor de R\$ 18 milhões, que incluiu todos os ativos pertencentes às lojas. O impacto líquido no resultado foi de R\$ 7.773. (c) **Perda créditos tributários:** A Companhia registrou uma despesa no montante de R\$ 23.611 referente a perda de créditos tributários de PIS e COFINS, decorrentes de glosa identificada no auto de infração da receita federal, conforme nota explicativa nº 16. Além disso, a Companhia reconheceu uma despesa de R\$ 1.829 pela expectativa de deságio na venda dos créditos oriundos de ICMS-ST. (d) **Penalidade tributária:** A Companhia optou por aderir a parcelamento tributário referente a uma reclamação tributária de IPI, de 2021, anteriormente classificada como perda possível. O valor reconhecido foi de R\$ 2.645, parcelado em 74 meses. (e) **Recuperação diferencial de alíquota:** Em decorrência da decisão do STF mencionada na NE 16.a, a Companhia reconheceu R\$ 55.469 no resultado do exercício, já deduzidas as despesas com honorários advocatícios.

25. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Juros e multas	(17.739)	(57.407)	(18.372)	(59.542)
Juros sobre debêntures e financiamentos	(78.531)	(64.393)	(78.531)	(64.393)
Variação monetária e cambial passiva	(409)	(91)	(409)	(91)
Juros de arrendamento	(9.229)	(10.660)	(9.229)	(10.660)
Ajuste a valor presente	(24.121)	-	(24.121)	-
Outras despesas financeiras	(4.852)	(3.774)	(4.852)	(5.236)
Despesas financeiras	(134.881)	(136.325)	(135.514)	(139.922)
Receita de aplicações financeiras	23.489	20.541	24.741	22.194
Juros ativos	14.579	27.887	14.579	29.807
Variação monetária e cambial ativa	330	8	330	8
Outras receitas financeiras	9	95	9	95
Receitas financeiras	38.407	48.531	39.659	52.104
Resultado financeiro	(96.474)	(87.794)	(95.855)	(87.817)

26. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de manter a capacidade de investimentos e a estratégia de crescimento. a) Os valores apresentados dos principais ativos e passivos financeiros são assim demonstrados por categoria:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativos financeiros				
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:				
Caixa e equivalentes de caixa	329.578	399.378	375.871	427.961
Contas a receber	1.065.362	929.470	1.075.102	949.437
Partes relacionadas	1.401	1.247	-	-
Total	1.396.341	1.330.095	1.450.973	1.377.398
Passivos financeiros				
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado:				
Fornecedores	1.075.858	824.590	1.106.432	856.852
Fornecedores convênio	374	240.072	374	240.072
Empréstimos, financiamentos e debêntures	416.452	505.728	416.452	505.728
Total	1.492.684	1.570.390	1.523.258	1.602.652

b) Metodologia de apuração do valor justo dos instrumentos financeiros: **Métodos de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. Com base na hierarquia definida pelo pronunciamento técnico CPC 46, o valor justo pode ser mensurado usando os seguintes critérios: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • **Nível 2:** informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta (i.e., preços) ou indiretamente (i.e., dados baseados nos preços), exceto preços cotados incluídos no Nível 1. • **Nível 3:** informações para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). Nenhum ativo ou passivo mensurado pelo valor justo foi reclassificado entre os diversos níveis em 31 de dezembro de 2025 e de 2024. b) **Considerações gerais:** A Companhia e sua controlada apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • **Risco de crédito:** Risco de liquidez; Risco de mercado; Risco operacional. **26.1. Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia e de sua controlada caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. A exposição da Companhia e de sua controlada ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. A Companhia e sua controlada estabeleceram uma política de crédito sob a qual a capacidade de crédito de todo novo cliente é analisada individualmente antes da definição dos termos e das condições padrão de pagamento. A Companhia possui carteira de clientes diversificada com baixo nível de concentração. A perda estimada com créditos de liquidação duvidosa representa a melhor estimativa da Companhia em relação às contas a receber de clientes (vide nota explicativa nº 5). Embora a carteira seja pulverizada, o principal componente desta estimativa decorre da análise específica de clientes com riscos individuais significativos. A Companhia está exposta ao risco de crédito mantidos com instituições financeiras, e para mitigar a exposição e risco de concentração a Companhia aplica seu caixa e equivalentes de caixa em diferentes opções de investimentos e

... continuação

Allied Tecnologia S.A.

Em 31 de dezembro de 2025	Controladora				
	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Operação	1.075.858	-	-	-	1.075.858
Fornecedores	374	-	-	-	374
Fornecedores convênio	32.551	25.999	24.670	261	83.481
Arrendamento mercantil	124.331	148.599	248.052	-	520.982
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.233.114	174.598	272.722	261	1.680.695

Em 31 de dezembro de 2025	Consolidado				
	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Operação	1.106.432	-	-	-	1.106.432
Fornecedores	374	-	-	-	374
Fornecedores convênio	32.551	25.999	24.670	261	83.481
Arrendamento mercantil	124.331	148.599	248.502	-	521.432
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.263.688	174.598	273.173	261	1.711.719

Tipicamente, a Companhia e sua controlada garantem que possuem caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais. **26.3. Risco de mercado:** i) **Risco da taxa de juros:** Esse risco advém da possibilidade de a Companhia e sua controlada virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos, ou reduzir o ganho com suas aplicações. A Companhia e sua controlada monitoram continuamente a volatilidade das taxas de juros do mercado. Com objetivo de reduzir os possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia e sua controlada adotam a política de manter seus recursos aplicados em instrumentos atrelados ao CDI. A Companhia historicamente tem obtido resultados satisfatórios em relação às suas metas de mitigação deste risco. ii) **Risco de taxa de câmbio:** A moeda funcional da Companhia é o Real (BRL), mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A Companhia está exposta ao risco da variação cambial em moeda estrangeira (maioria Dólar "USD") frente ao Real (BRL). Essa exposição está relacionada a importação direta de produtos junto aos seus fornecedores estrangeiros, cuja o saldo a pagar em 31 de dezembro de 2025 é de R\$15.401. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda de apresentação (BRL) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e as datas de apresentação dos balanços patrimoniais são reconhecidos como receitas ou despesas. iii) **Análise de sensibilidade:** Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia e sua controlada, com cenário mais provável, segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de doze meses. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável do cenário provável considerada, respectivamente (cenários possível e remoto). Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foram obtidas as projeções do CDI para avaliação dos impactos monetários no cenário provável. A partir deste, foram calculadas variações de 25% e 50% para a exposição aos ativos e passivos financeiros indexados à variação cambial do dólar norte-americano e do CDI, conforme a seguir:

Operação	Indexador	Risco	Controladora e Consolidado			
			Saldo em 31/12/2025	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Risco da taxa de juros						
Ativos financeiros						
Aplicações financeiras	100% do CDI	Queda do CDI	314.843	353.034	343.486	333.038
Total			314.843	353.034	343.486	333.038
Ganho				38.190	28.643	19.095
Passivos financeiros						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	100% do CDI	Aumento do CDI	416.452	466.968	479.597	492.225
Total			416.452	466.968	479.597	492.225
(Perda)				(50.516)	(63.145)	(75.773)
Risco de taxa de câmbio						
Operação	Indexador	Risco	Saldo em 31/12/2025	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Passivos financeiros						
Fornecedores estrangeiros	USD	Apreciação do USD	15.401	13.468	16.835	20.202
Total			15.401	13.468	16.835	20.202
(Perda)				1.933	(1.434)	(4.801)

Diretoria		Controlador	
Silvio Stagni – Presidente	Thalita Basso – Diretora Financeira	Ronaldo José Martins – CRC SP 283.587/O-1	

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas, Diretoria e Conselheiros da **Allied Tecnologia S.A.**, São Paulo-SP.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Allied Tecnologia S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Allied Tecnologia S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Reconhecimento da receita com revenda de produtos:** Por que é um FFA: O processo de reconhecimento de receita com revenda de produtos da Companhia e de suas controladas envolve controles internos com o objetivo de se assegurar que todos os produtos faturados tenham sido entregues aos seus respectivos compradores dentro do período contábil adequado e que, portanto, as receitas de vendas foram reconhecidas dentro de seus períodos de competência corretos, conforme estabelecem as práticas contábeis adotadas no Brasil e as "IFRS Accounting Standards". Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria tendo em vista a relevância dos montantes envolvidos, a distribuição geográfica dos clientes da Companhia e a necessidade de manutenção de rotinas e controles internos para identificar e mensurar a receita de produtos faturados e não entregues, cujo registro poderia ser reconhecido na competência incorreta. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram: (i) entendimento dos controles internos relevantes da Companhia para mensuração e reconhecimento das receitas com revenda de produtos; (ii) avaliação dos sistemas e mecanismos utilizados no processo com a participação de especialistas internos em tecnologia; (iii) verificação, por amostragem, das documentações suporte dos produtos vendidos no exercício; (iv) teste substantivo com base amostral do reconhecimento pela competência das receitas, com verificação de documentação suporte, tais como inspeção do pedido de venda aprovado pelo cliente, e confronto com as políticas comerciais da Companhia, incluindo eventuais descontos ou abatimentos, e obtenção do comprovante de entrega ou outras evidências que suportam o cumprimento de obrigação de performance da venda do produto; (v) análise mensal das receitas utilizando dados agregados e desagregados para identificar relações ou movimentações dissonantes às nossas expectativas; e (vi) avaliação da adequação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como resultado da execução desses procedimentos, foram identificadas deficiências nos controles internos relacionadas ao sistema de informação e ao processo de mensuração da receita, que nos levaram a alterar a natureza e extensão de nossos procedimentos substantivos inicialmente planejados para obter evidência de auditoria suficiente e apropriada. Com base nas evidências obtidas por meio de nossos procedimentos anteriormente descritos, consideramos que a aplicação e o reconhecimento da receita, sua contabilização e as respectivas divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. **Recuperabilidade de ágio ("goodwill") gerado em combinações de negócios:** De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as "IFRS Accounting Standards", a Companhia é requerida a proceder anualmente um teste de recuperabilidade dos valores registrados como ativos intangíveis de vidas úteis indefinidas, incluindo o ágio por rentabilidade futura ("goodwill"). A Companhia apresenta, conforme nota explicativa nº 11 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, um saldo de ágio de R\$618.580 mil no consolidado, representando aproximadamente 18% do total do ativo consolidado em 31 de dezembro de 2025. Esse item foi considerado um principal assunto de nossa auditoria tendo em vista que o processo de avaliação da recuperabilidade desses ativos intangíveis é complexo e envolve muito julgamento, bem como se baseia em diversas premissas, tais como: determinação das unidades geradoras de caixa, taxas de descontos, percentuais de crescimento e rentabilidade dos negócios da Companhia e das suas controladas para vários anos futuros. Tais premissas poderão ser afetadas de forma relevante pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros, os quais ainda não podem ser estimados com precisão. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) envolvimento de nossos especialistas internos para nos auxiliar na avaliação da metodologia usada pela Companhia para calcular o fluxo de caixa descontado, bem como na revisão da taxa de desconto utilizada pela Companhia para calcular os fluxos de caixa descontados; (ii) revisão e teste de sensibilidade das principais premissas utilizadas, tais como projeção de vendas e margem de lucro aprovada pela Diretoria da Unidade Geradora de Caixa ("UGC") da Companhia; (iii) Avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre as premissas-chave mais sensíveis utilizadas nos cálculos do teste de recuperabilidade do "goodwill", incluídas nas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como resultado da execução desses procedimentos, foi identificada deficiência no controle interno relacionado à avaliação da redução ao valor recuperável. Avaliamos a natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos inicialmente planejados, e concluímos que estes permaneceram adequados. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de valor recuperável do ágio, que está consistente com a avaliação da Diretoria da Companhia, consideramos que os critérios e premissas relacionados ao teste de valor recuperável do ágio, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 11 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. **Outros assuntos:** Demonstrações do valor adicionado: As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas

As fontes de informação para a taxa de juros foram de 12,13% a.a., e para taxa de câmbio foi de R\$5,50, obtidas no site do Banco Central do Brasil – BCB, no boletim Focus, no fechamento de 09 de janeiro de 2026. **26.4. Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de sua controlada e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia e de sua controlada é administrar o risco operacional e o risco na qualidade de serviços para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação.

27 SEGUROS CONTRATADOS

A Companhia e sua controlada adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de suas atividades. A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Responsabilidade civil para administradores	40.000	40.000	40.000	40.000
Responsabilidade civil	2.000	2.000	2.000	2.000
Riscos operacionais	51.783	52.789	51.783	52.789
Seguro de crédito (a)	488.000	427.500	521.011	464.654
Seguro patrimonial	625.566	473.074	779.617	646.458
Seguro garantia	85.574	103.086	85.574	103.086
Seguro para outros riscos	30.000	30.000	46.505	30.000
	1.322.923	1.128.449	1.526.490	1.338.987

a) A franquia para os clientes nomeados, ou seja, clientes que tiveram uma prévia avaliação de crédito pela seguradora é de 10%. Já os demais clientes têm a franquia de 20%, limitados a crédito de até R\$500.

28 LUCRO POR AÇÃO

a) **Lucro básico por ação:** O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias conforme demonstrado abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	332.712	145.532
Número total ponderado de ações	94.766.696	94.766.696
Lucro básico por ação (em reais)	3.5109	1.5357

b) **Lucro diluído por ação:** O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias com potencial de diluição. A Companhia possui Plano de opções de compra de ações com outorga potencial de 3.201.644 opções de ações e o potencial de diluição total deste é representado por 97.968.344 opções de ações, já incluída a outorga inicial.

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	332.712	145.532
Número total ponderado de ações e opções exercíveis	97.968.344	97.968.344
Lucro diluído por ação (em reais)	3.3961	1.4855

29 TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

Transações ocorridas sem desembolso de caixa, conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores convênio (novos compromissos)	1.425.040	1.005.675	1.425.040	1.005.675
Novos contratos de arrendamento	6.114	1.163	6.114	1.163
Reavaliações de arrendamento	8.757	11.027	8.757	11.027
Baixa direito de uso	7.414	5.565	7.414	5.565
Baixa de arrendamentos mercantil	8.971	6.348	8.971	6.348
Intangível de direito de exclusividade	-	17.400	-	17.400
Saldo incorporado Soudi	-	47.901	-	-

como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideráveis quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de março de 2025.

Deloitte Touche Tohmatsu
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2SP.011.609/O-8

Alessandro Costa Ramos
Controlador
CRC nº 1SP.198.853/O-3

Deloitte.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 26/03/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



99Pay Instituição de Pagamento S.A.

CNPJ/MF nº 24.313.102/0001-25 – NIRE 35.300.489.420

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 07 de janeiro de 2026
Data, Horário e Local. No dia 07 de janeiro de 2026, às 11:00 horas, na sede da 99Pay Instituição de Pagamento S.A. ("Companhia") localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, 1912, 3º andar, Salões 31, 32 e 33, Edifício Paulista Office Park, Cerqueira César, CEP 01310-924. **Convocação e Presença.** Dispensada a convocação prévia, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), tendo em vista o comparecimento dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes no Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **Mesa:** Presidente: Guilherme de Carvalho Koerich. Secretária: Lays Simão Pedro. **Lavratura da Ata.** Os acionistas presentes aprovaram a lavratura desta ata em forma de sumário, nos termos do artigo 130, § 1º, da Lei das S.A. **Ordem do Dia.** Examinar, discutir e deliberar sobre: (I) a alteração do objeto social para incluir a atividade de iniciadora de transação de pagamento; e (II) a consolidação do Estatuto Social da Companhia. **Deliberações Tomadas.** Instalada a assembleia, os acionistas aprovaram, sem quaisquer ressalvas ou restrições: **1.** A alteração do objeto social para incluir a atividade de iniciadora de transação de pagamento, com a consequente alteração do disposto no Artigo 3º do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a seguinte redação: **Artigo 3º** – A Companhia tem por objeto a prestação de serviços de pagamento ao público e aporte e saque de recursos, emissão de instrumento de pagamento, gestão de uma conta que sirva para realizar pagamento, credenciamento para aceitação de um instrumento de pagamento administração dos envios e recebimentos de pagamentos realizados entre os usuários cadastrados ou usuários de outras instituições, emissão de moeda eletrônica integração de meios de pagamento digitais a plataformas de comércio eletrônico ou presencial, gestão de contas de pagamentos de terceiros atividades listadas no inciso do art. da lei 12865 de 9 de outubro de 2013, a participação em outras sociedades como sócio ou acionista, prestação de serviços como correspondente bancário, atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral exceto imobiliários e atividades de consultoria em gestão empresarial exceto consultoria técnica específica, administração em geral, atividades de cobrança e informações cadastrais, atividades de comunicação e atendimento às solicitações, reclamações de seus consumidores, e atividades de iniciadora de transação de pagamento. **1.1.** O desenvolvimento de atividades de iniciação de transação de pagamento ficará condicionado à comunicação prévia ao Banco Central do Brasil, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, nos termos do Parágrafo Único do Art. 14 da Resolução BCB nº 80/2021. **2.** A consolidação do Estatuto Social, a fim de refletir a deliberação aprovada no item 1 acima, ratificados os artigos não expressamente alterados, que passa a vigorar com a redação constante do Anexo I a esta ata. **Encerramento e Lavratura da Ata.** Nada mais havendo a tratar e na ausência de manifestação por qualquer dos presentes, foram os trabalhos suspensos para a lavratura desta ata que, após lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. **Assinaturas.** Presidente: Guilherme de Carvalho Koerich. Secretária: Lays Simão Pedro. Acionistas presentes: 99Pay S.A. (p. Bruno Rodrigues Furtado de Mendonça); e 99 Pay LLC (p. Bruno Rodrigues Furtado de Mendonça). Certifico de que a presente é cópia fiel da ata original lavrada em livro próprio. São Paulo/SP, 07 de janeiro de 2026. **Mesa:** Guilherme de Carvalho Koerich – Presidente; Lays Simão Pedro – Secretária. **Acionistas presentes:** 99 Pay S.A. – p. Bruno Rodrigues Furtado de Mendonça; 99 Pay LLC – p. Bruno Rodrigues Furtado de Mendonça. **Anexo I – Estatuto Social. Capítulo I – Denominação, Sede, Objeto e Duração.** Artigo 1º – 99Pay Instituição de Pagamento S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima que rege-se à pelas leis e usos do comércio, por este Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis. **Artigo 2º** – A Companhia tem sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1912, 3º andar, Salões 31, 32 e 33, Edifício Paulista Office Park, Cerqueira César, CEP 01310-924, podendo, por deliberação da Diretoria, criar e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios de representação em qualquer parte do território nacional ou no exterior. **Artigo 3º** – A Companhia tem por objeto a prestação de serviços de pagamento ao público e aporte e saque de recursos, emissão de instrumento de pagamento, gestão de uma conta que sirva para realizar pagamento credenciamento para aceitação de um instrumento de pagamento administração dos envios e recebimentos de pagamentos realizados entre os usuários cadastrados ou usuários de outras instituições, emissão de moeda eletrônica integração de meios de pagamento digitais a plataformas de comércio eletrônico ou presencial, gestão de contas de pagamentos de terceiros atividades listadas no inciso do art. da lei 12865 de 9 de outubro de 2013, a participação em outras sociedades como sócio ou acionista, prestação de serviços como correspondente bancário, atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral exceto imobiliários e atividades de consultoria em gestão empresarial exceto consultoria técnica específica, administração em geral, atividades de cobrança e informações cadastrais, atividades de comunicação e atendimento às solicitações e reclamações de seus consumidores, e atividades de iniciadora

de transação de pagamento. **Artigo 4º** – O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II – Capital e Ações.** **Artigo 5º** – O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 195.012.251,00 (cento e noventa e cinco milhões, doze mil, duzentos e cinquenta e um reais) dividido em 195.012.251 (cento e noventa e cinco milhões, doze mil, duzentos e cinquenta e uma) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **Artigo 6º** – Cada ação ordinária nominativa dá direito a um voto na Assembleia Geral. **Artigo 7º** – A Companhia só registrará a transferência de ações se forem observadas as disposições pertinentes do Acordo de Acionistas, desde que exista e esteja arquivado em sua sede. **Capítulo III – Assembleia Geral.** **Artigo 8º** – A Assembleia Geral, com a competência prevista em lei e neste Estatuto, reúne-se ordinariamente dentro dos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, e extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem. **Artigo 9º** – A convocação da Assembleia Geral será feita por qualquer membro da Diretoria, nos termos da lei, sendo seus trabalhos instalados e presididos pelo Diretor Presidente da Companhia ou, no seu impedimento, por qualquer outro membro da Diretoria da Companhia, ou na ausência de todos os anteriores, por acionista escolhido por todos os presentes. Independentemente das formalidades previstas neste artigo, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas. **Artigo 10º** – As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, e neste Estatuto, serão tomadas por maioria de votos, não se computando os votos em branco. **Artigo 11º** – O acionista poderá ser representado na Assembleia Geral por procurador constituído há menos de 01 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado. Poderá também suspender, pelo mesmo período, obedecidas as limitações legais, as transferências, conversões e desdobramentos de ações. **Capítulo IV – Administração. Normas gerais.** **Artigo 12º** – A Companhia será administrada por uma Diretoria, na forma da lei e deste Estatuto Social. **Parágrafo Primeiro** – Os membros da Diretoria serão eleitos para um mandato unificado de 3 (dois) anos, permitida a sua reeleição. **Parágrafo Segundo** – Os administradores serão investidos nos seus cargos mediante assinatura de termo de posse nos respectivos Livros de Atas dos órgãos para os quais forem eleitos, dentro dos 30 (trinta) dias subsequentes à sua eleição, estando dispensados de prestar caução em garantia de sua gestão. **Parágrafo Terceiro** – Os Diretores permanecerão em seus cargos e no exercício de suas funções até a eleição e posse de seus substitutos, exceto se de outra forma for deliberado pela Assembleia Geral. **Parágrafo Quarto** – A remuneração global e anual dos administradores será fixada pela Assembleia Geral, em montante global ou individual, anual ou mensal, podendo ser revista, a qualquer tempo, cabendo a Diretoria a alocação e distribuição dos valores, quando a Assembleia Geral a fixar de forma global. Caberá também a Diretoria distribuir, quando for o caso, a participação nos lucros fixada pela Assembleia Geral. **Diretoria.** **Artigo 13º** – A Diretoria será composta de, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 8 (oito) Diretores, sendo um Diretor Presidente, e os demais Diretores sem designação específica, acionistas ou não, todos residentes no País, eleitos para um mandato unificado de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos, sendo o mandato prorrogado, automaticamente, até a eleição e posse dos respectivos substitutos. **Parágrafo Único** – O exercício do cargo de Diretor independe da prestação de caução. **Artigo 14º** – Ressalvados os casos previstos neste Estatuto, compete aos Diretores a representação da Companhia, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, bem como a gestão dos negócios sociais em geral e a prática de todos os atos de administração e de disposição, necessários ou convenientes ao cumprimento do objeto social. **Artigo 15º** – Qualquer ato ou negócio jurídico que implique responsabilidade ou obrigação da Companhia perante terceiros ou a exoneração destes perante ela, serão obrigatoriamente assinados: (i) por 2 (dois) Diretores agindo em conjunto; ou (ii) por 1 (um) Diretor agindo em conjunto com um procurador, com poderes especiais, constituído na forma do art. 19 abaixo. **Artigo 16º** – A Companhia poderá, por 2 (dois) de seus Diretores, constituir mandatários, especificando no instrumento a finalidade do mandato, os poderes conferidos e o prazo de validade, que não excederá 1 (um) ano, salvo quando a procuração for outorgada com poderes ad judicia, ou para a defesa de processos administrativos, caso em que sua vigência poderá ser por prazo indeterminado. **Artigo 17º** – E expressamente vedada à Diretoria a prática, em nome da Companhia, de qualquer ato relativo a negócios ou operações estranhas ao objeto social. **Capítulo V – Conselho Fiscal.** **Artigo 18º** – A Companhia terá um Conselho Fiscal que só funcionará nos exercícios sociais em que for instalado a pedido de acionistas, na forma da lei. **Parágrafo Único** – As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos. **Artigo 19º** – O Conselho Fiscal quando em funcionamento será composto de no mínimo 3 (três), e, no máximo, 5 (cinco) membros, com igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, que lhes fixará a remuneração, obedecido o mínimo legal. **Artigo 20º** – Os membros do Conselho Fiscal, pessoas físicas acionistas ou não, residentes no País, que atendam aos requisitos e impedimentos previstos na lei, terão a competência na disciplina. **Capítulo VI – Ouvidoria.** **Artigo 21º** – A Companhia constituirá e manterá um departamento de ouvidoria, para assegurar o estrito cumprimento das leis e regulamentos relativos aos direitos dos consumidores e atuar como canal de comunicação entre a Companhia e os usuários e/ou reclamantes, inclusive na mediação de conflitos. **Parágrafo Primeiro** – A

ouvidoria será composta por ao menos um ouvidor, designado e destituído pela diretoria, com mandato de 36 (trinta e seis) meses, sendo permitida a reeleição. O ouvidor deverá cumprir, no mínimo, os seguintes requisitos: (i) pertencer à diretoria ou ao quadro de colaboradores da Companhia; (ii) ter reputação ilibada; (iii) não estar impedido por lei especial ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública, a propriedade ou o Sistema Financeiro Nacional, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (iv) ter ampla capacidade técnica e conhecimento das atividades desenvolvidas pela Companhia, incluindo seus produtos e serviços; e (v) ter aptidão em temas relacionados à ética, aos direitos e defesa do consumidor e à mediação de conflitos. **Parágrafo Segundo** – A diretoria pode destituir o ouvidor a qualquer tempo, nos casos de descumprimentos das obrigações inerentes ao seu cargo, conforme previsto no art. 22, ou desempenho aquém daquele esperado. **Parágrafo Terceiro** – A ouvidoria contará com condições adequadas para seu funcionamento, bem como para que sua atuação seja pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção. **Parágrafo Quarto** – É assegurado o acesso da ouvidoria às informações necessárias para a elaboração de resposta adequada às reclamações recebidas, com total apoio administrativo, podendo requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades. **Artigo 22º** – São atribuições da Ouvidoria: (i) receber, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às reclamações dos clientes e usuários de produtos e serviços oferecidos pela Companhia, que não forem solucionadas pelo atendimento primário; (ii) prestar os esclarecimentos necessários e dar ciência aos reclamantes acerca do andamento de suas demandas e das providências adotadas; (iii) informar aos reclamantes o prazo previsto para resposta final, o qual não pode ultrapassar o limite estabelecido pela legislação vigente; e (iv) encaminhar resposta conclusiva para a demanda dos reclamantes até o prazo informado no item (iii) acima. **Capítulo VII – Acordo de Acionistas.** **Artigo 23º** – O Acordo de Acionistas que estabelecer as condições de compra e venda de suas ações, ou o direito de preferência na compra das mesmas ou o exercício do direito de voto será sempre arquivado pela Companhia e por ela estritamente observado. **Parágrafo Único** – As obrigações e responsabilidades resultante de tal Acordo de Acionistas serão válidas e oponíveis a terceiros tão logo tal Acordo de Acionista tenha sido devidamente registrado nos livros de registro da Companhia. **Capítulo VIII – Exercício Social e Lucros.** **Artigo 24º** – O exercício social termina no dia 31 de dezembro de cada ano. **Artigo 25º** – Ao fim de cada exercício social a Diretoria fará elaborar as demonstrações financeiras previstas em lei, observadas as normas então vigentes. **Artigo 26º** – Do resultado do exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, e da provisão para pagamento do imposto de renda, será retirada parcela destinada à participação dos administradores no lucro de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, se houver, observados os limites definidos em lei, e cujo pagamento ficará condicionado à efetiva atribuição aos acionistas do dividendo obrigatório estipulado neste artigo. **Parágrafo Único** – O lucro líquido terá a seguinte destinação: 5% (cinco por cento) para a constituição da Reserva Legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social; do saldo remanescente, ajustado consoante o disposto no Art. 202 da Lei nº 6.404/76, 25% (vinte cinco por cento) serão distribuídos aos acionistas como dividendo obrigatório. **Artigo 27º** – A Assembleia Geral poderá declarar dividendo à conta do lucro apurado no balanço patrimonial anual, bem como em decorrência de balanços em períodos menores, atendido no último caso, o limite do Art. 204, § 1º, da Lei nº 6.404/76, ou ainda, declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou reservas, obedecidos os limites legais. **Artigo 28º** – Prescreve em 3 (três) anos a ação para haver dividendos, contados da data em que tenham sido postos à disposição dos acionistas. **Capítulo IX – Liquidação e Transformação.** **Artigo 29º** – A Companhia se dissolverá e entrará em liquidação nos casos previstos em lei, pelo modo que for estabelecido pela Assembleia Geral, a qual designará os liquidantes que devam funcionar durante o período da liquidação. **Artigo 30º** – A Companhia poderá transformar seu tipo jurídico mediante deliberação da maioria absoluta dos votos na Assembleia Geral. **Capítulo X – Arbitragem.** **Artigo 31º** – As divergências entre os acionistas e a Companhia, ou entre os acionistas controladores e os acionistas minoritários que não possam ser solucionadas amigavelmente pelos acionistas dentro de um prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, serão dirimidas por arbitragem de acordo com o Regulamento do Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil-Canadá, servindo este Artigo como cláusula compromissória para efeito do que dispõe o parágrafo 1º do Art. 4º da Lei 9.307/96. A administração e o correto desenvolvimento do procedimento arbitral, da mesma forma, caberá ao Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil-Canadá. **Artigo 32º** – Os casos omissos serão resolvidos pela Assembleia Geral, com base na legislação aplicável à espécie. Certifico que a presente é a versão consolidada do Estatuto Social de 99 Pay Instituição De Pagamento S.A., aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 07 de janeiro de 2026. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 37.287/26-6 em 13/01/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Pedreira Cachoeira S.A.

CNPJ/MF nº 62.310.644/0001-33

Relatório da Administração

A Diretoria informa aos seus acionistas, nos termos do artigo 133, I e § 5º, da Lei nº 6.404/76, os fatos administrativos, negociais e sociais mais relevantes ocorridos durante o exercício social findo em 31/12/2025: (i) Tal como nos exercícios anteriores, a Cia. teve, como fonte de receita, os aluguéis advindos do contrato de arrendamento de direitos minerários celebrado em 14.6.2005 com a Basalto Pedreira e Pavimentação Ltda. – cuja vigência foi prorrogada até 31.03.2032 –, no total de R\$ 3.395.564,96; e os resultados decorrentes das aplicações financeiras, no total de R\$ 172.038,48; ambos os quais totalizaram R\$ 3.567.603,44. Tal valor de faturamento foi superior ao do exercício anterior, em razão do aumento das receitas decorrentes do contrato de arrendamento, bem como do aumento das receitas financeiras; (ii) Em relação ao resultado líquido do exercício de 2025, a Cia. obteve lucro líquido de R\$ 130.357,83, e (iii) a Cia. manteve o acompanhamento das questões judiciais relacionadas à ação de execução nº 0014549-88.2007.4.01.3400, em trâmite perante a 18ª Vara Federal da Seção Judiciária do DF/TRF1, cujo patrocínio é realizado por escritório de advocacia terceirizado e cujo valor se encontra incorporado no ativo não circulante da Cia. São Paulo, 06 de março de 2026. A administração

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em R\$)					
	31/12/2025	31/12/2024		31/12/2025	31/12/2024
Ativo Circulante			Passivo Circulante		
Disponível	2.526.193,02	2.413.823,22	Obrigações Sociais	169.966,47	153.206,13
Bancos Conta Movimento	257,98	133,61	Obrigações Fiscais	77.368,04	64.962,08
Aplicações Financeiras	2.525.935,04	2.413.689,61	(=) Total do Passivo Circulante	247.334,51	218.168,41
Adiantamento a Fornecedores	173,54		Exigível a Longo Prazo		
Impostos a Recuperar	162.758,06	136.586,21	Contingência Fiscal	426.326,18	426.326,18
(=) Total do Ativo Circulante	2.689.124,62	2.550.409,43	(=) Total do Passivo Exigível a L.Prazo	426.326,18	426.326,18
Realizável a Longo Prazo			Patrimônio Líquido		
Depósitos Judiciais e Compulsórios	3.993.971,40	3.550.032,08	Capital Social	2.530.000,00	2.530.000,00
(=) Total do Ativo Realizável a Longo Prazo	3.993.971,40	3.550.032,08	(+) Capital a Integralizar/Subscrever	-	-
Permanente			Reservas de Capital	192.942,19	192.942,19
Imobilizado Líquido	3.626.025,36	4.021.410,96	Reservas de Reavaliação	10.549.913,00	10.549.913,00
(=) Total do Ativo Permanente	3.626.025,36	4.021.410,96	Lucros/Prejuízos Acumulados	(3.782.118,92)	(3.782.118,92)
Total do Ativo	10.309.121,38	10.121.852,47	Resultado do Exercício	130.357,83	(13.376,39)
			(=) Total do Patrimônio Líquido	9.635.460,69	9.477.359,88
			Total do Passivo	10.309.121,38	10.121.852,47

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em R\$)						
Descrição	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva Legal	Reservas de Reavaliação	Lucros/Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.530.000	118.263	74.679	10.549.913	(3.782.119)	9.490.736
Reserva Legal	-	-	-	-	-	-
Lucros ou Prejuízos do Exercício	-	-	-	-	(13.376)	(13.376)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.530.000	118.263	74.679	10.549.913	(3.795.495)	9.477.360
Reserva Legal	-	-	-	-	-	-
Lucros ou Prejuízos do Exercício	-	-	-	-	130.358	130.358
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	-	27.743	27.743
Saldo em 31 de dezembro de 2025	2.530.000	118.263	74.679	10.549.913	(3.637.394)	9.635.461

Demonstrações do Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em R\$)					
Descrição	31/12/2025	31/12/2024		31/12/2025	31/12/2024
Receita Bruta	3.395.564,96	3.195.622,72			
(-) Deduções da Receita	(322.089,56)	(300.067,79)			
(=) Receita Líquida	3.073.475,40	2.895.554,93			
(-) Custo das Mercadorias Vendidas	-	-			
(=) Resultado Bruto	3.073.475,40	2.895.554,93			
(+/-) Despesas e Receitas Operacionais					
Despesas Administrativas	(2.686.829,08)	(2.500.399,61)			
Depreciação/Armortização/Exaustão	(395.385,60)	(395.385,60)			
Despesas Tributárias e Não Dedutíveis	(2.634,05)	(2.459,73)			
Despesas Financeiras	(3.502,12)	(106.965,62)			
Receitas Financeiras	172.038,48	96.279,24			
(=) Total das Rec. e Desp. Operacionais	(2.916.312,37)	(2.908.931,32)			
(=) Resultado Operacional	157.163,03	(13.376,39)			
(+/-) Outras Rec. e Desp. Não Operac...	-	-			
(=) Result. Antes das Prov. Tributárias	157.163,03	(13.376,39)			
(-) Contribuição Social	(10.051,95)	-			
(-) Imposto de Renda	(16.753,25)	-			
(=) Resultado Líquido do Exercício	130.357,83	(13.376,39)			
(=) Result.Liq.do Exerc. P/1.000 Ações – R\$	2.168	(222)			

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em R\$)					
Descrição	31/12/2025	31/12/2024		31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de Caixa das Ativid. Operacionais					
Lucro Líquido do Exercício	130.357,83	(13.376,39)			
Ajustes ao Lucro Líquido					
(+) Depreciações/Amortizações	139.001,28	139.001,28			
(+) Exaustão	256.384,32	256.384,32			
Lucro Líquido Ajustado	525.743,43	382.009,21			
Variáveis das contas Patrimoniais					
Depósitos Judiciais e Compulsórios	(443.939,32)	-			
Fornecedores	(173,54)	987,33			
Impostos e contribuições	2.996,25	(112.531,95)			
Recebimento de valores de períodos anteriores	27.742,98	-			
(413.373,63)	(111.544,62)				
Fluxo de caixa das atividades Operacionais	112.369,80	270.464,59			
(=) Variação do Caixa e Equivalente	112.369,80	270.464,59			
Saldo Inicial Caixa/Equivalente	2.413.823,22	2.143.358,63			
Saldo Final Caixa/Equivalente	2.526.193,02	2.413.823,22			
Variação da Conta Caixa/Equivalente	112.369,80	270.464,59			

Nome	Cargo	Nome	Cargo
Sergio Luiz Aleotti Teixeira de Carvalho	Diretor Administrador	Claudio Augusto Teixeira de Carvalho	Diretor Administrador
Jarbas Teixeira de Carvalho Junior	Diretor Administrador	Romualdo Cesaro	Contador – CRC nº 1SP 303.282/0-0

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 26/03/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



CSO Energia SPE S.A.

"Em Constituição"

Escritura Pública de Constituição de Sociedade Por Ações Sob a Forma de Subsidiária Integral. Aos vinte dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco (20/10/2025), em Indaiatuba, Estado de São Paulo e neste Primeiro Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos, instalado na Rua das Primaveraes, 1050 - Loja 31 do Parque Mall, Jardim Pompéia, lavro a presente escritura, na qual, as partes adiante qualificadas e ao final assinadas, entabularam o seguinte negócio jurídico, na qual figura como outorgante fundadora e escritora da sociedade em constituição, a pessoa jurídica, doravante denominada simplesmente "Outorgante Fundadora", **Corpus Saneamento e Obras Ltda.**, sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de Barueri no Estado de São Paulo, na Alameda Araguaia, nº 2.044, Bloco 2, 15º andar, conjuntos 1.501, 1.502, 1.510, 1.511, 1.512, 1.513 e 1.514, Centro Empresarial Araguaia, Sítio Tamboré/Jubran, CEP 06455-000, inscrita no CNPJ/MF sob nº 31.733.363/0008-36, com seu Contrato Social arquivado na JUCESP sob NIRE 35.224.955.411, em 08-12-2010, consolidado nos termos da 70ª Alteração Contratual datada de 29/01/2025, registrada na JUCESP sob nº 49.561/25-0, em 02/02/2025, tendo sido confirmado junto a JUCESP e expedida Certidão completa aos 22/09/2025 às 07:10:48 horas, número de autenticação 276775026, cujos documentos me foram apresentados e ficam devidamente arquivados em Cartório, em pasta própria de nº **984/2025**, neste ato representada, nos termos da Cláusula Quinta da alteração consolidada acima citada, por todos os seus sócios e administradores, **Sr. Marco Antonio Valente**, brasileiro, natural de São Paulo/SP, nascido aos 25/10/1955, filho de Cíneas Feijó Valente e de Mary Gonçalves Valente, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, posteriormente à Lei 6.515/77, empresário, inscrito no CPF sob o nº 012.279.898-81, portador da cédula de identidade nº 6.126.630-9 SSP/SP, residente e domiciliado em Vitória/ES, na Rua Desembargador João Manoel de Carvalho, 100 - apartamento 702 - Barro Vermelho, CEP: 29057-630; **Sr. Ricardo Gonçalves Valente**, brasileiro, natural de São Paulo/SP, nascido aos 20/12/1958, filho de Cíneas Feijó Valente e de Mary Gonçalves Valente, casado pelo regime de separação total de bens, empresário, inscrito no CPF sob o nº 003.057.278-93, portador da cédula de identidade nº 7.980.532-2SSP/SP, residente e domiciliado em Barueri/SP, Praça Oiapoque, nº 360, apartamento 602 - Bairro Alphaville, CEP: 06454-060, email: ricardo@corpous.com.br; e **Sra. Cristina Maria Valente Atchabahian**, brasileira, natural de São Paulo/SP, nascida aos 04/03/1969, filha de Cíneas Feijó Valente e de Mary Gonçalves Valente, casada pelo regime de separação total de bens, economista, inscrita no CRE sob o nº 26598-5 - 2ª Região, e engenheira civil inscrita no CREA sob o nº 5.061.078.390/D, inscrita no CPF sob o nº 119.312.718-10, portadora da cédula de identidade nº 11.110.980-2 SSP/SP, residente e domiciliada em Barueri/SP, na Praça Oiapoque, nº 360, apartamento 402, Bairro Alphaville, CEP: 06454-060, email: cristina@corpous.com.br os quais, declaram sob responsabilidade civil e criminal não haver alterado o Contrato Social posteriormente à última alteração e consolidação supra mencionada; e, como advogada, **Dra. Simone Candelária Da Silva Martins**, brasileira, natural de Indaiatuba/SP, nascida aos 05/02/1978, filha de Valdeino Dionizio da Silva e de Inácia Borges da Silva, casada, advogada inscrita na OAB/SP sob o nº 212.838 e no CPF sob o nº 266.407.058-42, portador da Cédula de identidade nº 29.340.907-9 SSP/SP, com endereço profissional na Rua Ouro, nº 140, Recreio Campeste Jôia, Indaiatuba/SP, email: simone.martins@corpous.com.br. Reconheço a capacidade e a identidade das partes para este ato. Pela outorgante fundadora, através de seus únicos sócios e representantes legais, nos termos da Lei nº 6.404/1976 me foi dito o seguinte: **01-** Que, em conformidade com o parágrafo quarto da Cláusula Segunda do seu Contrato Social, resolve constituir uma subsidiária integral da fundadora e escritora, sob a denominação de **CSO Energia SPE S.A.**, sociedade anônima, com sede e foro nesta Cidade de Indaiatuba/SP, na Estrada João Cecon, s/nº, km 7,5, Altos da Bela Vista - CEP 13.331-400. **02-** Que, a sociedade ora em constituição tem como única acionista e escritora do seu capital a ora fundadora **Corpus Saneamento e Obras Ltda.**, conforme artigo 251 da Lei nº 6.404/76, empresa brasileira, a qual se acha qualificada no preâmbulo desta escritura, atendendo, assim ao disposto na letra "a", do parágrafo 2º, do artigo 88 da Lei nº 6.404/76, e subscreve 1.000 (um mil) ações ordinárias do capital da sociedade **CSO Energia SPE S.A.**, ao preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada, que corresponde no valor total de **R\$ 1.000,00 (um mil reais)**, totalmente subscreitas e integralizadas, em moeda corrente nacional, o qual, em cumprimento ao disposto no Artigo 81 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, foram depositadas pela **Corpus Saneamento e Obras Ltda.**, acima qualificada, aos 10/10/2025 às 14:13:44 horas, proveniente da conta nº 0040401-3 do Banco Itaú - agência 0041 em favor da Sociedade Anônima, em Constituição **CSO Energia SPE S.A.**, na conta nº 0027333-5 do Banco Itaú - agência 5396 que corresponde a 100% (cem por cento) do preço de emissão das ações ora subscreitas, que integraliza para constituição da **CSO Energia SPE S.A.**, com sede, nesta cidade de Indaiatuba, Estado de São Paulo, na Estrada João Cecon, s/nº, km 7,5, Altos da Bela Vista - CEP 13.331-400, tudo conforme comprovante apresentado - autenticação 193B3821BFC6499B12853D5F4C24483349F13FF5 e controle 752990861000166, arquivado juntamente com os demais documentos. Essa escritura, conforme dispõe o artigo 81 da Lei nº 6.404/1976, ficará depositada em conta especial e indisponível, em nome e a favor da mencionada sociedade, e somente poderá ser levantada após a sua constituição definitiva, mediante prova do arquivamento e publicação dos seus atos constitutivos, ou restituída, conforme parágrafo único do referido artigo, diretamente à escritora **Corpus Saneamento e Obras Ltda.**, caso a sociedade não se constitua. Na presente escritura, conforme abaixo descrito, constam ainda todos os termos e condições da Constituição pelo Estatuto Social, contendo a razão social, o endereço da sede e a respectiva subscrição da depositante. **03-** Que, a Sociedade em constituição, atendendo ao que preceitua a letra "b", do parágrafo 2º, do artigo 88 do da Lei nº 6.404/1976, reger-se-á pelo disposto no seu Estatuto Social, cuja redação é a seguinte: **"Estatuto Social da CSO Energia SPE S.A.": Capítulo 1 - Da Denominação, Sede, Objeto e Duração - Artigo 1º** - A denominação da sociedade é **CSO Energia SPE S.A.**, constituída sob a forma de sociedade anônima, de capital fechado, com sede e foro na Cidade de Indaiatuba, Estado de São Paulo, na Estrada João Cecon, s/nº, km 7,5, Altos da Bela Vista - CEP 13.331-400 e regida por este Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis. **Parágrafo Único** - A Sociedade poderá, por deliberação da sua Diretoria, alterar a sede para outro endereço e poderá ainda abrir, transferir e extinguir filiais, agências, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos em qualquer parte do território nacional. **Artigo 2º** - A Sociedade tem como propósito específico a: **geração, produção, distribuição e comercialização de energia elétrica a partir do biogás; aluguéis de imóveis. Parágrafo primeiro** - É vedado à Sociedade praticar quaisquer atos estranhos a seu objeto social. **Parágrafo Segundo**: Por se tratar de uma subsidiária integral, fica destacado que o acervo técnico é pertencente e extensivo, nos termos da legislação aplicável, à acionista **Corpus Saneamento e Obras Ltda.**, bem como aos seus responsáveis técnicos perante o CREA/SP. **Parágrafo Terceiro**: Para exercer a parte técnica, poderão ser contratados engenheiros devidamente habilitados e registrados no CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, que terão, também, os poderes necessários ao pleno exercício de suas funções, nos termos da legislação correlata. **Artigo 3º** - A Sociedade por ser de Propósito Específico, terá seu término vinculado a impossibilidade de exploração de biogás no Aterro Sanitário de Indaiatuba/SP, ocasião em que se esgotará o seu objeto específico de atuação, incluindo o recebimento de seus haveres, sendo a data do registro da Sociedade na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP), a data inicial de suas atividades. **Capítulo II - Do Capital Social - Artigo 4º** - O capital social da Sociedade é de **R\$ 1.000,00 (hum mil reais)**, dividido em 1.000 (um mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, tendo sido totalmente subscreito e integralizado no valor de **R\$ 1.000,00 (um mil reais)** em moeda corrente nacional. **Artigo 5º** - Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações em Assembleia Geral. **Capítulo III - Assembleia Geral - Artigo 6º** - A Assembleia Geral reunir-se-á, pelo menos uma vez ao ano: **(I)** ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses seguintes ao encerramento do exercício social, para deliberar sobre as matérias constantes da Lei nº 6.404/76 e suas alterações posteriores; e **(II)** extraordinariamente, sempre que os interesses sociais da Sociedade o exigirem ou quando convocadas, nos termos da legislação aplicável. **Parágrafo 1º** - As Assembleias Gerais serão convocadas na forma do artigo 123 da Lei nº 6.404/76, preferencialmente por qualquer dos Diretores ou pelo acionista da Sociedade. **Parágrafo 2º** - As deliberações das Assembleias Gerais, ressalvadas as hipóteses especiais previstas em lei e neste Estatuto Social, serão tomadas por acionistas representando a maioria absoluta dos votos válidos dos acionistas presentes na Assembleia Geral, não se computando os votos em branco. **Parágrafo 3º** - Independentemente das formalidades de convocação, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas. **Artigo 7º** - As seguintes matérias são reservadas à Assembleia Geral, principalmente no que tange: **a)** reformar o Estatuto Social; **b)** eleger ou destituir, a qualquer tempo, os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal da Sociedade; **c)** tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas; **d)** autorizar a emissão de debêntures, ressalvado o disposto nos §§ 10, 2o e 4o do Artigo 59 da Lei nº 6.404/76; **e)** suspender o exercício dos direitos do acionista (Artigo 120 da Lei nº 6.404/76); **f)** deliberar sobre a avaliação de bens com o acionista concorrente para a formação do Natureza: CONTRATO SOCIAL IMPRESSÃO PARA SIMPLES CONFERÊNCIA - Protocolo 5222/25 Pag. 3 capital social da Sociedade; **g)** autorizar a emissão de partes beneficiárias; **h)** deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da Sociedade, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas; e **i)** qualquer decisão relativa à falência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução ou liquidação da Sociedade. **Capítulo IV - Da Administração - Artigo 8º** - A Sociedade será administrada por uma Diretoria, composta por 3 (três) Diretores eleitos pela Assembleia Geral, com prazo de gestão de 3 (três) anos, permitida a reeleição. **Artigo 9º** - Compete aos Diretores, individualmente, observadas as deliberações ou determinações da Assembleia Geral, dentro de suas atribuições legais e estatutárias, a prática de todos os atos ordinários de gestão, especialmente: **a)** Representar a Sociedade em juízo ou fora dele; **b)** Firmar acordos e contratos de qualquer natureza; **c)** Adquirir, alienar ou gravar bens de propriedade da Sociedade; **d)** Contrair empréstimos e outorgar garantias de qualquer natureza; **e)** Nomear procuradores "ad judicia" e "ad negotia", determinando o prazo de seus mandatos, que no caso de procaução "ad negotia" não poderá ser superior a um ano e no caso de procaução "ad judicia" poderá ser por prazo indeterminado; **f)** Emitir, aceitar e endossar cheques e notas promissórias, emitir e endossar duplicatas e letras de câmbio e fornecer aval relativamente a instrumentos de créditos e outros títulos comerciais; **g)** Abrir, movimentar e encerrar contas bancárias; **h)** Receber e dar quitação, transigir, renunciar a direitos, desistir e assinar termos de responsabilidade em nome da Sociedade; e **i)** Abrir ou fechar filiais, matrizes, agências, escritórios e estabelecimentos da Sociedade. **Artigo 10º** - A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário, mediante convocação por qualquer de seus membros, realizada com antecedência mínima de 5 (cinco) dias. A presença da totalidade dos Diretores dispensará a antecedência mínima prevista neste artigo. **Parágrafo 1º** - As reuniões da Diretoria serão instaladas com a presença da totalidade de seus membros e as deliberações da Diretoria serão aprovadas por unanimidade de votos dos membros presentes. **Parágrafo 2º** - Caso haja impasse entre os Diretores a respeito das matérias a serem deliberadas pela Diretoria, será facultado a qualquer um desses Diretores, agindo individualmente, convocar Assembleia Geral, com vistas a submeter o impasse aos Acionistas, que se reunirão em Assembleia Geral para apreciar e decidir sobre referido impasse. **Parágrafo 3º** - Os Diretores podem participar das reuniões da Diretoria por meio de teleconferência, videoconferência ou qualquer outro meio que permita a comunicação, e poderão enviar seus votos por e-mail ou por delegação a outro membro da Diretoria, sendo considerados presentes os Diretores que assim procederem. **Parágrafo 4º** - As reuniões de Diretoria deverão ser consignadas em ata escrita, a qual deverá anexar todos os materiais e documentos acessórios pertinentes. **Artigo 11**. Competirá à Diretoria a representação da Sociedade e a prática dos atos necessários ao seu funcionamento regular. **Artigo 12** - A representação ativa e passiva da Sociedade, em Juízo e fora dele, será sempre exercida por 2 (dois) diretores em conjunto, ou por 1 (um) diretor e 1 (um) procurador especificamente designado para tal fim, ou, ainda, por 2 (dois) procuradores com poderes específicos, nomeados nos termos do parágrafo primeiro abaixo. **Parágrafo 1º** - Os instrumentos de mandato serão sempre firmados por 2 (dois) diretores da Sociedade e não poderão ter prazo superior a 1 (um) ano nem permitir o subestabelecimento, salvo aqueles com finalidade "ad judicia", que poderão ter prazo indeterminado e permitir o subestabelecimento. **Parágrafo 2º** - A Sociedade obedecerá a padrões de governança corporativa e adotará contabilidade e demonstrações financeiras padronizadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, baseadas na Lei nº 6.404/76, nas normas expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e nas Interpretações, Orientações e Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. **Capítulo V - Conselho Fiscal - Artigo 13** - A Sociedade terá um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente, com funções definidas na legislação aplicável, composto por 3 (três) membros efetivos e suplentes em igual número, eleitos pela Assembleia Geral. Os acionistas deverão também determinar a remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Sociedade, se houver. **Capítulo VI - Do Exercício Social, Balanço e Resultados - Artigo 14** - O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Quando ocorrer o encerramento do exercício social, a Diretoria fará com que sejam elaboradas as demonstrações financeiras, na forma da Lei 6.404/76, Artigo 176, acompanhadas de relatório de administração, submetendo-as à Assembleia Geral, juntamente com a proposta de destinação do lucro líquido. **Parágrafo 1º** - Por exigência legal ou por deliberação da Diretoria poderão ser elaborados balanços e demonstrações financeiras intermediárias ou intercálculos e distribuídos dividendos. **Parágrafo 2º** - A Diretoria, se verificadas lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço, poderá, ao seu critério, declarar dividendos intermediários e distribuí-los aos sócios, na proporção de sua participação societária. **Artigo 15** - Apurado o resultado do exercício e deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para imposto de renda, ao lucro líquido será dada a seguinte destinação: **a)** 5% (cinco por cento) para a constituição de reserva legal, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social, conforme previsto pela Lei 6.404/76, Artigo 193; e **b)** 25% (vinte e cinco por cento) à conta de dividendos obrigatórios não cumulativos, ajustados conforme a Lei nº 6.404/76, artigo 202, inciso I. **Parágrafo 1º** - A Assembleia Geral deliberará sobre a destinação do lucro remanescente, podendo distribuí-lo parcialmente na forma de participação nos lucros ou resultados. **Parágrafo 2º** - O valor pago ou creditado a título de juros sobre capital próprio será imputado ao dividendo mínimo obrigatório do exercício, integrando tal valor o montante dos dividendos distribuídos pela Sociedade para todos os efeitos legais. **Artigo 16**. Os dividendos atribuídos e não retirados não renderão juros nem serão passíveis de correção monetária e prescreverão por decurso de prazo em favor da Sociedade após decorrido 3 (três) anos de sua distribuição. **Capítulo VII - Dissolução - Artigo 17** - A Sociedade se dissolverá nos casos previstos na lei ou por deliberação da Assembleia Geral, competindo à Assembleia Geral determinar o modo de liquidação, nomear o liquidante que deva funcionar durante o período. **Capítulo VIII - Disposições Finais - Artigo 18** - Os casos omissos e as hipóteses não previstas neste - Estatuto Social reger-se-ão pelas disposições legais aplicáveis. **Artigo 19** - Fica eleito o Foro da Comarca de Barueri/SP, como o único e exclusivamente competente para dirimir quaisquer questões originadas deste Estatuto, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser. **04- Da Nomeação Da Diretoria**) Conforme preceitua a letra "f", do § 2º, do Artigo 88, da Lei nº 6.404/76, para cumprir mandato previsto, na forma do artigo 8º do Estatuto Social, é nomeado os seguintes Diretores: **(I) Marco Antonio Valente**, brasileiro, natural de São Paulo/SP, nascido aos 25/10/1955, filho de Cíneas Feijó Valente e de Mary Gonçalves Valente, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, posteriormente à Lei 6.515/77, empresário, inscrito no CPF sob o nº 012.279.898-81, portador da cédula de identidade nº 6.126.630-9 SSP/SP, residente e domiciliado em Vitória/ES, na Rua Desembargador João Manoel de Carvalho, 100 - apartamento 702 - Barro Vermelho, CEP: 29057-630; **(II) Ricardo Gonçalves Valente**, brasileiro, natural de São Paulo/SP, nascido aos 20/12/1958, filho de Cíneas Feijó Valente e de Mary Gonçalves Valente, casado pelo regime de separação total de bens, empresário, inscrito no CPF sob o nº 003.057.278-93, portador da cédula de identidade nº 7.980.532-2SSP/SP, residente e domiciliado em Barueri/SP, Praça Oiapoque, nº 360, apartamento 602 - Bairro Alphaville, CEP: 06454-060; e **(III) Cristina Maria Valente Atchabahian**, brasileira, natural de São Paulo/SP, nascida aos 04/03/1969, filha de Cíneas Feijó Valente e de Mary Gonçalves Valente, casada pelo regime de separação total de bens, economista, inscrita no CRE sob o nº 26598-5 - 2ª Região, e engenheira civil inscrita no CREA sob o nº 5.061.078.390/D, inscrita no CPF sob o nº 119.312.718-10, portadora da cédula de identidade nº 11.110.980-2 SSP/SP, residente e domiciliada em Barueri/SP, na Praça Oiapoque, nº 360, apto 402, Bairro Alphaville, CEP: 06454-060. **05-** Pelos Diretores, acima nomeados, me foi declarado que aceitam a presente nomeação, nada tendo a se opor. **06-** Fica convencionado que, os Diretores perceberão conjuntamente a remuneração a ser definida em Assembleia Geral Ordinária. **07-** Os membros da Diretoria assinam o presente instrumento aceitando os cargos para os quais foram eleitos, afirmando que: **(i)** conhecem plenamente a legislação e não estão incursos em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer as atividades empresárias, ou a administração de companhias empresárias nem por lei especial, nem condenados ou sob efeito de condenação a pena de veide, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade; **(ii)** preenchem os requisitos previstos na regulamentação acima referida. **8 - Aceitação** - Finalmente, pela Outorgante Fundadora, por meio de seus representantes, me foi dito que concorda com todos os termos da presente escritura e tem pleno conhecimento de que as declarações são ditas sob pena de responsabilidade civil e penal e ratificam expressamente todos os dados de qualificação subjetiva aqui consignados, notadamente aqueles concernentes à profissão, estado civil, existência de união estável e endereço, inclusive eletrônico, nos termos do artigo 2º, do Provimento do CNJ nº 61, de 17/10/2017. **9 - Demais Declarações** - Declara ainda, a Outorgante Fundadora, por meio de seus representantes, sob responsabilidade civil e penal, em observância ao Provimento CNJ nº 149, de 30 de agosto de 2023, sem prejuízo dos meios de consultas e de eventuais enquadramentos ali previstos, que: **9.1** - não são pessoas expostas politicamente, bem como na condição de familiar ou estreito colaborador de pessoa do gênero, nos termos da norma a respeito pela UFF; **9.2** - não estão relacionadas a práticas de terrorismo, proliferação de armas de destruição em massa ou seus financiamentos e impostos por resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) ou por designação de algum de seus comitês de sanções; **9.3** - Para fins do artigo 145, § 9º do citado Provimento, os beneficiários finais em relação a empresa outorgante da presente transação são seus representantes. **10 - Documentos** - Foram-me apresentados e ficam arquivados nesta Serventia, nos termos das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça, todos os documentos necessários à lavratura do presente ato notarial, e ainda, em cumprimento à determinação constante do Provimento da Egrégia Corregedoria Geral de Justiça deste Estado de São Paulo, foram efetuadas as consultas ao banco de dados da Central de Indisponibilidade de Bens, com resultado negativo, nos termos do Relatório de Consulta de Indisponibilidade, cujos códigos HASH são os seguintes: (CORPUS SANEAMENTO E OBRAS LTDA. inscrita no CNPJ sob nº 31.733.363/0008-36) (Marco Antonio Valente inscrito no CPF sob o nº 012.279.898-81) (RICARDO GONÇALVES VALENTE inscrito no CPF sob o nº 003.057.278-93) e (CRISTINA MARIA VALENTE ATCHABAHIAN inscrita no CPF sob o nº 119.312.718-10). Sendo emitido ainda, por esta serventia a certidão positiva com efeitos de negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da união, emitida com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN n. 1.751, de 02/10/2014, às 08:26:06 do dia 22/09/2025, **válida até 21/03/2026**. Código de controle da certidão: EBF3.EC81.6433.8291, na qual constam como observação: "Contribuinte possui arrolamento de bens, conforme Lei nº 9532/1997.", e, a qual refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d" do parágrafo único do artigo 11 da referida Lei, arquivada nestas notas na pasta de CND da RECEITA/INSS sob nº 369/2025. **11 - Declarações Da Advogada** - Pela **Dra. SIMONE CANDELÁRIA DA SILVA MARTINS**, me foi dito, sob as penas da lei, que na qualidade de advogada da outorgante, assessora e aconselhou seu constituinte, tendo conferido todos os termos e condições do presente instrumento e verificou que o mesmo está de acordo com a Lei. **12 - Requerimento** - Finalmente pela outorgante fundadora me foi dito que autoriza desde logo, todos e quaisquer registros que se fizerem necessários, bem como, a publicidade do presente instrumento. **13 - Encerramento** - Pediram-me e eu lhes lavrei esta escritura, a qual feita e sentada a escritura pelas partes, confirmam o seu conteúdo, e, tendo cumprido o estabelecido no Parágrafo 1º, incisos "I ao VII" do artigo 215 do Código Civil Brasileiro, manifestam seu consentimento e concordância, sobre os termos do presente ato jurídico, através de videoconferência, os quais assinam de forma digital utilizando de certificado digital. Eu, (Rosimar Aparecida Dos Santos), Substituta do Tabelião, a escrevi e a lavrei. Eu (Jefferson Cristians Careta) Substituto do Tabelião, a conferi e subscrevi. (Assinaturas): Marco Antonio Valente, Ricardo Gonçalves Valente, Cristina Maria Valente, Archabahian, Simone Candelária da Silva Martins (concordaram com os termos do presente ato, tendo manifestado suas vontades por meio de videoconferência, e assinaram por meio de certificado digital Código de Validação das Assinaturas Digitais: 7E7DLN79r-4Z6t5-5Q32U) e Jefferson Cristians Careta (Legalmente Selada). Tradada do Oficial. Eu (Jefferson Cristians Careta), Substituto do tabelião, a conferi, subscrevi, dou fé e assino em público e raso. Jefferson Cristians Careta - Substituto do Tabelião. Juceps. Certifico o registro de constituição sob o NIRE nº 35300681525 em 27/11/2025. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Brasil Pet – Comércio e Serviços de Pet Shop S/A

CNPJ/ME 18.745.792/0001-99 - NIRE 35.300.480.074

Edital de Convocação de - Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os senhores acionistas da **Brasil Pet – Comércio e Serviços de Pet Shop S.A.** ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), a ser realizada exclusivamente em formato digital/videoconferência, no dia **2 de abril de 2026, às 14 horas**, por meio da plataforma de videoconferência Teams, para deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia**: **I.** a alteração dos artigos 22, 24, 25, 26 e 27 do Estatuto Social, a fim de modificar a forma de representação da Companhia e as competências da Diretoria; e **II.** a consolidação do Estatuto Social da Companhia. **Instruções Para Participação: 1. Formato Exclusivamente Virtual:** Nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404/76, a assembleia será realizada virtualmente. **2. Acesso à Plataforma:** O acionista receberá o link de acesso por e-mail até 24 horas antes, momento em que deverá encaminhar o documento de identificação e comprovante de titularidade das ações por os e-mails: claudia@puchalskiadv.com/camila.serrado@petlandbrasil.com.br. **3. Confirmação da Disponibilização** aos acionistas do material pertinente às matérias da ordem do dia, encaminhando por correio eletrônico nos termos da Cláusula 10 do Estatuto Social. **4. Procações:** Os instrumentos de mandato (procações) devem ser enviados aos e-mails acima com antecedência mínima de 48 horas. São Paulo, 23 de março de 2026. **Fernando Bruno de Albuquerque - Presidente do Conselho de Administração.** (25, 26 e 27.03.2026)

QUBIT Distribuidora de Cosméticos S.A.

CNPJ nº 26.370.779.0001-20 - NIRE 35.3.0063457-8

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de dezembro de 2025

1. Data, Horário e Local: aos 22 dias do mês de dezembro de 2025, às 14h00 na sede social da **QUBIT Distribuidora de Cosméticos S.A.** ("Companhia"), na cidade de Itapevi, Estado de São Paulo, na Avenida Caio Cotrim nº 400, Galpão A12, Bairro Itaquí, CEP 06696-060. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação em razão da presença de acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, nos termos do Artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme aditada ("Lei das S.A."), conforme assinaturas constantes no Livro de Presença de Acionistas. **3. Mesa:** Fernando Extrakt Brauner p.p. Mario Slamovitz Weigensberg, como Presidente, e Mario Slamovitz Weigensberg, como Secretário. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(i)** a aprovação do pagamento do saldo remanescente da distribuição de lucros aprovadas pelos acionistas da Companhia em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30 de julho de 2025; e **(ii)** a autorização aos administradores da Companhia para praticar todos os atos necessários à implementação das deliberações a serem aprovadas. **5. Deliberações:** Preliminarmente, foi aprovada a lavratura desta ata em forma de sumário. Em seguida, após terem sido discutidas as matérias constantes da ordem do dia, os acionistas, por unanimidade e sem reservas, ressalvas ou restrições, aprovaram: **5.1.** Fica aprovado o pagamento do saldo remanescente da distribuição de lucros aprovada pelos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30 de julho de 2025, arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP sob nº 295.244/25-2, em sessão de 12/08/25 ("AGE 30/07/25"), no valor remanescente de R\$17.833.170,39 (dezesete milhões, oitocentos e trinta e três mil, cento e setenta reais e trinta e nove centavos) que serão pagos exclusivamente ao sócio Fernando Extrakt Brauner, nos anos-calendário de 2026, 2027 e 2028, de acordo com as disponibilidades de caixa da Companhia, não sendo objeto de atualização monetária. **5.2.** Em razão da deliberação acima, os acionistas autorizam a administração da Companhia a tomar todas as medidas necessárias para implementar as deliberações ora aprovadas. **Encerramento e Assinaturas:** Nada mais havendo a tratar, foi oferecida palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e assinada pelo Presidente, pelo Secretário e pelos acionistas presentes. **Mesa:** Fernando Extrakt Brauner, Presidente, e Mario Slamovitz Weigensberg, Secretário. **Acionistas presentes:** Carlos Extrakt Brauner, p.p. Mario Slamovitz Weigensberg e Fernando Extrakt Brauner p.p. Mario Slamovitz Weigensberg. A presente ata é cópia fiel da via original, lavrada em livro próprio. Itapevi, 22 de dezembro de 2025. **JUCESP nº 136.245/26-2 em 11/03/2026.** Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Grupo Multi S.A.

CNPJ nº 59.717.553/0001-02 - NIRE 35.300.415.531

Código CVM nº 026034 - Companhia Aberta

AVISO AOS ACIONISTAS

A **Grupo Multi S.A.** ("Companhia"), em atendimento ao disposto no artigo 133, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, informa que, nesta data, a cópia das demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes e do parecer e relatório anual resumido do Comitê de Auditoria Estatutário, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, bem como os documentos e informações relacionados às demais matérias objeto da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia a ser realizada, em primeira convocação no dia 24 de abril de 2026 às 8h00 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma digital *Ten Meetings*, encontram-se à disposição dos acionistas da Companhia na sua sede social, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.811, 15º andar, Jardim América, CEP 01452-000, bem como no seu site de Relações com Investidores (<https://ri.multilaser.com.br/>), e nos websites da Comissão de Valores Mobiliários (<http://www.cvm.gov.br/>) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (<http://www.b3.com.br/>). A Companhia esclarece, ainda, que a publicação dos documentos, conforme exigido pela regulamentação aplicável, será oportunamente realizada pela Companhia no jornal "Data Mercantil". São Paulo/SP, 25 de março de 2026. **Eduardo Ferreira Beles dos Santos**, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores. (25, 26 e 27/03/2026)

Orbis Participações e Empreendimentos S.A.

CNPJ nº 37.411.141/0001-07 - NIRE 3530059568

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de setembro de 2025

1. Data, Hora e Local: 18 de Setembro de 2025, às 10 horas, na sede social da Orbis Participações e Empreendimentos S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de Cotia, Estado de São Paulo, na Rua Santa Monica, nº 281, sala 02, Parque Industrial São José, CEP 06715-865. **2. Mesa:** Presidente: Pedro Luis Amaral Pedrosa (Diretor); e Secretário: Flávio Domingos Gonçalves. **3. Convocação e Presença:** Convocação prévia dispensada, em razão da presença de acionistas titulares da totalidade das ações emitidas pela Companhia, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei das Sociedades por Ações. **4. Ordem do Dia:** Discutir e deliberar sobre: **(i)** a reeleição do Diretor da Companhia, Sr. Pedro Luis Amaral Pedrosa; **(ii)** a consolidação do Estatuto Social da Companhia. **5. Deliberações:** Os acionistas titulares da totalidade das ações emitidas pela Companhia aprovam, neste ato: **(i)** a reeleição do Sr. **Pedro Luis Amaral Pedrosa**, brasileiro, casado, contador, portador da cédula de identidade RG nº 14.158.390-3 e devidamente inscrito no CPF/MF sob nº 074.433.148-09, residente e domiciliado na Estrada da Aldeia, nº 207, cs.56, Cotia, São Paulo, SP, CEP 06709-300 para o cargo de Diretor Financeiro, cujo mandato será de até 3 (três) anos contados da presente data. O membro da diretoria ora reeleito tomará posse de seu cargo mediante assinatura do Termo de Posse lavrado no livro de registro de atas das reuniões de Diretoria e anexo ao presente instrumento (anexo II), declarando sob as penas da lei e para fins do artigo 147 da Lei 6406/76, que não está impedido de exercer a administração da Companhia, seja por lei especial em virtude de condenação que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou ainda, por crime contra a economia popular, contra o Sistema Financeiro Nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade. Os demais cargos da diretoria da Companhia permanecerão vagos, até que sejam preenchidos por deliberação da assembleia geral. **(ii)** A consolidação do Estatuto Social da Companhia, considerando as deliberações tomadas nesta data, sendo que o estatuto social passará a vigorar, a partir desta data, com a redação constante do Anexo I esta ata, bem como a dispensa da publicação do estatuto social em jornal. **6. Encerramento:** nada mais havendo a ser tratado, foram encerrados os trabalhos e lavrada esta ata em livro próprio, em forma de sumário, nos termos do artigo 130, §1º, da Lei das S.A., a qual, após ter sido reaberta a sessão, foi lida e achada conforme, aprovada e assinada pelo acionista titular da totalidade das ações emitidas pela Companhia. O teor desta ata será publicado na forma de extrato, sem a inclusão de seus anexos, que serão arquivados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo. Esta ata é cópia fiel da lavrada em livro próprio, transcrevo o estatuto na íntegra, para que passe a compor a presente ata. São Paulo, 18 de setembro de 2025. **Mesa: Pedro Luis Amaral Pedrosa**, Presidente; **Flávio Domingos Gonçalves**, Secretário. **Flávio Domingos Gonçalves**, Diretor. **JUCESP nº 329.477/25-0 em 26/09/2025.** Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 26/03/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Qista Holding Financeira S.A.

CNPJ nº 35.515.066/0001-07 - NIRE 35.300.592.379

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de fevereiro de 2026

1. Data, Horário e Local: aos 19 de fevereiro, às 10:30hrs, na sede social da Qista Holding Financeira S.A., estabelecida na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2369, andar 11 Parte, Jardim Paulistano, CEP 01452-922 ("Companhia").

2. Convocação e Presença: dispensadas as formalidades convocação, nos termos do artigo 124, §4º da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alteração ("Lei das Sociedades por Ações"), tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas na presente Ata.

3. Mesa: Alexandre Mariano Corral Antunes, que indicou Mareia Pacianotto Ribeiro, para secretariar os trabalhos.

4. Ordem do Dia: deliberar sobre (i) consignação da renúncia do Diretor da Companhia, (ii) eleição de novo Diretor para a Companhia, e (iii) autorização ao novo Diretor da Companhia para que sejam tomadas todas as medidas necessárias para implementar as deliberações aprovadas nesta Assembleia; (iv) alteração do endereço da sociedade; (v) consolidação do Estatuto Social.

5. Deliberações: após a análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas presentes decidiram, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou restrições, o quanto segue:

5.1. consignar a renúncia do Sr. **Alan Zelazo**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 10.445.855-9 IFF/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 072.211.557-12, residente e domiciliado na com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Magalhães de Castro, 4.800, Continental Tower, Cidade Jardim, CEP 05676-120, 92 andar, ao cargo de Diretor sem designação específica, conforme carta de renúncia assinada e constante do Anexo II da presente Assembleia, outorgando-se, mutuamente, a mais plena, rasa, geral, irrevogável e irretirável quitação, para nada mais reclamarem de uma parte a outra, a que título for, em juízo ou fora dele, renunciando expressamente a todo e qualquer direito presente e superveniente relativo ao exercício da função;

5.2. aprovar a eleição, para o cargo de Diretor sem designação específica, o sr. **Henry Orenbuch**, brasileiro, solteiro, maior, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 122458094 IFF/RJ, inscrito perante o CPF/ME sob nº 087.271.217-63, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na mesma cidade em Avenida Magalhães de Castro, nº 4.800, Edifício Continental Tower, 92 andar, Cidade Jardim, CEP 05676-120, para o qual foi eleito na presente Assembleia, com prazo de mandato de 2 (dois) anos.

5.2.1. Para os fins e efeitos do artigo 147, §1º da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 35, li, da Lei Federal nº 8.934/94, o Diretor da Companhia acima eleito, declara que não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de praveiração, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos.

5.2.2. O Diretor da Companhia acima eleito é, neste ato, investido em seu cargo mediante a assinatura do respectivo termo de posse, que será lavrado em livro próprio da Sociedade, conforme modelo que integra a presente ata com Anexo III - Termo de Posse.

5.3. Autorizar aos novos administradores a tomarem todas as medidas e praticarem todos os atos necessários para a implementação das deliberações ora aprovadas.

5.4. Aprovar a mudança da sede da sociedade da Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2355/2369, 11º andar, parte, Jardim Paulistano, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-922 para a Avenida Magalhães de Castro, nº 4800, 5º andar, conj. 505, CEP 05676-120 de forma que o artigo 2º do Estatuto Social, passará a ter a seguinte nova redação: "Artigo 2º A Companhia tem sede e foro na Cidade de São Paulo Estado de São Paulo na Avenida Magalhães de Castro, nº 4800, 5º andar, conj. 505, CEP 05676-120."

5.5. Em razão das deliberações acima, aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, conforme Anexo III. **6. Encerramento e Lavratura da Ata:** Nada mais havendo a tratar, e como nenhum dos presentes fez uso da palavra foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata, que, lida e achada conforme, foi assinada pelos presentes. Assinatura do Acionista: FCBPC Holding S.A. (Por: Henry Orenbuch e Alexandre Mariano Corral Antunes), São Paulo/SP, 19 de fevereiro de 2026. Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. JUCESP nº 094.946/26-7 em 17/03/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

ESTATUTO SOCIAL. Capítulo I Denominação, Sede, Foro, Objeto e Duração. Artigo 1º. A Qista Holding Financeira S.A. é uma sociedade por ações fechada, devidamente constituída e organizada de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, regida pelo presente estatuto social e demais dispositivos da legislação brasileira aplicáveis, em especial pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alteração ("Lei das Sociedades por Ações").

Artigo 2º. A Companhia tem sede e foro na Cidade de São Paulo Estado de São Paulo na Avenida Magalhães de Castro, nº 4800, 5º andar, conj. 505, CEP 05676-120. **Parágrafo Único.** A Diretoria poderá, mediante a sua sede social, manter e extinguir filiais, escritórios e quaisquer outras dependências, onde convier aos interesses sociais, no Brasil ou no exterior, respeitadas as disposições legais aplicáveis.

Artigo 3º. A Companhia tem por objeto social a participação societária no capital social de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na qualidade de acionista ou quotista.

Artigo 4º. O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

Capítulo II Capital Social. Artigo 5º. O capital social totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional R\$99.739.000,00 (noventa e nove milhões e setecentos e trinta e nove mil reais) dividido em 99.739.000 (noventa e nove milhões e setecentos e trinta e nove mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Artigo 6º. As ações representativas de capital social são indivisíveis em relação à Companhia e cada ação ordinária dá direito a um voto nas Assembleias Gerais.

Artigo 7º. É vedada a quaisquer dos acionistas ou membros dos órgãos da Companhia a utilização de informação privilegiada, ainda não divulgada ao mercado, de que tenha conhecimento sob confidencialidade, capaz de propiciar, para si ou para outrem, vantagem indevida, em nome próprio ou de terceiros.

Artigo 8º. A Companhia não poderá emitir partes beneficiárias de que tratam os artigos 46 e seguintes da Lei das Sociedades por Ações.

Artigo 9º. A propriedade das ações será comprovada pela inscrição do nome do Acionista no livro de "Registro de Ações Nominativas" da Companhia. Qualquer transferência de ações será feita por meio da assinatura do respectivo termo no livro de "Transferência de Ações Nominativas" da Companhia.

Capítulo III. Órgãos Sociais. Artigo 10. São órgãos da Companhia: (a) a Assembleia Geral (b) a Diretoria; e (c) o Conselho Fiscal.

Capítulo IV. Assembleia Geral. Artigo 11º. A assembleia geral de acionistas ("Assembleia Geral") é um órgão da Companhia com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao objeto social e tomar providências que julgar convenientes à defesa dos interesses sociais e ao desenvolvimento da Companhia.

Parágrafo Único. A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente nos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem, ou quando as disposições do presente estatuto social, da legislação aplicável ou de acordo de acionistas da Companhia exigirem deliberação dos acionistas.

Artigo 12º. Os acionistas poderão fazer-se representar na Assembleia Geral por procuradores munidos de mandato com poderes específicos, observadas as disposições legais pertinentes.

Artigo 13º. As Assembleias Gerais serão convocadas, instaladas e presididas pelo Diretor Presidente, por dois Diretores ou por acionistas, na forma prevista na Lei, e instalar-se-ão, ressalvadas as exceções previstas em Lei, em primeira convocação, com a presença de acionistas representando no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do capital social com direito a voto; e em segunda convocação, com qualquer número de acionistas com direito a voto. As deliberações serão tomadas pelo voto da maioria dos acionistas presentes em Assembleia Geral.

Parágrafo Único. Caberá ao presidente da assembleia a escolha do secretário para os trabalhos da mesa.

Artigo 14. Compete à Assembleia Geral deliberar a respeito de todos os negócios e assuntos sociais, previstos em Lei, cabendo-lhe especialmente: (i) examinar, aprovar ou rejeitar o relatório e as contas apresentadas pelos diretores; (ii) reformar total ou parcialmente este estatuto social; (iii) eleição ou destituição, a qualquer tempo, dos membros da Diretoria e ainda fixar a remuneração dos membros da Diretoria; (iv) criar o Conselho de Administração, eleger seus membros e deliberar a respeito de qualquer matéria levada à sua apreciação; (v) análise das contas dos administradores; análise, discussão e deliberação sobre as demonstrações financeiras apresentadas pelos órgãos da administração; (vi) emissão de debêntures, exceto conforme previsto neste Estatuto quanto às competências atribuídas ao Conselho de Administração; (vii) suspensão do exercício de qualquer direito previsto no presente Estatuto Social; (viii) avaliação e conferência de bens para integralização, pelos acionistas, do capital social da Companhia; (ix) transformação, fusão, cisão ou incorporação da Companhia; sua dissolução e liquidação, bem como sobre a eleição e destituição de liquidantes e aprovação de sua contas; (x) manifestar-se sobre os termos e condições de reorganizações societárias, aumentos de capital e outras operações que derem origem à mudança de seu controle; (xi) solicitação de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia pelos Diretores; (xii) redução do dividendo obrigatório, ou distribuição de dividendos em valor diferente do previsto no Estatuto Social; (xiii) participação da Companhia em negócios que não sejam relacionados ao seu objetivo social; (xiv) aprovar a criação de qualquer plano de participação nos lucros e resultados da Companhia a ser outorgado para colaboradores (xv) aprovar a alteração das práticas e políticas contábeis da Companhia; (xvi) escolher, substituir e destituir os auditores independentes da Companhia; (xvii) contratar qualquer captação no mercado financeiro e/ou de capitais, inclusive por meio de empréstimos, financiamentos e/ou venda de recebíveis (xviii) outorgar garantias para pessoas que não as controladas da Companhia, (xix) aprovar a emissão, por si ou controladas, de qualquer tipo de debêntures.

Capítulo V. Administração. Artigo 15. A Companhia será administrada por uma Diretoria, composta de, no mínimo 2 (dois) e, no máximo, 6 (seis) membros, sendo um Diretor Presidente e os demais Diretores sem designação específica, acionistas ou não, residentes no País e eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, mediante a aprovação de acionista representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do capital social.

Artigo 16. A Diretoria é o órgão de representação e direção executiva da Companhia, cabendo-lhe, podendo e devendo praticar atos necessários a tal fim.

Artigo 17. Os Diretores serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo no Livro de Atas de Reunião de Diretoria.

Artigo 18. Os Diretores não prestarão caução.

Artigo 19. O prazo de mandato da Diretoria é de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. Os Diretores permanecerão em seus cargos, mesmo após findo o mandato, até investida dos Diretores que os sucederão.

Artigo 20. Nos casos de impedimentos ou ausências temporárias de qualquer um dos Diretores, os remanescentes escolherão, dentre si, o substituto que exercerá as funções do substituto cumulativamente.

Artigo 21. A Diretoria reunir-se-á quando necessário, por convocação de qualquer de seus membros, sendo as deliberações tomadas por maioria de votos.

Artigo 22. A Diretoria poderá constituir procuradores da Companhia, cujos poderes serão estabelecidos no instrumento de mandato, que será firmado por dois Diretores.

Parágrafo Único. Os procuradores "ad-negotia" serão constituídos por prazo não superior a 1 (um) ano, que figurará no instrumento do mandato, ressalvada a outorga de poderes da cláusula ad iudicia et extra, inclusive para procedimentos arbitrais.

Artigo 23. A Companhia obrigará-se a ter assinatura: (1) de 2 (dois) Diretores, em conjunto; (iii) de 1 (um) procurador, com poderes para a prática do ato, em conjunto com um Diretor; **Parágrafo Único.** A Companhia poderá ser representada por apenas 1 (um) Diretor ou 1 (um) procurador com poderes específicos quando se tratar da prática de atos de simples rotina administrativa, inclusive os praticados perante repartições públicas, sociedades de economia mista, Receita Federal do Brasil, Secretarias das Fazendas Estaduais, Secretarias das Fazendas Municipais, Juntas Comarcais, todas as repartições judiciais, em qualquer instância, FGTS e seus bancos arrecadadores e outros de idêntica natureza.

Artigo 24. Para a consecução dos objetivos sociais fixa a Diretoria investida de plenos poderes, inclusive para contrair obrigações, alienar ativos, transgír, ceder e renunciar direitos, ressalvados os itens que demandem aprovação dos acionistas em Assembleia, cabendo-lhe, além das atribuições legais: (i) organizar o regulamento interno da Companhia; (ii) deliberar sobre a abertura, transferência e extinção de dependências; (iii) aprovar os limites operacionais e de crédito e definir o regime de alçadas; (iv) tomar conhecimento dos balancetes mensais; e (v) levantar o balanço semestrais e elaborar o relatório anual, publicando-se sob sua assinatura.

Artigo 25. Compete ao Diretor Presidente: (i) convocar e presidir as Assembleias Gerais; (ii) cumprir e fazer cumprir o estatuto social, assim como as deliberações das Assembleias Gerais e da Diretoria; (iii) a supervisão geral da gestão e planejamento dos negócios da Companhia; (iv) a designação, a coordenação e a orientação das atividades dos demais Diretores em suas respectivas áreas de competência.

Artigo 26. Compete aos Diretores sem designação específica exercer as atribuições e poderes específicos que lhes forem determinados pelo Diretor Presidente ou definidos em Assembleia Geral, podendo praticar, em conjunto de no mínimo 02 (dois) Diretores, os atos de competência do Diretor Presidente.

Artigo 27. São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer Diretor, procurador, ou funcionário, que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao objeto social, tais como fianças, avais, endosses ou quaisquer garantias em favor de terceiros; salvo quando expressamente autorizados pela Diretoria, em reunião.

Capítulo VI. Conselho Fiscal. Artigo 28. A Companhia terá um Conselho Fiscal composto de 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, residentes no País, eleitos para mandato de um ano e destituíveis pela Assembleia Geral.

Parágrafo 1º. O órgão terá seu funcionamento não permanente, somente nos exercícios sociais em que for instalado por decisão da Assembleia Geral, nos termos da legislação em vigor.

Parágrafo 2º. Cada período de funcionamento terminará quando da realização da primeira Assembleia Geral Ordinária subsequente a da instalação do Conselho Fiscal.

Artigo 29. A Assembleia Geral que decidir pela instalação a funcionamento do Conselho Fiscal elegerá os seus membros e fixar-lhes-á remuneração.

Artigo 30. O Conselho Fiscal, quando instalado, terá as atribuições e os poderes que lhe confere a lei.

Capítulo VII - Exercício Social e Resultados. Artigo 31. O exercício social coincidirá com o ano civil, iniciando-se a 12 de janeiro e encerrando-se a 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 32. Serão levantados balanços patrimoniais a 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, de conformidade com as normas legislativas e regulamentares pertinentes. A critério da Diretoria, a Companhia poderá levantar balanços intercalares, no último dia útil de cada mês.

Artigo 33. Do resultado social apurado no balanço patrimonial serão deduzidos sucessivamente nessa ordem: (i) os prejuízos acumulados, se houver; (ii) a provisão para pagamento do imposto de renda; (iii) 5% para constituição de reserva legal, até que tal reserva alcance 20% do capital social; e (iv) o saldo será destinado observando-se as disposições legais atinentes à matéria.

Artigo 34. O dividendo não será obrigatório no exercício social em que a administração o julgar incompatível com a situação financeira da empresa, podendo a Diretoria propor à Assembleia Geral Ordinária que se distribua dividendo inferior do obrigatório ou nenhum dividendo, podendo ainda os referidos dividendos, a vista de decisão unânime dos acionistas, serem retidos a conta dos lucros acumulados.

Artigo 35. A Assembleia Geral, por proposta da administração, poderá destinar parte do lucro líquido para formação de reserva de contingência, com a finalidade de compensar, em exercício futuro, a diminuição do lucro decorrente de perda provável, cujo valor possa ser estimado.

Parágrafo Único. A proposta da administração deverá indicar a causa da perda prevista, e justificar as razões de prudência que recomendam a constituição da reserva.

Artigo 36. A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá, ainda, declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Artigo 37. A Diretoria poderá declarar dividendos intermediários, a conta de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, podendo ainda ser pagos ou creditados juros sobre o capital próprio de conformidade com a legislação em vigor e dentro dos limites legais e "ad-referendum" da Assembleia Geral de Acionistas que aprovar as contas daquele exercício social.

Parágrafo Único. Os juros sobre o capital próprio poderão ser pagos inclusive com base nos balanços e/ou balancetes levantados para essa finalidade em qualquer dos meses no curso do exercício social.

Capítulo VIII. Liquidação e Dissolução. Artigo 38. A Companhia entrará em liquidação nos casos determinados em Lei ou por deliberação da Assembleia Geral, que estabelecerá a forma da liquidação, elegerá o liquidante, bem como instalará o Conselho Fiscal para o período de liquidação, elegendo seus membros e lhes fixando suas respectivas remunerações.

Capítulo IX - Disposições Gerais. Artigo 39. É vedado à Companhia atuar, em negócios e estranhos aos interesses sociais.

Capítulo X. Lei Aplicável e Jurisdição. Artigo 40. Este estatuto social será regido pelas Leis da República Federativa do Brasil.

Artigo 41. Os acionistas e, quando aplicável, a Companhia, enviairão seus melhores esforços para resolver amigavelmente quaisquer disputas, diferenças ou reclamações relacionadas a este Estatuto. Toda e qualquer reclamação feita por um acionista da Companhia, deverá ser submetida por escrito aos demais acionistas. Se os acionistas não chegarem a um acordo dentro de 15 (quinze) dias contados a partir do recebimento por escrito da notificação enviada, a questão será tratada e decidida de acordo com as disposições do artigo 39 abaixo.

Artigo 42. Exceto pelas obrigações pecuniárias que envolvem a execução judicial e independentemente do decurso do período acima de 30 (trinta) dias, todas e quaisquer dúvidas, questões, disputas, controvérsias e reclamações decorrentes, relacionadas ou conexas a este estatuto social, incluindo qualquer questão sobre sua existência, validade, interpretação, exequibilidade, será submetida ao Foro da Comarca de São Paulo, no Estado de São Paulo.

QUBIT Distribuidora de Cosméticos S.A.

CNPJ nº 26.370.779.0001-20 - NIRE 35.3.0063457-8

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de dezembro de 2025

1. Data, Horário e Local: aos 22 dias do mês de dezembro de 2025, às 14h00 na sede social da QUBIT Distribuidora de Cosméticos S.A. ("Companhia"), na cidade de Itapevi, Estado de São Paulo, na Avenida Caio Cotrim nº 400, Galpão A12, Bairro Itaquí, CEP 06696-060.

2. Convocação e Presença: Dispensada a convocação em razão da presença de acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, nos termos do Artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme aditada ("Lei das S.A."), conforme assinaturas constantes no Livro de Presença de Acionistas.

3. Mesa: Fernando Extrakt Brauner p.p. Mario Slamovitz Weigensberg, como Presidente, e Mario Slamovitz Weigensberg, como Secretário.

4. Ordem do Dia: Deliberar sobre: (i) a aprovação do pagamento do saldo remanescente da distribuição de lucros aprovadas pelos acionistas da Companhia em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30 de julho de 2025; e (ii) a autorização aos administradores da Companhia para praticar todos os atos necessários à implementação das deliberações a serem aprovadas.

5. Deliberações: Preliminarmente, foi aprovada a lavratura desta ata em forma de sumário. Em seguida, após terem sido discutidas as matérias constantes da ordem do dia, os acionistas, por unanimidade e sem reservas, ressalvas ou restrições, aprovaram: 5.1. Fica aprovado o pagamento do saldo remanescente da distribuição de lucros aprovada pelos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30 de julho de 2025, arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP sob nº 295.245/25-6, em sessão de 12/08/25 ("AGE 30/07/25"), no valor remanescente de R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) que serão pagos exclusivamente ao sócio Fernando Extrakt Brauner, nos anos-calendário de 2026, 2027 e 2028, de acordo com as disponibilidades de caixa da Companhia, não sendo objeto de atualização monetária.

5.2. Em razão da deliberação acima, os acionistas autorizam a administração da Companhia a tomar todas as medidas necessárias para implementar as deliberações ora aprovadas.

Encerramento e Assinaturas: Nada mais havendo a tratar, foi oferecida palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e assinada pelo Presidente, pelo Secretário e pelos acionistas presentes.

Mesa: Fernando Extrakt Brauner, Presidente, e Mario Slamovitz Weigensberg, Secretário.

Acionistas presentes: Carlos Extrakt Brauner, p.p. Mario Slamovitz Weigensberg e Fernando Extrakt Brauner p.p. Mario Slamovitz Weigensberg. Itapevi, 22 de dezembro de 2025. A presente ata é cópia fiel da via original, lavrada em livro próprio. JUCESP nº 136.249/26-7 em 11/03/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

QUBIT Distribuidora de Cosméticos S.A.

CNPJ nº 26.370.779.0001-20 - NIRE 35.3.0063457-8

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de dezembro de 2025

1. Data, Horário e Local: aos 22 dias do mês de dezembro de 2025, às 14h00 na sede social da QUBIT Distribuidora de Cosméticos S.A. ("Companhia"), na cidade de Itapevi, Estado de São Paulo, na Avenida Caio Cotrim nº 400, Galpão A12, Bairro Itaquí, CEP 06696-060.

2. Convocação e Presença: Dispensada a convocação em razão da presença de acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, nos termos do Artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme aditada ("Lei das S.A."), conforme assinaturas constantes no Livro de Presença de Acionistas.

3. Mesa: Fernando Extrakt Brauner p.p. Mario Slamovitz Weigensberg, como Presidente, e Mario Slamovitz Weigensberg, como Secretário.

4. Ordem do Dia: Deliberar sobre: (i) a aprovação do pagamento do saldo remanescente da distribuição de lucros aprovadas pelos acionistas da Companhia em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30 de julho de 2025; e (ii) a autorização aos administradores da Companhia para praticar todos os atos necessários à implementação das deliberações a serem aprovadas.

5. Deliberações: Preliminarmente, foi aprovada a lavratura desta ata em forma de sumário. Em seguida, após terem sido discutidas as matérias constantes da ordem do dia, os acionistas, por unanimidade e sem reservas, ressalvas ou restrições, aprovaram: 5.1. Fica aprovado o pagamento do saldo remanescente da distribuição de lucros aprovada pelos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30 de julho de 2025, arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP sob nº 295.243/25-9, em sessão de 12/08/25 ("AGE 30/07/25"), no valor remanescente de R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) que serão pagos exclusivamente ao sócio Carlos Extrakt Brauner, nos anos-calendário de 2026, 2027 e 2028, de acordo com as disponibilidades de caixa da Companhia, não sendo objeto de atualização monetária.

5.2. Em razão da deliberação acima, os acionistas autorizam a administração da Companhia a tomar todas as medidas necessárias para implementar as deliberações ora aprovadas.

Encerramento e Assinaturas: Nada mais havendo a tratar, foi oferecida palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e assinada pelo Presidente, pelo Secretário e pelos acionistas presentes.

Mesa: Fernando Extrakt Brauner, Presidente, e Mario Slamovitz Weigensberg, Secretário.

Acionistas presentes: Carlos Extrakt Brauner, p.p. Mario Slamovitz Weigensberg e Fernando Extrakt Brauner p.p. Mario Slamovitz Weigensberg. A presente ata é cópia fiel da via original, lavrada em livro próprio. Itapevi, 22 de dezembro de 2025. JUCESP nº 136.249/26-7 em 11/03/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

QUBIT Distribuidora de Cosméticos S.A.

CNPJ nº 26.370.779.0001-20 - NIRE 35.3.0063457-8

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de dezembro de 2025

1. Data, Horário e Local: aos 22 dias do mês de dezembro de 2025, às 15h00 na sede social da QUBIT Distribuidora de Cosméticos S.A. ("Companhia"), na cidade de Itapevi, Estado de São Paulo, na Avenida Caio Cotrim nº 400, Galpão A12, Bairro Itaquí, CEP 06696-060.

2. Convocação e Presença: Dispensada a convocação em razão da presença de acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, nos termos do Artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme aditada ("Lei das S.A."), conforme assinaturas constantes no Livro de Presença de Acionistas.

3. Mesa: Fernando Extrakt Brauner p.p. Mario Slamovitz Weigensberg, como Presidente, e Mario Slamovitz Weigensberg, como Secretário.

4. Ordem do Dia: Deliberar sobre: (i) a aprovação do pagamento do saldo remanescente da distribuição de lucros aprovadas pelos acionistas da Companhia em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30 de julho de 2025; e (ii) a autorização aos administradores da Companhia para praticar todos os atos necessários à implementação das deliberações a serem aprovadas.

5. Deliberações: Preliminarmente, foi aprovada a lavratura desta ata em forma de sumário. Em seguida, após terem sido discutidas as matérias constantes da ordem do dia, os acionistas, por unanimidade e sem reservas, ressalvas ou restrições, aprovaram: 5.1. Fica aprovado o pagamento do saldo remanescente da distribuição de lucros aprovada pelos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30 de julho de 2025, arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP sob nº 295.242/25-5, em sessão de 12/08/25 ("AGE 30/07/25"), no valor remanescente de R\$2.549.189,39 (dois milhões, quinhentos e quarenta e nove mil, cento e oitenta e nove reais e trinta e nove centavos) que serão pagos exclusivamente ao sócio Carlos Extrakt Brauner, nos anos-calendário de 2026, 2027 e 2028, de acordo com as disponibilidades de caixa da Companhia, não sendo objeto de atualização monetária.

5.2. Em razão da deliberação acima, os acionistas autorizam a administração da Companhia a tomar todas as medidas necessárias para implementar as deliberações ora aprovadas.

Encerramento e Assinaturas: Nada mais havendo a tratar, foi oferecida palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e assinada pelo Presidente, pelo Secretário e pelos acionistas presentes.

Mesa: Fernando Extrakt Brauner p.p. Mario Slamovitz Weigensberg, Presidente, e Mario Slamovitz Weigensberg, Secretário.

Acionistas presentes: Carlos Extrakt Brauner, p.p. Mario Slamovitz Weigensberg e Fernando Extrakt Brauner p.p. Mario Slamovitz Weigensberg. A presente ata é cópia fiel da via original, lavrada em livro próprio. Itapevi, 22 de dezembro de 2025. JUCESP nº 136.248/26-3 em 11/03/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

QUBIT Distribuidora de Cosméticos S.A.

CNPJ nº 26.370.779.0001-20 - NIRE 35.3.0063457-8

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de dezembro de 2025

1. Data, Horário e Local: aos 22 dias do mês de dezembro de 2025, às 16h00 na sede social da QUBIT Distribuidora de Cosméticos S.A. ("Companhia"), na cidade de Itapevi, Estado de São Paulo, na Avenida Caio Cotrim nº 400, Galpão A12, Bairro Itaquí, CEP 06696-060.

2. Convocação e Presença: Dispensada a convocação em razão da presença de acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, nos termos do Artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme aditada ("Lei das S.A."), conforme assinaturas constantes no Livro de Presença de Acionistas.

3. Mesa: Fernando Extrakt Brauner p.p. Mario Slamovitz Weigensberg, como Presidente, e Mario Slamovitz Weigensberg, como Secretário.

4. Ordem do Dia: Deliberar sobre: (i) a aprovação do pagamento do saldo remanescente da distribuição de lucros aprovadas pelos acionistas da Companhia em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 07 de março de 2025; e (ii) a autorização aos administradores da Companhia para praticar todos os atos necessários à implementação das deliberações a serem aprovadas.

5. Deliberações: Preliminarmente, foi aprovada a lavratura desta ata em forma de sumário. Em seguida, após terem sido discutidas as matérias constantes da ordem do dia, os acionistas, por unanimidade e sem reservas, ressalvas ou restrições, aprovaram: 5.1. Fica aprovado o pagamento do saldo remanescente da distribuição de lucros aprovada pelos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 07 de março de 2025, arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP sob nº 116.578/23-3, em sessão de 29/03/2023 ("AGE 29/03/23"), no valor remanescente de R\$11.116.503,26 (onze milhões, cento e dezesseis mil, quinhentos e três reais e vinte e seis centavos) que serão pagos exclusivamente ao sócio Carlos Extrakt Brauner, nos anos-calendário de 2026, 2027 e 2028, de acordo com as disponibilidades de caixa da Companhia, não sendo objeto de atualização monetária.

5.2. Em razão da deliberação acima, os acionistas autorizam a administração da Companhia a tomar todas as medidas necessárias para implementar as deliberações ora aprovadas.

Encerramento e Assinaturas: Nada mais havendo a tratar, foi oferecida palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e assinada pelo Presidente, pelo Secretário e pelos acionistas presentes.

Mesa: Fernando Extrakt Brauner, Presidente, e Mario Slamovitz Weigensberg, Secretário.

Acionistas presentes: Carlos Extrakt Brauner, p.p. Mario Slamovitz Weigensberg e Fernando Extrakt Brauner p.p. Mario Slamovitz Weigensberg. A presente ata é cópia fiel da via original, lavrada em livro próprio. Itapevi, 22 de dezembro de 2025. JUCESP nº 136.247/26-0 em 11/03/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Ellan S/A

CNPJ/MF nº 04.345.304/0001-41 - NIRE 35.300.436.784

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária

São convidados os senhores acionistas da Ellan S/A, a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada às 15 horas do dia 02 de Abril de 2026, na sede social, na Rodovia SP 115/280, Km 3, 2, Parque das Árvores, Boituva-SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: aprovar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de Dezembro de 2025 e eleição da diretoria para o biênio 2026/2027. Boituva, 24/03/26. **Stefan Roberto Stegmann** - Diretor Presidente. (25, 26 e 27/03/26)

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 26/03/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



FCBPC Holding S.A.

CNPJ/ME nº 45.240.072/0001-44 – NIRE 35.300.586.239

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de fevereiro de 2026
1 Data, Hora e Local: Aos 19 (dezenove) dias do mês de fevereiro de 2026, às 14 horas, na sede social da FCBPC Holding S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Magalhães de Castro, nº 4.800, Continental Tower, 9º andar, conj. 91, sala 17, Cidade Jardim, CEP 05676-120. **2 Presenças:** Totalidade dos membros do Conselho de Administração, conforme assinaturas lançadas na Lista de Presenças que, autenticada pela Mesa, passa a fazer parte integrante desta Ata como **Anexo I**. **3 Convocação:** Dispensada, de comum acordo entre todos os Conselheiros, nos termos do artigo 17, § 2º, do Estatuto Social da Companhia. **4 Mesa:** Sr. **Carlos Baccan Netto** – Presidente; Sr. **Henrique Coelho Casotti** – Secretário. **5 Ordem do Dia:** deliberar sobre as seguintes matérias: (i) Destituir os diretores eleitos da Companhia. (ii) Eleição de novo diretor para composição da Diretoria da Companhia. (iii) A alteração de cargo de diretor da Companhia. **6 Deliberações:** após análise e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, a totalidade dos Conselheiros aprovaram, de forma unânime e sem ressalvas, as referidas matérias da seguinte forma: **6.1** A destituição do Sr. **Alan Zelazo**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 10.445.855-9 IPR/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 072.211.557-12, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Magalhães de Castro, 4.800, Continental Tower, 9º andar, Cidade Jardim como membro da Diretoria da Companhia, eleito em Assembleia Geral Extraordinária em 12 de junho de 2023, conforme Termo de Posse arquivado na sede da Companhia. Nesse sentido, a Companhia outorga a mais ampla, plena, rasa, irrevogável e irretroatável quitação com relação a qualquer ato ou fato relacionado com as funções que o Diretor desempenhou enquanto Diretor sem Designação Específica, para nada mais reclamar a este título, em qualquer instância ou tribunal. **6.2** A destituição do Sr. **Eduardo Dal Sasso Mendonça Cruz**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 35.657.583-1 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 331.048.908-62, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Magalhães de Castro, 4.800, Continental Tower, 9º andar, Cidade Jardim como Diretor Presidente da Companhia, eleito em Assembleia Geral Extraordinária em 29 de abril de 2022, conforme Termo de Posse arquivado na sede da Companhia. Nesse sentido, a Companhia outorga a mais ampla, plena, rasa, irrevogável e irretroatável quitação com relação a qualquer ato ou fato relacionado com as funções que o Diretor desempenhou enquanto Diretor Presidente, para nada mais reclamar a este título, em qualquer instância ou tribunal. **6.3** A eleição do Sr. **Henry Orenbuch**, brasileiro, solteiro, maior, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 122458094 IPRJ, inscrito perante o CPF/ME sob o nº 087.271.217-63, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Magalhães de Castro, 4.800, Continental Tower, 9º andar, na qualidade de **Diretor sem Designação Específica**, eleito para um mandato unificado de 2 (dois) anos ou até a sua destituição. Pela assinatura do termo de posse armazenado na sede da Companhia e constante do **Anexo II da presente Reunião**, Henry toma posse em seu cargo e declara expressamente sob as penas da lei e nos termos do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações (a) não estar impedido por lei especial, nem estar condenado ou sob os efeitos de condenação a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, o sistema financeiro nacional, a fé pública ou a propriedade; (b) não ter sido declarado inabilitado para o exercício do cargo por ato da Comissão de Valores Mobiliários; e (c) atender ao requisito de reputação ilibada, não ocupando cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia e não possuindo e/ou representando interesse conflitante com os interesses da Companhia. **6.4** Em razão da vacância do cargo de Diretor Presidente da Companhia, decorrente da destituição do Sr. Eduardo, conforme acima aprovada, os membros do Conselho destituem o Sr. **Alexandre Mariano Corral Antunes** do cargo de Diretor sem Designação Específica na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 10 de fevereiro de 2023, e o elegem para exercer o cargo de Diretor Presidente da Companhia, com mandato unificado de 2 (dois) anos ou até sua eventual destituição. Pela assinatura do termo de posse armazenado na sede da Companhia e constante do **Anexo II da presente Reunião**, Alexandre toma posse em seu cargo e declara expressamente sob as penas da lei e nos termos do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações (a) não estar impedido por lei especial, nem estar condenado ou sob os efeitos de condenação a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, o sistema financeiro nacional, a fé pública ou a propriedade; (b) não ter sido declarado inabilitado para o exercício do cargo por ato da Comissão de Valores Mobiliários; e (c) atender ao requisito de reputação ilibada, não ocupando cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia e não possuindo e/ou representando interesse conflitante com os interesses da Companhia. Tendo em vista a eleição do Sr. Henry para o cargo de Diretor da Companhia na presente Reunião do Conselho de Administração da Companhia, e a eleição do Sr. Alexandre Mariano Corral Antunes, conforme abaixo qualificado, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia, na presente Reunião do Conselho de Administração da Companhia, a Diretoria da Companhia passará a ser composta pelos seguintes membros: (a) **Alexandre Mariano Corral Antunes**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 44.350.673-5 SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 345.670.008-38, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Magalhães de Castro, 4.800, Continental Tower, 9º andar, Cidade Jardim, CEP 05676-120, eleito para o cargo de **Diretor Presidente da Companhia**; (b) **Henry Orenbuch**, brasileiro, solteiro, maior, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 122458094 IPRJ, inscrito perante o CPF/ME sob o nº 087.271.217-63, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Magalhães de Castro, 4.800, Continental Tower, 9º andar, Cidade Jardim, eleito para o cargo de **Diretor sem Designação Específica da Companhia**. **7 Lavratura:** Foi autorizada a lavratura da presente Ata na forma de sumário, conforme o disposto no artigo 130, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações. **8 Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foi suspensa a Reunião pelo tempo necessário à lavratura desta Ata, que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. **9 Assinaturas:** Mesa: Sr. Carlos Baccan Netto (Presidente) e Sra. Henrique Coelho Casotti (Secretário). **Conselheiros:** Eduardo Dal Sasso Mendonça Cruz, Alan Zelazo, Henrique Coelho Casotti, Carlos Baccan Netto. São Paulo, 19 de fevereiro de 2026. Mesa: **Carlos Baccan Netto** – Presidente; **Henrique Coelho Casotti** – Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 94.323/26-4 em 17/03/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Allied Tecnologia S.A.

CNPJ/ME nº 20.247.322/0037-58 – NIRE 35.300.465.369 – Companhia Aberta – Código CVM nº 02533-0

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 24 de abril de 2026
Allied Tecnologia S.A. ("Companhia"), vem pelo presente, nos termos do art. 124 da Lei 6.404/76 ("Lei das S.A."), e dos artigos 4º e 6º da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") 81/22 ("RCVM 81"), convocar Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia ("Assembleia" ou "AGO"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 24 de abril de 2026, às 10h30, de modo exclusivamente presencial, na sede social da Companhia, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, à Avenida das Nações Unidas, nº 12.995, 22º andar, Brooklin Paulista, CEP 04578-911, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte Ordem do Dia: **1. Em Assembleia Geral Ordinária:** **1.1** as demonstrações financeiras da Companhia contendo as notas explicativas, acompanhadas do relatório e parecer dos auditores independentes e do relatório anual e parecer do comitê de auditoria, bem como o relatório da administração e as contas dos administradores, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2025; **1.2** a destinação do resultado da administração ao exercício social encerrado em 31/12/2025; **1.3** a fixação do número de membros a compor o Conselho de Administração da Companhia para o mandato que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2027; **1.4** a eleição de membros ao Conselho de Administração da Companhia para o mandato que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2027; **1.5** a fixação da remuneração global anual dos administradores para o exercício social a se encerrar em 31/12/2026; e **2. Em Assembleia Geral Extraordinária:** **2.1** a aprovação da alteração do *caput* do artigo 5º do Estatuto Social para atualizar o capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia, em razão dos aumentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração, dentro do limite do capital autorizado; **2.2** aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia em razão da aprovação das deliberações anteriores; **2.3** a autorização para os Administradores praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações acima, caso aprovadas. **Informações Gerais:** **Documentos à disposição dos acionistas:** A Proposta da Administração ("Proposta") contemplando toda documentação relativa às matérias constantes da Ordem do Dia da AGO, com a justificativa para a sua realização no formato presencial, o boletim de voto a distância ("Boletim"), todos os demais documentos previstos na RCVM 81 e na Lei das S.A. e outras informações relevantes para o exercício do direito de voto foram disponibilizados, nesta data, e encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia, bem como nos websites da CVM (www.cvm.gov.br), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br) e da Companhia (<http://ri.alliedbrasil.com.br>). **Participação dos acionistas na AGO:** Poderão participar da AGO os acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, desde que referidas ações estejam escrituradas em seu nome junto à instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escrituradas da Companhia ou em custódia fungível, conforme dispõe o artigo 126 da Lei das S.A.: (i) pessoalmente; (ii) por seus representantes legais ou procuradores devidamente constituídos; ou (iii) via Boletim, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida para o exercício do voto a distância constam do modelo de Boletim e do item 1.1.2 do Manual de Participação em AGO da Allied Tecnologia S.A., os quais podem ser acessados nos websites da Companhia (<https://ri.alliedbrasil.com.br/>), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br). **Documentos necessários:** Os acionistas que desejem participar da AGO, que será presencial, deverão enviar para o e-mail ri@alliedbrasil.com.br, com solicitação de confirmação de recebimento, referencialmente até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da data designada para a realização da Assembleia – ou seja, até o dia **22 de abril de 2026 (quarta-feira)** – os seguintes documentos: (i) quando pessoa física: documento de identidade com foto do acionista e, quando representado por procurador, documento de identidade de seu representante legal e cópia do documento que comprove os poderes do signatário; (ii) quando pessoa jurídica: cópia autenticada do último estatuto ou contrato social, ata de eleição de Conselho de Administração (se houver) e ata de eleição de Diretoria que comprove a eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à Assembleia e/ou procuração, bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e (iii) quando fundo de investimento: cópia autenticada do último regulamento consolidado do fundo e estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, além da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). Serão aceitos os seguintes documentos de identidade, desde que com foto: RG, RNE, CNH, Passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas. A Companhia esclarece que, excepcionalmente, dispensará a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos acionistas para a sede social da Companhia, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do acionista, a notariação, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do acionista que tenham sido originalmente lavrados em língua inglesa ou espanhola, bastando o envio de cópia simples das vias originais para o e-mail da Companhia indicado acima. Os Boletins de voto a distância poderão ser enviados pelos acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia; do escriturador das ações da Companhia; do depositário central; ou diretamente à Companhia, conforme disposto no item 1.2.4. do Manual de Participação em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia e no modelo de Boletim, até **20 de abril de 2026**. Eventuais Boletins recebidos após essa data serão desconsiderados. Informações detalhadas sobre as regras e procedimentos para participação e/ou votação a distância na AGO, bem como a justificativa para a sua realização no formato presencial, constam do Manual de Participação em AGO, que pode ser acessado nos websites da Companhia (<http://ri.alliedbrasil.com.br>), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br). Nos termos dos artigos 3º e 4º da Resolução CVM 70/22, o percentual mínimo do capital votante da Companhia necessário à (i) requisição de adoção do processo de voto múltiplo na eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5% e (ii) requisição de instalação do Conselho Fiscal é de 2%. São Paulo/SP, 25 de março de 2026. **Rafael Patury Carneiro Leão** – Presidente do Conselho de Administração. (25, 26 e 27/03/2026)

Grupo Multi S.A.

CNPJ/ME nº 59.717.553/0001-02 - NIRE nº 35.300.415.531
 Código CVM nº 02603-4 - Companhia Aberta

Edital de Convocação

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 24 de abril 2026

Grupo Multi S.A. ("Companhia"), nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das S.A.") e dos arts. 4º e 6º da Resolução CVM 81/2022 ("RCVM 81"), vem, por meio deste edital, convocar a assembleia geral ordinária e extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 24 de abril de 2026, às 8h00, de forma exclusivamente digital, considerando-se, portanto, realizada na sede social da Companhia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.811, 15º andar, Jardim América, CEP 01452-001, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **(A) Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes e do parecer e relatório anual resumido do Comitê de Auditoria Estatutário, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (ii) o relatório da administração e as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (iii) a proposta da administração para a destinação do resultado da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (iv) a fixação do limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026; **(B) Em Assembleia Geral Extraordinária:** (v) a ratificação da eleição do Sr. André Poroger como membro do Conselho de Administração da Companhia; (vi) a ratificação da assinatura do "Protocolo e Justificação de Incorporação da Lojas Multilaser – Comércio Varejista Ltda. pelo Grupo Multi S.A." ("Protocolo e Justificação"), que contém os termos e condições da incorporação da Multilaser – Comércio Varejista Ltda. ("Sociedade Incorporada") pela Companhia ("Incorporação"); (vii) a ratificação da nomeação dos peritos responsáveis ("Peritos") pela elaboração do laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil da Sociedade Incorporada, no âmbito da Incorporação ("Laudo de Avaliação"); (viii) a aprovação do Laudo de Avaliação; (ix) a aprovação da proposta de Incorporação, nos termos do Procolo e Justificação; (x) a aprovação do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia; (xi) a alteração do art. 1º do Estatuto Social da Companhia, de modo a alterar a sua denominação social; (xii) a alteração do art. 3º do Estatuto Social da Companhia para a inclusão de atividade complementar ao seu objeto social; (xiii) a consolidação do Estatuto Social da Companhia, para refletir as alterações constantes nos itens (xi) e (xii) acima, se aprovadas; e (xiv) a autorização aos administradores da Companhia a praticarem todos os atos necessários para a implementação das deliberações acima, caso aprovadas. A administração da Companhia esclarece que, observados os respectivos prazos e procedimentos, os Senhores Acionistas poderão participar e votar na Assembleia por meio das seguintes formas disponibilizadas pela Companhia: **(a)** no sistema eletrônico para participação a distância na plataforma "Ten Meetings" ("Plataforma Digital"); e **(b)** via boletins de voto a distância. A Companhia entende que a realização da Assembleia em formato digital é a alternativa mais adequada para promover a ampla participação dos acionistas, independentemente de sua localização geográfica, facilitando o acesso às discussões e deliberações da Assembleia e garantindo maior inclusão e engajamento dos acionistas. Ademais, o formato digital da Assembleia contribui para a eficiência e sustentabilidade do processo, ao reduzir custos e impactos logísticos associados a deslocamentos e estruturas físicas. Os acionistas interessados em participar da Assembleia por meio da Plataforma Digital deverão acessar o endereço eletrônico da Assembleia (<https://assembleia.ten.com.br/066318535>) e realizar o seu cadastro, imprimevavelmente, até **2 (dois)** dias antes da data de realização da Assembleia, ou seja, até **22/04/2026**, manifestando seu interesse em participar da Assembleia ("Cadastro"). Após realizar o Cadastro na Plataforma Digital, o acionista receberá, no e-mail cadastrado, uma confirmação do registro enviada pela própria Plataforma Digital, contendo as informações de acesso ao sistema eletrônico para participação na Assembleia. Caso a participação ocorra por meio de procurador ou representante, este deverá seguir o mesmo procedimento de Cadastro, selecionando o perfil "Procurador/Representante de Acionistas PJ e PF". Em seguida, deverá registrar cada acionista representado e anexar os documentos que comprovem tanto a condição de acionista quanto a regularidade da representação. Após o Cadastro, a Companhia irá analisar a documentação apresentada, podendo, conforme o caso, solicitar que o acionista (ou seu representante) providencie a complementação dos documentos também até o dia **22/04/2026 (inclusive)**. Somente poderão participar da Assembleia aqueles que forem acionistas da Companhia, sendo que a titularidade das ações para tanto será a constante da base acionária disponibilizada pelo escriturador à Companhia na data da realização da Assembleia. A Companhia ressalta que o acesso à Assembleia por meio da Plataforma Digital será exclusivo para acionistas, seus representantes legais ou procuradores devidamente credenciados. A Companhia destaca, ainda, que as informações e orientações para acesso à Plataforma Digital, incluindo, mas sem limitação, a senha de acesso, são únicas e intransferíveis, assumindo o acionista (ou seu respectivo procurador/representante, conforme o caso) integral responsabilidade sobre a posse e sigilo das informações e orientações que lhe forem transmitidas pela Companhia. Nos termos do art. 126, da Lei das S.A., para participar da Assembleia, no momento do Cadastro, os acionistas deverão apresentar à Companhia, por meio da Plataforma Digital, cópias dos seguintes documentos: **(i)** caso o acionista seja pessoa física, cópia simples do documento de identidade (RG, RNE, CNH, passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que com foto de seu titular); **(ii)** caso o acionista seja pessoa jurídica, cópia simples dos atos societários que comprovem a representação legal (conforme abaixo) e documento de identificação do representante; **(iii)** conforme aplicável (e nos termos abaixo), instrumento de mandato assinado, sendo admitida a assinatura digital por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: **(a)** contrato social ou estatuto social, conforme o caso, consolidado e atualizado; e **(b)** os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista pelo administrador que **(b.i)** comparecer à Assembleia como representante da pessoa jurídica, ou **(b.ii)** assinar procuração para que terceiro represente acionista pessoa jurídica. O representante legal também deverá encaminhar documento de identidade com foto. No tocante aos fundos de investimento, a sua representação caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento e na política de voto do respectivo fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia simples do regulamento atualizado do fundo. Com relação à participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação para participação na Assembleia deverá ter sido realizada há menos de um ano, nos termos do art. 126, §1º, da Lei das S.A. Adicionalmente, em cumprimento ao disposto no art. 654, §1º e §2º da Lei nº 10.406/2002 ("Código Civil"), a procuração deverá conter a indicação do lugar onde foi passada, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos, sendo admitida a assinatura digital por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil. Nota-se que, em se tratando de procurador, caberá a ele indicar o(s) respectivo(s) acionista(s) que irá(ão) representar. O procurador receberá e-mail sobre a situação de habilitação de cada acionista registrado no Cadastro. Nesse sentido, o procurador que porventura represente mais de um acionista somente poderá votar na Assembleia pelos acionistas que tiverem sua habilitação confirmada pela Companhia. Vale mencionar que acionistas: **(a)** pessoas naturais somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, conforme o art. 126, §1º da Lei das S.A.; e **(b)** pessoas jurídicas poderão, nos termos da decisão da CVM no âmbito do Processo CVM nº: RJ2014/3578, julgado em 4 de novembro de 2014, ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado. Não serão exigidos reconhecimento de firma, notariação ou consularização dos documentos dos acionistas expedidos no exterior, que deverão ser traduzidos por tradutor juramentado matriculado na Junta Comercial e registrados no Registro de Títulos e Documentos, nos termos da legislação em vigor. A Companhia não exigirá a tradução juramentada de documentos que tenham sido originalmente lavrados em língua portuguesa, inglesa ou espanhola ou que venham acompanhados da respectiva tradução nessas mesmas línguas. Nesse caso, fica o acionista responsável pela veracidade e integridade dos documentos apresentados. O acesso à Assembleia via Plataforma Digital estará restrito aos acionistas ou seus representantes legais ou procuradores que se credenciarem nos termos da presente Proposta. Login e senha individualizados de acesso serão cadastrados no próprio ato de Cadastro na Plataforma Digital, observado que a participação do acionista estará sujeita à verificação, pela Companhia, da regularidade dos documentos de representação, conforme acima informado. A Companhia ressalta que, as informações e documentos deverão ser encaminhados exclusivamente pela Plataforma Digital. Verificada a regularidade do Cadastro e validadas a condição de acionista e a regularidade dos documentos, o acionista devidamente credenciado (ou o seu representante) receberá confirmação do seu credenciamento para participação na Assembleia no endereço de e-mail informado no preenchimento do Cadastro. Caso o acionista credenciado (ou seu representante) não receba a confirmação de participação ou tenha dificuldades ou dúvidas em relação ao Cadastro, solicita-se entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores, por meio do e-mail ri@grupomulti.com.br, com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário de início da Assembleia, para que seja prestado o suporte necessário. Na data da Assembleia, o acesso à Plataforma Digital estará disponível a partir de 30 (trinta) minutos de antecedência do horário de início da Assembleia, sendo que o registro da presença do acionista via sistema eletrônico somente se dará mediante o acesso via link, conforme instruções e nos horários aqui indicados. Após o horário marcado para o início da Assembleia, não será possível o ingresso do acionista na Assembleia, independentemente da realização do Cadastro. Assim, a Companhia recomenda que os acionistas acessem a plataforma digital para participação da Assembleia com pelo menos 30 (trinta) minutos de antecedência. Caso os acionistas optem por manifestar seus votos a distância, deverão preencher os boletins de voto a distância, nos termos da RCVM 81, conforme orientações detalhadas acerca da documentação e procedimentos que constam nos boletins disponibilizado pela Companhia e na Proposta da Administração. A Companhia esclarece, por fim, que, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis, acionista ou acionistas titulares de no mínimo 2% do capital social com direito a voto poderão requerer a instalação do Conselho Fiscal. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia encontram-se à disposição dos acionistas na sede e no site da Companhia (<https://ri.multilaser.com.br/>), e foram enviados à CVM (<https://gov.br/cvm>) e à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (<https://www.b3.com.br>), incluindo a Proposta da Administração contendo também informações complementares relativas à participação na Assembleia e ao acesso à Plataforma Digital. São Paulo, 25 de março de 2026. **Alexandre Ostrowiecki**, Presidente do Conselho de Administração. (26, 27 e 28/03/2026)

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 26/03/2026



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Hidroviás do Brasil Administração Portuária Santos S.A.

CNPJ/ME nº 34.189.633/0001-01 – NIRE 35.300.538.391

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 05 de março de 2026

Data, Horário e Local: 05 de março de 2026, às 10:00 horas, na sede da **Hidroviás do Brasil Administração Portuária Santos S.A.**, localizada na Cidade de Santos, Estado de São Paulo, na Avenida Edúardo Pereira Guimarães, S/N, Armazéns XII e XVII e Armazém de Sal (T-8), Bairro Docas, CEP 11.013-250 ("Companhia").

Convocação e Presença: Dispensada a convocação em virtude da presença da única Acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976, ("Lei das S.A."), conforme assinatura constante do Livro de Registro de Presença de Acionistas.

Mesa: Presidida por André Saleme Hachem; e secretariado por Carlos Arruti Rey. **Ordem do Dia:** (i) Aprovar, nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, a realização da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirográfica, sem garantia real, no valor de R\$ 315.000.000,00 (trezentos e quinze milhões de reais), com prazo de vigência até 05 de março de 2031 ("Emissão", "Debêntures" e "Oferta", respectivamente); (ii) Aprovar, a celebração pela Companhia, de todo e qualquer instrumento necessário à Emissão e à Oferta, incluindo, mas não se limitando, ao seguinte contrato: (a) o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, Em Série Única, da Espécie Quirográfica, para Colocação Privada, da Hidroviás Administração Portuária Santos S.A." ("Escritura de Emissão") a ser celebrado entre a Companhia, na qualidade de emissora das Debêntures, e, como Debenturista, a Hidroviás do Brasil – Vila do Conde S.A. ("Debenturista"); (iii) a ratificação de todos os atos praticados até a presente data, pelos representantes da Companhia, necessários para a efetivação da Emissão e da Oferta, bem como autorização da prática de quaisquer outros atos necessários para a consecução das matérias constantes das ordens do dia (i) e (ii) acima. **Deliberações:** Após a análise das matérias constantes da ordem do dia, a acionista presente deliberou e aprovou, sem reservas e/ou ressalvas: (i) a realização da Emissão e da Oferta, com as seguintes características e condições principais, as quais serão detalhadas e reguladas por meio da Escritura de Emissão: **a. Destinação dos Recursos:** Os recursos líquidos captados pela Companhia por meio da integralização das Debêntures serão destinados à quitação integral de mútuos em aberto entre as Partes, conforme detalhado na Escritura de Emissão; **b. Colocação e Procedimento de Distribuição:** As Debêntures serão objeto de colocação privada, sem intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e/ou qualquer esforço de venda perante investidores; **c. Número de Séries:** A Emissão será realizada em série única; **d. Valor Total da Emissão:** O valor total da Emissão será de R\$ 315.000.000,00 (trezentos e quinze milhões de reais), na Data de Emissão; **e. Data de Emissão:** A data de emissão será 05 de março de 2026 ("Data de Emissão"); **f. Forma, Tipo e Comprovação de Titularidade:** As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo Livro de Registro de Debêntures; **g. Conversibilidade:** As Debêntures serão simples, ou seja, não serão conversíveis em ações da Companhia; **h. Espécie:** As Debêntures serão da espécie quirográfica, nos termos do artigo 58, caput, da Lei das Sociedades por Ações; **i. Prazo e Data de Vencimento:** A data de vencimento das Debêntures será 05 de março de 2031 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de eventual vencimento antecipado das Debêntures, de Resgate Antecipado Facultativo (conforme abaixo definido) ou Aquisição Antecipada Facultativa (conforme abaixo definido), nos termos da Escritura de Emissão; **j. Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão (conforme definido abaixo), será de R\$1.000,00 (mil reais) ("Valor Nominal Unitário"); **k. Quantidade de Debêntures:** Serão emitidas 315.000 (trezentas e quinze mil) Debêntures; **l. Preço de Subscrição e Forma de Integralização:** As Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição, pelo seu Valor Nominal Unitário, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à B3. **m. Atualização Monetária das Debêntures:** O Valor Nominal Unitário não será atualizado monetariamente; **n. Remuneração das Debêntures:** A partir da data de integralização das Debêntures, as Debêntures farão jus a juros remuneratórios incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures equivalentes a 105% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI over – Depósitos Interfinanceiros de um dia, calculadas e divulgadas pela B3 – S.A. Brasil, Bolsa, Balcão – segmento CETIP UTVM, no Informativo Diário, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, expressa na forma percentual ao ano, calculada de forma *pro rata temporis*, por dias úteis decorridos, e de acordo com fórmula prevista na Escritura de Emissão. **o. Pagamento da Remuneração das Debêntures:** Ressalvadas as hipóteses de eventual vencimento antecipado das Debêntures, de Oferta de Resgate Antecipado Facultativo ou Aquisição Antecipada Facultativa, nos termos da Escritura de Emissão, a Remuneração das Debêntures será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, sempre no dia 15 (quinze) dos meses de março e de setembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de setembro de 2026 e o último na Data de Vencimento, observado o disposto na Escritura de Emissão; **p. Amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado:** Ressalvadas as hipóteses de eventual vencimento antecipado das Debêntures, de Oferta de Resgate Antecipado Facultativo ou Aquisição Antecipada Facultativa, nos termos da Escritura de Emissão, o Valor Nominal Unitário das Debêntures ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em uma única parcela na Data de Vencimento das Debêntures, conforme previsto na Escritura de Emissão; **q. Encargos Moratórios:** Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, sobre todos e quaisquer valores em atraso incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial: (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e (ii) multa moratória e não compensatória de 2% (dois por cento), incidente sobre o montante devido e não pago ("Encargos Moratórios"); **r. Repactuação:** As Debêntures desta Emissão não estarão sujeitas à repactuação programada; **s. Resgate Antecipado Facultativo:** Será permitido o resgate antecipado facultativo, a critério exclusivo da Emissora das Debêntures, da totalidade ou de parte, a qualquer tempo a partir da Data da Emissão ("Resgate Antecipado Facultativo"). O valor a ser pago pela Emissora a título de resgate antecipado das Debêntures será correspondente ao seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a data de integralização, até a data do efetivo resgate antecipado, sem qualquer prêmio ou penalidade; **t. Aquisição Facultativa:** A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e na regulamentação aplicável, adquirir Debêntures por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora, ou por valor superior ao Valor Nominal Unitário, observada a regulamentação aplicável; **u. Demais características:** Serão definidas na Escritura de Emissão. (ii) a celebração, pela Companhia, de todos e quaisquer instrumentos necessários à Emissão e à Oferta, incluindo, mas não se limitando a Escritura de Emissão; e (iii) a ratificação de todos os atos praticados até a presente data, pelos representantes da Companhia, necessários para a efetivação da Emissão e da Oferta, bem como a autorização da prática de quaisquer outros atos necessários para a consecução das matérias constantes das deliberações (i) e (ii) acima. **Encerramento e Lavratura da Ata:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada pelos presentes. Santos, 05 de março de 2026. **Mesa:** André Saleme Hachem – Presidente; Carlos Arruti Rey – Secretário. **Acionista:** Hidroviás do Brasil S.A. André Saleme Hachem – Diretor; Carlos Arruti Rey – Diretor. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 94.288/26-4 em 17/03/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

datamercantil.com.br

☎ Contato: (11) 3361-8833

✉ Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL

São Paulo



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 26/03/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

